

JORNADA

DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Compartilhar é fortalecer!



EXPEDIENTE

Secretário Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos | André Abreu Reis

Subsecretária de Assistência Social | Luana de Lima Souza

Diretora de Proteção Social Básica do SUAS | Patrícia da Silva Pinto

EDITORIAL

Assessoria de Comunicação Social - ASDH

COORDENAÇÃO DA REDAÇÃO

Mariana Bernardo de Brito, Patrícia da Silva Pinto, Taiane Queithe da Silva Faustino

COMISSÃO ORGANIZADORA

Elizete Matias Barbosa Orozimbo, Gabriela Coelho Diniz, Gabriela Marina Tavares Faria, Liss Moraes Torres, Marcelle Santos Aleixo, Nahjila Najjar Tauil Campos, Patrícia da Silva Pinto, Samuel Machado da Silva, Taiane Queithe da Silva Faustino

REVISÃO PRELIMINAR

Elizete Matias Barbosa Orozimbo, Gabriela Coelho Diniz, Gabriela Marina Tavares Faria, Liss Moraes Torres, Marcelle Santos Aleixo, Nahjila Najjar Tauil Campos, Patrícia da Silva Pinto, Samuel Machado da Silva, Taiane Queithe da Silva Faustino

REVISÃO FINAL

Patrícia da Silva Pinto

PREPARAÇÃO E REVISÃO TEXTUAL

Márcia Mansur Saadallah, Thaís Natiele Bessa de Miranda, Isabela Marinho Maciel

DIAGRAMAÇÃO

Assessoria de Comunicação Social - ASDH

TIRAGEM

Dezembro/2025

FICHA

Belo Horizonte. Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos Jornada da Proteção Social Básica: Compartilhar é fortalecer!. Belo Horizonte, MG: SMASDH, 2025. 278 p.

APRESENTAÇÃO.....	5
AGRADECIMENTOS.....	7
CATEGORIA : 1. TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA.....	9
EIXO 1.1. Integralidade da Proteção Social.....	9
¡Bienvenidos Hermanos!.....	9
Construindo pontes: Uma articulação PAIF e SCFV potente.....	14
Podcast do CRAS: A assistência social mais perto da comunidade.....	20
CATEGORIA : 1. TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA.....	24
EIXO 1.2. Atenção Domiciliar para o fortalecimento da função protetiva das famílias.....	24
Bloco Maior Cuidado.....	24
Correspondência Afetiva e Cuidando com Música: Integração entre o Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF), o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e o Programa Maior Cuidado (PMC).....	34
Inclusão, Convivência e Cuidado: Uma construção colaborativa entre Programa Mala de Recursos Lúdicos e Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência.....	44
Oficina Lúdica Entrelaçando As Emoções.....	50
Programa Maior Cuidado: um novo enfoque para a reunião de articulação e GT local.....	55
CATEGORIA : 1. TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA.....	63
EIXO 1.3 Dimensão coletiva do trabalho na PSB.....	63
A Aproximação Da Proteção Social Básica Regional Com Os Territórios Vulneráveis: Um relato da experiência.....	63
Acolhida Em Grupo Na Sala De Espera: Espaço para promover acesso aos direitos socioassistenciais.....	68
Aglomerando direitos: A experiência da parceria entre CRAS e escolas para proteção dos adolescentes da Serra.....	75
Aprimorando a participação dos usuários no planejamento, desenvolvimento e avaliação das atividades coletivas.....	82
Articulação PAIF e SCFV: relato de experiência da Semana Temática da Proteção contra Enfrentamento à Violência e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no CRAS Morro das Pedras.....	88
Caminhos possíveis para alargar a proteção para a juventude nos territórios: estratégias de gestão para a expansão do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para o ciclo de vida de 15 a 17 anos.....	96
Chá Conversa De Mulher: A experiência de uma oficina continuada de acolhida, troca e fortalecimento nos anos de 2022 e 2023.....	104
De Bem Com A Vida: A experiência com o grupo de idosos no Serviço de Proteção Social Básica Regional Oeste (SPSBR-O).....	109
Desfilando na Proteção Social Básica: experiência de trabalho coletivo e empoderamento no CRAS Morro das Pedras.....	116

Envelhecer é o curso da vida: Um caminho possível.....	122
Grupo de Jovem Aprendiz.....	127
Grupo Reflexivo “Nós, mulheres”: compartilhando vivências e percursos de proteção social no território.....	132
Oficinas de Convivência para Pessoas Idosas do Serviço da Proteção Social Básica da Regional Pampulha.....	139
Os Desafios E As Possibilidades Do Fazer Profissional Na Política De Assistência Social: Relato de experiência das ações coletivas no Serviço de Proteção Social Básica Regional Barreiro/BH.....	144
“Quem canta, seus males espanta”: Uma experiência da potencialidade da ação coletiva no âmbito do PAIF.....	155
Que horas são? É hora do cuidado!.....	159
CATEGORIA 2: GESTÃO TERRITORIAL.....	175
EIXO 2.1. Articulação da Rede Socioassistencial referenciada ao CRAS.....	175
A potência do território: Relato da experiência de mobilização comunitária e articulação de rede para a implantação do Centro de Referência de Assistência Social Dandara.....	175
CATEGORIA 2: GESTÃO TERRITORIAL.....	182
EIXO 2.2. Articulação Intersetorial.....	182
Conversando a gente se entende: a intersetorialidade como estratégia fundamental do Programa Maior Cuidado.....	182
Percurso da Transformação: Avançando na gestão das condicionalidades do Programa Bolsa Família.....	189
Projeto Semeando: Espaço de construção coletiva, participação social e desenvolvimento local.....	195
Tecendo a Rede no Morro das Pedras: Uma experiência de ação e conexão de laços construídos em rede.....	209
CATEGORIA 2: GESTÃO TERRITORIAL.....	215
EIXO 2.3. Busca Ativa.....	215
Cras Na Rua: Experiência de deslocamento da equipe do cras para o território.....	215
CATEGORIA 3: FOMENTO A PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL.....	219
EIXO 3.1 Fortalecimento da participação social e controle social.....	219
Clas Regional Norte: A palavra, a vez, a voz, a autonomia e a resistência.....	219
Do Memorial da Vila Senhor dos Passos ao Jardim das Referências: das raízes históricas ao florescimento.....	227
CATEGORIA: 4. GESTÃO DE SERVIÇOS.....	232
EIXO: 4.1. Técnicas, métodos e procedimentos de aprimoramento de gestão.....	232
Estratégias de aprimoramento da execução do Programa Maior Cuidado.....	232
CATEGORIA: 4. GESTÃO DE SERVIÇOS.....	239
EIXO 4.2. Gestão de Recursos Humanos.....	239
Ciclo de Estudos.....	239
Juntos e Conectados: Os encontros que fazem o CadÚnico acontecer na Regional Norte de BH.....	245

Tecendo Cuidados: O fio (in)visível que fortalece o trabalho social com famílias no SUAS/BH.....	251
Trabalho profissional e educação permanente no SUAS: relato de experiência na Regional Centro-Sul de Belo Horizonte/MG.....	256
CATEGORIA: 4. GESTÃO DE SERVIÇOS.....	264
EIXO 4.3. Organização dos Processos de Trabalho.....	264
O acolhimento ao usuário e os fluxos de trabalho do CRAS Lagoa: Uma Experiência a Ser Compartilhada.....	264
CONCLUSÃO.....	276

APRESENTAÇÃO

A Prefeitura de Belo Horizonte, por meio da Diretoria de Proteção Social Básica (DPSB), tem a satisfação de apresentar esta publicação que reúne os relatos de experiências, práticas e saberes compartilhados durante a Jornada da Proteção Social Básica: compartilhar é fortalecer!, realizada nos dias 12 e 13 de dezembro de 2024.

A Jornada foi concebida como um espaço coletivo de valorização, escuta e troca entre trabalhadoras/es e coordenadoras/es que atuam na Proteção Social Básica (PSB) no âmbito do Sistema Único de Assistência Social de Belo Horizonte (SUAS-BH). A proposta surgiu a partir do reconhecimento da potência existente nos territórios, das estratégias desenvolvidas cotidianamente para a garantia de direitos e da importância de fortalecer o trabalho social com famílias por meio do compartilhamento de práticas e conhecimentos.

“Uma jornada sobre nós e para nós” — esse foi o lema que mobilizou a construção desse encontro, guiando um olhar atento e sensível ao cotidiano do trabalho. Um olhar que permite se afetar, reconhecer a potência do que se faz e apostar em possibilidades ainda não vislumbradas. Por isso, cada momento vivido foi profundamente inspirador.

Esta publicação é resultado de uma caminhada coletiva, construída com escuta, sensibilidade e compromisso. Foi cuidadosamente gestada a partir dos encontros com as equipes da PSB durante os apoios técnicos, assessoramentos à gestão e reuniões nos colegiados com as coordenações. O reconhecimento das práticas e do trabalho coletivo de muitas pessoas esteve no centro dessa construção.

Durante a realização da Jornada, foram apresentados trabalhos potentes. Para o registro das experiências, utilizamos a metodologia do Mapa do Encontro, que permitiu não apenas documentar os conteúdos, mas também entrelaçar as histórias vividas em cada território com as trajetórias profissionais e com a própria história do SUAS. Essa abordagem evidenciou a capacidade interventiva e criativa da PSB diante dos desafios cotidianos, reafirmando o compromisso ético-político das equipes na garantia de direitos e na defesa incondicional do SUAS.

Os relatos aqui reunidos estão organizados em quatro categorias: Trabalho Social com Famílias, Gestão Territorial, Fomento à Participação e Controle Social, e Gestão de Serviços — cada uma delas contendo experiências que expressam o compromisso técnico, político e humano da PSB com a população em situação de vulnerabilidade.

Mais do que um registro técnico, este livro é uma homenagem às práticas inspiradoras da PSB, que nos enchem de orgulho e reafirmam a centralidade da assistência social na vida das famílias e comunidades. Ao difundir essas experiências, buscamos não apenas valorizar as equipes envolvidas, mas também fomentar o aprimoramento contínuo da política pública, inspirando novas práticas e fortalecendo a identidade coletiva das/os trabalhadoras/es do SUAS-BH.

Que esta obra inspire, fortaleça e amplie a reflexão sobre o fazer socioassistencial — sustentado pela escuta, pelo afeto e pelo compromisso com a transformação social.

AGRADECIMENTOS

A realização desta publicação só foi possível graças ao envolvimento, dedicação e compromisso de muitas pessoas que acreditam na potência da Proteção Social Básica e no valor do compartilhamento de experiências.

Agradecemos, em primeiro lugar, a todas e todos as/os trabalhadoras/es e coordenadoras/es da PSB do SUAS-BH que, com generosidade, responsabilidade e sensibilidade, acolheram o convite para narrar suas práticas, dividir saberes e relatar vivências. Cada contribuição aqui presente traduz o empenho cotidiano na defesa e promoção dos direitos das famílias e comunidades acompanhadas nos territórios.

Nosso reconhecimento à Comissão Organizadora da Jornada, formada por profissionais das diversas Gerências da Diretoria de Proteção Social Básica, pelo trabalho cuidadoso e comprometido na concepção, planejamento e realização de todas as etapas do processo. Cada detalhe da Jornada refletiu o cuidado coletivo com que essa construção foi feita.

Agradecemos também o apoio institucional da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, bem como o suporte técnico e operacional das equipes envolvidas na comunicação, logística e sistematização desta publicação — profissionais fundamentais para garantir que esta memória coletiva ganhasse forma e alcance.

Nosso agradecimento especial aos comentaristas convidados que, com escuta atenta e olhar qualificado, contribuíram generosamente para aprofundar as reflexões em torno dos trabalhos apresentados: Simone Pegoreti, Hayde Magna, Fabiana Fadul, Márcia Mansur, Livia Ferreira e Edson Souza. Suas palavras foram importantes para valorizar e provocar novos sentidos ao que foi partilhado.

Registramos ainda nosso agradecimento à PUC Minas, parceira na cessão do espaço que acolheu a Jornada. Retornar à universidade foi, para muitas e muitos de nós, uma experiência marcada por memórias, reencontros e emoções — um cenário simbólico que resgatou a dimensão formativa do nosso fazer profissional.

Por fim, reiteramos que compartilhar é, verdadeiramente, fortalecer: fortalecer vínculos, trajetórias, práticas e uma política pública que se constrói diariamente com escuta, afeto, compromisso ético e participação coletiva.

CATEGORIA : 1. TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

EIXO 1.1. Integralidade da Proteção Social

¡Bienvenidos Hermanos!

BÁRBARA LINDIA DA SILVA FERREIRA

Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)
barbara.lindias@pbh.gov.br

RESUMO

O objetivo deste relato é destacar a importância de integrar os refugiados latino-americanos na sociedade brasileira, enfatizando o papel da assistência social nesse processo. O relato inicia com a experiência de acolhida de uma família venezuelana em Belo Horizonte, mostrando como a barreira linguística tem sido superada por meio do esforço conjunto da equipe. A família recebeu apoio de programas e serviços socioassistenciais, além de ser incluída em atividades coletivas. As considerações finais ressaltam que o Brasil, com sua Constituição Federal de 1988, que assegura os direitos humanos, tem a responsabilidade de acolher a todos com dignidade e respeito. A assistência social desempenha um papel fundamental nesse processo, mas ainda existem desafios, como a capacitação dos profissionais e a adaptação dos serviços às necessidades específicas dos imigrantes. A integração não se resume à assistência imediata, mas envolve empoderamento e inclusão social, permitindo que essas famílias reconstruam suas vidas com autonomia e participação ativa na sociedade.

INTRODUÇÃO

Imagino que você tenha tido aulas de inglês na escola. Ou, quem sabe, ainda era um plano futuro, em fase de organização para ser incluído na grade curricular. Desde a reforma da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 2017, os currículos do ensino médio incluíram, obrigatoriamente, o estudo da língua inglesa, podendo ser ofertado outras línguas estrangeiras, em caráter optativo, preferencialmente o espanhol. O Brasil está cercado por 19 países que têm o espanhol como língua oficial. No entanto, para muitos de nós, o primeiro contato com essa língua tem ocorrido por meio dos refugiados que encontramos durante o exercício de nosso serviço ou nas ruas da nossa cidade. Segundo dados divulgados em 2024, na 9ª edição do relatório "Refúgio em Números", produzido pela equipe do Observatório das Migrações Internacionais (Obmigra), com base em informações do Governo Federal, somente em 2023 foram registradas 58.628 solicitações de refúgio no Brasil, vindas de 150 países. As principais nacionalidades solicitantes em 2023 foram venezuelanos (50,3%), cubanos (19,6%) e angolanos (6,7%) (Junger da Silva; Cavalcanti; Lemos da Silva; Oliveira, 2024). É a partir desta lógica que não prioriza as realidades locais, que nos vemos desencorajados e distantes de uma educação que faça mais sentido nos lugares que temos ocupado. Mas qual a relevância desse raciocínio para a assistência social?

Após a breve apresentação dos dados e reflexões anteriores, gostaria apenas de iniciar meu relato, que seguirá nas próximas páginas. No dia 19/03/2024, a região norte de Belo Horizonte enfrentava uma tempestade. Não era preciso ser especialista em meteorologia para imaginar o cenário de caos nesta região. Em meio à instabilidade da internet e da energia elétrica, comecei o atendimento de uma família que aguardava na recepção: uma mãe e seu filho pequeno. Pelo nome, bastante incomum, suspeitei que não fossem brasileiros. E eu estava certa — eram venezuelanos! Mais uma família venezuelana em nosso território. Meus olhos brilharam, talvez os únicos naquele momento.

Com o relato a seguir, pretendo compartilhar aprendizados, refletir sobre o processo e identificar habilidades e motivações que emergiram ao longo dessa experiência. O seu objetivo é incentivar os profissionais a buscar ferramentas que apoiem o exercício de suas atividades, mantendo-se abertos aos desafios. Gostaria

de destacar ainda que, apesar das barreiras linguísticas, foi possível assegurar as garantias socioassistenciais.

DESENVOLVIMENTO

Naquele dia chuvoso, aquela família venezuelana procurou apoio para iniciar sua nova jornada no Brasil. Entrando pelo norte do país, encontrou seu novo lar no sudeste. Não estava sozinha nessa travessia; além de seu filho pequeno, ainda aguardavam por ela em casa o marido e o cunhado. Durante o atendimento, sua situação apresentou diversos desafios. Foi necessário articular com a rede intersetorial para garantir, a partir daquele momento, a acolhida da família, o acesso à renda, à convivência familiar, comunitária e social, o desenvolvimento de autonomia e o apoio necessário.

Caminhando pelos corredores do CRAS, arrisquei colocar em prática o espanhol que comecei a estudar ainda na graduação. Apesar das dificuldades iniciais enfrentadas por toda a equipe, insistimos em garantir uma comunicação efetiva. Logo, boa parte da equipe se envolveu, demonstrando uma curiosidade genuína e o desejo de aprender, o que facilitou os atendimentos futuros. Destaco ainda, que alguns colegas, mais tarde, iniciaram os estudos por conta própria.

Durante o atendimento, ela expressou gratidão pelo nosso esforço em entendê-la em seu idioma. Foi aos poucos, construindo essa relação de confiança, que hoje toda a sua família acessa as mais diversas ofertas do CRAS. Atualmente, são contemplados pelo Programa Bolsa Família e pelo Programa Auxílio Gás. Seu cunhado, já idoso, participa da CLAS e do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), para o qual adaptamos os materiais, garantindo sua inclusão. Ele até se apaixonou por uma das integrantes. A família aguarda a resposta da solicitação do Benefício de Prestação Continuada (BPC), feita pelo cunhado, devido à sua deficiência visual.

A criança da família ainda não completou a idade necessária para participar do SCFV, mas sempre a convidamos para as atividades coletivas. No mês de outubro/2024, participaram de uma sessão de cinema em comemoração ao Dia das

Crianças, e as risadas nos mostraram que, além de entenderem todo o enredo, estávamos no caminho certo. Atualmente, eles estão fazendo um curso de português, pelo Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados, o que tem ajudado na comunicação de forma mais fluida em outros ambientes. Além disso, sempre que não podem acessar o CRAS presencialmente, realizamos contato por meio de um WhatsApp com chip institucional, o que tem facilitado ainda mais a compreensão mútua.

Esse foi meu primeiro contato com uma família venezuelana, e eu não imaginava quantas outras chegariam em nosso território. Hoje, jovens de outras famílias participam das oficinas de trabalho protegido, se interessam pelos cursos do Programa de Qualificação Profissional, Emprego e Renda (PMQER) e pelo curso de informática básica oferecido no telecentro do nosso próprio CRAS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Recebê-los em nosso país é, antes de tudo, um ato de humanidade, de acolhida de pessoas que, diante de situações extremas de violência, perseguição ou calamidade, buscam no Brasil um novo recomeço. Nossa história enquanto país receptivo, com uma Constituição Federal que assegura os direitos humanos e uma legislação que ampara aqueles que chegam em busca de proteção, fortalece nosso compromisso internacional e reafirma o papel que o Brasil tem como nação solidária e inclusiva.

A acolhida deve ser entendida como um compromisso coletivo, que envolve não apenas o governo, mas a sociedade como um todo. A articulação entre os diversos serviços e a conscientização da sociedade sobre os direitos dos refugiados são fundamentais para garantir uma recepção realmente acolhedora e inclusiva. Entretanto, é importante destacar que, embora a estrutura pública esteja em processo de adaptação e aprimoramento, a política pública de assistência social ainda enfrenta desafios. A capacitação de profissionais, a alteração dos materiais informativos, a ampliação da oferta de cursos de qualificação profissional e apoio psicossocial são aspectos que necessitam de constante aperfeiçoamento.

Ao longo do processo de acolhida, temos aprendido que não se trata apenas de fornecer assistência imediata, mas de promover a integração social e o empoderamento das pessoas, para que possam reconstruir suas vidas com dignidade e autonomia. A adaptação à nova cultura, o aprendizado da língua portuguesa e o acesso a oportunidades de trabalho são passos essenciais para que essas pessoas não sejam apenas amparadas temporariamente, mas se sintam parte ativa da sociedade brasileira. A convivência com essas famílias, como temos observado em diversas experiências de acolhida, tem sido uma troca enriquecedora para todos, ampliando a visão de mundo e promovendo uma cultura mais solidária.

Por fim, gostaria de compartilhar as palavras de Silvia Lane (2002), uma das importantes teóricas da Psicologia Social Brasileira, cuja perspectiva tem influenciado minha compreensão sobre o tema. Em suas palavras: "Podemos ser meras criaturas à mercê de forças superiores, ou podemos nos tornar sujeitos da história de nossa sociedade, isto é, capazes de decidir quais valores éticos irão orientar nossas ações e interações." (Lane, 2002, p. 68).

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidente da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 06 nov. 2024.

JUNGER DA SILVA, Gustavo; CAVALCANTI, Leonardo; LEMOS SILVA, Sarah; OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de. *Observatório das Migrações Internacionais*. Brasília, DF: Ministério da Justiça e Segurança Pública/Departamento das Migrações; OBMigra, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros-e-publicacoes/anexos/copy3_of_RefugioemNumeros9edicaofinal.pdf. Acesso em: 17 out. 2024.

LANE, S. T. M. A Psicologia Social na América Latina: por uma ética do conhecimento. In: CAMPOS, R. H. F.; GUARESCHI, P. (orgs.). *Paradigmas em Psicologia Social para a América Latina*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 58-69.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf. Acesso em: 17 out. 2024.

Construindo pontes: Uma articulação PAIF e SCFV potente

LORENA FORCELLINI DE OLIVEIRA

Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)
lorena.forcellini@pbh.gov.br

SANDRA RODRIGUES DE SOUSA ARAUJO

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)
pjgdecomvilafatima@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho visa apresentar a experiência de uma técnica de nível superior do PAIF e de uma orientadora social do SCFV de um CRAS em Belo Horizonte, com objetivo de apontar estratégias possíveis para articulação dos ambos os serviços. A partir desta vivência, concluímos como a integração dos serviços pode fortalecer a aquisição dos usuários, no que se refere a potencialização da proteção social.

INTRODUÇÃO

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), ambos inseridos no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), têm gerado impactos significativos na vida dos usuários atendidos. Esses serviços exercem influência direta na melhoria da qualidade de vida, ao fortalecer os laços familiares e comunitários e promover o desenvolvimento de habilidades sociais, emocionais e comportamentais.

No entanto, conforme destaca a cartilha do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS, 2016), ainda há muitos desafios a serem superados para que esses serviços alcancem todo o seu potencial, em especial no que se refere à articulação e integração entre eles. A desigualdade social e a exclusão permanecem recorrentes no Brasil, e isso reforça a importância de se compreender e aplicar as estratégias do SCFV e PAIF de forma mais eficaz, articulada e integrada no cotidiano das famílias atendidas.

Nesse contexto, esses serviços desempenham um papel essencial na promoção da cidadania e na prevenção de situações de risco. Além de atender às necessidades básicas das famílias, eles buscam incentivar o desenvolvimento de potencialidades individuais e coletivas, contribuindo para a transformação das trajetórias de vida dos usuários.

No SUAS BH, ambos são executados, em sua maioria, nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), sendo o PAIF de execução direta e o SCFV de execução indireta. Este trabalho visa apresentar uma experiência exitosa de articulação entre PAIF e SCFV, no CRAS Vila Fátima, situado na Regional Centro-Sul de Belo Horizonte/MG, discutindo os principais impactos na vida dos usuários

DESENVOLVIMENTO

O presente relato apresenta a vivência de uma técnica de referência do PAIF, psicóloga, e uma orientadora social do SCFV para adolescentes de 15 a 17 anos, com objetivo de compartilhar os avanços percebidos, a partir das estratégias de integração destes serviços. Destaca-se que o SCFV aqui citado é executado em parceria com a Organização da Sociedade Civil (OSC) Grupo de Desenvolvimento Comunitário (GDECOM) e os encontros do grupo acontecem de segunda à sexta-feira, de 14h às 16h, no CRAS Vila Fátima.

Em 2024, os coordenadores dos serviços no CRAS Vila Fátima instituíram como processo de trabalho reuniões mensais entre as equipes do SCFV e do PAIF, para discussão de casos e compartilhamento de planejamentos, iniciando assim uma maior articulação dos serviços. A partir desses encontros e do diálogo diário entre a técnica e a orientadora, foram identificadas demandas importantes em relação aos adolescentes e também às famílias para serem abordadas pelo PAIF. Compreendeu-se, então, a necessidade da aproximação dos serviços para trabalhar o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, a função protetiva das famílias, a autonomia e o protagonismo, e a promoção do acesso a direitos.

Como ponto de partida, foi realizada uma oficina com ênfase na reflexão com os adolescentes para apresentar o CRAS e sua função nos territórios. Como

estratégia, utilizou-se músicas que exploram a temática da desigualdade social, dos gêneros Funk e Rap, buscando uma comunicação mais efetiva e na linguagem dos jovens. Tal metodologia visou a aproximação do PAIF com os adolescentes, para então possibilitar intervenções futuras de caráter preventivo, protetivo e proativo. Como resultado, notou-se nos jovens uma maior compreensão do trabalho do CRAS e, conseqüentemente, uma maior abertura com o PAIF relacionadas às demandas referentes às vulnerabilidades sociais e relacionais vivenciadas.

Observou-se, também, que algumas famílias dos jovens participantes do SCFV não compreendiam o serviço e seus objetivos, bem como não percebiam o CRAS como uma referência de apoio e proteção. Neste sentido, foi realizada uma Oficina com as Famílias com ênfase na reflexão, como previsto nas orientações do SUAS BH, para avaliação do SCFV, denominada “Bate Papo com as Famílias do SCFV para 15 a 17 anos: Construindo Pontes”. No encontro foram abordados os serviços, programas e benefícios ofertados pelo CRAS; foi apresentado o SCFV, seus objetivos e metodologias; e foram trabalhados aspectos do ciclo de vida da adolescência, propiciando um espaço para reflexão e troca de experiências, compartilhamento de desafios e estratégias, visando o fortalecimento da função protetiva e dos vínculos familiares. Esta oficina contou com a participação da técnica de referência e da orientadora social, o que possibilitou uma maior compreensão da dinâmica familiar, das necessidades e potencialidades das famílias, favorecendo a atuação diária da orientadora com os adolescentes e as intervenções no âmbito do PAIF.

Concomitante às ações coletivas com os adolescentes e as famílias, a orientadora social e a técnica de referência mantinham diálogo contínuo sobre as demandas e necessidades que surgiam nos encontros do SCFV e pontos importantes observados nas ações do PAIF. Foram realizados diversos encaminhamentos das famílias para inclusão ou atualização cadastral no CADÚnico, para a rede intersetorial e acesso à direitos e benefícios; atendimentos e acompanhamentos particularizados das famílias pelo PAIF a partir da identificação de agravamento das vulnerabilidades.

Dentre essas ações, ressalta-se a realização de visita domiciliar em conjunto da técnica e da orientadora. Esta ação teve como objetivo a busca ativa de um adolescente que encontrava-se infrequente nos encontros e com relatos de se encontrar em situação de trabalho infantil. Também buscou a aproximação e

compreensão da dinâmica de outros adolescentes que encontravam-se em situações de vulnerabilidades mais agravadas. A visita possibilitou uma atuação proativa e preventiva do PAIF em relação às famílias dos adolescentes, bem como contribuiu para a atuação da orientadora social.

Desde o início do ano, os adolescentes do SCFV demandavam o encaminhamento para possibilidades de inserção em trabalho protegido. Para coletivização da demanda, foi articulada uma parceria com a OSC Rede Cidadã, que oferta curso de qualificação profissional para jovens de 15 a 21 anos, para a realização da formação no CRAS Vila Fátima, viabilizando assim o acesso ao direito à profissionalização e ao trabalho protegido (BRASIL, 1990).

Para sensibilizar os adolescentes na participação e engajamento com a formação, foi elaborada uma oficina PAIF com ênfase na reflexão sobre projeto de vida e sonhos. A oficina denominada “Pega a visão: conversando sobre trabalho e sonhos” teve como objetivo o conhecimento dos direitos, acesso à informação, fortalecer as potencialidades e reduzir preconceitos, discriminações e estigmas.

Em um primeiro momento, os adolescentes foram convidados a imaginar: “se não existisse nenhuma dificuldade ou barreira quanto a dinheiro, família e etc., qual seria o meu maior sonho?”. Essa pergunta disparadora teve a intenção de fortalecer as potencialidades e desejos. Após essa intervenção, foi dialogado com os adolescentes sobre o significado de trabalho para cada um, qual o trabalho dos sonhos e refletido quanto à atividade profissional também como possibilidade de se conhecer, conhecer outras pessoas, de aprender, crescer e contribuir para o mundo de alguma forma. Posteriormente, foi apresentada uma lista de cursos de graduação e profissões mais procuradas no vestibular, visando assim o acesso às informações. Por fim, a partir de uma técnica grupal, foram propostas reflexões sobre o futuro, as dificuldades e barreiras, as potencialidades e as redes de apoio e proteção.

Os adolescentes participaram ativamente da oficina, trazendo aspectos da sua realidade e da construção de sua subjetividade. Foi possível notar os impactos da desigualdade social no acesso a informações, considerando que a maioria dos jovens do SCFV não conheciam as profissões mais procuradas no vestibular, inviabilizando a

construção de sonhos e desejos. Dessa forma, este momento oportunizou o acesso a informações e possibilidades não consideradas pelos jovens até o momento.

Na formação promovida pela Rede Cidadã, denominada “Oficina Para o Mundo do Trabalho – Trilha de Desenvolvimento do Usuário e da Família” , também foram convidados adolescentes de famílias atendidas e acompanhadas pelo PAIF. O curso teve 8 encontros e 16 adolescentes foram certificados, encontrando-se no banco de dados da OSC para encaminhamento para oportunidades de trabalho protegido. Notou-se a importância do trabalho executado previamente com os jovens na conclusão da formação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da experiência vivenciada no CRAS Vila Fátima, foi possível notar a importância da articulação entre os Serviços PAIF e SCFV na aquisição das seguranças socioassistenciais tanto para os adolescentes quanto para as famílias atendidas. Apesar dos desafios encontrados, como as diversas frentes de trabalho no CRAS, as demandas que se sobrepõem e as imprevistas, percebemos os avanços no que se refere ao desenvolvimento da autonomia dos jovens e da família; no fortalecimento da função protetiva e dos vínculos familiares e comunitários; bem como no acesso a direito.

Através da articulação entre os serviços, concretizada por meio de visitas domiciliares, encaminhamentos, atendimentos e discussões de caso, experienciamos diversos casos de sucesso, como a promoção do acesso à rede de saúde da família de um adolescente e seu retorno aos estudos. Tais experiências demonstraram como um acompanhamento mais de perto, com a criação de estratégias entre PAIF e SCFV, podem garantir uma entrega mais eficaz de proteção social aos usuários que acessam o CRAS.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Art. 60. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 29 de outubro de 2024.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. *Caderno de Orientações: Articulação necessária da Proteção Social Básica*. 1. ed. Brasília, 2016.

Podcast do CRAS: A assistência social mais perto da comunidade

DALILA MARQUES REIS NICOLAU

Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)
dalila.marques@pbh.gov.br

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar o Podcast do CRAS e ampliar a proposta para âmbito municipal. A metodologia utilizada foi desenvolvida a partir do Percurso Formativo da Consultoria Vira e Mexe. A divulgação dos áudios produzidos pela equipe da unidade socioassistencial, proporcionou uma ampliação do acesso à informação, bem como à política pública da assistência social.

INTRODUÇÃO

No ano de 2020, em virtude da Pandemia de Covid 19, os Centros de Referência da Assistência Social de Belo Horizonte (CRAS) tiveram o funcionamento alterado. Essas Unidades Socioassistenciais, antes de portas abertas, permaneceram fisicamente totalmente fechadas ou parcialmente operando. Isso se deu, no período das restrições de convívio social, que perduraram por aproximadamente um ano.

Nesse contexto de inúmeros desafios impostos pelo período pandêmico, novas estratégias na execução do trabalho social com famílias emergiram. Exploramos o desconhecido e aprendemos a alcançar as famílias por meio de ofertas virtuais. A equipe do CRAS Apolônia, à época, lançou mão de um grupo de whatsapp para acesso dos usuários. Éramos os administradores do grupo e responsáveis por enviar as mensagens de relevância social, por meio de áudios e vídeos. Buscamos propagar a informação e acessar um maior quantitativo de pessoas. Contudo, essa prática entrou em desuso, tão logo retornamos às atividades presenciais.

Neste ano de 2024, depois da participação no Percurso Formativo da Consultoria Vira e Mexe (Fortalecendo a participação e o controle social no SUAS BH), reacendeu em nós o interesse por desenvolver a comunicação virtual. Portanto, reativamos a comunicação comunitária, por via de whatsapp. Lançamos o Podcast do

CRAS, que atualmente é utilizado como canal facilitador de diálogo junto a comunidade. São áudios gravados pelos trabalhadores da unidade e enviados de segunda à sexta-feira via whatsapp. O conteúdo disseminado perpassa por temas relevantes à política de assistência social e ofertas vigentes no CRAS.

Embora não quantificado, recebemos retornos positivos da comunidade. Há relatos de fortalecimentos dos vínculos dos usuários com os trabalhadores da unidade. Garantimos a inserção de novos adolescentes no Serviço de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos (SCVF). Ampliamos a participação nas Comissões Locais de Assistência Social (CLAS). Obtivemos aumento na procura dos cursos do Programa Municipal de Qualificação, Emprego e Renda - SUAS/BH. Ampliamos a informação e foi possível evitar que alguns usuários fossem vítimas de fraudes/golpes virtuais do Programa Bolsa Família.

Frente à exitosa experiência, avaliamos pertinente seu compartilhamento na Jornada da Proteção Social Básica, com vistas a fomentar o uso dessa ferramenta por outras unidades socioassistenciais.

DESENVOLVIMENTO

No cotidiano do trabalho social com famílias, as equipes do provimento apresentam inúmeros desafios para acessar as famílias, para além daquelas que buscam o CRAS por demanda espontânea. Ainda hoje, a população desconhece muitas das ofertas da política de assistência e a reduzem à concessão de benefícios. Temos desenvolvido atividades que são fundamentais para apresentar a política, dar visibilidade aos direitos sociais e orientar sobre o escopo de atuação. Contudo, o nosso alcance está aquém do necessário.

Portanto, faz-se necessário ampliar nosso escopo de comunicação. E, para tanto, precisamos lançar mão de alternativas disponíveis, gratuitas e já consolidadas, que são as redes sociais. O acesso gratuito de internet nas vilas e favelas, abre possibilidades de alcançar o público em vivência de vulnerabilidade social. Cabe destacar que, institucionalmente, a unidade não pode ter suas próprias contas em plataformas como Youtube, Instagram, Facebook, o que precisa urgente ser revisto.

Fazemos uso do whatsapp que é a ferramenta autorizada. Sendo assim, o CRAS Apolônia criou uma comunidade nesse aplicativo e cotidianamente constroem e replicam o que é produzido pela equipe.

O Podcast do CRAS é materializado inicialmente por textos escritos, que seguem um roteiro básico e são desenvolvidos pela coordenadora do CRAS, com auxílio de outros trabalhadores. Consiste em um conteúdo curto, feito em linguagem informal e acessível, que divulga ofertas do CRAS e sensibiliza à participação dos usuários. Além disso, levanta reflexões de combate a violências contra ciclos de vida vulneráveis; promove diálogo sobre temáticas de gênero, raça/cor e classe sociais. Os assuntos são variados, escolhidos pelos funcionários e também pelos usuários.

Semanalmente, um trabalhador fica responsável por gravar o áudio, com tempo máximo de dois minutos, que são postados. Optamos por áudio, para acessar as pessoas não alfabetizadas e deficientes visuais. Não disponibilizamos ainda os escritos, para não ter muita informação e causar confusão. Optamos por não produzir vídeos, por depender de internet para baixar e memória para armazenar.

O podcast tem se apresentado integrativo e motivador para nossa equipe, por ser um movimento lúdico e criativo, que dá voz para além das funções contratuais. As informações propagadas se apresentam úteis e fazem interlocução com um maior quantitativo de famílias. Principalmente, por ser um conteúdo que chega até o ouvinte em linguagem objetiva e simplificada.

São muitos os retornos dos usuários, no cotidiano do CRAS. Muitos acessam o CRAS a partir de orientações advindas do Podcast. A participação no SCFV – coletivo de adolescentes, foi ampliada. Obtivemos relatos de uma mãe que recebeu o convite pelo áudio e sensibilizou sua filha à participação. Trata-se de uma adolescente, em sofrimento mental, com histórico de automutilação, e que por meio dos vínculos comunitários já apresentou melhora na condição de saúde.

Em conjunto ao Podcast, divulgamos informações sobre vagas de empregos e cursos de qualificação profissional. Desde então, temos visto aumentar o número de interessados por essas vagas. Sensibilizamos a participação das ofertas coletivas, em especial, das CLAS (Comissão Local de Assistência Social) e temos podido,

mesmo timidamente, identificar novos usuários atendendo ao chamamento feito no Podcast.

Essa experiência de comunicação virtual é inovadora e frente aos seus resultados já alcançados, faz-se necessária sua divulgação para outras equipes, com vistas a atuarmos de forma integrada em nível municipal. O desenvolvimento é simples e não demanda de muitos recursos humanos. Não impacta o meio ambiente como as produções gráficas e segue a tendência da atualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Podcast do CRAS é pensado e desenvolvido a partir da participação no Percorso Formativo da Consultoria Vira e Mexe (Fortalecendo a participação e o controle social no SUAS BH). É uma prática inovadora e exitosa que está em desenvolvimento na equipe do CRAS Apolônia.

O desenvolvimento da proposta é feito pelos próprios trabalhadores, que se apresentam disponíveis para inovar na construção do trabalho social com famílias e fortalecer o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

REFERÊNCIAS

PERUZZO, Cicília Maria Krohling. Fundamentos teóricos da comunicação popular, comunitária e alternativa. 1ª ed. Vitória: Edufes, 2024.

CATEGORIA : 1. TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

EIXO 1.2. Atenção Domiciliar para o fortalecimento da função protetiva das famílias

Bloco Maior Cuidado

MARINA DUARTE PEREIRA

CRAS Pedreira Prado Lopes/PAIF
marina.duarte@pbh.gov.br

RESUMO

O Bloco Maior Cuidado foi uma atividade coletiva caracterizada como oficina reflexiva em que as pessoas idosas integrantes do Programa Maior Cuidado (PMC) e seus familiares puderam vivenciar um dia festivo de um evento cultural relacionado à temática do carnaval. O objetivo foi trabalhar de forma lúdica e informativa temas relacionados ao direito ao lazer, prevenção ao isolamento social e etarismo bem como o resgate de memórias carnavalescas. A ação contou com confecção de máscaras e palavras de ordem relacionadas aos direitos das pessoas idosas ao som de marchinhas de carnaval e, ao final, cantando juntos o hino criado para o Bloco. Nessa direção, sensibilizando e promovendo o fortalecimento das relações familiares e comunitárias, vivência no território com o resgate das tradições culturais em um exercício de um envelhecimento ativo, saudável e autônomo. O relato demonstra a aquisição das seguranças descritas pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2014), especialmente relacionadas ao convívio no que se refere ao enfrentamento de situações de isolamento social, situações discriminatórias e estigmatizantes fortalecendo assim a autoestima, laços de solidariedade, sentimentos de pertença e coletividade.

INTRODUÇÃO

O presente relato descreve uma atividade coletiva realizada pontualmente fora do âmbito do atendimento domiciliar, que é caracterizado por meio dos atendimentos do Programa Maior Cuidado (PMC), provocando desta forma novas possibilidades de atuações no território tendo em vista os desafios inerentes às pessoas idosas, semidependentes e dependentes, que integram o PMC e seus familiares. Desta forma, buscou-se também integrar as articulações entre o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e o PMC ampliando o repertório de intervenções visando o fortalecimento da função protetiva das famílias.

A longevidade acarreta, simultaneamente, o desenvolvimento pessoal e a garantia das condições de vida, da proteção social, da saúde, dos serviços e de um local propício e favorável a ele. Assim sendo, a qualidade de vida é tida não só como condição social, mas como condição de autonomia e como satisfação e proteção social. A etapa do envelhecimento tornou-se uma conquista social e um projeto do imaginário da contemporaneidade (Faleiros, 2014). As representações sociais vinculadas às pessoas idosas normalmente referem-se às perdas: cônjuges, velhos amigos; fragilidade física, cognitiva, mental; agravamento de doenças crônicas e degenerativas; e função na atividade econômica. A sociedade capitalista valoriza a capacidade de produção e ganho financeiro e, assim, agrava-se as imagens vinculadas à população idosa que a sociedade constrói em relação ao retorno financeiro, desvalorizando assim o lugar e o papel da pessoa idosa neste cenário (Marques e Pachane, 2010).

Nesse sentido, o destaque no Bloco do Maior Cuidado foi o combate ao etarismo e isolamento social utilizando a ludicidade do carnaval enquanto pessoas participativas e integrantes da sociedade com suas trajetórias de vidas e construção de caminhos para a vida em comunidade, sem desconsiderar as peculiaridades desse ciclo de vida. A atividade coletiva “Bloco Maior Cuidado” apresenta sua relevância entendendo que propiciou trabalhar os direitos das pessoas idosas em exercer seu processo de envelhecimento ativo com a participação nas questões sociais e culturais, e não somente dando importância à capacidade de estar fisicamente ativo ou de fazer parte da força de trabalho. Portanto, projetou-se o alcance de aquisições como o acesso a direitos, participação social, prevenção a riscos, o protagonismo, possibilitando aos participantes o exercício de convivência,

diálogo e reflexão. No âmbito das relações na esfera familiar estimulou a troca de vivências e valorização das histórias de vida.

DESENVOLVIMENTO

O Bloco Maior Cuidado teve como objetivo trabalhar de forma lúdica e informativa temas relacionados ao direito ao lazer, prevenção ao isolamento social e etarismo bem como o resgate de memórias carnavalescas envolvendo os participantes do PMC e suas famílias promovendo a ampliação das relações familiares e comunitárias e fortalecendo as estratégias de enfrentamento às desproteções relacionais e violências.

Anteriormente ao dia da execução da atividade foram realizadas visitas domiciliares com a equipe técnica do PAIF por meio da técnica de referência do PMC em que foi apresentada a proposta da atividade “Bloco Maior Cuidado” para as (o) idosas e seus familiares. Nesse sentido, foi possível arquitetar junto aos possíveis participantes a construção desse bloco carnavalesco, suas vivências no território bem como as intervenções referentes ao acesso aos direitos. A partir disso, foi se construindo vínculos e ampliando o universo informacional no que se refere às questões inerentes ao atendimento domiciliar e ampliação de repertório de intervenções.

Nessa direção, entendendo a relevante cena cultural do carnaval de Belo Horizonte buscou-se dar visibilidade e importância no resgate cultural e protagonismo destas pessoas idosas em suas experiências carnavalescas. De acordo com a autora Ecléa Bosi:

A conversa evocativa de um velho é sempre uma experiência profunda, repassada pela nostalgia, revolta, resignação, e pela ausência dos entes amados. O indivíduo que já viveu por muito tempo, que está velho, ao lembrar o passado não está descansando, nem se entregando a devaneios. Ao contrário, ele está trabalhando, reconstruindo consciente e atentamente o próprio passado, fazendo com que a história se reproduza para passá-la de geração em geração, gerando muitas outras histórias que prolongam a original através da memória de outras pessoas (BOSI, 1994, p. 78)

Para tanto junto com as cuidadoras sociais do PMC realizou-se um trabalho com as pessoas idosas e seus familiares no âmbito familiar por meio de atividades de evocação de memórias e emoções relacionadas ao período do carnaval coletando histórias, músicas, fazendo exercícios lúdicos e cognitivos acerca desse tema. Reconhecendo assim e valorizando a importância da memória coletiva de uma comunidade. Além disso, também aprenderam a cantar a nova marchinha do Bloco do Maior Cuidado em alusão à valorização da pessoa idosa, que fazia referência a paródia da famosa marchinha de carnaval chamada “Cachaça não é água”.

A atividade contou com a participação de umaicineira que por meio da mediação artística trouxe caráter alegre, colorido e festivo com a confecção de máscaras e palavras de ordem juntamente com as intervenções relacionadas aos direitos das pessoas idosas em um cenário de resgate histórico para rememorar os bailes carnavalescos envolvendo as pessoas idosas e alguns integrantes de suas famílias. Uma das idosas participantes no auge dos seus 97 anos trouxe para a equipe que: “Não me divertia há muito tempo e foi uma aventura sair de casa e participar do carnaval”.

A despeito da participação efetiva dos familiares nas atividades relacionadas ao Bloco Maior Cuidado observou-se uma presença baixa, entretanto devemos analisar de forma ampla os fenômenos multifatoriais que exige ser um cuidador familiar. Conforme pontuado por Elcyane Carvalho e Anita Neri:

No processo de cuidado, a substituição compulsória de atividades e rotinas pessoais, de trabalho, de vida social e de vida familiar, sobre as quais os cuidadores tinham controle e das quais auferiam benefícios, por outras determinadas pela dinâmica do cuidado, provoca mudanças em sua agenda diária e em sua perspectiva de tempo pessoal. É como se o tempo dedicado ao cuidado fosse um tempo subtraído daquele anteriormente disponível para o cuidador, ou que o senso de liberdade de escolha do cuidador ficasse prejudicado (2018, p. 957)

Diante do exposto, destaca-se que a atividade coletiva associada aos trabalhos anteriormente realizados na atenção domiciliar destas pessoas idosas puderam favorecer aquisições socioassistenciais relacionadas às seguranças de acolhida com as orientações e de convívio através da consolidação e fortalecimento de vínculos, bem como emergir os laços sociais e sentimento de pertencimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vale ressaltar que é de extrema importância a oferta e estímulo das pessoas idosas do PMC e seus familiares em atividades que vão além das atividades básicas da vida diária e rotina de cuidados para que se favoreça as relações familiares e participação comunitária, visando o exercício da cidadania ativa na participação na vida social e política e na conquista de novos direitos. Não obstante, destaca-se que foram observados inúmeros desafios para que se viabilizasse essa atividade, entendendo o difícil cenário de precarização das políticas públicas, sobrecarga dos cuidados familiares, barreiras arquitetônicas no território, centralidade em ações individualizantes, relações de trabalho com a organização da sociedade civil e a própria heterogeneidade do envelhecimento.

REFERÊNCIAS

BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994

FALEIROS, Vicente de Paula. Envelhecimento no Brasil do Século XXI: transições e desafios. Argumentum, Vitória, v. 6, n.1, p. 6-21, jan./jun. 2014

MARQUES, Denise Travassos; PACHANE, Graziela Giusti. Formação de educadores: uma perspectiva de educação de idosos em programas de EJA. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.36, n.2, p.475-490, maio/ago. 2010

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. TIPIFICAÇÃO NACIONAL DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS. Brasília: 2014.

CARVALHO, Elcyana; NERI, Anita. *Uso do tempo por cuidadores familiares de idosos com demência: uma revisão integrativa*. Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília, v. 71, supl. 2, p. 893–904, 2018. Edição temática: Saúde da Pessoa Idosa. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2017-0268>. Acesso em: 10 nov. 2025.



MARCHINHAS DE CARNAVAL
Paródia "Cachaça não é água"

AGORA VOCÊ JÁ CONHECE ALGUMAS MARCHINHAS DE CARNAVAL. ESCRIBA SUA MARCHINHA PREDILETA.

Bloco Maior Cuidado CRAS PPL

"Você pensa que idoso é frágil?"
Idoso não é frágil não
Pessoa idosa tem direitos
Cultura também é diversão
Não pode faltar CARNAVAL na vida
Música
Alegria
Interação
Esse é o Bloco Maior Cuidado
CRAS PPL na missão!"

Figura X: Convite para o evento de carnaval no CRAS e Hino do Bloco Maior Cuidado
Fonte: Arquivo pessoal da autora



Figura X: Atividades na atenção domiciliar com as(os) assistidas(os) pelo PMC
Fonte: Arquivo pessoal da autora

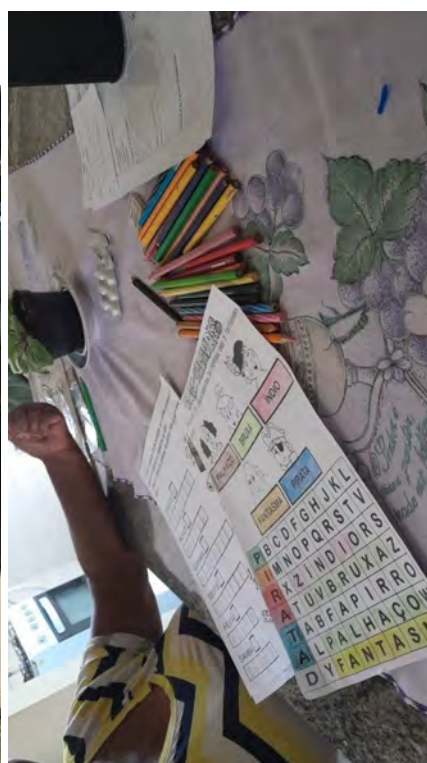


Figura X: Atividades na atenção domiciliar com as(os) assistidas(os) pelo PMC
Fonte: Arquivo pessoal da autora



Figura X: Atividades na atenção domiciliar com as(os) assistidas(os) pelo PMC

Fonte: Arquivo pessoal da autora

***Entrega do Convite e ensaio da marchinha Bloco Maior
Cuidado***



Figura X: Marchinha do Bloco do Maior Cuidado

Fonte: Arquivo pessoal da autora

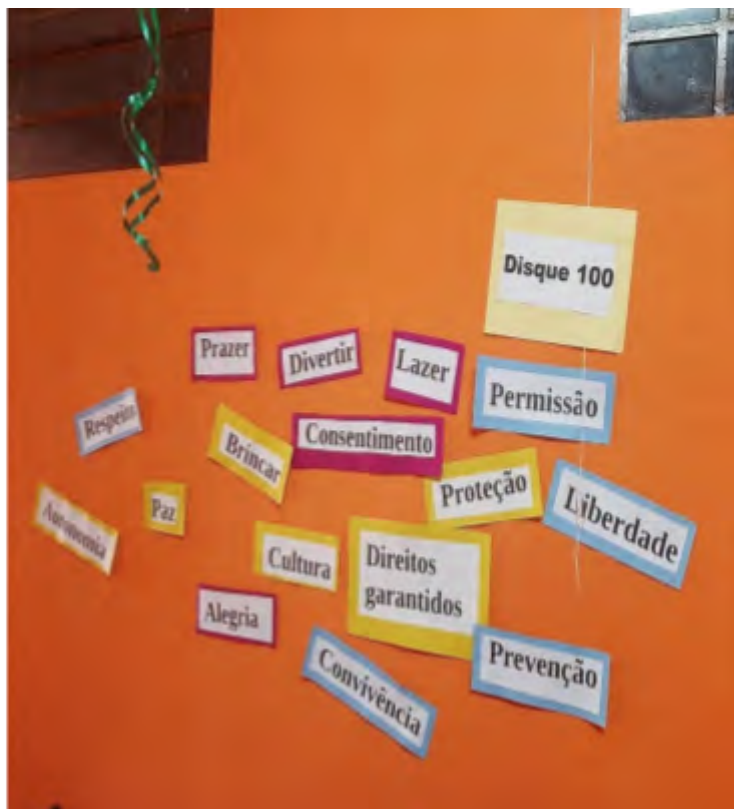


Figura X: Marchinha do Bloco do Maior Cuidado
Fonte: Arquivo pessoal da autora



Figura X: Marchinha do Bloco do Maior Cuidado
Fonte: Arquivo pessoal da autora



Figura X: Marchinha do Bloco do Maior Cuidado
Fonte: Arquivo pessoal da autora

Correspondência Afetiva e Cuidando com Música: Integração entre o Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF), o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e o Programa Maior Cuidado (PMC)

Eliane Aparecida Fortunato dos Santos

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - CRAS Vila CEMIG
eliane.fortunatoss@gmail.com

Glauber Viana Pereira

Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - CRAS Vila CEMIG
glauber.viana@pbh.gov.br

Maíra Carolina Alves Santos

Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - CRAS Vila CEMIG
maira.c.santos@pbh.gov.br

Rafaela Santiago

Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - CRAS Vila CEMIG
faela.santi@gmail.com

RESUMO

O envelhecimento da população mundial é tema muito relevante, principalmente no que diz respeito às políticas públicas. A realidade mineira e especialmente da capital tem colocado desafios para o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Considerando esse contexto, repensar metodologias e apostar em ações integradas e inventivas se torna indispensável para a proteção. Neste sentido, esse trabalho apresenta uma experiência planejada pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) de forma articulada com o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e Programa Maior Cuidado (PMC) e tem por objetivo compartilhar práticas e experiências no âmbito do SUAS, a fim de produzir conhecimento e discussões sobre a importância do aprimoramento de metodologias e práticas profissionais. Os resultados indicam a relevância da ruptura de práticas engessadas e técnico-burocráticas. As aquisições

sociais puderam ser apreendidas pelo retorno dos idosos que tiveram a segurança de convívio alicerçados a partir do encontro com pares, pelo resgate cultural e pelos encontros familiares e comunitários. Podemos afirmar que a atividade também teve potencial reflexivo por parte das famílias que puderam pensar novas formas de cuidar, um cuidado que leva em consideração a importância da socialização e afirmação da identidade dos idosos.

INTRODUÇÃO

O envelhecimento da população mundial é tema amplamente discutido e tem, segundo a Organização Pan-Americana da Saúde (2023), repercussões importantes, especialmente, na América Latina e no Brasil. Em 2020, mais de 8% da população da América Latina e do Caribe tinha 65 anos ou mais. As expectativas são de que essa porcentagem dobre até 2050 (OPAS, 2023). É interessante destacar que Minas Gerais está entre os estados com maiores índices de envelhecimento do Brasil, segundo o IBGE (2023). Dessa forma, faz-se necessária para a garantia da proteção social uma perspectiva que enfrente o etarismo e tenha em vista as potencialidades e possibilidades da pessoa idosa, que em milhões de lares brasileiros é a referência familiar que provê o sustento e a organização da casa.

É também fundamental destacar que a vivência do envelhecimento se diferencia a depender de uma série de fatores biopsicossociais. De modo que marcadores sociais como raça, classe e gênero, além do grau de participação na sociedade, estado de saúde física e mental e condições de suporte familiar e comunitário influenciam nos modos de envelhecimento e na situação de dependência de cuidados dos idosos.

Importante considerar que, apesar dos cuidados serem inerentes à vida humana, sendo um bem público essencial para a sociedade e um direito social a ser garantido, a responsabilidade pela provisão de cuidados é distribuída na sociedade brasileira de maneira desigual, ficando com as famílias e, em especial, com as mulheres, a responsabilidade principal ou exclusiva pelo trabalho de cuidado (BRASIL, 2024).

Dessa forma, as mulheres, especialmente as mulheres negras e com menores rendimentos enfrentam enorme carga de atividades de oferta de cuidados, as quais são pouco reconhecidas socialmente e, na maioria das vezes, não são remuneradas (BRASIL, 2024).

Conforme a OPAS (2023), recomenda-se a implantação de sistemas de cuidado a nível nacional para enfrentamento dessa realidade de crescimento da população idosa e aumento da sobrecarga da mulher na oferta de cuidados. Em relação às ofertas de cuidados aos cidadãos, faz-se necessário a sua redistribuição e a responsabilização do Estado, de modo a desonerar as famílias dessa tarefa de garantia de proteção social aos seus membros mais fragilizados.

Em Belo Horizonte, a Portaria Conjunta SMASAC/SMSA nº 007 de 29/11 /2019, estabeleceu as diretrizes para o funcionamento do Programa Maior Cuidado (PMC). Ofertado de maneira articulada e complementar ao trabalho social com famílias realizado pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), o programa se apresenta como uma proposta de redução da sobrecarga dos cuidadores e promoção da qualidade de vida dos idosos. O programa é executado pelos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) em parceria com as Unidades Básicas de Saúde (UBS) (BELO HORIZONTE, 2019).

De maneira concomitante, também no esteio da promoção social da pessoa idosa, o CRAS desenvolve de maneira complementar e articulada ao PAIF, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), que busca, conforme indica a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009):

(...) o desenvolvimento de atividades que contribuam no processo de envelhecimento saudável, no desenvolvimento da autonomia e de sociabilidades, no fortalecimento dos vínculos familiares e do convívio comunitário e na prevenção de situações de risco social. A intervenção social deve estar pautada nas características, interesses e demandas dessa faixa etária e considerar que a vivência em grupo, as experimentações artísticas, culturais, esportivas e de lazer e a valorização das experiências vividas constituem formas privilegiadas de expressão, interação e proteção social. Devem incluir vivências que valorizam suas experiências e que estimulem e potencializem a condição de escolher e decidir. (p. 18)

No contexto do estímulo às experimentações artísticas, culturais e a valorização das experiências enquanto modos de favorecer a expressão, a interação e a proteção social dos idosos do território do CRAS Vila CEMIG, apresenta-se a

seguir a realização das oficinas “Correspondência Afetiva” e “Cuidando com Música”, que envolveram idosos do SCFV e idosos do PMC, suas famílias, amigos e vizinhos. Iniciativas fora das convenções e que extrapolam as metodologias instituídas, as oficinas surgem como estratégias para o enfrentamento das dificuldades de alcance dos idosos do PMC e suas famílias, a fim de assegurar o convívio social.

Tendo em vista que a convivência social por meio da cultura, da música e das artes, tem o potencial de fortalecer a função protetiva das famílias, desenvolver vínculos comunitários e redes sociais de apoio que favoreçam os cuidados à pessoa idosa, as ações que se seguem foram planejadas e articuladas a partir do PAIF e mobilizaram os idosos do SCFV e PMC. Com o objetivo de fortalecer os vínculos familiares e comunitários, além de valorizar e reconhecer a participação social e identidade da pessoa idosa, a atividade envolveu encontros e afetos, promovidos pela troca de cartas e momentos de interação musical.

DESENVOLVIMENTO

A seguir será descrita a construção da atividade, o seu desenho metodológico (vide Anexo I), as aquisições sociais alcançadas e reflexões sobre o desenvolvimento da ação.

A realidade social e as demandas sociais do território do CRAS Vila CEMIG têm apontado para um aumento de fenômenos relacionados à desproteção da pessoa idosa por situações de vínculos fragilizados com a família, situações de isolamento social e falta de apoio familiar e comunitário, que levam à agravos de comorbidades da saúde e impactos na saúde mental. Consequentemente, tem-se observado casos mais agravados acompanhados pelo PAIF e pelo PMC, com idosos mais dependentes e com vínculos mais fragilizados do que observado historicamente no serviço. Do mesmo modo, tem-se observado um maior número de famílias que demanda ao serviço por vagas de instituições de longa permanência.

Neste sentido, com objetivo de fortalecer vínculos familiares e comunitários e favorecer a convivência social dos idosos da comunidade, o PAIF tem desenvolvido,

além das intervenções junto aos grupos de convivência de idosos do SCFV, oficinas com famílias, campanhas a respeito dos direitos da pessoa idosa e pelo menos uma oficina com famílias do PMC por semestre, contemplando idosos acompanhados e suas famílias.

Neste contexto se insere a oficina do SCFV “Correspondência Afetiva”. A referida ação foi realizada anteriormente entre os grupos de convivência do SCFV da Regional Barreiro com objetivo de fortalecimento de vínculos entre os usuários participantes nas diversas unidades socioassistenciais da regional. Diante da demanda apontada pelo PAIF em relação as desproteções sociais citadas e observadas atualmente no território, se vislumbrou a possibilidade de realizar essa mesma atividade integrando PAIF, SCFV e PMC.

Assim, a partir dos encontros do Grupo de Convivência “Esperança”, foi realizada a troca de cartas entre participantes do SCFV e os idosos atendidos no PMC, sendo que os profissionais tanto do SCFV quanto do PMC propiciaram a escrita e as trocas das cartas, contando com a participação ativa dos idosos e de suas famílias (no caso dos idosos do PMC). Durante o período, foram realizadas 2 ou 3 trocas de cartas entre os idosos participantes.

As cartas foram confeccionadas durante os encontros do grupo de convivência, com a preparação do papel de carta, escrita com suporte da orientadora social e diálogos sobre a experiência dos idosos com trocas de cartas nos diversos períodos de suas vidas.

Concomitantemente, as cuidadoras sociais do PMC, junto das famílias acompanhadas, leram as cartas produzidas, conversaram com os idosos do programa sobre o conteúdo das cartas (as histórias relatadas, a região do bairro onde o remetente mora, assim como seu perfil e os gostos apresentados na carta). A produção das cartas pelos idosos do PMC contou com a contribuição das cuidadoras sociais e de familiares. Essas cartas foram entregues às técnicas do CRAS e à orientadora social pelas cuidadoras sociais e lidas pelos destinatários durante os encontros do grupo de convivência, servindo de provocação para as reflexões e diálogos durante o encontro, assim como estímulo para escrita da carta seguinte.

Em seguida às trocas de cartas, foi organizado um momento de encontro entre os idosos nas casas das famílias atendidas pelo PMC, a oficina com famílias com ênfase na convivência “Cuidando com Música”. Previamente, a família foi contatada pelas técnicas e verificada a disponibilidade de receberem a atividade. Do mesmo modo, foi pedido à família que, naquele dia combinado, pudessem ser convidados vizinhos e amigos do idoso do programa, para um momento de confraternização e encontro. Também previamente foram levantadas quais músicas eram de preferência dos idosos do programa. O repertório envolveu desde Roberto Carlos a sertanejo de raiz, passando por música gospel e cantigas populares.

Conforme o Anexo II, foram estabelecidos trajetos para a circulação de cuidadoras sociais, técnicas do PAIF, orientadora social, idosos do SCFV e idosos do PMC pelo território. O planejamento de tais trajetos envolveu complexa análise territorial, com a divisão do território em porções menores, considerando a proximidade das casas dos idosos atendidos, a análise do grau de autonomia do idoso e sua possibilidade de deslocamento, bem como local na comunidade, no qual poderia se dar o encontro (casa do idoso, quintal, comércio ou espaço público próximo).

A construção desse rizoma se deu no GT PMC e, ao final, a atividade contemplou 34 pessoas e 17 famílias de idosos do PMC em 9 pontos de encontro na comunidade.

Foi contratada umaicineira musicista que facilitou a interação com as famílias e promoveu momentos importantes de alegria e descontração entre os participantes. Da mesma forma, favoreceu o encontro dos idosos do SCFV e idosos do PMC, muitos já conhecidos de longa data, mas que haviam perdido o contato após o adoecimento ou dificuldades de deslocamento. Para esse momento de encontro e cantoria na comunidade, as equipes, também no momento da ação, mobilizaram amigos e vizinhos do idoso visitado, ocupando assim quintais, salas de estar, quartos, portas de comércios e ruas.

Desse modo, vínculos comunitários foram reestabelecidos e as famílias receberam em suas casas amigos e vizinhos, que valorizaram a vida e a presença

dos idosos do programa, de forma a ter sido trabalhada de maneira ampla a rede de apoio e proteção social aos idosos do território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados indicam a relevância da ruptura de práticas engessadas e técnico-burocráticas (MIOTO, 2004), a importância da criatividade relacionada ao trabalho coletivo e a garantia de espaços para a realização de ações de maneira proativa e fora das convenções e prescrições. As aquisições sociais puderam ser apreendidas pelo retorno que os idosos apresentaram nos atendimentos seguintes do PMC nos domicílios e também na avaliação da atividade no grupo de convivência.

Destaca-se a segurança de convívio alicerçada a partir do encontro com pares, pelo resgate cultural e pelos encontros familiares e comunitários. Assim, observa-se que a atividade resgatou a troca de cartas como registro de solidariedade e interação. Além de permitir a expressão da afetividade, da emoção e da recordação como meio da valorização e reconhecimento da participação social e identidade dos idosos. O momento de interação musical teve também grande importância na medida em que os idosos escolheram suas canções e puderam compartilhar e até mesmo cantar suas histórias.

Nesse sentido, as atividades Correspondência Afetiva e Cuidando com Música, permitiram contornar desproteções sociais e por meio do envolvimento dos idosos, família, comunidade e serviço público proporcionaram aos idosos atendidos, as seguranças socioassistenciais de convívio familiar e comunitário, de autonomia e de acolhida, direitos de todas as pessoas, conforme destaca a Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004).

Destacando-se a convivência familiar e comunitária e considerando a realidade das pessoas idosas no país, tal segurança socioassistencial se configura como um enorme desafio para as políticas públicas. Observamos que atitudes de isolamento e reclusão são bastante comuns quando se trata dessa população. Seja pelo não reconhecimento de suas subjetividades, seja pelas dificuldades causadas

pela intolerância ou não aceitação de um modo particular de existência, especialmente quando envolve algum tipo de dependência ou semi-dependência.

Poderia-se perguntar se a integração entre o PMC com o SCFV poderia ser considerada uma atividade pertinente ao PAIF. Uma invenção que não fragmenta as ações como oferta apenas pelo ciclo de vida e envolve a segurança de convívio como direção da proposta. Considerando “a melhor idade” como uma etapa que nem sempre poderá ser ultrapassada com saúde e autonomia, é preciso que os serviços e políticas públicas reinventem suas práticas para o alcance real e possível do objetivo de proporcionar ao público atendido, neste caso, os idosos, a melhor atenção para o desenvolvimento de potencialidades e aquisições sociais, conforme prevê o trabalho social com famílias.

O que pretendemos ao compartilhar a experiência de Correspondência Afetiva e Cuidando com Música é repensar metodologias e processos de trabalho, a fim de superar fragmentações e buscar soluções práticas e que, de fato, mobilizem afetos e trocas entre os usuários que acessam os serviços. Uma outra forma de ver potência, mesmo que coexista “incapacidade e dependência”.

Por meio da convivência social, da cultura, da música e das artes, a segurança de convívio foi afiançada e foram desenvolvidos vínculos familiares, comunitários e redes sociais de apoio que favoreceram os cuidados à pessoa idosa.

Ressalta-se ainda que a atividade teve importante potencial reflexivo por parte das famílias que puderam pensar novas formas de cuidar, um cuidado que leva em consideração a importância da socialização e a afirmação da identidade dos idosos.

REFERÊNCIAS

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Portaria nº 007, de 29 de novembro de 2019. Estabelece os princípios e diretrizes para gestão e operacionalização do Programa Maior Cuidado e institui instâncias de gestão e de interlocução e dá outras providências. *Diário Oficial do Município*, Belo Horizonte, 03 dez. 2019. Acesso em: 08 nov. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. *Concepção de convivência e fortalecimento de vínculos*. Brasília: MDS, 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Política Nacional de Assistência Social – PNAS*. Brasília: MDS, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais*. Brasília: MDS, 2009a.

BRASIL. Ministério das Mulheres; Ministério do Desenvolvimento Social, Família e Combate à Fome. *Lançamento do GTI para elaboração da Política Nacional de Cuidados*. Brasília: Governo Federal, 2024.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE – OPAS; BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO – BID. *Situação dos cuidados de longo prazo na América Latina e no Caribe*. Washington, D.C., 2023. Disponível em: https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/57573/9789275726877_por.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 08 out. 2024.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE – OPAS; BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO – BID. *Envelhecimento saudável*. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/envelhecimento-saudavel>. Acesso em: 08 nov. 2024.

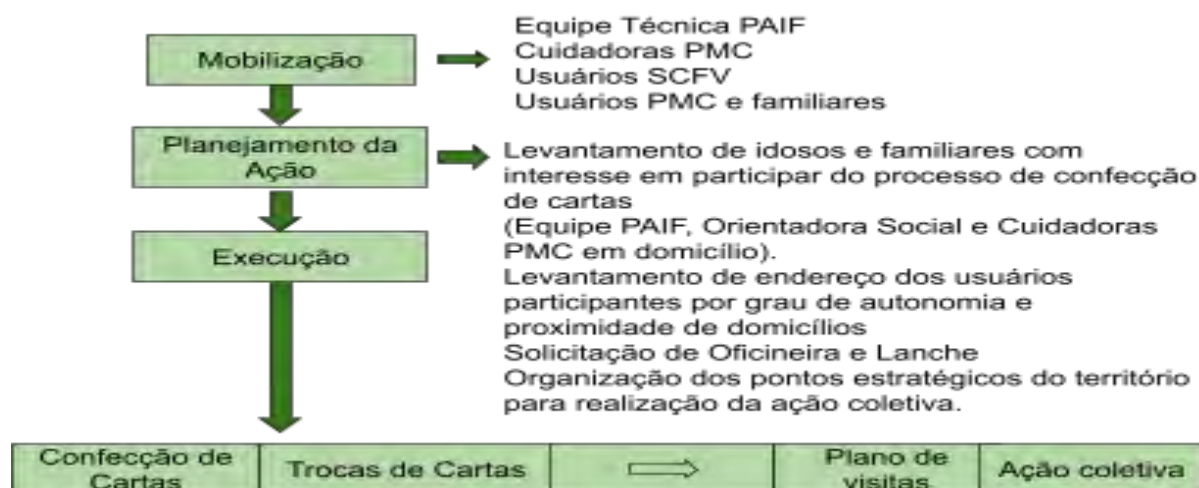
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Nota complementar – Pessoas idosas com 60 anos ou mais de idade – Censo 2022*. Brasília, 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-detalle-de-midia.html?view=mediaibge&catid=2101&id=6744>. Acesso em: 08 out. 2024.

LIMA, Thamires F.; TORRES, Marina A. *O cuidado de pessoas idosas no sistema público de saúde de Belo Horizonte*. Nota Técnica nº 04/2024. Belo Horizonte: Câmara Municipal de Belo Horizonte, 2024.

MIOTO, Regina Célia T. Trabalho com famílias: um desafio para os assistentes sociais. *Textos & Contextos (Porto Alegre)*, v. 3, n. 1, p. 1-15, 2004.

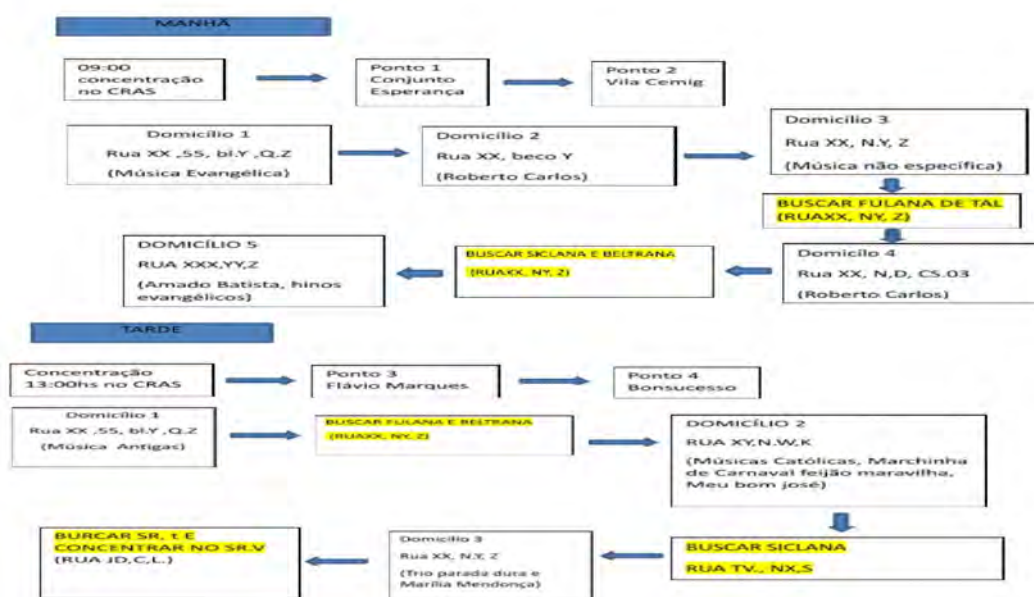
ANEXOS

Anexo I - Desenho metodológico da Oficinas Correspondência Afetiva e Cuidando com Música



Fonte: Elaborada pelos autores, 2024.

Anexo II - Mapa de visitas: Oficinas Correspondência Afetiva e Cuidando com Música



Fonte: Elaborada pelos autores, 2024.

Inclusão, Convivência e Cuidado: Uma construção colaborativa entre Programa Mala de Recursos Lúdicos e Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência.

LUCIENE GUEDES DOS SANTOS

Programa Mala de Recursos Lúdicos

coordenacao.malabh@adra.org.br

DAYSE ARAUJO DUTRA

Apoio Técnico à Gestão SPSPD/PMRL

prodeficiente@pbh.gov.br

RESUMO

A experiência envolvendo técnicos e educadores teve como objetivo contribuir na construção de uma proposta de intervenção lúdica a ser vivenciada junto às famílias acompanhadas. A equipe técnica e educadores sociais reuniram-se para desenvolver, de maneira colaborativa, métodos e práticas que facilitem a compreensão dos objetivos do Serviço/Programa e promovam o engajamento das famílias na co-construção dos combinados de convivência, cuidado e inclusão social.

INTRODUÇÃO

O Programa Mala de Recursos Lúdicos (PMRL), articulado com o Serviço de Proteção Social à Pessoa com Deficiência (SPSPD), integra as ações da Proteção Social Básica da Prefeitura de Belo Horizonte, tendo como objetivo atender pessoas com deficiência e suas famílias, acompanhadas pelo SPSPD, mediante intervenções lúdicas no domicílio, na comunidade e/ou na cidade, de modo a contribuir na prevenção de agravos que possam desencadear o rompimento dos vínculos familiares e sociais das pessoas com deficiência, propiciando melhores condições de vida do público em questão, com vistas à inclusão social, qualificando as ações do SPSPD.

A partir de uma reflexão metodológica convergente com a prática do SPSPD/PMRL foi realizado o estudo das situações problemas que estavam

emergindo no contexto de atendimento no domicílio. Uma questão identificada foi a dificuldade dos membros das famílias atendidas pelo PMRL em perceber a intervenção lúdica como direito de proteção, além da pouca compreensão sobre os objetivos do Programa e a organização das ações no contexto SPSPD/PMRL. Buscando ampliar e positivar tais situações foi proposta a co-construção dos combinados de convivência no contexto de atendimento no domicílio junto às famílias SPSPD e PMRL.

Para a execução dessa ação houve a organização de um encontro formativo visando construir de forma colaborativa entre equipe técnica SPSPD e educadores sociais PMRL uma proposta de intervenção lúdica cuidadosa que auxilie as famílias atendidas a compreenderem as ofertas do serviço/programa como direito de proteção e inclusão social. A ação visa também proporcionar uma melhora no engajamento das famílias nos combinados de convivência no contexto de atendimento no domicílio.

Desde modo, o Programa Mala de Recursos Lúdicos coloca em prática o seu objetivo de qualificação do Serviço de Proteção Social à Pessoa com Deficiência, por meio do desenvolvimento da tecnologia social lúdica, promovendo integração entre a equipe, contribuindo no trabalho social junto às famílias acompanhadas.

DESENVOLVIMENTO

A presente proposta tem como objetivo dar visibilidade às experiências lúdicas vivenciadas entre a equipe do SPSPD/PMRL que contribuíram para criação de processos mais inclusivos junto às famílias acompanhadas.

A abordagem metodológica utilizada foi de co-construção de jogos lúdicos e interativos, que proporcionam experiências inclusivas, de convivência e cuidado, entre os atores envolvidos, sendo orientada por conceitos metodológicos, situação problema e fenômenos sociais. O Serviço de Proteção Social à Pessoa com Deficiência (SPSPD) e o Programa Mala de Recursos Lúdicos (PMRL), desde sua criação, têm como base a “metodologia de atendimento sistêmico” para o acompanhamento de famílias e redes sociais, visando a co-construção de processos

inclusivos na cidade de Belo Horizonte. Essa metodologia utiliza como referência o conceito de “sistema determinado pelo problema”, conforme proposto por Vasconcellos (2008), e por Goolishian e Winderman (1989).

A noção de “sistema determinado pelo problema” auxilia na identificação e distinção das “situações-problema” que agravam os contextos de desproteção social, frequentemente definidos em nossa experiência como “fenômenos sociais complexos”, especialmente no contexto das pessoas com deficiência (PcD).

A abordagem metodológica aplicada pelo SPSPD/PMRL nos atendimentos domiciliares realizados por meio de visitas de acompanhamento e do uso das malas de recursos, tanto em contextos domiciliares quanto externos, bem como na execução de atividades coletivas, como oficinas com famílias, reuniões temáticas e oficinas lúdicas, promovem diálogos sobre situações divergentes ou posições antagônicas que possam estar agravando a vulnerabilidade ou a desproteção social das famílias.

Por meio de técnicas lúdicas, a equipe multidisciplinar — composta por técnicos, educadores, apoio técnico metodológico e a coordenação do PMRL — desenvolve estratégias que facilitam conversações transformadoras junto às famílias de PcD. Esse trabalho colaborativo busca fortalecer os vínculos familiares, promover a inclusão social e fomentar processos de convivência e cuidado, contribuindo para a construção de uma rede de apoio mais robusta e eficaz.

Para tanto, foi realizado um encontro que proporcionou a cooperação e comunicação entre a equipe, permitindo uma reflexão coletiva sobre o fenômeno vivenciado e a construção coletiva de intervenções lúdicas a serem realizadas no domicílio junto às famílias atendidas.

Através de técnicas grupais foram propostas a criação de jogos interativos, com o objetivo de discutir e construir uma proposta adequada e acessível para as famílias, abordando questões essenciais do serviço/programa, tais como: Trilha Lúdica, um jogo que consiste em avançar ou voltar casas de acordo com as informações dos cartões, as perguntas são sobre a execução do Programa e pontos a serem construídos com as famílias; Jogo do dominó com perguntas e respostas que se complementam com cores ou figuras que formam pares facilitando assim a

condução para completar corretamente as informações sobre o Programa; Trilha do Semáforo, um jogo de tabuleiro que consiste em avançar ou voltar casas de acordo com as informações, sendo cartas verdes siga, cartas amarelas são pontos de atenção e cartas vermelhas pare; Jogo da memória, um jogo em MDF com peças em duplicidade com símbolos e gravuras sobre a execução do Programa, à medida que os pares são formados vai sendo construído com a família os combinados.

Segundo Freire (1996), a educação dialógica, baseada na participação ativa dos envolvidos, permite que os sujeitos se reconheçam como participantes no processo. Esse aspecto dialoga diretamente com a proposta de co-criação de jogos lúdicos e de atividades interativas no contexto do SPSPD/PMRL, promovendo um entendimento mútuo e uma relação de parceria entre os profissionais envolvidos, favorecendo o TSF desenvolvido junto às famílias acompanhadas.

Vygotsky (1991) destaca que o jogo permite o desenvolvimento das habilidades cognitivas e sociais, sendo uma maneira eficaz de engajar as famílias em um contexto de acolhimento e aprendizado. Além disso, autores como Huizinga (1999) consideram o lúdico como parte fundamental da cultura humana, favorecendo a construção de relações de confiança e diálogo.

Para Bordenave (1985), o trabalho em grupo é uma estratégia eficaz para a construção de conhecimentos e a resolução de problemas, pois permite a reflexão conjunta e o compartilhamento de diferentes perspectivas. Bordenave afirma que "o grupo, como espaço de reflexão, proporciona uma oportunidade única de reconstrução coletiva do saber, onde o aprendizado se dá pela interação entre os sujeitos" (Bordenave, 1985, p. 42). Isso se aplica diretamente às práticas lúdicas desenvolvidas no encontro formativo, onde jogos e atividades colaborativas serão usados para engajar as famílias na compreensão do programa.

A proposta de fortalecer os vínculos de convivência e cuidado no ambiente familiar através das propostas de jogos lúdicos, se alinha aos princípios da Proteção Social Básica, enfatizando o papel da convivência como um direito e um elemento de proteção. De acordo com Luck (2010), o fortalecimento dos vínculos entre os membros familiares e os profissionais do serviço/programa cria um ambiente seguro

e inclusivo, as famílias se sentem apoiadas para exercer seus direitos de forma plena e isso contribui para o fortalecimento da função protetiva das famílias.

Os profissionais do SPSPD/PMRL participaram ativamente nas dinâmicas propostas, o que permitiu uma reflexão coletiva sobre os temas abordados e a adaptação das metodologias para o público-alvo. As atividades realizadas ajudaram a construir uma proposta sólida e clara, visando a apresentação das ofertas do serviço/programa de forma interativa e compreensível para as famílias acompanhadas, bem como assegurar uma acolhida respeitosa e que proporcione a adesão das famílias aos atendimentos no domicílio.

Ao final os participantes avaliaram o encontro de forma muito positiva, ressaltando a importância dessa construção coletiva. Outro fator avaliado de forma positiva foi a utilização de materiais recicláveis e de fácil acesso para a confecção dos jogos, não só otimizando recursos financeiros e contribuindo para a preservação do meio ambiente, como possibilitando a replicabilidade para todas as equipes do serviço/programa, bem como demais serviços da assistência social que podem adaptar as estratégias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação conjunta SPSPD/PMRL, em relação a esta experiência lúdica desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento de habilidades junto aos profissionais que atuam com às famílias no contexto do atendimento no domicílio. Para este processo foi fundamental considerar a diversidade das famílias acompanhadas com seus saberes e potencialidades, a amplitude do Serviço/Programa, as experiências dos profissionais envolvidos, a comunicação empática, e as estratégias de planejamento conjunto para proporcionar que os jogos e atividades fossem estruturados e customizadas para atender a diferentes propostas com criatividade, ludicidade e coerência metodológica pertinentes ao trabalho social com famílias.

As construções dos jogos proporcionaram não apenas o alcance dos objetivos propostos, mas outros desdobramentos. A estratégia já foi utilizada pelo

programa para trabalhar outras temáticas relacionadas à inclusão social das pessoas com deficiência, tanto com as famílias atendidas, quanto para sensibilização de trabalhadores dos demais serviços da assistência social. Um exemplo foi o uso da trilha para trabalhar a temática do capacitismo com profissionais da ADRA, (OSC executora do PMRL); profissionais que compõem as equipes de Proteção Social Básica na regional Noroeste; Grupos de idosos e jovens do SCFV de diversos CRAS, entre outros. Essas ações reforçam o potencial de replicabilidade da experiência e estratégias utilizadas em novos contextos.

Considera-se portanto que, essa experiência se mostrou como uma estratégia eficiente para validar conceitos e assuntos essenciais a serem desenvolvidos no trabalho social com famílias, para além da inclusão, a convivência e o cuidado.

REFERÊNCIAS

- BORDENAVE, Juan E. Díaz. O que é trabalho de grupo. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GOOLISHIAN, H.; WINDERMAN, K. *Problem-determined systems: Toward transformation in family therapy*. Journal of Strategic and Systemic Therapies, v. 8, n. 2, p. 54-61, 1989.
- GOOLISHIAN, H.; WINDERMAN, K. *A second-order cybernetics of family therapy*. In: McNAMEE, S.; Gergen, K. J. (Org.). *Therapy as social construction*. London: Sage, 1988. p. 33-44.
- HUIZINGA, Johan. Homo Ludens. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- LUCK, Heloísa. Liderança em Gestão Escolar. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
- PICHON-RIVIÈRE, Enrique. O Processo Grupal. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- VASCONCELLOS, M. J. C. E *Metodologia de Atendimento Sistêmico: o sistema determinado pelo problema*. Belo Horizonte: EquipSIS, 2008.
- VYGOTSKY, Lev S. A Formação Social da Mente. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- ZIMMERMAN, David. Fundamentos Básicos das Grupos-terapias. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

Oficina Lúdica Entrelaçando As Emoções

ANA LUIZA GONÇALVES DE SOUZA

Programa Mala de Recursos Lúdicos
educadoresvendanova@gmail.com

WESLEY FAUSTINO

Programa Mala de Recursos Lúdicos
educadoresvendanova@gmail.com

ALEXANDRA LOPES

Serviço de Proteção Social à Pessoa com Deficiência
alexandralopes@pbh.gov.br

MARIA APARECIDA CASTRO

Serviço de Proteção Social à Pessoa com Deficiência
maparecida.castro@pbh.gov.br

LUCIENE GUEDES

Coordenação Programa Mala de Recursos Lúdicos
coordenacao.malabh@adra.org.br

REJANE MARA GOMES SILVA DE SOUZA

Coordenação Serviço de Proteção Social Básica Regional
coord.psbregionalvn@pbh.gov.br

RESUMO

A Oficina Lúdica “Entrelaçando as Emoções”, organizada pelo Programa Mala de Recursos Lúdicos (PMRL) em articulação com o Serviço de Proteção Social à Pessoa com Deficiência (SPSPD) e Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS) abordou a importância de refletir sobre sentimentos comuns entre cuidadores de pessoas com deficiência (PCD), com objetivo de fortalecer o convívio familiar e construir estratégias para ampliar a rede de apoio. Houve participação de 14 pessoas com deficiência, 15 familiares e 22 profissionais. Foi vivenciado dinâmicas lúdicas e artísticas para promover a expressão emocional, criando um ambiente acolhedor e oportuno para o compartilhamento de emoções e apoio mútuo.

INTRODUÇÃO

O presente relato descreve e analisa a experiência vivenciada na Oficina Lúdica “Entrelaçando as Emoções”, executada no dia 30 de outubro de 2024, no Centro Cultural de Venda Nova, Belo Horizonte/MG.

A intervenção foi organizada pelo Programa Mala de Recursos Lúdicos (PMRL) em articulação com o Serviço de Proteção Social à Pessoa com Deficiência (SPSPD) e Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS), contemplando o conceito “Resiliência Compartilhada” em que cuidadores de pessoas com deficiência (PcD) desenvolvem, em conjunto com a PcD e outros membros da família, uma capacidade fortalecida de enfrentar desafios emocionais e físicos através de apoio mútuo, comunicação efetiva e estratégias de autocuidado.

Ao promover esse conceito, a oficina contribui para a criação de espaços de apoio emocional e social, essencial para reduzir o estigma e melhorar a qualidade de vida. Para a assistência social, essa abordagem é uma ferramenta eficaz para promover a inclusão social, o autocuidado e a construção de estratégias coletivas de enfrentamento dos desafios cotidianos, oferecendo suporte integral e respeitoso às necessidades das famílias.

DESENVOLVIMENTO

Essa proposta tem como objetivo dar visibilidade às abordagens articuladas entre SPSPD e PMRL que geram proteção e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. O foco é a inclusão social de pessoas com deficiência e suas famílias, promovendo a integração e a colaboração entre diferentes unidades e equipes.

Durante as visitas domiciliares cuidadores e PcD 's apresentaram demandas relacionadas a desgastes emocionais que são ocasionados por tempo de dedicação aos cuidados da PcD, sentimento de culpa e auto responsabilização que surgem ao acompanhar o agravamento da deficiência e/ou por procedimentos que afetaram a autonomia da PcD. Os desgastes emocionais impactam negativamente no cuidador que reverbera em sua qualidade de vida, em gerir a dinâmica no domicílio, além de prejudicar a boa comunicação e enfraquecer os vínculos familiares. Diante desse

cenário, foram realizadas reuniões entre a SPSPD e PMRL para desenvolver estratégias que trabalhassem as demandas através da ludicidade. Durante o processo de planejamento, foi realizada a articulação com a equipe do SEAS-VN, o que culminou em uma intervenção conjunta. Como estratégia para introduzir o tema proposto, houve a sensibilização das famílias no domicílio anteriormente à Oficina Lúdica, através da construção de uma casa com palitos de picolé e no decorrer da atividade dialogamos sobre os desafios e alegrias em ser uma pessoa com deficiência ou cuidador. Ao mencionar sobre os desafios, ressaltamos a importância da rede de apoio para auxiliar nesses momentos, assim como garantir momentos em que possam compartilhar as alegrias e desenvolvimentos adquiridos. Ao final, a família era convidada a fazer um desenho ou escrever alguma frase que representasse essa temática e colocar na casa que foi construída. Após a sensibilização no domicílio as famílias foram convidadas a participar da Oficina Lúdica que aconteceria no Centro Cultural de Venda Nova.

A Oficina Lúdica iniciou com acolhida calorosa e as famílias foram convidadas a compartilhar suas expectativas. Em seguida, Dona Juju, personagem criada e interpretada por Rafaela (Arte Educadora SEAS-VN) foi apresentada. Através de uma abordagem lúdica, Dona Juju conduziu uma atividade inicial onde foram distribuídas bonecas aos participantes. Aqueles que receberam uma boneca tiveram a oportunidade de expressar como se sentiam naquele momento, iniciando uma conversa sobre a importância de compartilhar emoções.

Durante essa intervenção, foram utilizados balões que simbolizavam corações. À medida que Dona Juju contava uma história sobre um homem que guardava suas emoções, os participantes começaram a encher os balões, que estouravam em momentos da narrativa. Essa atividade não apenas ilustrou a ideia de que emoções acumuladas podem ser prejudiciais, mas também ofereceu um espaço para que as famílias discutissem o alívio de "esvaziar seus corações". Ao final, Dona Juju incentivou os participantes a se abraçarem, simbolizando a solidariedade e o apoio mútuo, reforçando a importância de estarem juntos nessa jornada. Após essa introdução, as famílias foram divididas em grupos, cada um conduzido por um educador social, para explorar diferentes formas de arte (poesia, música, desenho e sugestões). Essa abordagem colaborativa não só facilitou a

expressão individual, mas também promoveu um senso de realização e pertencimento, à medida que os grupos apresentaram suas criações para todos os participantes.

A oficina contou com a participação de 12 famílias, criando um ambiente acolhedor e de troca significativa. Os relatos demonstraram sentimentos de alívio, amor e surpresa, refletindo o impacto positivo da atividade. Para a avaliação foi utilizado o “Termômetro das Emoções”, que serviu como uma ferramenta eficaz, permitindo que as famílias expressassem suas sensações durante a oficina e incentivando a comunicação aberta sobre suas experiências. Ao final da atividade, surgiu a proposta de criar um grupo no WhatsApp para cuidadores e isso emergiu como uma resposta ao desejo de manter o contato e o suporte mútuo. Essa iniciativa visou garantir que as conexões formadas durante a oficina fossem sustentadas ao longo do tempo.

Por fim, cada família recebeu um kit que incluía materiais para o planejamento e o gerenciamento emocional, como lousas de planejamento semanal, imãs de emoções e um folder informativo. Esses recursos foram fundamentais para assegurar que as reflexões e aprendizados da oficina pudessem ser aplicados no dia a dia, contribuindo assim para a melhoria da qualidade de vida de cuidadores e PCDs.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Oficina Lúdica “Entrelaçando as Emoções” revelou um espaço significativo de acolhimento e fortalecimento de vínculos entre as famílias de PcD. As abordagens articuladas entre o SPSPD e o PMRL foram essenciais para promover a proteção e o suporte às famílias, evidenciando a importância de iniciativas que contribuem para o protagonismo familiar e comunitário e o fortalecimento da função protetiva das famílias. A promoção da resiliência compartilhada, o fortalecimento de redes de apoio e o incentivo à expressão emocional são fundamentais para a construção de um ambiente mais inclusivo e solidário. Esta experiência ressalta a importância de investir em práticas que reconheçam e valorizem as vivências dos

cuidadores e PCD, criando um espaço seguro para o diálogo e o apoio mútuo, essenciais para a saúde emocional de todos os envolvidos.

Programa Maior Cuidado: um novo enfoque para a reunião de articulação e GT local

Regiane Batisteli Magalhães

Analista de Políticas Públicas/Serviço Social

Coordenadora do CRAS Confisco

regiane.magalhaes@pbh.gov.br

Luiz Fernando Alves

Analista de Políticas Públicas/Serviço Social

luizf@pbh.gov.br

LUANA APARECIDA ALMEIDA

Analista de Políticas

Públicas/Psicologia

luana.a.almeida@pbh.gov.br

RESUMO

Este trabalho visa compartilhar a implementação de um novo formato de execução dos espaços de articulação socioassistencial e discussão intersetorial do Programa Maior Cuidado (PMC), podendo agregar à configuração estabelecida em suas diretrizes. O presente relato traz uma síntese da experiência vivenciada no Cras Confisco, a qual demonstra os desafios e tentativas de consolidação do cuidado social enquanto cerne do Programa Maior Cuidado. O foco no desenvolvimento da ação foi na reconfiguração da Reunião de Articulação junto aos cuidadores sociais e no Grupo de Trabalho do Programa Maior Cuidado. Os atores da saúde - em principal a referência com formação em Terapia ocupacional - que compõem a execução deste Programa, foram fundamentais para repensar o Grupo de Trabalho (GT), uma vez que se dispuseram a transcender o formato, por vezes, protocolar investindo em ações de qualificação da entrega do serviço.

INTRODUÇÃO

O Programa Maior Cuidado consiste no apoio às famílias para o cuidado domiciliar de rotina de pessoas idosas dependentes e semidependentes, do município de Belo Horizonte, e que vivem em situação de vulnerabilidades sociais seja pelo ciclo de vida, por desproteções relacionais ou materiais.

Dentre os processos de trabalho que compõem o Programa e o vincula ao CRAS, estão as reuniões de articulação entre o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e Programa Maior Cuidado (PMC). Dessa forma, o Grupo de Trabalho Local (GT) assume lugar estratégico de construção de ações que visam avaliar a qualidade do atendimento prestado aos usuários, adequar o acompanhamento das famílias e as ofertas no domicílio, desfragmentar a atuação das políticas sociais promovendo um trabalho interdisciplinar e intersetorial para alcance e defesa de direitos.

DESENVOLVIMENTO

A partir do entendimento da Assistência Social como

(...) direito do cidadão e dever do Estado, é política de seguridade social não contributiva, que prevê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de iniciativas públicas e da sociedade para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, Lei Orgânica de Assistência Social, 1993)

Considera-se que o Programa Maior Cuidado ilustra bem este conceito. O referido Programa é gestado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania e tem como cogestora a Secretaria Municipal de Saúde. É executado por meio de parceria entre a Prefeitura de Belo Horizonte e o Grupo de Desenvolvimento Comunitário (GDECOM). À luz do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas, o Programa tem como finalidade a prevenção de situação de risco e agravos que leve ao rompimento de vínculos familiares e sociais. Visa promover acesso a direitos; prevenir a exclusão, isolamento e a institucionalização; fortalecimento da função protetiva da família; inclusão social; desenvolvimento e manutenção da autonomia da pessoa idosa e melhoria em sua qualidade de vida assim como de sua família.

Neste sentido, este relato aspira provocar a necessidade de reconfiguração constante dos espaços implantados para viabilizar tais aquisições acima mencionadas, bem como consolidar a função do cuidador na perspectiva do cuidado social.

Como mote da ação, foi problematizado pela equipe técnica PAIF e gestão local, o formato rígido na execução do projeto, que ao nosso ver, limita e desvaloriza a articulação de saberes, compreensão e consolidação da função social a qual o Programa se destina.

Essa experiência iniciou em 2019 quando houve o movimento de repensar o modelo da reunião de articulação e do GT Local que, à época, sustentavam um lócus muito voltado ao repasse de demandas identificadas pelo cuidador e/ou PAIF que em sua maioria eram relacionadas à saúde. A equipe de saúde pouco contribuía na construção e acompanhamento dos casos. A atenção centralizada em pontos vinculados à saúde enquanto doença não permitia perceber o indivíduo em sua singularidade e sua família enquanto um sistema de cuidados e/ou desamparo, potência e/ou fragilidades.

Outra questão de atenção foi a percepção de que os cuidadores exibiam insuficiências em assimilar o que é e como desempenhar a função social, e, nestes espaços, principalmente no GT, aparentemente não integravam a equipe, assumindo lugar de coadjuvantes do processo. Desta forma foi proposta uma reconfiguração no formato, com novas metodologias e estratégias que favorecessem a integralidade e alcance dos objetivos.

Vale ressaltar que a manutenção deste processo é um desafio, tendo em vista a complexidade e a dinamicidade da Proteção Social Básica, como os atravessamentos do cotidianos como, por exemplo, a substituição e/ou falta de profissionais, ausência de instrumentais adequados e recursos materiais.

Percebe-se que a mudança na composição das equipes (cuidadores e/ou técnica) em cada período trouxe elementos que demandaram a manutenção ou

alteração de rotas. A seguir serão apresentadas algumas experiências frutos dessa reorientação.

Em alguns GT's foram realizadas acolhida aos profissionais utilizando técnicas de relaxamento e concentração. A Terapeuta Ocupacional do Centro de Saúde de referência conduziu a retomada do material lúdico destinado aos cuidadores estudando cada objeto e de maneira coletiva explorando sua funcionalidade e as possíveis variações para uso.

A partir da avaliação da necessidade de aprofundamento nos casos, está sendo utilizado como orientador das discussões o Plano Singular Terapêutico¹, visando, a partir do estudo de um caso vinculado ao Programa, a identificação de vulnerabilidades, potencialidades, necessidades e assim a construção das formas de intervenções. Acreditamos que essas propostas muitas vezes podem ser replicadas em outras famílias, sempre buscando conectar tais atividades com as dimensões da Assistência Social.

Em relação às reuniões de articulação, foi mantida a organização de informes em grupo e posterior atendimento individual, buscando sempre realizar uma escuta atenta e incentivar o cuidador a extrapolar o olhar voltado em grande parte para aspectos de cuidados básicos de saúde. Em experiência mais recente, percebendo ainda a dificuldade de compreensão dos eixos da Assistência Social que parametrizam as ações dos cuidadores no atendimento no domicílio e a correlação da execução para alcançar os objetivos, foi planejada a revisão, de forma coletiva, do instrumento "Rotina de Cuidados de Assistência Social".

Como ponto de partida para essa ação, foi trabalhado o significado de função protetiva e violação de direitos, como isso se manifesta nas famílias e impactam no serviço prestado. Em seguida, foi discutida cada ação da rotina, primeiro com a escuta de como os cuidadores as entendiam e seus exemplos na aplicação no cotidiano. A coordenação do Cras e o técnico do PAIF presente orientavam o diálogo provocando a reflexão sobre a importância da seguinte interlocução:

¹ Instrumental da Saúde.



Figura X

Fonte: Elaborada pelos autores

Como esta metodologia exige muito tempo, a fim de aprimorar e otimizar o processo, foi incluído neste percurso a atualização da rotina de todas as pessoas idosas vinculadas ao Programa. Avaliou-se que esta estratégia, além de alcançar os objetivos acima, responderia a necessidade de atualização do instrumento e conhecimento dos casos por todos os cuidadores, tendo em vista o rodízio previsto e a riqueza que o compartilhamento de experiências oportuniza.

Os cuidadores puderam também apontar as lacunas existentes na integração entre a equipe PAIF e PMC e necessidades principais para aperfeiçoamento, possibilitando o olhar para dentro e formas de equacionar este hiato.

Importante destacar que lidar com a desconstrução do sentido do Programa com ênfase na Saúde é um desafio de enfrentamento processual. Para que os cuidadores se apropriem e se enxerguem como cuidadores sociais e que seu trabalho está intrinsecamente ligado à afiançar as três funções da Política de Assistência Social (proteção social; vigilância social e a defesa dos direitos socioassistenciais), é fundamental que o processo formativo seja contínuo tanto no território quanto fora dele. Como nos afirma Faustino:

A presença do cuidador de idosos contribui para o fortalecimento e o desenvolvimento da função protetiva da família, pois promove uma qualificação no cuidado domiciliar [...] atuando como elo entre a família, a pessoa cuidada, as políticas públicas e a comunidade. (2016, p.15-16).

Lançar mão de novas formas de execução do trabalho no cotidiano do CRAS é essencial para ressignificar e oxigenar o fazer profissional frente à dinamicidade das configurações familiares e complexidade das questões sociais. Nesse processo, foi possível não só qualificar o atendimento prestado, mas movimentar a

Política de Assistência Social para o papel de protagonista do Programa Maior Cuidado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, o Programa Maior Cuidado demonstra de maneira exemplar a aplicação prática do direito à Assistência Social, conforme preconizado pela Lei Orgânica de Assistência Social. Ao promover a proteção social básica no domicílio, especialmente para pessoas idosas, o Programa cumpre seu papel de prevenção a riscos e de fortalecimento de vínculos familiares e sociais. Por meio de sua execução conjunta entre a Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania e a Secretaria de Saúde, em parceria com o Grupo de Desenvolvimento Comunitário (GDECOM), as novas práticas adotadas têm enriquecido o fazer profissional de todos os envolvidos.

A constante reflexão sobre a prática, bem como o esforço em ajustar metodologias e instrumentos de trabalho, revelam o compromisso das equipes em buscar uma assistência social que transcenda o cuidado puramente técnico e alcance as dimensões mais profundas do cuidado social. A reconfiguração dos espaços de articulação, GT e a adoção do Plano Singular Terapêutico como uma das ferramentas de aprofundamento das intervenções ilustram essa busca pela excelência.

A preocupação em envolver os cuidadores sociais como protagonistas e incentivá-los a compreender a amplitude de sua função social, fortalece o Programa e as seguranças da Política de Assistência Social. Os novos métodos adotados promovem uma visão ampliada da proteção social, o fortalecimento da aliança entre a pessoa cuidada, sua família, o Estado e a comunidade, em um esforço conjunto para garantir autonomia, inclusão e dignidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Orgânica da Assistência Social. Lei nº 8.722 de 7 de setembro de 1993. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 8 dez. 1998

BRASIL. Resolução Nº 109, de 11 de novembro de 2009. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2009

FAUSTINO, Taiane. Q. S.INTERSETORIALIDADE: Tendência contemporânea na organização de políticas públicas – A experiência do Programa Maior Cuidado,p.15-16, 2016.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). (2005). Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004

ANEXO I - REGISTROS FOTOGRÁFICOS



Figura X: Registro dos encontros com equipe do Programa Maior Cuidado

Fonte: Arquivo pessoal dos autores



Figura X: Registro dos encontros com equipe do Programa Maior Cuidado
Fonte: Arquivo pessoal dos autores

CATEGORIA : 1. TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

EIXO 1.3 Dimensão coletiva do trabalho na PSB

A Aproximação Da Proteção Social Básica Regional Com Os Territórios Vulneráveis: Um relato da experiência

Beny Pereira Alves

Serviço de Proteção Social Básica Regional
beny.pa@pbh.gov.br

RESUMO

Este relato apresenta uma experiência prática exitosa, de Trabalho Social com Famílias, realizado pelo Serviço de Proteção Social Básica da Regional Pampulha (SPSBR-P). O trabalho foi inicialmente implantado na Comunidade Dandara e posteriormente expandido para a Comunidade do Jardim Alvorada, com o objetivo de descentralizar e aproximar os serviços ofertados pela assistência social aos territórios mais vulneráveis e distantes fisicamente da localização da regional. Para tanto recorreu-se aos processos de trabalho, já pré definidos pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), como a acolhida em grupo, a oficina de reflexão e o atendimento particularizado. Em um atendimento/acompanhamento mais particularizado, a família é encaminhada à regional, onde se encontra um ambiente mais apropriado a este tipo de demanda. A articulação da rede, institucional ou não, os processos de acolhida coletiva e a periodicidade semanal se mostraram eficazes na contribuição do aumento do acesso e vinculação das famílias ao SPSBR.

INTRODUÇÃO

A Pampulha é a segunda maior regional de Belo Horizonte em extensão territorial, segundo a Prodabel, com uma área de 51,21 km² e conta com 57 bairros. Devido a essa grande extensão territorial há uma dificuldade da população em

acessar os serviços prestados pela Assistência Social na regional, sendo que, para alguns bairros, são necessários a utilização de 2 ônibus como transporte público, reverberando em questões financeiras e de tempo para os usuários.

Através de visitas domiciliares, principalmente para busca ativa do público de Benefício de Prestação Continuada (BPC), percebeu-se as dificuldades, causadas pelas limitações físicas desse público para acessar os serviços ofertados na regional. Neste contexto, através de uma análise técnica junto à coordenação, busca-se alternativas de aproximação junto aos territórios do SPSBR, com o objetivo de oferecer opções de acesso e conhecimentos dos serviços ofertados. A equipe identificou dois territórios com maior índice de vulnerabilidade: O Jardim Alvorada, uma comunidade mais antiga, e o Dandara, à época, uma ocupação urbana mais recente e com expressivo crescimento populacional. Optou-se pela Comunidade Dandara para implantação do projeto, por ser mais distante da regional.

No início de 2022, após elaboração do planejamento das ações, inicia-se a experiência de campo. Após 2 anos da implantação do projeto, pudemos perceber, entre os vários avanços, o grande aumento da demanda pelo SPSBR ao informar a comunidade e possibilitar o acesso de outras ofertas para além da Transferência de Renda. Essa demanda se deu, também, pelo fortalecimento dos vínculos entre o SPSBR e os usuários.

DESENVOLVIMENTO

Após o levantamento das possíveis instituições, governamentais ou não, para parcerias e articulação da rede intersetorial, entendeu-se inicialmente como um grande colaborador o Centro de Saúde, através das Agente Comunitárias da Saúde (ACS) sendo propagadoras do serviço e conhecedoras dos usuários. Houveram algumas reuniões entre a SPSBR, a gerência do Centro de Saúde e as ACS para apresentar os serviços ofertados e o objetivo do trabalho proposto. Porém, após alguns encontros, a saúde, vindo de uma pandemia, já esgotada por sua extensa atuação, não se apresentou tão disponível.

Uma outra tentativa foi com a Associação Comunitária, através de sua representante que nos cedeu o espaço, uma sala com área externa. A líder comunitária, também moradora da comunidade, nos auxiliou com a mobilização e a equipe realizou a busca ativa, por telefone, através da listagem de BPC e a listagem de não cumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família. A equipe fixou o dia, às quintas-feiras, para ações coletivas contínuas, o que se mostrou fundamental para a memorização e participação dos usuários.

Como o espaço não contava com recursos tecnológicos, confeccionamos um cartaz com os serviços, para melhor visualização e memorização, o que colaborou na acolhida coletiva. Foi elaborado, também, uma lista, onde se coletava os dados principais do usuário: nome, data de nascimento, CPF, nome dos pais e telefone. Estes dados eram encaminhados à Equipe do Cadastro Único, que retornava informando se era necessário, ou não, a atualização ou realização do cadastro. Quando era necessário a ida do usuário à regional, seja para atualizar cadastro, para realizar atendimento/acompanhamento, para tirar documentação ou outro encaminhamento, fornecíamos o vale social.

Após essa interação entre Proteção Social Básica e comunidade, pudemos perceber até mesmo uma diminuição na quantidade dos casos encaminhados de outras políticas, bem como uma diminuição nas sanções de não cumprimento. Teve até adolescente que chegou a ir ao atendimento para informar falta escolar, antes mesmo de recebermos a listagem de não cumprimento. No primeiro semestre de 2024 houve uma média de 10 participantes por atividade coletiva.

Este atendimento semanal durou até junho/2024, quando após muita mobilização dos usuários, que já se apropriaram dos avanços sociais na comunidade com a aproximação dos serviços da Assistência Social, reivindicaram e conseguiram a implantação do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). Com a implantação do CRAS na comunidade Dandara, o SPSBR-P iniciou a atenção no Jardim Alvorada, em agosto/2024. Um novo território, o espaço vivido, com novas territorialidades, as questões vividas, de acordo com Magnani (1992), que deve ser tratado e observado com as características que se apresenta.

A comunidade do Jardim Alvorada, inicialmente se mostrou muito desconfiada, porém depois aderiu à proposta muito bem, uma população não tão variada quanto no Dandara, composta por muitos idosos, mas a adesão se consolidou de forma mais amadurecida. O SPSBR criou um grupo de whatsapp para transmitir informações e, em pouco tempo, já havia 160 membros, sendo que a própria população compartilhava o link.

Outro fator que contribuiu, e muito, para o êxito do projeto é o perfil do técnico que se propõe a esta ação. Como orienta Iamamoto (2000), deve ser um profissional “propositivo”, que busca alternativas em situações adversas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta aproximação do SPSBR com os territórios vulneráveis socialmente e com localização geográfica mais distantes, trouxe diversas contribuições para o serviço e para a população; um aumento ao acesso, uma autonomia na reivindicação de direitos, diminuição nos casos de acompanhamento e realização de recurso quanto aos descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família, o fortalecimento dos vínculos entre equipe e comunidade, maior adesão às atividades coletivas e outras ações propostas, culminando na própria população reivindicando sua unidade (CRAS), com êxito. A unidade foi implantada em uma comunidade que não ficou anteriormente, desassistida dos serviços de Proteção Social.

Foi possível, com isso, colocar as atribuições da Proteção Social Básica, enquanto responsável pela proteção, promoção e prevenção, com vistas a garantir as seguranças afiançadas pelo SUAS. Nos mostrou que trabalhar os serviços coletivamente otimiza a organização da demanda e a resposta da população se torna mais efetiva que nas demandas particularizadas.

REFERÊNCIAS

MAGNANI, José Guilherme. Da periferia ao centro: pedaços e trajetos. *Revista de Antropologia*, São Paulo: USP, v. 35, 1992.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal; PRODABEL. Tamanho e número de bairros das regionais. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/prodabel-detalha-tamanho-enumero-de-bairros-das-regionais#:~:text=Levando%2Dse%20em%20considera%C3%A7%C3%A3o%20a,%2C%20com%2039%2C46%20km%C2%B2>. Acesso em: 07 nov. 2024.

Acolhida Em Grupo Na Sala De Espera: Espaço para promover acesso aos direitos socioassistenciais

Rubiana Moreira Pinto de Oliveira

Serviço de Proteção Social Básica Venda Nova
rubiana.moreira@pbh.gov.br

Rejane Mara Gomes Silva de Souza

Coordenação de Proteção Social e Cidadania Venda Nova
coord.psbregionalvn@pbh.gov.br

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo relatar a experiência de transformar a sala de espera do Serviço de Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social da Regional de Venda Nova em um espaço de atividade coletiva, no modelo de Acolhida em grupo através de oficinas semanais e ou quinzenais com os usuários do Sistema Único de Assistência Social que procuram a Regional para buscar informações e se cadastrar no Cadastro Único do Governo Federal. Nessa atividade é apresentada “A Trilha da Cidadania”, que tem o objetivo fazer conhecer, promover e ampliar o acesso aos direitos dos usuários, propondo contribuir com o empoderamento coletivo dos usuários em relação ao acesso aos serviços socioassistenciais e aumentar o nível de satisfação dos usuários frente aos atendimentos. Os facilitadores da atividade são os técnicos e Gestores do Serviço de Proteção Social Básica de Venda Nova. A autora do presente trabalho está inserida na rede municipal da Prefeitura de Belo Horizonte, na Política de Assistência Social, no exercício do cargo de Analista de Políticas Públicas Serviço Social e compõem a equipe do Serviço de Proteção Social Básica de Venda Nova.

INTRODUÇÃO

A acolhida em grupo realizada na sala de espera é uma proposta inovadora, nos serviços do SUAS. A atividade apresenta uma grande relevância para a assistência social, pois proporciona um atendimento diferenciado já na recepção, garantindo maior acolhimento aos usuários, e melhorando a inter-relação com o Serviço. Além disso, essa atividade e postura aproxima o usuário da política socioassistencial/trabalhador do (SUAS), se constituindo como uma forma de humanizar muito mais o tempo longo de espera para a realização do Cadastro Único.

A sala de espera tem o intuito de garantir aos usuários informações que minimamente vão lhe aproximando cada vez mais do acesso a seus direitos; Promovendo a relação entre a comunidade e os serviços de Assistência Social do território. Por meio da sala de espera os profissionais têm a oportunidade de desenvolver atividades que extrapolam o registro do usuário no CadÚnico, promovendo a divulgação da formatação da política de Assistência Social no território e facilitando assim, o seu acesso a busca de serviços e benefícios.

Com a apresentação da Trilha da Cidadania, aumentamos potencialmente o empoderamento dos usuários ao conhecimento de seus Direitos, auxiliamos na prevenção de agravos uma vez que promovemos acessos a Assistência Social; proporcionando também uma melhora na qualidade do atendimento.

Dessa forma trabalhamos na sala de espera a apresentação da Trilha da Cidadania:

A Trilha da Cidadania é um instrumento de apoio para os trabalhadores nos diálogos com as famílias, durante a realização das atividades coletivas, para a apresentação dos serviços da Proteção Social Básica Regional. (Proposta de Diálogos Trilha Cidadania/Novembro, 2023)

As famílias e indivíduos que buscam o atendimento nas unidades de Serviços do Sistema Único de Assistência Social, particularmente nos Serviços de Proteção Social Básica Regional, comumente estão vivenciando situações de vulnerabilidade e/ou riscos sociais dos mais diversos, apresentando

necessidades sociais e econômicas, vivendo situações de desemprego e em busca de inserção no mercado de trabalho. Estão passando por vivências de perdas ou fragilidade de vínculos familiares e/ou comunitários, muitos desses usuários são vítimas de discriminações das mais variadas formas: étnico-raciais, culturais, gênero e ou mesmo pessoas com dificuldades de acesso a serviços e direitos básicos da Assistência Social.

Com a apresentação da Trilha da Cidadania, oportuniza-se uma otimização do tempo e uma relação mais interativa do Serviço com o usuário. A sala de espera torna-se assim, um espaço de troca enquanto se aguarda para ser atendido. Neste contexto, ela se constitui como um espaço geralmente ocupado por uma grande quantidade de usuários de diferentes faixas etárias, e classe social e cultural, apresentando as mais diversas demandas e vivências, que durante o ato de esperar por atendimento e sua senha ser chamada, as pessoas acabam em sua maioria, interagindo umas com as outras, trocando suas experiências e conhecimentos, falando de seus acessos a direitos e tirando dúvidas.

É importante destacar que a acolhida em grupo facilita muitas vezes o acesso das famílias aos serviços socioassistenciais, promovendo a inclusão. A atividade em grupo realizada no formato de sala de espera constitui assim, um espaço importante para promoção da cidadania e construção coletiva de saberes. Ao mesmo tempo oportuniza a troca de vivências entre os usuários e profissionais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) desde a recepção até ao técnico.

Os usuários chegam bem cedo para pegar uma senha e muitos saem de casa até sem ter tomado o café da manhã ou um simples desjejum. Durante a Acolhida em grupo também servimos um lanche que garante ao usuário mais condições e disposição para a sua espera no atendimento. Muitos chegam a sentir-se mal durante a espera por não ter se alimentado pela manhã. Sendo assim, gera até um impacto social positivo na vida desse cidadão.

DESENVOLVIMENTO

A experiência está sendo vivida pelo Serviço de Proteção Social Básica de Venda Nova² e sua equipe nesse ano de 2024, e demonstra como a acolhida em grupo pode facilitar o acesso das famílias aos serviços socioassistenciais, promovendo sua inclusão e o fortalecimento dos vínculos. A sala de espera é onde se inicia o contato do usuário com todo o sistema e os trabalhadores do SUAS podendo, assim, funcionar como uma porta de entrada para o conhecimento da Política de Assistência Social. Enquanto os usuários aguardam pelo atendimento, é oferecido a acolhida em grupo.

As pessoas que buscam acessar o Cadastro Único, muitas vezes chegam interessadas em fazer a inscrição ou atualizar as informações cadastrais. Elas são orientadas na chegada, pegam a senha e se acomodam em seus lugares aguardando para serem chamadas. Quando todas já estão acomodadas, iniciamos uma apresentação na recepção, falamos brevemente sobre a proposta da oficina. Na sequência iniciamos a oficina, após nos apresentar.

Essa atividade possibilita criar um espaço de aproximação dos usuários, com fala simples, objetiva, usando fácil vocabulário, em que o profissional apresenta, com sua boa capacidade de comunicação e observação do grupo, os passos da Trilha. Promove assim, espaço para o exercício diário de crescimento das relações de confiança entre usuários e profissionais/trabalhadores.

Nessa perspectiva, o profissional precisa ter conhecimento de todo o material que trata da Proposta de diálogos para apresentação da Trilha da Cidadania para a Proteção Social Básica Regional. As informações contidas nesse material auxiliam muito para a realização de uma apresentação. A apresentação transcorre de forma dinâmica com informações preciosas que atrai muito o interesse de todos e proporciona para as famílias as condições

² Serviço de Proteção Social Básica de Venda Nova/Equipe técnica : Cristiane Teixeira de Oliveira; Cristiane Soares; Cristina Ap Rosa; Gisele dos Santos Evangelista; Isabella Cristina Procópio da Silva; Renata Franca Gomes Silva; Renata Simões Carneiro de Carvalho; Rubiana Moreira de Oliveira; Telma Nara da Silva.

das mesmas de buscarem seus direitos e apresentarem suas demandas para a Política de Assistência Social do município. A realização da sala de espera em acolhimento em grupo é realizada com os usuários em torno de 1 a 2 vezes por semana, a depender das outras agendas dos técnicos, embora toda equipe é envolvida no formato de escalas, temos a técnica que iniciou a experiência que ocupa mais espaço nessa agenda.

A duração da oficina é de uma hora e vinte a depender da participação do grupo. O número de acolhida em grupo, contudo, a depender das agendas, pode acontecer mais vezes. Na oportunidade da apresentação é realizado distribuição de material educativo: cartazes, folders, cartilhas, informativos, convites para as eventos e etc. É avaliado o nível de satisfação dos usuários com as informações recebidas. Ao final de cada ação, os profissionais avaliam com o grupo o nível de satisfação de cada usuário através de um instrumento rápido que expresse os parâmetros: satisfeito, insatisfeito, e indiferente. Estimulamos também a expressão oral dos usuários, relatando todos os comentários e sugestões. O índice de satisfação de quem participa tem sido grande, a maioria relata que não sabia da maior parte das informações que são passadas na acolhida. Os usuários acabam sempre lembrando de um parente ou vizinho que está precisando dos serviços.

Cabe ressaltar que o comprometimento da equipe e da gestão é fundamental para o sucesso dessas ações de acolhidas, o apoio da gestão tanto na disposição dos insumos materiais para a sua realização, quanto na organização das agendas dos técnicos é fundamental. As reuniões de equipe são o espaço de avaliação entre os técnicos para saber se estamos no caminho certo, compartilharmos nossas trocas de experiências.

RESULTADOS

Avaliando resultados, observamos que a efetivação dessas ações repercutem positivamente na qualidade de vida dos usuários e na sua relação com o Serviços Socioassistenciais. O tempo passa mais rápido e fica um espaço mais interativo do usuário com o Serviço, as pessoas têm a

oportunidade de participar e conhecer novas pessoas, expressar suas opiniões e realizar trocas de informações, aumentando seus conhecimentos e acessando seus direitos , além de levar conhecimento para amigos, parentes e vizinhos. A Política de Assistência Social se fortalece no território, promove o acesso das pessoas à garantia de direitos, oportuniza a todos o desenvolvimento de estratégias para a inclusão social. Fortalece a Comissão Local de Assistência Social (CLAS) uma vez que nesses espaços de troca, frisamos a importância e o papel das CLAS e a participação de todos.

Entregamos convites para a participação nas CLAS apoiando e incentivando o controle social. Esclarecemos dúvidas nesse espaço e muitos usuários já saem com outras agendas marcadas para retornar em outras oficinas que o nosso serviço oferece. Vemos a acolhida em grupo como reflexo positivo, pois aumentamos as participações nas atividades coletivas e diluímos a demanda espontânea.

Nesse espaço também incentivamos para a participação nos cursos do Programa de Qualificação Profissional, Emprego e Renda - PMQUER. Em cada parada da Trilha aproveitamos para reforçar as parcerias da família com o Serviço e seus direitos e deveres. Visualizamos os impactos sociais positivos que e os desafios que temos para aumentar a periodicidade dessas acolhidas, pois as agendas do Serviço e a capacidade técnica no momento, não permite a equipe assumir agenda diária dessa prática, que seria muito positiva, porém comprometeria muito as demais ações no Serviço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfim, é importante destacar que a acolhida em grupo facilita muitas vezes o acesso das famílias aos serviços socioassistenciais. A atividade em grupo realizada no formato de sala de espera constitui assim, um espaço importante para inclusão, promoção da cidadania e construção coletiva de saberes. Ao mesmo tempo oportuniza a troca de vivências entre os usuários e profissionais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) desde a recepção até ao técnico.

Amplia o diálogo com a população, estabelece um espaço de interação e de multiplicação de informações, o que é algo muito positivo. Fortalece as políticas de direitos e a cidadania em nosso território de abrangência. A sala de espera assim, deve ser vista como um ambiente enriquecedor.

Concluimos que essa proposta de trabalho tem produzido resultados satisfatórios e deixado nossos usuários com mais conhecimento e acesso aos serviços socioassistenciais, garantindo seus direitos e sua autonomia. Promovendo a possibilidade dos usuários de participarem ativamente da vida em sociedade, e para que as famílias sejam inseridas em outros serviços, como os programas, projetos e benefícios disponibilizados pela política de Assistência Social no município.

REFERÊNCIAS

BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania. Caderno de Orientações Técnicas do Serviço de Proteção Social Básica Regional - SPSBR, 2022.

Trilha da Cidadania - Coordenação dos Serviços de PSB Regional/GGPSB, Novembro 2023.

Aglomerando direitos: A experiência da parceria entre CRAS e escolas para proteção dos adolescentes da Serra

ANA LUÍSA NUNES GOMES - PAIF

Analista de Políticas Públicas
analuisa.gomes@pbh.gov.br

JULIANA GONÇALVES MENICUCCI - PAIF

Analista de Políticas Públicas
jgmeni@gmail.com

RESUMO

O presente relato tem como objetivo apresentar as experiências de atividades desenvolvidas pelo CRAS Vila Marçola em parceria com as escolas da rede estadual e municipal do Aglomerado da Serra. As atividades foram realizadas durante o ano de 2024 com o público adolescente, por meio de oficinas de reflexão, ação e convivência. Trata-se de articulações que demonstram o potencial do trabalho intersetorial no que diz respeito à prevenção de situações de riscos entre adolescentes e na promoção de direitos para este público etário.

INTRODUÇÃO

O CRAS Vila Marçola está localizado no Aglomerado da Serra e ocupa um prédio alugado pela PBH, construído e planejado para ser residencial, e dessa forma, conta apenas com uma sala para a realização de atividades coletivas. Essa sala é utilizada pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos/SCFV para execução de dois grupos de idosos, para Acolhidas Coletivas e Oficinas do PAIF, impossibilitando a implantação de outro coletivo do SCFV.

As equipes PAIF e SCFV haviam planejado a implementação de um coletivo de adolescentes, em virtude das desproteções presentes nessa faixa etária, observadas nos atendimentos e discussões com a rede, como por exemplo, evasão escolar, altos índices de gravidez na adolescência, falta de

oportunidade de inserção no Trabalho Protegido, preconceitos de gênero e orientação sexual, entrada na criminalidade, dentre outros.

Em razão da falta de espaço físico no CRAS, a equipe tentou a articulação com outros espaços no território para a execução do SCFV de adolescentes, porém, as únicas possibilidades de cessão dos espaços encontrados, seriam no horário noturno, o que impossibilita a execução, em função do horário de trabalho dos Orientadores Sociais. Além da falta de espaço físico, a grande maioria dos adolescentes do território estão nas escolas em período integral, o que também dificultaria a mobilização para um coletivo no período diurno.

Nesse contexto, a equipe do PAIF entendeu que a melhor forma para a realização de trabalho com os adolescentes do território, sobre as dificuldades, desafios e possibilidades próprias desse ciclo de vida, seria em parceria com as escolas, que constituem o local onde os adolescentes estão. E diante da impossibilidade de trabalhar a prevenção, promoção e proteção social desse público, através do SCFV, a realização desse trabalho pode ser feito através de oficinas do PAIF.

No ano de 2022, o CRAS iniciou uma parceria com a Escola Estadual Laura das Chagas, localizada bem próximo ao equipamento. A articulação com a escola era feita entre a técnica de referência do PAIF e um coordenador da escola, que discutiam as demandas de temas a serem trabalhados nos encontros. Foram realizadas, então, oficinas de reflexão com os adolescentes, abordando temas como Violência Contra Mulheres, Machismo e Diversidade de Gênero.

No presente ano, a parceria com a E.E. Laura das Chagas foi fortalecida, com a realização de novas oficinas com os adolescentes, abordando assuntos importantes, demandados pela escola e que coadunam com as desproteções observadas pela equipe do PAIF, já citadas acima. A realização de ações com esse caráter é fundamental, pois fortalece o papel do CRAS na promoção da articulação intersetorial ao integrar as políticas de assistência social, educação e juventude. Essa articulação facilita uma maior proximidade entre o equipamento e as escolas do território, ampliando e potencializando a rede de proteção social.

DESENVOLVIMENTO

Este relato tem como objetivo apresentar as possibilidades e os desafios da articulação intersetorial, por meio da apresentação de experiências de atividades realizadas com a política de educação. Compreende-se que os adolescentes que frequentam as escolas do território são, em sua maioria, pertencentes às famílias atendidas pelo CRAS e, nesse sentido, é necessário alcançar esse público para potencializar o trabalho desenvolvido com essas famílias no âmbito do PAIF. Tal compreensão leva em consideração o eixo da matricialidade familiar para o desenvolvimento do trabalho social com famílias no SUAS. Outro eixo importante considerado, diz respeito ao eixo da territorialização, que compreende que o território é permeado por complexidades e contradições e que é necessário romper com ações fragmentadas e genéricas que não refletem sobre as particularidades que cada território possui.

A partir das discussões feitas em equipe, definiu-se que os temas a serem abordados com os adolescentes seriam melhor trabalhados em formato de oficinas, por se tratarem de espaços que permitem reflexões, trocas de experiências, o fortalecimento de laços comunitários e acesso a direitos. Além disso, seguindo as Orientações Técnicas do PAIF, compreende-se que as oficinas possibilitam o entendimento por parte dos participantes de que as dificuldades vivenciadas por um também atingem outros. Isso contribui para uma visão mais ampla da realidade social e na concepção de alternativas para seu enfrentamento (BRASIL, 2012).

Assim, as oficinas foram realizadas no formato fechado, para abarcar as turmas previamente determinadas e tiveram ênfase principalmente na reflexão. Foi utilizada a metodologia dialógica de Paulo Freire para abordar os temas, compreendendo que a construção do conhecimento e das reflexões deve ocorrer por meio do diálogo entre os sujeitos envolvidos no processo e não da simples transmissão. Nessa perspectiva, as atividades basearam-se na realização de dinâmicas para despertar o interesse das/dos adolescentes em participar e na realização de rodas de conversas.

A primeira oficina foi realizada em março de 2024 com o tema: **Respeito ao Ciclo: Discussão sobre dignidade menstrual, tabus, e políticas públicas**. Considerando que a pobreza menstrual afeta milhares de mulheres diariamente e que a questão envolve vulnerabilidade econômica e social, e considerando ainda o recente lançamento do Programa Dignidade Menstrual pelo Governo Federal, foi pensado o desenvolvimento da atividade, no formato de rodas de conversa, para divulgar o acesso ao programa para as/os adolescentes do território do CRAS, em parceria com a Escola Estadual Laura das Chagas. A atividade proposta consistiu na realização de rodas de conversa com os estudantes das turmas de 1º ano do ensino médio para discutir sobre dignidade menstrual e os tabus que ainda cercam o tema menstruação. O objetivo da oficina foi promover a reflexão acerca desse tema, compreendendo-o como fenômeno natural e não como motivo de vergonha, e divulgar o Programa Dignidade Menstrual.

Em abril, foi realizada a oficina com o tema: **Direito de Sonhar: uma reflexão sobre as possibilidades e potencialidades do acesso à educação**, cujo objetivo foi oportunizar a reflexão dos jovens, quanto aos projetos de vida e direito de sonhar. Esse tema foi trabalhado por meio de um ciclo de oficinas, dividido em três encontros, em que o público alvo foram estudantes do 3º ano do ensino médio da Escola Estadual Laura das Chagas. A escolha desse público foi feita pensando que esses jovens estão vivendo uma fase de suas vidas que a necessidade de pensar sobre o futuro e fazer escolhas está muito presente, gerando medos, expectativas e várias dúvidas. Um outro aspecto discutido, diz respeito a importância de trabalhar com eles o resgate dos sonhos e o direito a sonhar, pois muitas vezes encontram-se com a auto estima fragilizada e sem confiança de que podem querer e planejar mais para o seu futuro. A atividade também possuiu o objetivo de despertar o apoio e a solidariedade entre esses e essas adolescentes, compreendendo que estão compartilhando o mesmo momento.

Para o planejamento dessas oficinas foram realizadas uma série de reuniões entre a equipe do PAIF e da escola, para uma melhor compreensão desse público e suas demandas. Nas conversas feitas com a escola, foi trazido como muitas vezes esses jovens descredita de um futuro melhor devido a

situação socioeconômica de suas famílias e por morarem na periferia. Isso faz com que não almejam ou se sintam capazes de ingressar no ensino superior e conquistar trabalhos melhor remunerados, acabando por se inserirem em trabalhos informais e por vezes em condições precárias. Um outro fenômeno associado a esse contexto é a evasão escolar que é frequente no território, sendo essa escola um exemplo com as três turmas de terceiro ano juntas somando apenas 25 estudantes.

As oficinas foram mediadas por duas técnicas do PAIF, e teve também a presença da professora que leciona a disciplina Projeto de Vida e o apoio de umicineiro nos dois primeiros encontros. Foram pensadas num formato de percurso, em que as reflexões estivessem conectadas. Assim, no primeiro encontro propôs-se a reflexão sobre a valorização do território onde vivem e as potencialidades que ele carrega, por meio da construção de um “Mapa das Profissões”, utilizando-se o recurso da cartografia social. No segundo encontro, foram feitas atividades que visavam fazer uma reflexão sobre a importância das diferentes profissões e como existe uma desvalorização de algumas, principalmente as associadas ao gênero feminino. No último encontro, os estudantes foram reunidos em círculo e no centro da roda foi montado o percurso para realização do ENEM. O percurso foi montado em papel craft e o objetivo era que os estudantes construíssem esse percurso colando palavras que expressassem seus sentimentos em relação a ele. Durante a construção do passo a passo para o ENEM fomos conversando sobre as dúvidas, receios e informações importantes sobre a prova. No final da atividade conversamos sobre o direito à educação, os desafios para ingressar no ensino superior e as possibilidades existentes como o SISU, PROUNI e FIES.

Em outubro, foi realizado um ciclo de oficinas com o tema: **Sexualidade e Educação**. A proposta da atividade surgiu a partir de conversas com a escola em que foi sugerido trabalhar temas ligados aos direitos das mulheres, considerando uma série de demandas que são identificadas na escola, como por exemplo: machismo, desinformações sobre educação sexual, gravidez entre as adolescentes, acesso a direitos, etc. No período em que estávamos fazendo a discussão a respeito da operacionalização das oficinas, chegou ao conhecimento

da equipe o trabalho desenvolvido pelo “Programa BH de mãos dadas contra a Aids” que compreendemos está alinhado com os objetivos pensados para a atividade com a escola. Trata-se de um programa pertencente à Secretaria Municipal de Saúde e vinculado à Coordenação de Saúde Sexual e Atenção às IST, AIDS e Hepatites Virais, e que fornece ações educativas que objetivam a prevenção às Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) e Aids em Belo Horizonte.

Considerando a proposta a ser implementada, entendeu-se em equipe, a pertinência de realizar uma parceria com o Programa para sua execução. Diante disso, os temas trabalhados se ampliaram para além das discussões de gênero e direito das mulheres, abrangendo também sexualidade, diversidade e prevenção a IST's. As oficinas foram realizadas com três turmas de alunos do 8º ano e três turmas de alunos do 1º ano do EM, e foram realizados quatro encontros com cada turma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se que, de maneira geral, a realização das oficinas cumpriu com os objetivos traçados em equipe, especialmente no que diz respeito a: fortalecer a relação das escolas com o CRAS, principalmente considerando que estão muito próximos territorialmente e atendem praticamente as mesmas famílias. Tal parceria demonstrou também os desafios do trabalho em rede, como a comunicação entre equipes de diferentes políticas públicas, o que aponta para a necessidade de maior alinhamento de expectativas e compreensão do trabalho desenvolvido por cada uma.

Embora evidenciados os desafios desse trabalho conjunto, as avaliações feitas com os estudantes e escola, permitiu identificar efeitos positivos das ações na sensibilização dos adolescentes quanto a seus direitos e formas de acessá-los. Permitiu ainda, verificar as potencialidades da articulação entre o CRAS e as escolas, ao construir espaços de reflexão e convivência para os estudantes, contribuindo assim com objetivos importantes da política de Assistência Social,

como o fortalecimento de vínculos comunitários e a prevenção de situações de riscos e vulnerabilidades.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria

Nacional de Assistência Social (SNAS). Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Orientações Técnicas sobre o PAIF: Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF. Brasília: MDS, 2012. 111 p. 2 v. Disponível em https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Orientacoes_PAIF_2.pdf

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Brasília: MDS, 2009. Disponível em https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_Cras.pdf.

Aprimorando a participação dos usuários no planejamento, desenvolvimento e avaliação das atividades coletivas.

Gabriela Teixeira Vieira

Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
gabriela.tvieira@pbh.gov.br

Marcos Paulo Novack Amaral Barros

Estagiário de Psicologia da Universidade Federal de Minas
Gerais marcos.novack@hotmail.com

Cintia Neves Pinto

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
cintianevesp@gmail.com

Ana Paula Nascimento Braz Cardoso Geraldo

Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
anapaulabraz@pbh.gov.br

Danielle Mara Pena

Coordenadora do CRAS Vila Biquinhas
daniele.pena@pbh.gov.br

RESUMO

Este relato tem como objetivo a sistematização e compartilhamento de saberes a partir de uma experiência coletiva realizada no CRAS Vila Biquinhas em 2024, que abordou a temática da violência contra a mulher. O planejamento da atividade foi executado com a intencionalidade de trazer uma abordagem horizontal, com a participação e interação das pessoas presentes, a partir de uma avaliação realizada anteriormente sobre outras ações com a mesma temática, garantindo que os participantes tivessem espaço de fala e escuta. Considera-se que os objetivos da atividade foram atingidos na medida em que a atividade contribuiu para o estabelecimento de relações de confiança, solidariedade, aprendizado e respeito entre os participantes.

INTRODUÇÃO

O percurso formativo “Seguranças Sociais na Proteção Social Básica: experiências e resultados do percurso de aprimoramento da dimensão coletiva do trabalho social no CRAS” realizado entre 2022 e 2023, através da Consultoria Vira e Mexe, bem como o Percurso Formativo “XIA”, realizado em 2024, colocaram em evidência a necessidade de articulação do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Esta articulação se faz necessária no planejamento e execução das atividades coletivas, bem como na ampliação da participação dos usuários no planejamento, execução e avaliação destas atividades, como já preconizado na Política de Assistência Social (PNAS/2004).

Este relato tem como objetivo a sistematização e compartilhamento de saberes a partir de uma experiência coletiva realizada no CRAS Vila Biquinhas em agosto de 2024. Trata-se de uma oficina de reflexão realizada com o objetivo de abordar a temática da violência contra a mulher e teve como título “Agosto Lilás: rompendo com a violência contra as mulheres”. Esta é uma temática social de extrema relevância, na medida em que observamos cotidianamente o agravamento das situações de violência contra a mulher, principalmente no contexto de isolamento social devido a pandemia de Covid-19 e nos seus impactos e agravamentos pós pandemia.

DESENVOLVIMENTO

Quando nos debruçamos sobre a questão da violência doméstica partimos do pressuposto de que se trata de relações de poder que ocorrem no campo privado e que nos coloca o desafio, enquanto operadores de políticas públicas, de serem debatidas no mundo público. O pensamento de Foucault (2004) é importante para se refletir sobre as relações de poder, na medida em que ele considera os micropoderes presentes em todas as relações, principalmente na sua forma positiva, que transforma discursos em verdades e estas por sua vez em realidades objetivas, que são institucionalizados com o decorrer da história, fazendo com que os indivíduos sintam-se muitas vezes incapazes de escapar dessas verdades

instituídas (FOUCAULT, 2004). Isto posto, pensou-se em uma atividade que fosse construída considerando os diversos saberes e discursos presentes no âmbito da assistência social.

O planejamento da referida atividade aconteceu em parceria entre as trabalhadoras da equipe PAIF do CRAS Vila Biquinhas do turno da tarde e a orientadora social do SCFV, a partir de uma avaliação da atividade do ano anterior com as idosas participantes do referido Serviço, que afirmaram que o tema é trazido com frequência nas campanhas, porém pouco se fala sobre as formas e situações de superação da violência contra a mulher.

Desta forma, tendo em vista a experiência prévia de uma das autoras deste relato em uma roda de conversa com a autora do livro “A Casa é o Corpo” - Luciana Castro, foi proposto replicar esta experiência de conversa com a autora do livro com o público atendido pelo PAIF e SCFV. Entretanto, devido a vários fatores burocráticos e de agenda não conseguimos efetivar a ação com a presença da escritora, porém mantivemos a ideia inicial com algumas alterações, conforme descrito abaixo.

Acolhida: A acolhida foi pensada em várias dimensões, desde o cenário, que tinham fotos que faziam parte do livro, bem como na atividade inicial que consistia em uma caminhada, ao som de uma música, a ser realizada pelos participantes pela sala com instruções nas costas de todos que deveria ser executada na medida em que as pessoas se cruzavam no espaço, como “me dê um abraço”, “sorria”, “dê um aperto de mão”, dentre outras. A atividade foi pensada com o intuito de interação, aquecimento e quebra-gelo.

Desenvolvimento da atividade: Após a acolhida e introdução do tema, foi realizada a narrativa da história de uma das entrevistadas no livro em primeira pessoa, que foi ouvida com interesse e interatividade pelas participantes e logo após, as mulheres presentes foram convidadas a sentarem na cadeira do depoimento e contarem suas próprias histórias de superação de situações de violência doméstica. Tivemos três interessadas e cada uma, a seu modo, narrou sua história e foram evidenciados os diversos tipos de violência ao que estavam submetidas, estratégias e pontos de apoio para superação das mesmas.

A primeira participante relatou a vivência de violência psicológica e patrimonial, uma vida difícil na qual o marido não contribui financeiramente em casa e ainda exigia que tudo fosse do seu jeito. Ela, que não concordava com a situação, foi se indignando e traçando estratégias de resistência. Como ele ficava até tarde fora de casa, ela preparava os alimentos para si e para os filhos e quando ele chegava perguntando se tinha comida, já estava tudo limpo e guardado e ela dizia: “Tem não. Você comprou?”. Com o tempo conseguiu se separar e considera que hoje é muito mais feliz, mas vê sua filha e netas passando por situações de violência parecidas, que ainda não conseguiram superar.

A segunda enfatizou o apoio da igreja para sair da situação de violência e conseguir rever a sua família de origem, na medida em que o companheiro a deixava privada de qualquer contato com a mesma. Relatou também que após sair dessa situação de violência teve um novo envolvimento afetivo com novos episódios de violência, mas que conseguiu superar com o apoio de amigos e da família e hoje se encontra livre de violência e sem companheiro. Ressaltou também a importância da participação no SCFV como um espaço significativo de pertencimento, apoio e trocas afetivas.

A terceira ressaltou uma experiência positiva no seu casamento, sem violência e que, no seu caso, a experiência negativa que teve foi em sua família de origem, na qual a sua mãe era a pessoa violenta com o pai, controladora e possessiva, que limitava o seu campo de ação e convívio.

Após os depoimentos, outras pessoas presentes também fizeram suas intervenções e deixaram registradas em um cartaz as palavras que mais chamaram a sua atenção nos depoimentos apresentados. Foram orientadas sobre a rede de proteção à mulher vítima de violência, os canais de denúncia, como os telefones para denúncia anônima (180), Polícia Militar (190), Delegacia da Mulher, Casa da Mulher Mineira, Benvinda, Hospital Odilon Behrens, CREAS. Houveram casos de procura de atendimento particularizado posteriormente por mulheres que sofriam violência e as mesmas tiveram os devidos encaminhamentos.

Avaliação e proposição de novos encontros: Ao final, foi entregue a primeira história do livro narrada, o encontro foi avaliado positivamente e foram

sugeridos novos encontros para continuidade da temática. Foi aventada a possibilidade de continuidade da leitura dos relatos do livro e das experiências das próprias usuárias, mas até o presente momento ainda não houve continuidade.

Este planejamento foi executado com a intencionalidade de trazer uma abordagem horizontal, com a participação e interação das pessoas presentes, garantindo que tivessem espaço de fala e escuta a partir do relato da experiência do livro. Como relatado anteriormente, a opinião dos usuários foi considerada para este planejamento desde a avaliação de eventos, oficinas e campanhas realizadas em anos anteriores, bem como a participação dos mesmos na execução da atividade e na avaliação do encontro. Considera-se a partir da teorização de Ferreira e Torres (2017) que nesta atividade foi alcançado o quarto gradiente de participação, qual seja, “estar informado” - que implica a troca de conhecimentos e pressupõe a valorização de saberes diferentes e igualmente importantes para a leitura da realidade.

Pretende-se aprimorar ainda mais a participação das usuárias (os) no planejamento de encontros futuros, caso seja possível consolidar um grupo interessado na continuidade desta atividade ou na elaboração de outras, tanto no que se refere a sugestão de metodologias que gostariam que fossem utilizadas a cada encontro, como na organização da atividade em si ou na acolhida dos demais participantes. A continuidade dos encontros pode ser pensada como uma ferramenta de engajamento das usuárias para que atinjam o quinto e sexto gradientes de participação, conforme Ferreira e Torres (2017), sendo estes, estar mobilizado e influenciar decisões, levando a um maior grau de autonomia e protagonismo dos sujeitos. Assim as usuárias (os) tornariam-se cada vez mais autoras ativas na construção das políticas públicas de assistência social, levando em consideração as diversas interseccionalidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se com o desenvolvimento da atividade que o impacto da Lei Maria da Penha, bem como das campanhas como o Agosto Lilás são reconhecidos como importantes pelos participantes, bem como as limitações ainda presentes no

atendimento prestados pelos serviços públicos, de recursos humanos qualificados e logística para atender a essas demandas.

A emergência de contraponto nas falas dos participantes pode ser ressaltada como enriquecedora durante a atividade, na medida em que desvela a complexidade da temática, os avanços e desafios, as relações de poder e violência que perpassam todas as relações e, por outro lado, constroem ou reiteram um modelo de diálogo horizontal que acolhe os diversos pontos de vista. Segundo Habermas (1984), os indivíduos devem ter espaços de debate nos quais possam compartilhar afirmações e objeções, contribuindo para soluções na vida pública.

A troca de experiências e reflexão sobre a realidade, contribui para a desconstrução do discurso instituído que, muitas vezes, mantém mulheres nas situações de violência e possibilita a emergência de novos discursos, alterando assim as microrrelações de poder (FOUCAULT, 2004). Foram estabelecidas neste encontro relações de confiança, solidariedade, aprendizado e respeito, que podem servir de modelo a ser extrapolado para outros contextos e relações vivenciadas pelos participantes e o reconhecimento do CRAS como espaço de partilha e apoio no território.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 19. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

HABERMAS, Jürgen. *The theory of communicative action*. v. 1: Reason and the rationalization of society. Boston: Beacon Press, 1984.

BRASIL. Ministério de desenvolvimento social e combate à fome. *Política Nacional de Assistência Social (PNAS)* - Brasília, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004

FERREIRA, Stela da Silva; TORRES, Abigail Silvestre. Participação como foco de aprendizagem na educação permanente no Sistema Único de Assistência Social. *Serviço Social em Revista*, v. 20, n. 1, p. 215-232, 2017.

Articulação PAIF e SCFV: relato de experiência da Semana Temática da Proteção contra Enfrentamento à Violência e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no CRAS Morro das Pedras

Simone Pires Machado Dias

Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
simone.machado@pbh.gov.br

Fernanda Pantuso

Coordenação CRAS Graça Saboia Morro das Pedras
fernandapantuso@pbh.gov.br

Rayara Rodrigues Gonçalves Rocha

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
rayarajulia935@gmail.com

Ricardo Machado

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
ricardocruzdemalta.mg@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho versa sobre a Semana Temática da Proteção contra Enfrentamento à Violência e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, sendo realizada para os adolescentes que participam do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) PROJOVEM. As atividades coletivas foram planejadas e construídas na reunião de articulação e planejamento do PAIF e SCFV (Associação Cruz de Malta E GDECOM), a partir da identificação de fenômenos recorrentes no território, por se tratar de um tema combativo pela política de assistência social e também como orientação metodológica de ação do SCFV com o Maio Laranja. As atividades tiveram como principais pilares o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, a prevenção às situações de violação de direitos e o acesso à rede de apoio e proteção social dos adolescentes. Como resultado, acreditamos no alcance dos objetivos propostos, com a reflexão dos jovens sobre a temática, as formas de prevenção e os órgãos de defesa de direitos, diante da vivência das violações.

INTRODUÇÃO

O Centro de Referência da Assistência Social - CRAS é uma unidade pública estatal descentralizada da Política Nacional da Assistência Social - PNAS, responsável pela organização e oferta dos serviços de Proteção Social Básica em áreas de vulnerabilidade e risco social e seu trabalho social com famílias é realizado através do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF segundo a *Tipificação nacional de serviços socioassistenciais*:

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. O trabalho social do PAIF deve utilizar-se também de ações nas áreas culturais para o cumprimento de seus objetivos, de modo a ampliar universo informacional e proporcionar novas vivências às famílias usuárias do serviço. As ações do PAIF não devem possuir caráter terapêutico. (BRASIL, 2009, p.12)

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos é ofertado de forma complementar ao trabalho social com famílias do PAIF, articulando os serviços da PSB. Possui o caráter protetivo, proativo e preventivo diante de situações de vulnerabilidades sociais e riscos sociais e relacionais. O SCFV materializa a segurança de convívio, através de atividades coletivas por ciclos de vida, segundo o *Caderno de Orientações - Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - Articulação necessária na Proteção Social Básica (BRASIL, 2016a)*.

A partir da premissa da articulação entre os serviços da PSB, são realizadas reuniões mensais entre PAIF e SCFV, onde são realizados estudos de casos, planejamentos trimestrais e atividades coletivas integradas, nas quais foram discutidas propostas de intervenção junto aos jovens durante a reunião de planejamento trimestral no CRAS Graça Sabóia Morro das Pedras. Nesta reunião, foi discutido e avaliado a necessidade de uma ação mais abrangente e efetiva junto aos jovens a fim de se trabalhar a temática do Maio Laranja: Enfrentamento à Violência e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no território, como

forma de prevenção e proteção a população juvenil garantindo a acolhida, o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, desenvolvimento da autonomia bem como o acesso a rede de apoio e proteção social. Essa ação foi planejada a partir do fenômeno da violência vivenciada no Morro das Pedras e da necessidade de conscientização dos jovens, como serviços que devem proporcionar proteção social aos adolescentes.

DESENVOLVIMENTO

A ação buscou proporcionar aos jovens o conhecimento sobre a Temática: Enfrentamento à Violência e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes a fim de prevenir situações de riscos e desproteções, principalmente no que se refere a violação de direitos contra Crianças e Adolescentes no território do CRAS Graça Sabóia Morro das Pedras. Tal ação teve como principal objetivo o fortalecimento da proteção social e enfrentamento das desproteções no território possibilitando a oportunidade de acesso à rede de apoio e proteção.

A metodologia teve como pressuposto a dimensão Coletiva do trabalho na Proteção Social Básica - PSB, através de ações integradas com o PAIF e SCFV, com a realização de oficinas com ênfase na reflexão realizada pelo PAIF, e práticas de fotografia e grafite e orientação social realizadas pelo orientador social do SCFV. As atividades foram planejadas em consonância às orientações da *Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009)*, referente ao SCFV para adolescentes de 15 a 17 anos, que apontam que:

As atividades devem abordar as questões relevantes sobre a juventude, contribuindo para a construção de novos conhecimentos e formação de atitudes e valores que reflitam no desenvolvimento integral do jovem. As atividades também devem desenvolver habilidades gerais, tais como a capacidade comunicativa e a inclusão digital de modo a orientar o jovem para a escolha profissional, bem como realizar ações com foco na convivência social por meio da arte-cultura e esporte-lazer. As intervenções devem valorizar a pluralidade e a singularidade da condição juvenil e suas formas particulares de sociabilidade; sensibilizar para os desafios da realidade social, cultural, ambiental e política de seu meio social; criar oportunidades de acesso a direitos; estimular práticas associativas e as diferentes formas de expressão dos interesses, posicionamentos e visões de mundo de jovens no espaço público. (BRASIL, 2009, p.17)

O resultado das discussões e planejamento entre PAIF e SCFV culminou no desenvolvimento da Semana Temática sobre o Enfrentamento à Violência e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes entre os dias 13/05 ao dia 20/05/24. Foram realizadas cinco oficinas, com os temas relacionados abaixo:

- 1º Encontro: Apresentação da proposta aos jovens.
- 2º Encontro: Oficina de Grafite: Confeção de cartazes informativos sobre o tema.
- 3º Encontro: Oficina de reflexão PAIF abordando a temática.
- 4º Encontro: Oficina de fotografia realizada com os adolescentes.
- 5º Encontro: Oficina de reflexão PAIF: Teatro e Roda de Conversa

O encerramento, Produto da Semana com a Tenda da Proteção foi a Mostra dos trabalhos realizados ao longo da semana na porta do CRAS, onde os adolescentes mostraram os seus trabalhos e conversaram com os moradores sobre a importância de prevenir as situações de violações de direitos contra crianças e adolescentes.

Avaliamos que as ações e atividades da Semana Temática sobre o Enfrentamento à Violência e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes do PAIF em articulação com o SCFV demonstrou como se faz necessário e urgente ações de fortalecimento da proteção social no território em relação ao enfrentamento das desproteções junto aos jovens e suas famílias. As ações possibilitaram aos jovens a oportunidade de acesso à rede de apoio e proteção social em caráter preventivo e proativo, no desenvolvimento de capacidades e potencialidades e conforme proposto na *Tipificação nacional dos serviços socioassistenciais*, Brasília, 2009.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta ação nos mostrou como foi importante para os jovens o acesso à informação e conhecimento sobre seus direitos, e em especial a temática proposta. Durante a execução das atividades os jovens puderam tirar dúvidas, serem acolhidos através de suas demandas e até mesmo oportunizar o momento de escuta

qualificada onde puderam relatar situações vivenciadas de violência na infância o que possibilitou intervenções posteriores pelo PAIF. Destacamos alguns depoimentos dos adolescentes, como: *“Aprendi a falar sobre meus direitos”* e *“Agora sei como buscar ajuda”*. As imagens mostram como os jovens se envolveram, se dedicaram e se empenharam em realizar um trabalho de qualidade com as oficinas e atividades propostas ao longo da semana temática, participando ativamente.

A finalização da Semana Temática com a Tenda da Proteção, gerou um resultado concreto e material de trabalho, proporcionou maior referenciamento de outros usuários ao CRAS, que acessaram o equipamento no dia da ação, possibilitando aos jovens um diálogo entre jovens e usuários com a amostra dos trabalhos, demonstrando empoderamento dos jovens sobre a temática.

Avaliamos que a ação cumpriu o objetivo proposto, demonstrou a potência da articulação do SCFV ao PAIF, da complementaridade entre os serviços, da ampliação da proteção social aos usuários. Gerou bastante contentamento por parte de toda equipe envolvida no trabalho e que essa seja a primeira de várias outras que possam surgir, que essa experiência de sucesso sirva de inspiração para novas atividades do PAIF e SCFV. Portanto, acreditamos que o conhecimento adquirido durante a Semana Temática terá um impacto positivo a longo prazo, ajudando os jovens a se tornarem agentes de mudança em suas comunidades, promovendo a cultura de respeito e proteção aos direitos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Caderno de Orientações: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – Articulação necessária na Proteção Social Básica. Brasília, 2016a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Reimpressão. Brasília, 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução nº 33, de 12 de dezembro de 2012. Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS. Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações Técnicas sobre o PAIF. Volume 1. Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações Técnicas sobre o PAIF. Volume 2. Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004. Brasília, 2004.

Anexo 01 - Fotos da Semana Temática sobre o Enfrentamento à Violência e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes maio 2024:



Figura X: Confecção Cartazes, Oficina de Grafite
Fonte: Arquivo pessoal do autor



Figura X: Confecção Cartazes, Oficina de Grafite
Fonte: Arquivo pessoal do autor



Figura X: Oficina de Reflexão: Roda de conversa e Teatro
Fonte: Arquivo pessoal do autor

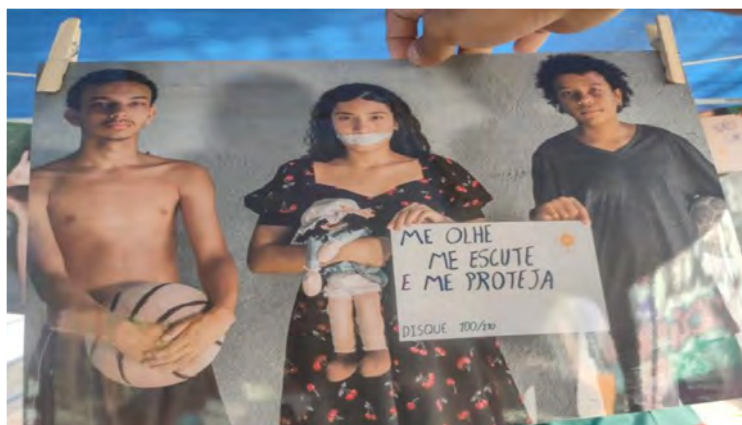


Figura X: Oficina de fotografia apresentação na Tenda da Proteção
Fonte: Arquivo pessoal do autor



Figura X: Oficina de fotografia apresentação na Tenda da Proteção
Fonte: Arquivo pessoal do autor



Figura X: Exposição Tenda da Proteção - Equipe PAIF e SCFV CRAS Graça Sabóia Morro das Pedras
Fonte: Arquivo pessoal do autor

**Caminhos possíveis para alargar a proteção para a juventude nos territórios:
estratégias de gestão para a expansão do Serviço de Convivência e
Fortalecimento de Vínculos para o ciclo de vida de 15 a 17 anos**

Ana Cristina da Silva

Analista de Políticas Públicas
analacoque@pbh.gov.br

Patrícia da Silva Pinto

Analista de Políticas Públicas
dpsb@pbh.gov.br

Larissa Cecília dos Santos

Psicóloga
larices7@gmail.com

Márcia Mansur Saadallah

Psicóloga
marciamansurbh@gmail.com

Marcelle Ferraz Guerra

Psicóloga
marcelleferraz333@gmail.com

Thaís Natiele Bessa de Miranda

Psicóloga
tbessademiranda@gmail.com

Jessica Gabriella de Souza Isabel

Psicóloga
souzabel.jessica@gmail.com

RESUMO

Esse relato de experiência tem por objetivo apresentar as estratégias de gestão que foram implementadas para apoiar as equipes técnicas do CRAS Paulo VI e do Grupo de Desenvolvimento Comunitário (GDECOM), na constituição de um novo grupo de jovens, bem como na construção de possibilidades de proteção social no território por meio do SCFV, promovendo espaços de escuta e discussões que mobilizem os jovens a serem protagonistas e agentes de mudança em sua

comunidade. Os encontros foram realizados em parceria com o Coletivo Articulando Redes atuando na facilitação das oficinas e nas estratégias de ação e mobilização junto à comunidade.

INTRODUÇÃO

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) é uma provisão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), na Proteção Social Básica. Sua execução no município ocorre de forma indireta, por meio da rede socioassistencial e é complementar ao trabalho com famílias realizado pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI). O SCFV tem caráter preventivo e oferece atividades contínuas com o objetivo de promover a convivência familiar e comunitária, a defesa de direitos e o desenvolvimento de capacidades dos usuários.

A convivência humana, um fenômeno intrínseco à nossa espécie, tem sido objeto de estudo e reflexão por diversas áreas do conhecimento. Na perspectiva da Assistência Social, e mais especificamente do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), a convivência se apresenta como um elemento fundamental para o desenvolvimento integral do indivíduo e para a construção de uma sociedade mais justa e equânime.

Para a autora Bader Sawaia (2018) ao analisar as relações sociais e à construção da subjetividade, considera que esta não é algo individual e imutável, mas sim um processo contínuo de construção e reconstrução, permeado pelas relações sociais que estabelecemos ao longo da vida. A convivência, nesse sentido, é fundamental para a formação da identidade e para o desenvolvimento de nossas capacidades de relacionamento. A autora destaca a importância das relações sociais como espaço de construção de sentido e de pertencimento. Ao conviver com outros, estabelecemos vínculos afetivos, aprendemos a compartilhar experiências e a construir um mundo comum. É nessas relações que desenvolvemos nossas capacidades de comunicação, de cooperação e de empatia, habilidades essenciais para a vida em sociedade.

O Serviço tem como objetivo central promover o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, fomentando a convivência saudável e o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes, jovens e idosos. O serviço também visa desenvolver potencialidades, assegurar aquisições e fortalecer tanto os laços familiares quanto as relações sociais mais amplas, essenciais ao exercício pleno da cidadania. Além de estimular o desenvolvimento de habilidades sociais, fortalecer a autoestima e prevenir situações de risco social, contribuindo para a proteção e a promoção dos direitos dos indivíduos atendidos.

Dessa forma o SCFV configura como um espaço privilegiado para a promoção da convivência, da construção da subjetividade e de vivências de cidadania. As atividades desenvolvidas no SCFV visam, justamente, criar oportunidades para que os usuários estabeleçam relações significativas com seus pares e com os profissionais que atuam no serviço.

DESENVOLVIMENTO

Para o atendimento ao público na faixa etária de 15 a 17 anos, o município estabelece parceria com a Organização da Sociedade Civil (OSC) GDECOM, que atua em 11 territórios de CRAS: Apolônia, Artur de Sá, Confisco, Coqueiral, Lagoa, Pedreira Prado Lopes, Santa Rita de Cássia, Vila Biquinhas, Vila Maria, Vila Fátima e Zilah Spósito. Esses territórios abrangem seis Regionais Administrativas: Centro-Sul, Norte, Nordeste, Noroeste, Pampulha e Venda Nova.

Cada grupo conta com um orientador social de referência e os encontros ocorrem de segunda a sexta-feira, no turno da tarde, nas instalações dos respectivos CRAS. Além disso, cada grupo participa de duas oficinas de arte e cultura por semana, complementadas pelo Projeto Apreciação Cultural, que promove atividades quinzenais voltadas para uma convivência ampliada e significativa.

A Gerência de Gestão dos Serviços de Proteção Básica (GGSPB) realizou um estudo nos territórios do município, considerando os Índices de Vulnerabilidade Juvenil (IVJ), com o objetivo de subsidiar a ampliação SCFV, executado pela

GDECOM, para áreas prioritárias. O estudo também considerou os territórios atendidos por CRAS localizados em áreas de ocupações urbanas, especialmente nas regionais onde a GDECOM ainda não atuava.

A análise forneceu um panorama regional que indicou, de forma objetiva, os territórios prioritários para a expansão dos grupos voltados ao ciclo de vida de 15 a 17 anos. Essa priorização foi orientada pela necessidade de promover maior equidade no acesso ao serviço e atender aos contextos de maior vulnerabilidade social e econômica. A síntese desse estudo apontou o seguinte panorama regional, como prioridade para a expansão dos grupos para esse ciclo de vida.

Na Regional Barreiro, o CRAS Petrópolis possui 8167 famílias em sua área de referência, com a presença de ocupações urbanas e, desde 2019, a equipe do PAIF atua no desenvolvimento do trabalho social com famílias tendo público identificado e mobilizado para constituir um grupo. Na Regional Leste a ampliação se direcionou para os CRAS Granja de Freitas e Taquaril, considerando o estudo realizado pela UFMG que construiu o “*Índice de Vulnerabilidade Juvenil* de BH (IVJ)”, para quarenta territórios de gestão compartilhada (TGC) do município. No resultado do estudo a L4 (72,8), que compreende os territórios dos dois CRAS, apresentou o mais elevado risco social nos territórios com maiores índices de vulnerabilidade. Considerando a juventude como fase fundamental de preparação para a vida madura e para o desenvolvimento da sociedade, faz-se necessário pensar em respostas de enfrentamento a tal realidade.

Na Regional Nordeste o CRAS Paulo VI compõe o equipamento Estação Cidadania – Cultura. Um equipamento que agrega outras ofertas setoriais para o desenvolvimento de programas e ações culturais, práticas esportivas e de lazer, formação e qualificação para o mercado de trabalho, serviços socioassistenciais, políticas de prevenção à violência e de inclusão digital para promover a cidadania em territórios de alta vulnerabilidade social, significando ampliação de oferta de mais proteção para o público de adolescentes do território.

Além da elaboração do estudo técnico, também foi realizado um estudo de custo do SCFV para subsidiar a disputa de orçamento para a expansão dos grupos. E essa ampliação foi inserida como meta da PSB no Plano Municipal de Assistência

Social (PMAS) 2022 – 2025. Em 2024, iniciamos o processo de expansão dos grupos do SCFV da parceria com a GDECOM, permitindo no primeiro semestre a implantação do primeiro grupo no CRAS Paulo VI, que detalharemos as estratégias adotadas pela gestão para apoiar a equipe do PAIF/CRAS e a equipe da OSC no processo de constituição de novo grupo.

RELATO DE EXPERIÊNCIA: CRAS PAULO VI

Para iniciar os trabalhos, convidamos o Coletivo Articulando Redes, que atua desde 2019 no fortalecimento da Política de Assistência Social, com foco no enfrentamento das desigualdades e na promoção da proteção social em áreas de vulnerabilidade. Em Belo Horizonte, tem estabelecido parcerias com Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), equipes técnicas e comunidades, onde desenvolve consultorias, capacitações, mobilizações e articulações de rede para apoiar o SUAS (Sistema Único de Assistência Social). Com nove anos de experiência acumulada, o Coletivo construiu um repertório de metodologias participativas voltadas à garantia da proteção social básica, tendo, nesse trabalho, atenção especial à juventude.

O trabalho no CRAS Paulo VI, em articulação com GGSPB, com a GDECOM e Coletivo Articulando Redes, teve como objetivo a implementação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos com a construção coletiva possibilitada por espaços de discussão e escuta nos territórios. A metodologia foi dividida em etapas de escuta, mapeamento e articulação intersetorial, sempre com o objetivo de incentivar o protagonismo das juventudes do território, fortalecer vínculos e ampliar as possibilidades de proteção social.

O primeiro encontro, organizado com a participação integral da equipe do PAIF do CRAS Paulo VI, teve como foco central a escuta ativa. Essa abordagem permitiu levantar expectativas e identificar os principais desafios do território. Durante o diálogo, a equipe explorou as percepções das trabalhadoras e trabalhadores do SUAS sobre os jovens da região, buscando compreender suas vivências e necessidades.

A partir dessa escuta inicial, foi solicitado um levantamento detalhado de dados sobre os jovens cadastrados no CadÚnico e acompanhados pelo PAIF. Essa etapa visou aprofundar o entendimento acerca do perfil do público atendido, fornecendo subsídios para o planejamento de ações mais efetivas e alinhadas às demandas locais.

O segundo encontro focou no mapeamento territorial, com análise dos dados coletados pela vigilância socioassistencial, trazendo-os para o contexto do fazer cotidiano. A partir de um mapa da área de abrangência do CRAS, a equipe e os participantes conseguiram visualizar as potencialidades do território, com foco nas juventudes. No terceiro encontro, o mapeamento foi ampliado com a participação de moradores, representantes de outros serviços públicos e referências comunitárias, promovendo discussões intersetoriais para fortalecer as estratégias de atuação.

No quarto encontro, as equipes do CRAS e do GDECOM, com a facilitação do Coletivo Articulando Redes, planejaram ações de mobilização para engajar os jovens, incluindo a criação de estratégias de sensibilização. No quinto encontro, o grupo produziu uma pílula de áudio que foi divulgada por moto-som na comunidade, convidando a juventude para uma ação local. Esse encontro foi marcado pela colaboração criativa das equipes.

O sexto encontro envolveu uma ação comunitária, com atividades culturais e a criação de um mural sobre direitos da juventude, para ampliar o acesso a informações e direitos voltados para jovens. A mobilização incluiu apresentações de música e a produção de um graffiti, criando um ambiente de acolhimento e engajamento. Com a participação ativa da comunidade, os jovens foram incentivados a conhecer os serviços e a se tornarem multiplicadores das informações.

O processo finalizou com uma avaliação coletiva, revendo as etapas e traçando ações futuras, buscando fortalecer o SCFV como referência de uma oferta para adolescentes e expandir as oportunidades para os jovens do território, através de uma compreensão ampliada das necessidades locais e do desenvolvimento de estratégias para efetivação da Proteção Social das juventudes locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No segundo semestre de 2024, com o avanço do processo de expansão dos novos CRAS em Belo Horizonte, foi pactuada a ampliação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para adolescentes de 15 a 17 anos. Essa expansão abrangeu os CRAS Vista Alegre, Dandara e Vila Betânia, além de outros CRAS prioritários identificados no estudo técnico elaborado pela GGSPB: Petrópolis, Taquaril e Granja de Freitas.

A avaliação do processo de ampliação da proteção social para a juventude no território do CRAS Paulo VI revela a relevância dessa iniciativa para todos os atores envolvidos. A experiência foi essencial para promover uma reflexão coletiva sobre as demandas e particularidades dos jovens do território, permitindo que, de forma colaborativa, fossem elaborados o planejamento e a execução de ações alinhadas às necessidades locais.

Esse processo proporcionou a ampliação do conhecimento sobre o território, incluindo as dinâmicas sociais, culturais e de convivência utilizadas pelas juventudes. Além disso, fortaleceu a articulação entre os serviços da rede socioassistencial e incentivou a ampliação de parcerias estratégicas.

Outro ponto positivo foi o estímulo ao protagonismo juvenil, ao reconhecer as potencialidades e desafios enfrentados pelos jovens, integrando-os de forma mais significativa nas políticas públicas do território. A iniciativa também gerou impactos no fortalecimento da atuação do PAIF, ao integrar a proteção social básica com uma perspectiva mais ampla e intersetorial, contribuindo para o alcance de resultados efetivos no enfrentamento das vulnerabilidades sociais.

Esse trabalho evidencia o papel fundamental do CRAS como articulador de políticas públicas e mediador de ações que garantam o direito à convivência e à cidadania, consolidando uma rede de apoio mais robusta e eficiente para a juventude.

REFERÊNCIAS

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE; CRISP – UFMG. *Relatório de cálculo do Índice de Vulnerabilidade Juvenil de Belo Horizonte (IVJ-BH)*. Belo Horizonte, 2016.

SAWAIA, Bader Burihan. *Afeto e Comum*. São Paulo: NEXIN/PUC-SP, 2018. Disponível em:

https://www5.pucsp.br/nexin/livros/2018_08_06_ebook_afeto_comum.pdf

Chá Conversa De Mulher: A experiência de uma oficina continuada de acolhida, troca e fortalecimento nos anos de 2022 e 2023.

REGIANE RODRIGUES DE SOUZA

CRAS Vila Betânia
regianer.souza@pbh.gov.br

RESUMO

O presente texto consiste em um breve relato da experiência desenvolvida no Trabalho Social com Famílias, uma oficina continuada entre os anos de 2022 e 2023, no CRAS Independência, regional Barreiro. Pretende-se apontar como a ação coletiva contribuiu para gerar mais proteção para as famílias do território com uso das tecnologias de acolhida, troca mútua e estratégias de fortalecimento. Durante esse percurso percebeu-se o desenvolvimento da autoconfiança e empoderamento do público participante.

INTRODUÇÃO

É sabido que um grupo de mulheres existia na Unidade do CRAS Independência, antes do modelo atual, ainda no formato de NAF (Núcleo de Apoio à Família) e permaneceu, com alguns momentos de inatividade. Tendo em vista o histórico de um território mobilizado e com desejo pela coletivização foi proposto o trabalho com as famílias, considerando a importante relevância em trabalhar as dimensões da vida da mulher e os direitos das mulheres. O objetivo era ofertar um espaço de escuta, convívio, afeto político, respeitando as diversidades em ser mulher, sua identidade de gênero e orientação sexual, fortalecimento da sororidade, reflexão e proposição sobre os direitos das mulheres. A motivação para a realização da oficina com o público de mulheres se dá pela necessidade de ampliar a atuação da política de assistência social ofertada pelo CRAS Independência na pauta pela **Equidade de gênero**, bem como a **Igualdade de gênero**.

DESENVOLVIMENTO

O planejamento do percurso da oficina continuada considerou os indicadores do território, perfil das famílias que mais acessavam a unidade, como: sexo, faixa etária, cor/raça, ocupação, sendo caracterizado pelo público feminino adulto, pretas e/ou pardas e com demandas por espaços para a escuta, diálogo e autocuidado. Um público que, em sua maioria, encontrava-se em situação de sobrecarga nas tarefas domésticas.

As oficinas podem agrupar tanto participantes com características homogêneas, quanto heterogêneas. Algumas temáticas podem ser melhor trabalhadas com participantes que enfrentam as mesmas situações, compartilham as mesmas experiências, facilitando, assim, a compreensão, o não julgamento e a expressão dos participantes. (BRASIL, 2012, p.27)

A ação coletiva continuada teve periodicidade de encontros mensais com formato aberto, ou seja, com a liberdade de participação quando fosse possível, ou seja, o não comparecimento em um encontro não prejudicava a participação no encontro seguinte. Em rodas de conversas, em círculo, os encontros apresentavam como foco assuntos do mundo das mulheres: dificuldades, desafios, mas também possibilidades, potencialidades os quais as atravessavam, sempre buscando construir um espaço de acolhida, respeito, segurança e afetos.

Buscou-se promover discussões, reflexões e ações na comunidade para contribuir na construção de relações mais igualitárias, justas, solidárias e democráticas. Além disso, falar de políticas públicas com e para as mulheres, fortalecer os direitos humanos e o respeito à dignidade humana; fundamentada em princípios ético-políticos da cidadania e justiça social. Esses princípios dizem de aquisições a serem aprofundadas pela política de Assistência Social, como: Segurança de Desenvolvimento da Autonomia.

Extrapolando o tema de combate e enfrentamento à violência doméstica e de gênero (destaco aqui sua sumária importância na prevenção e proteção à vida das mulheres), os encontros foram construídos como um espaço de troca de ideias, visão de mundo/sociedade e de experiência de vida entre todas as participantes (considerar todas presentes: usuárias, equipe técnica, auxiliar administrativa, coordenação e outras trabalhadoras da unidade), no sentido de neutralizar os papéis institucionais/hierárquicos e construir um ambiente favorável e estimulante a fala e

participação.

Outras tecnologias utilizadas para realização da ação continuada podem ser encontradas também nos princípios Ubuntu, a filosofia africana que nutre o conceito de humanidade em sua essência.

Uma sociedade sustentada pelos pilares do respeito e da solidariedade faz parte da essência de Ubuntu, filosofia africana que trata da importância das alianças e dos relacionamentos das pessoas, umas com as outras. (LUZ, 2014, p. não paginado)

Um espaço de segurança para ser acolhida, ouvida e assim fortalecer umas às outras. E qual o significado de troca? Substituição; mudança; compensação; permutação. A troca tem como proposta ampliar o conhecimento e as possibilidades frente às situações de vulnerabilidade e de micro violações, repensar sobre determinada situação de sobrecarga cristalizada no seu dia-a-dia.

Reconhecer a necessidade de cuidado e autocuidado sendo mulher, em uma sociedade capitalista, patriarcal e racista é um ato “liberta-dor”, que nos aproxima de mais proteção e nos impulsiona para o caminho de mais garantia de direitos. Conforme descrito no caderno de Orientações técnicas sobre o PAIF, VOL. 2, a dimensão comunitária na execução da atividade coletiva promove espaços de vivências que sugerem a mudança do olhar individualista sobre as vulnerabilidades e potencialidades, das famílias e dos territórios, conforme abaixo:

A opção de se trabalhar com um conjunto de famílias decorre da compreensão de que as pessoas estão em contínuo processo de interação com o outro. Por isso se afirma que o ser humano é relacional, necessita do diálogo, da participação e da comunicação. Nesse sentido, as pessoas passam a concretizar a sua existência produzindo, recriando e realizando-se nas suas relações com o outro. Os membros familiares, portanto, se realizam no grupo familiar, ao passo que as famílias se percebem nos contextos comunitários e territoriais em que estão inseridas, ou ainda na interação com suas redes (que podem não estar no mesmo território). (BRASIL, 2012, p. 24)

Tendo em vista a troca de conhecimento como uma das tecnologias estruturantes da Oficina continuada Chá Conversa de Mulher, a valorização do conhecimento popular, dos conhecimentos tradicionais, do reconhecimento dos valores ancestrais apresentados pelas participantes esteve em constante diálogo com o saber acadêmico e técnico, no sentido de complementaridade.

Promover espaços de vivência que contribuam para a

autocompreensão, ou seja, que possibilitem aos membros das famílias apreenderem-se como resultado das interações entre os contextos familiar, comunitário, econômico, cultural, ambiental entre outros nos quais estão inseridos, assumindo-se como sujeitos capazes de realizar mudanças, pois “quanto mais sabemos por que agimos como agimos (...) provavelmente seremos mais capazes de influenciar nossos próprios futuros. (GIDDENS, 2005. p. 27 citado por BRASIL, 2012, p. 25)

Alguns temas desenvolvidos

Abaixo estão expostos alguns temas que foram trabalhados com o grupo nos encontros mensais do período de Março de 2022 a Agosto de 2023:

- Mar. de 2022 - Direito à informação , a educação e a privacidade.
- Abr. 2022 - Mapa de prioridades: autocuidado como estratégia de fortalecimento de vínculo
- Mai. de 2022 - Direito ao Autocuidado
- Jun. de 2022 - Construção Projeto de Vida
- Jul. de 2022 - Roda de ConversAÇÃO: ser mulher, lazer e direito. Obs. Dessa roda de conversa foi proposto uma oficina com ênfase na convivência para o mês seguinte.
- Ago. de 2022 - Direito ao lazer: Piquenique no Parque das Águas.
- Out. de 2022 - Auto estima, um olhar sobre si. Mais Vínculo = Mais Proteção.
- Dez. de 2022 - Abraçar e Agradecer. Oficina de encerramento do ano.
- Fev. de 2023 - Bem Viver e Vida Boa. O que prevê a Constituição Federal de 1988?
- Mar. de 2023 - Processo de envelhecimento das Mulheres.
- Ago. de 2023 - Agosto Lilás: importância do combate à violência doméstica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reconhecer que os resultados esperados não se materializam ao término de uma atividade coletiva ou na finalização de um circuito ou percurso, é importante para avaliação dos impactos da atividade coletiva. Foi no ato e na possibilidade do diálogo, de criar espaços seguros onde a possibilidade de falar e ser ouvida, sobre o

respeito às opiniões diferentes (sem discurso de ódio ou discriminações), tecendo mais possibilidades de proteção para as famílias, principalmente para as mulheres.

Por fim, destaco que o trabalho desenvolvido foi de reconhecimento do direito ao autocuidado das mulheres, no direito ao lazer, no direito ao descanso e na ampliação das suas redes de apoio comunitário. Nesse sentido, considero que o impacto social esperado no trabalho social com famílias foi alcançado, contribuindo para a garantia das seguranças alicerçadas pelo Sistema Único de Assistência Social, entre elas destaco a segurança de Acolhida, Segurança de Convívio, o fortalecimento de vínculos, à autoestima, à autonomia, ao protagonismo, à participação e à capacidade de proteção das famílias, indivíduos e territórios.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.html. Acesso em: 10 nov. 2024.

BRASIL. IPEA Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. Participação Popular - A construção da democracia participativa. Revista Desafios do desenvolvimento Ano 8. Edição 65, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Orientações Técnicas sobre o PAIF*. Vol. 2. Brasília: MDS, 2012. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Orientacoes_PAIF_2.pdf. Acesso em: 10 nov. 2024.

LUZ, Natália da. *Por dentro da África: Ubuntu – a filosofia africana que nutre o conceito de humanidade em sua essência*. 2014. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2018/05/ubuntu.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2024.

De Bem Com A Vida: A experiência com o grupo de idosos no Serviço de Proteção Social Básica Regional Oeste (SPSBR-O)

Samira Maria Clemente Caldeira

Serviço de Proteção Social Básica Regional Oeste
samira.caldeira@pbh.gov.br

RESUMO

O trabalho com grupos na assistência social é uma estratégia essencial para promover direitos, fortalecer vínculos e auxiliar na construção de autonomia pelos indivíduos. Buscamos através deste relato, compartilhar a experiência do Serviço de Proteção Social Básica Regional – Regional Oeste (SPSBR-O) em conjunto com Serviço de Proteção Social à Pessoa com Deficiência (SPSPD) a frente do grupo de idosos “De bem com a vida”, refletindo sobre o trabalho com grupos no SUAS (Sistema Único de Assistência Social).

INTRODUÇÃO

O trabalho com grupos na assistência social é de fundamental importância para a promoção de direitos, fortalecimento de vínculos e promoção de autonomia de indivíduos em situação de vulnerabilidade. Ele se caracteriza por ações planejadas que buscam o desenvolvimento coletivo, o aprimoramento das relações sociais e a construção de soluções para problemas comuns. O trabalho com grupos busca a atuação com grupos de pessoas que compartilham características, necessidades ou interesses similares, com o objetivo de fomentar a troca de experiências, a reflexão crítica e a construção de saberes coletivos.

De acordo com as orientações técnicas do PAIF (BRASIL, 2012), as oficinas com famílias são encontros planejados, com objetivos precisos e de curto prazo, conduzidos por profissionais de nível superior. O trabalho com grupos baseia-se na compreensão de que as pessoas estão em constante interação e relação umas com

as outras. *“Nesse sentido, as pessoas passam a concretizar a sua existência produzindo, recriando e realizando-se nas suas relações com o outro.”* (BRASIL, 2012, p. 24).

O grupo de idosos “De bem com a vida” teve seu início em 13 de setembro de 2022, por meio de uma oficina de reflexão sobre envelhecimento, que aconteceu em dois encontros. A partir desses encontros, surgiu o desejo de ofertar de forma contínua um espaço de convivência para os idosos. Ao longo de 2023, a oficina de convivência se fortaleceu como um importante espaço de socialização, cuidado e de enfrentamento das dificuldades que acompanham a longevidade. Em 2024, a iniciativa foi ampliada com a participação do SPSPD, criando um novo contexto de convivência. Esse movimento de inclusão e ampliação das atividades visa promover uma convivência mais integrada, respeitando as necessidades e potencialidades de todos os envolvidos, além de promover uma maior integração entre os serviços. Segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais é importante que a composição dos grupos preserve a diversidade existente no âmbito das relações sociais cotidianas, assegurando a participação de usuários de diferentes raças/etnias, gêneros, entre outros, além de garantir a participação das pessoas com deficiência.

DESENVOLVIMENTO

Segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2014), as oficinas com idosos tem por objetivo o desenvolvimento de atividades que contribuam no processo de envelhecimento saudável, no desenvolvimento da autonomia e de sociabilidades, no fortalecimento dos vínculos familiares e do convívio comunitário e na prevenção de situações de risco social. Elas devem também incluir vivências que valorizam suas experiências e que estimulem e potencializem a condição de escolher e decidir.

Pichon-Rivière (1988) define o grupo como um conjunto de pessoas ligadas no tempo e espaço, articuladas por sua mútua representação interna, que se propõe explícita ou implicitamente a uma tarefa, interagindo para isto em uma rede de papéis, com o estabelecimento de vínculos entre si. Coerente com esta definição, sua teoria sobre o grupo dá grande importância aos vínculos sociais, que são a base para os processos de comunicação e aprendizagem,

uma vez que o sujeito – como sujeito social – se constitui na relação com o outro. (AFONSO, 2015, p. 20)

Nos encontros do grupo “De bem com a vida”, normalmente, reúnem-se de dez a vinte participantes, sendo sua periodicidade de um encontro mensal (toda terceira quinta-feira de cada mês). No início do ano, foram elencados temas de interesse dos participantes para que pudessem ser desenvolvidos ao longo dos encontros do ano. Dentre as temáticas propostas pelos participantes surgiram: saúde e envelhecimento, relações familiares, racismo, etarismo, direitos da pessoa idosa, dentre outros.

Segundo Afonso (2015) existem 4 momentos para preparação de uma oficina: demanda, pré-análise, foco e enquadre. A demanda refere-se à *“existência de uma situação que envolve elementos sociais, culturais e subjetivos e que precisa ser trabalhada em um dado grupo social”* (p. 31). A demanda apresentada para a formação do grupo, foi a questão do envelhecimento populacional e a crescente busca dos serviços de assistência social por esta população. O segundo momento para a preparação de uma oficina refere-se a pré-análise, na qual o coordenador deve se apropriar da problemática a ser discutida, estudando, coletando dados e informações que possibilitarão o levantamento dos temas geradores. Já o foco diz do “tema geral da oficina” o que possibilitará o levantamento de temas-geradores (AFONSO, 2015). Os temas geradores seriam *“temas que mobilizam o grupo porque se relacionam à sua experiência, tocam nos conflitos e nas possibilidades, aguçam o desejo de participação e troca.”* (AFONSO, 2015, p. 34). Por fim o enquadre leva em consideração o número de participantes, o local onde os encontros serão realizados, o material a ser utilizado, ou seja, uma direção para o trabalho que será realizado.

O enquadre deve ser pensado em termos de facilitar a expressão livre dos participantes, a troca de experiências, a relação com o coordenador, a privacidade dos encontros e o espaço e tempo para levar uma reflexão sobre o tema. (AFONSO, 2015, p. 34)

Os encontros do grupo são planejados a partir dos temas geradores elencados pelos participantes. Além de encontros “reflexivos” realizados na regional, também foram realizadas algumas atividades externas com o objetivo de proporcionar aos participantes vivências culturais como visitas a museus, cinemas, parques, etc.

Segundo a NOB-SUAS (2012), as seguranças afiançadas pelo SUAS são: acolhida; renda; convívio ou vivência familiar, comunitária e social; desenvolvimento de autonomia; apoio e auxílio: quando sob riscos circunstanciais. Acreditamos que dentre as seguranças afiançadas pelo SUAS, o grupo tem garantido aos participantes a segurança de acolhida, segurança de convívio e a segurança de desenvolvimento de autonomia.

Durante os dois anos de atividades do grupo, recebemos diversos relatos dos participantes sobre a relevância que o grupo teve em suas trajetórias de vida. Foi possível observar a "transformação" que os encontros proporcionaram a cada um deles, impactando positivamente suas experiências e perspectivas.

RELATOS DOS PARTICIPANTES:

A seguir alguns relatos e imagens dos participantes do grupo “De Bem com a Vida” coletados pela equipe técnica:

“Eu me lembro do dia em que você me convidou para participar do grupo, eu já não tinha mais esperanças, só pensava em acabar com tudo. Já estava planejando me jogar na frente de um carro. Mesmo assim, resolvi vir. E foi a melhor coisa. No Centro de Saúde ninguém aguentava mais me ver. Eu vivia lá, pedindo pra alguém fazer algo por mim. Até briguei lá uma vez. Agora eles me falam o quanto mudei. Me sinto melhor, já não quero mais me jogar na frente de um carro”. (Socorro, 59 anos)

“Quando eu cheguei aqui, estava tomando um monte de medicamento para depressão, não tinha vontade de sair de casa. Eu tinha perdido minha mãe recentemente e não queria fazer nada. Os encontros me ajudam muito. O médico diminuiu meus remédios e isso foi por causa do grupo.” (Soraia, 58 anos)



Figura X: Arquivo Serviço de Proteção Social Básica Regional – Regional Oeste (SPSBR-O)
Fonte: Arquivo pessoal da autora



Figura X: Arquivo Serviço de Proteção Social Básica Regional – Regional Oeste (SPSBR-O)
Fonte: Arquivo pessoal da autora



Figura X: Arquivo Serviço de Proteção Social Básica Regional – Regional Oeste (SPSBR-O)
 Fonte: Arquivo pessoal da autora



Figura X: Arquivo Serviço de Proteção Social Básica Regional – Regional Oeste (SPSBR-O)
 Fonte: Arquivo pessoal da autora



Figura X: Arquivo Serviço de Proteção Social Básica Regional – Regional Oeste (SPSBR-O)
 Fonte: Arquivo pessoal da autora

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos dois anos, a iniciativa de criar um espaço contínuo para encontros e reflexões tem se revelado fundamental para lidar com as questões relacionadas ao envelhecimento. Através das oficinas e atividades desenvolvidas, foi possível observar o fortalecimento da autonomia dos idosos, a construção de novos vínculos sociais e a valorização de suas histórias de vida, o que vem contribuindo para uma melhora na autoestima dos participantes. No entanto, é importante refletir sobre os desafios enfrentados no cotidiano do trabalho no serviço. Infelizmente, a falta de tempo para aprimorar as atividades coletivas tem sido um dos obstáculos, além disso, a escassez de recursos materiais adequados tem dificultado a realização de atividades de maior impacto. Muitas vezes, somos obrigados a recorrer a recursos próprios para criar atividades lúdicas e atrativas. Esses fatores evidenciam a necessidade de mais investimentos e apoio para que possamos aprimorar as práticas e garantir um atendimento mais eficaz e qualificado, que atenda de maneira plena as necessidades dos usuários e cumpra com os objetivos propostos pela metodologia.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, Maria Lúcia M. (org.). *Oficinas em dinâmica de grupo: um método de intervenção psicossocial*. 3. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2015.
- BRASIL. *Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.
- BRASIL. *Orientações técnicas sobre o PAIF: trabalho social com famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF*. v. 2. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012b.
- BRASIL. *Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2012.

Desfilando na Proteção Social Básica: experiência de trabalho coletivo e empoderamento no CRAS Morro das Pedras

DÉBORA FORTUNATO

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
debora.fortunatopsi@gmail.com

MÁRJOE AMARAL

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
marjoreamarall@gmail.com

FERNANDA PANTUSO

Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
fernandapantuso@pbh.gov.br

SIMONE MACHADO

Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
simone.machado@pbh.gov.br

RESUMO

Este trabalho apresenta um relato de experiência sobre o trabalho com grupos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) como uma estratégia de proteção social básica, considerando os ciclos de vida dos usuários. A partir de atividades desenvolvidas com foco no empoderamento e fortalecimento das identidades individuais e coletivas, são abordadas ações que enfrentam situações de vulnerabilidade social e promovem a inclusão social. O relato destaca a importância das práticas coletivas para a promoção do protagonismo e autonomia, com atividades voltadas para o combate a preconceitos e para o estímulo ao autocuidado e valorização pessoal, especialmente no contexto de proteção relacional. Os resultados indicam avanços significativos na promoção da autoestima e integração dos usuários, evidenciando o impacto positivo das ações do SCFV.

INTRODUÇÃO

Este relato tem como objetivo compartilhar a experiência e os resultados obtidos nas atividades desenvolvidas pelo SCFV no CRAS Morro das Pedras, com foco na proteção social básica de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade. As ações planejadas e executadas contaram com a constante participação, contribuição e acompanhamento da equipe PAIF, que desempenhou um papel essencial em cada etapa do processo. A expertise e dedicação da equipe PAIF foram fundamentais para orientar e fortalecer as atividades, proporcionando um suporte contínuo e cuidadoso, que garantiu não apenas a efetividade das ações, mas também o acolhimento e empoderamento dos usuários atendidos.

DESENVOLVIMENTO

As ações planejadas pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) devem buscar a promoção do desenvolvimento do protagonismo de seus usuários, a partir de atividades de empoderamento e resgate de autonomia, considerando as capacidades e potencialidades dos participantes. O planejamento das atividades trimestrais têm sido construídas envolvendo os serviços PAIF e SCFV do CRAS Morro das Pedras.

Em vista do Dia Internacional da Mulher, os meses de fevereiro e março foram selecionados enquanto um período de discussões sobre senso de empoderamento pessoal, fortalecendo a autoconfiança e a autoestima. Entre as atividades selecionadas para este percurso, no decorrer do mês foram realizadas atividades como: bingo da autoestima personalizado, sessão de cinema, oficina de confecção de colares simbólicos, oficinas de confecção de saias e aventais, e por fim, um desfile cultural e de convívio.

No que diz respeito à atividade “Bingo do Autocuidado”, trata-se de um recurso lúdico personalizado e planejado para pensar em ações de cuidados diários e individuais que propiciem qualidade de vida no que cerne à cuidados com o corpo e a mente. Além disso, a atividade “Sessão de Cinema”, foi planejada e executada visando discutir algumas conquistas das mulheres no decorrer dos anos. Dessa forma, foi transmitido um trecho do filme “*Se eu fosse você*”, que traz aos usuários a vida de um casal em corpos trocados, mostrando a personalidade feminina e

masculina, que são diferentes. Gestos, falas, expressões, pensamentos dão vida ao sexo oposto e a percepção e reconhecimento do valor do dono do corpo. Destaca, também, o valor da mulher que gerencia casa, família, trabalho e lazer, suas multitarefas.

Foi muito divertido assistir ao filme e difícil a reflexão sobre escolher e as mudanças que teriam que fazer para se tornar o outro. Tudo se torna complicado, até pensar em ser o outro por um minuto. O filme possibilitou ressaltar a importância da sensibilidade feminina em resolver as questões da vida. Dessa forma, tais atividades foram de suma importância para iniciar um percurso de enfrentamento à situações de discriminação e preconceito, fomentando a prevenção ao isolamento e confinamento através da construção de identidades individuais.

Em seguida, no início do mês de março, iniciou-se uma sequência de oficinas que valorizam a mulher, além de estimular o desenvolvimento de habilidades individuais e coletivas. Na atividade “Símbolo do Colar”, os usuários construíram um colar em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, confeccionado com fios e contas em que os usuários foram orientados a expressar sentimentos, valores e conquistas das mulheres. Ao final, foi realizada uma reflexão na construção de um colar coletivo em painel, destacando os desafios e metas futuras para o empoderamento da mulher.

Para além disso, a oficina “Saias que Contam Histórias” contou com um trabalho grupal e conjunto de todos os usuários participantes dos coletivos na construção manual de saias que visavam expressar a história de vida, desafios e conquistas individuais de cada mulher participante. Nessa atividade observou-se o empenho do público masculino atendido pelo SCFV e a necessidade de incluí-los dentro do percurso de atividades, realizando assim também a construção de aventais masculinos, sendo escolhido pelos usuários o de ferramentas. Dessa forma, proporcionou a participação dos usuários do planejamento, desenvolvimento e participação das ações.

Mais próximo do encerramento do percurso de atividades, foi realizada também a oficina “Turbantes de Poder” com a facilitadora Gabriella Figueiredo, com o objetivo de que as mulheres expressassem sua identidade cultural através do uso

de turbantes, uma vez que, este têm significados históricos e culturais profundos em várias comunidades. Além disso, a atividade visou fortalecer a autoestima, encorajando uma conexão positiva com a própria imagem e promovendo o empoderamento pessoal.

Todo este percurso culminou em uma ação final nomeada como “Desfile Cultural” enquanto atividade de convívio, com a participação de profissionais do SCFV e do PAIF, enfatizando a importância do convívio, autoestima e do autocuidado. Todos os coletivos participantes do CRAS Morro das Pedras foram convidados a se apresentar ou assistir a um desfile de moda com os acessórios criados por eles mesmos durante o mês de março. Neste momento, eles tiveram oportunidade de incorporar a criação dos turbantes aprendidos, as saias, os aventais e colares confeccionados, exibindo suas criações, compartilhando suas histórias e celebrando a diversidade cultural por meio da moda.

Os resultados obtidos com este percurso alcançaram significativamente os objetivos propostos e almejados, uma vez que, entre os relatos dos usuários sobre o autocuidado, muitos responderam que a maior parte do tempo é dedicado ao cuidado com o outro e/ou para o outro. Relataram ainda que o que os fazem felizes são a família, estar no CRAS, participar do grupo e estar bem com sua saúde.

Em outros momentos, no decorrer do percurso, os usuários relataram também que dentro de sua experiência de vida, a mulher casada não podia estudar, trabalhar e tinha que cuidar da casa e da família. A figura feminina dentro do contexto dos usuários participantes trabalhava somente quando o marido permitia e também existia o aspecto da mulher viúva ou divorciada, que não podia casar.

Os usuários foram alertados que a Lei do feminicídio aconteceu em 2015 e a pandemia aconteceu em 2019 para 2021, acontecendo muita violência doméstica contra a mulher neste período. Os usuários relataram que ainda hoje acontece. Ressaltaram que o foco em mobilizar em sua maioria mulheres negras foi devido a falta de oportunidade de trabalho, preconceito e discriminação que este público enfrenta em sua realidade. Nesta ação, trabalhamos, em conjunto com o PAIF, as desproteções relacionais e as orientações diante das vivências de situações de violências domésticas.

Quando foi perguntado às usuárias o que desejam e que país querem para as mulheres nos próximos anos disseram que a mulher é forte, inteligente, rápida, faz várias coisas ao mesmo tempo, é atenta aos detalhes, tem sensibilidade feminina e desejam “mais respeito, sem discriminação, aumento de salário, mais valorização à mulher que trabalha mais que o homem e oportunidades de emprego”.

As falas dos usuários nas atividades do SCFV sinalizaram questões importantes e desproteções relacionais vivenciadas por eles. Na avaliação das atividades entre PAIF e SCFV foram providenciados encaminhamentos e intervenções pelo PAIF aos usuários do SCFV, como atendimento particularizado e atividades coletivas realizadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades realizadas pelo SCFV alcançaram os objetivos propostos, com relatos dos usuários que reforçam a importância do autocuidado, do fortalecimento das identidades e da construção de vínculos. Através das oficinas e eventos culturais, foi possível não apenas valorizar as histórias individuais, mas também promover a consciência coletiva sobre questões sociais e de empoderamento, especialmente das mulheres. A experiência demonstra que o trabalho coletivo no SCFV é um serviço socioassistencial, complementar ao trabalho social com famílias do PAIF, que objetiva ofertar a proteção social, enfrentar a vulnerabilidade social e fomentar um ambiente de apoio e desenvolvimento mútuo, contribuindo significativamente para a função da Proteção Social Básica.

O trabalho articulado com a equipe PAIF possibilitou a atuação das desproteções relacionais, de fortalecimento de vínculos sociais, o combate a sentimentos de rejeição e o fortalecimento do sentimento de pertencimento ao CRAS, criando um ambiente acolhedor e seguro para todos os participantes. Essas atividades são cruciais para promover o desenvolvimento da autonomia e a inclusão social, especialmente entre adolescentes e idosos, destacando a importância de ações conjuntas no enfrentamento de questões de discriminação, exclusão social e vulnerabilidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Perguntas frequentes: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos*. Brasília, DF: Ministério da Cidadania, 2022.

BRASIL. *Caderno de orientações: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – articulação necessária na Proteção Social Básica*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2016a.

BRASIL. *Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais: Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009*. Reimpressão. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2014.

Envelhecer é o curso da vida: Um caminho possível

JULIANA MOREIRA DIAS

CRAS Vila Sumaré
juliana.m.dias@pbh.gov.br

RESUMO

Este trabalho tem o intuito de apresentar um recorte de uma experiência coletiva, realizada no CRAS SUMARÉ, no Município de Belo Horizonte, com o público de familiares e idosos do Programa Maior Cuidado. A experiência fará parte do acervo da Jornada de Proteção Social Básica, preconizada como iniciativa de compartilhamento de experiências relevantes no Município. Foram realizados dois encontros no CRAS, com a presença de idosos e familiares inseridos no Programa. Nos encontros, foram trabalhadas questões como projetos de vida, convivência familiar e comunitária e desafios do envelhecimento e cuidado. Como resultado das reflexões e produções coletivas, as famílias expandiram as relações cotidianas e os vínculos de afeto e proteção, entre seus membros e demais pessoas da comunidade, revelando as potencialidades do Programa Maior Cuidado para além dos limites institucionais.

INTRODUÇÃO

Os desafios enfrentados pela Política de Assistência Social são diversos e mutáveis; o que impõe aos técnicos dessa política, sobretudo os que trabalham diretamente com a população vulnerável e à própria política pública, pensar alternativas e formas de fortalecer vínculos e prevenir situações de risco social.

Nesse sentido, dentro dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) de Belo Horizonte, foi instituído em 2011, o Programa Maior Cuidado (PMC): implantado em março de 2011, no governo do Prefeito Márcio Lacerda, o Programa

Maior Cuidado - Projeto Cuidador de Idosos integrava o Programa Sustentador de Atendimento ao Idoso, elaborado pelo Grupo de Trabalho Intersectorial, coordenado pela então Secretaria Municipal de Políticas Sociais (SMPS). O GT, criado em 2009, tinha como objetivo elaborar o Plano de Implantação da Política de Governo para a Pessoa Idosa no município de Belo Horizonte, tendo em vista a crescente demanda de atendimentos às pessoas idosas em situação de ausência ou insuficiência de condições familiares de proteção e cuidado, e também daqueles que recebiam alta hospitalar com dificuldade de retorno ao domicílio. (FAGUNDES, 2019).

Os idosos inseridos neste Programa encontram-se em situação de vulnerabilidade/risco social em múltiplas formas e em situação avaliada pela Saúde como semi-dependentes ou dependentes. Pelo Programa, há um cuidador formal no domicílio que auxilia o idoso e o cuidador familiar (em alguns casos) nos cuidados diários, além de promover a prevenção da ruptura de vínculos.

No CRAS Sumaré, o Programa conta com um técnico que atua como referência a este, atuando de maneira prática e traçando possibilidades de suporte e reflexão dos idosos, famílias e cuidadores. O breve relato que se segue tem o intuito de apresentar uma dessas práticas realizadas pelo técnico de referência cujo resultado demonstra o quão potente é o PMC.

DESENVOLVIMENTO

O envelhecimento se inscreve como um fenômeno inerente à vida; sendo um processo dinâmico, progressivo, inevitável, com ritmo e características próprias em cada pessoa, implicando alterações morfofisiológicas, acompanhada por repercussões familiares, sociais e econômicas. Nesse sentido, o envelhecimento traz vulnerabilidades, perdas sociais importantes, aparecimento de novos papéis, agravamento de doenças crônicas e degenerativas e dependências funcionais (CAMARANO, 2004).

O presente trabalho tem como objetivo geral exemplificar uma das ações realizadas no Programa Maior Cuidado no ano de 2024 no CRAS Sumaré com a presença de idosos e familiares inseridos no Programa e que se desdobrou em

fortalecimento de vínculos familiares e comunitários a partir das oficinas realizadas. Esta ação visou pautar no fortalecimento dos vínculos, de modo a prevenir o isolamento, ou mesmo, o abrigamento de idosos, apoiando a família no reconhecimento da sabedoria/experiências destes idosos e na proteção dos seus direitos e ainda ampliar/informar sobre o Programa Maior Cuidado e sobre os benefícios, Serviços e Programas ofertados no PAIF.

As estratégias utilizadas foram duas oficinas realizadas no Cras Sumaré – em Belo Horizonte, no mês de Julho de 2024. Foram convidados para participar dos encontros os idosos inseridos no Programa que possuíam capacidade de locomoção (mesmo com restrições) e seus familiares sanguíneos e/ ou afetivos.

No primeiro encontro, os participantes foram recebidos com músicas relaxantes para criar um ambiente favorável à circulação das falas. Houve apresentação dos presentes e, de maneira natural, muitos dos que se encontravam presentes se reconheceram/reencontraram e trouxeram fortes memórias afetivas de momentos vividos por eles e suas famílias. Em sequência, foram apresentadas fotos de pessoas que “estereotipadamente pareciam jovens” e foram induzidos a comentar sobre o que acreditavam ser a história “por trás das fotos”. Nesse sentido, foram explorados temas como projeto de vida, inclusive no envelhecer e possibilidades de cuidado e autocuidado.

Em seguida, foi aberto para circulação das falas sobre as experiências vivenciadas no cotidiano, enquanto idosos que eram assistidos e familiares que cuidavam de pessoas idosas. Nesse momento, os relatos causaram comoção geral e ficou evidente um espelhamento e compartilhamento dos desafios cotidianos enfrentados por eles, a partir da fala do outro no qual se identificavam. Um ponto relevante tratado foi a solidão e sentimento de isolamento, tanto no ser cuidado quanto no cuidar em relação aos próprios membros da família ou no caso de idosos que não possuíam parentes sanguíneos. Ficou evidente o suporte emocional e prático que o cuidador do Programa oferta no domicílio e foi amplamente reconhecido como potente manutenção e fortalecimento de vínculos. Para finalizar o encontro, houve uma contação de história por umaicineira que trouxe a fábula da “Senhora dos Remédios” que induziu a reflexão sobre processo de adoecimento,

cura e cuidado e “transportou” os participantes de maneira lúdica a pensar sobre a transitoriedade da própria vida e no cuidado com o outro.

O outro encontro ocorreu duas semanas após o primeiro. Os participantes fizeram uma análise do encontro anterior e foram convidados a realizar um produto: eles fariam uma viagem no tempo. Foi entregue uma mala figurativa para o grupo. A “viagem” ocorreu tanto no tempo passado, em que não existia um idoso na casa, passando pelo momento presente até chegar no futuro. Eles foram estimulados a colocar na mala apenas o essencial que gostariam de levar para lá, abandonando todo o peso e todas as aflições que carregavam até ali. O grupo refletiu sobre aspectos do cotidiano e foram convidados a compartilhar sobre o percurso; quem desejasse. Ao final desses dois encontros, o próprio grupo planejou ações conjuntas: eles se organizaram para visitas e compartilhamento de outras ações feitas por eles, estreitando os laços entre os presentes e também entre os idosos que não conseguiram participar. A partir daí, alguns filhos se organizaram para um momento de partilha, no domicílio de uma das idosas do Programa, que era muito conhecida por todos. Esses encontros foram idealizados, sobretudo pelo sentimento relatado pela maioria, de solidão e distanciamento afetivo dos idosos e seus familiares. Ao perceberem que as situações e os desafios vivenciados eram partilhados, os sujeitos em questão disseram se sentir acolhidos e entendidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O relato apresentado teve como objetivo apresentar uma experiência realizada com o público do Programa Maior Cuidado que se desdobrou em reflexão e autonomia grupal. A partir da sensibilização de temas importantes tratados em duas oficinas, um produto concreto dessa mobilização foi o estreitamento de vínculos de pessoas inseridas no PMC e seus familiares. Esse resultado demonstra a importância de propor reflexões para além das atividades operacionais que são igualmente importantes e necessárias. Desse modo, o trabalho conjunto entre técnico PAIF, idoso, família e cuidador formal denota uma força impulsionadora na prevenção de rupturas e fortalecimento de vínculo familiar e comunitário.

REFERÊNCIAS

CAMARANO, Ana Amélia. *Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?* Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

FAGUNDES, Marília. *Programa Maior Cuidado: uma avaliação do programa feita pelos idosos e familiares atendidos do território do CRAS Califórnia*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2019.

FAUSTINO, Tayane. *Programa Maior Cuidado: da implantação à COVID-19 – potencialidades e desafios de uma provisão socioassistencial*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2023.

CARVALHO, Poliana Fialho de; FERREIRA, Quesia Nayrane (orgs.). *Manual: Programa Maior Cuidado – Abordagem intersetorial na perspectiva da saúde*. Coordenação: Karla Cristina Giacomini. Colaboração: Fabiano Geraldo Pimenta Júnior et al. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Saúde, 2023.

FLÁVIO A. LIMA RIBEIRO

CRAS Havaí/Ventosa
flavio.ribeiro@pbh.gov.br

RESUMO

Trata-se de um relato de experiência de uma ação coletiva que é desenvolvida no *hall* de atividades coletivas do CRAS Havaí/Ventosa junto à população jovem que atende aos critérios de elegibilidade para ingressar em oportunidades de trabalho protegido. A ação é desenvolvida de forma mais ou menos fixa, variando entre encontros semanais e quinzenais, com grupos entre 3 a 8 jovens, em encontro único com duração de aproximadamente 2 horas, no período da tarde – em regra, contraturno da escola. O objetivo é refletir sobre o ingresso, desafios, realidades e desejos sobre o mercado de trabalho e sua relação com os estudos e família, desenvolver a autonomia consciente e crítica com relação às exigências e posturas interessantes para ampliar as condições de êxito em curto, médio e longo prazos no mundo profissional e dialogar sobre expectativas e realidade financeira. Observa-se que os participantes se engajam, participam e que parte deles logram êxito na conquista de uma oportunidade de trabalho protegido.

INTRODUÇÃO

O trabalho infantil é um fenômeno complexo que se configura como relevante problema social. Dados do IBGE (2023) indicam que o número de pessoas em situação de trabalho infantil no Brasil, que trilhava caminhos de redução há alguns anos, desde 2016, volta a subir em 2022. Hoje no Brasil 4,9% da população com idade entre 5 e 17 anos se encontram em situação de trabalho infantil.

Trata-se de um fenômeno multifacetado que pode indicar vulnerabilidades sociais das famílias e determinar a evasão escolar. Publicação do IBGE (2023) também aponta que a faixa etária que mais concentra pessoas em situação de

trabalho infantil é de 16 e 17 anos, idade onde também se identifica concentração da taxa de informalidade no trabalho, bem como da taxa de evasão escolar em razão do trabalho.

Fala-se, pois, justamente, da faixa etária para a qual há mais ofertas de trabalho protegido. Assim, observa-se que algo entre a demanda por trabalho por parte dos jovens e as ofertas de oportunidades por parte das empresas e órgãos públicos que, por força de lei, precisam prover oportunidades de trabalho para os jovens, não está adequadamente conectado.

Essa desconexão soma-se a outros importantes fatores e fenômenos sociais que afligem as famílias mais vulneráveis e, por consequência, colabora para a prática (e o crescimento) do trabalho infantil. O que também gera e/ou agrava as já conhecidas consequências da prática do trabalho infantil tanto para os jovens, vítimas desse fenômeno com a exposição a diversos riscos, como para as famílias, aumentando as desproteções e as vulnerabilidades sociais.

Observamos que o território do CRAS Havaí/Ventosa é marcado historicamente, geracionalmente e culturalmente pelo fenômeno agora em voga e, também por isso, a equipe se sente instada a buscar, dentro de seu escopo, por ações que vislumbre seu enfrentamento. O Trabalho Infantil, assim, se apresenta no nosso território, sobretudo, à partir de três manifestações importantes: (1) a venda de balas e doces nos semáforos da avenida Barão Homem de Melo; (2) malabares e mendicância nas proximidades do BH Shopping e, (3) os “carroceiros-mirins”.

Nesse sentido, apresentamos a alternativa que a equipe do CRAS Havaí/Ventosa implementou junto ao público jovem para enfrentar essa realidade de forma simples e atenciosa que têm gerado resultados interessantes.

DESENVOLVIMENTO

A atividade agora compartilhada é uma atividade que é desenvolvida junto ao público jovem da nossa área de atuação. Elegemos esta prática para compartilhar em razão de termos tratado (ou não termos tratado) esta demanda – dos jovens em busca de trabalho – de forma lateral por algum tempo. Este tema, muitas das vezes,

se configurava como uma demanda reprimida, que chegava principalmente pela família e pelos jovens que frequentam grupos fomentados pelo CRAS. Nas oportunidades onde se apresentava de forma direta pelo jovem, era tratado de forma individualizada. A partir da implementação desta metodologia, observamos que a demanda cresceu (e se intensificou) e nos propomos a tratá-la de forma atenciosa e abrangente à mais aspectos da temática.

Trata-se, pois, de uma ação coletiva na modalidade “oficina com ênfase na reflexão”, que também envolve reflexões sobre temas como família, estudo e trabalho, com foco no enfrentamento ao Trabalho Infantil e na segurança de autonomia e renda. O recorte do público se dá pela idade sendo acima de 15 anos, e pela escolaridade, do nono ano para cima. Isto, pois, as oportunidades de trabalho protegido oferecidas pelas principais empresas e instituições de Belo Horizonte, de forma geral, oferecem oportunidades apenas para jovens que atendam estes critérios.

Assim, todos jovens que buscam o CRAS, direta ou indiretamente, como por meio de suas famílias, e apresentam essa demanda são direcionados para uma listagem que os reúne por ordem de chegada ou ordem de apresentação da demanda. Semanalmente, ou em alguns casos quando há outras atividades, quinzenalmente, os jovens são convidados para retornarem ao CRAS para participar de atividade coletiva que chamamos de “Grupo de Jovem Aprendiz”: uma denominação comum para o jovem trabalhador que é contratado de forma legal por empresas, entidades organizadas pela sociedade civil e órgãos públicos.

A equipe administrativa é a responsável por realizar, além do recebimento da demanda na recepção do CRAS, o contato com as famílias agendando dia e hora para que os jovens possam participar da oficina. Com a chegada dos jovens, a qual aguardamos aproximadamente dez minutos além do horário agendado que é o limite de tolerância para dar início à ação, convidamos os participantes para se dirigirem ao Telecentro do CRAS.

A atividade coletiva é dividida em duas partes: a primeira é iniciada com uma dinâmica de grupo. Os grupos são compostos de três a oito participantes. Para dar início à dinâmica, os participantes se posicionam em uma roda e cada um deles

retira de um potinho uma papeleta que está dobrada. Em cada papeleta há uma palavra que se relaciona com um tema do mundo do trabalho como estudo, dinheiro, responsabilidade, família, emprego, futuro, sonhos, entre outros. Ao retirar o papel escolhido, ele deve se apresentar dizendo seu nome, sua idade, o ano em que ele está na escola e em qual escola está matriculado. Em seguida, o participante deve dizer como ele relaciona o trabalho à palavra sorteada. Após ele dizer o que pensa da relação entre trabalho e a palavra sorteada, convidamos os demais participantes para colaborarem com as reflexões e, enfim, realizamos nossas contribuições sobre a relação da palavra sorteada com o trabalho, dirigindo o assunto dentro do tema sorteado e abordando-o em sua complexidade e pontos sensíveis. Também neste momento falamos sobre o CRAS e as ofertas PAIF.

A segunda parte é a inscrição do jovem junto às empresas, entidades organizadas pela sociedade civil e órgãos públicos que oferecem oportunidades de trabalho protegido para os jovens com o perfil já descrito. Os próprios jovens, guiados pelo técnico, são os responsáveis pela execução das inscrições. De acordo com idade e escolaridade, são indicados os sites que devem ser acessados para procederem com as inscrições e são dadas orientações com relação aos campos que devem ser preenchidos. Ao término das possibilidades de inscrição, os jovens são liberados e a ação termina.

A equipe hoje pensa em formas mais efetivas de realizar o monitoramento dos participantes para mensurar a efetividade da ação, bem como proceder com o que podemos chamar de repescagem para os casos de absenteísmo e de insucesso. As informações que colhemos junto às famílias dos jovens participantes da oficina indicam relativo sucesso/êxito na conquista de uma oportunidade de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que essa ação, da forma como temos realizado, tem sido positiva por estimular o diálogo e a troca de ideias entre os jovens sobre seus entendimentos e expectativas a respeito dos vários fatores que o mundo do trabalho engloba e provoca. Além disso, é um importante momento para que possamos apresentar para os jovens participantes os principais aspectos para os

quais eles precisam se atentar para que tenham novas compreensões sobre todos os fatores já colocados e para que fique estabelecido que a busca pela oportunidade de trabalho protegido já diz de uma posição tomada frente à vida - positiva - e reforçar a importância da continuidade dos estudos.

Por fim, também entendemos que com a utilização dessa singela metodologia, incentivamos a segurança de autonomia, não apenas com a eventual remuneração que ele poderá vir a receber diante de uma oportunidade de trabalho protegido efetivada, mas desde a participação na oficina, que não conta com a participação de nenhum familiar - é um momento apenas dos jovens e do ato da inscrição em si, que é realizada por eles mesmos de forma guiada. Nesta ocasião, também divulgamos os coletivos, ações e projetos para o público jovem que acontecem no CRAS e na rede parceira.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *De 2019 para 2022, trabalho infantil aumentou no país*. Agência de Notícias IBGE, 20 dez. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38700-de-2019-para-2022-trabalho-infantil-aumentou-no-pais>. Acesso em: 10 nov. 2024

Grupo Reflexivo “Nós, mulheres”: compartilhando vivências e percursos de proteção social no território

DANIELA DIAS GOMES RIBEIRO

Coordenação do CRAS Santa Rosa
cras.santarosa@pbh.gov.br

ANA CAROLINA SCAFUTTO MAPA FINKLER

Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF
ana.scafutto@pbh.gov.br

NORMA ROSIMERE COSTA

Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF
norma.rosimere@pbh.gov.br

WÂNIA WENDLING COSTA

Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF
wania.costa@pbh.gov.br

RESUMO

A partir da leitura das desproteções sociais, fenômenos do território e transversalidade de gênero durante as ações do PAIF, iniciou-se em 2019 a realização de rodas de conversa continuadas com mulheres referenciadas no PAIF/CRAS Santa Rosa. Os encontros abordaram diversas temáticas, especialmente as questões de gênero, família e vínculos comunitários. Ao longo do percurso as participantes compartilharam vivências, acesso a direitos e cidadania, fortalecimento de vínculos familiares e da rede de apoio comunitária. Em 2024 o grupo aberto assumiu um novo formato e a cada encontro tem sido importante refletir sobre o processo grupal, os efeitos do trabalho coletivo no território, o sentido que cada usuária alcança ao participar dos encontros e os impactos destes fatores na organização e planejamento das ações coletivas do PAIF na oferta de proteção social básica.

INTRODUÇÃO

A partir da identificação de situações de desproteção social nas ações do PAIF, iniciou-se em 2019 a realização de rodas de conversa com mulheres referenciadas no território do CRAS Santa Rosa sobre diversas temáticas envolvendo o universo das mulheres, do feminino, do autocuidado e da transversalidade das questões territoriais. Em cada roda de conversa, as próprias usuárias apresentavam suas demandas e sugestões de temas para a discussão nos encontros periódicos. Muitos eram os relatos de que os encontros eram os únicos momentos de cuidado em que elas conseguem dedicar um tempo para si mesmas.

Considerando o contexto de tantas fragilidade e vulnerabilidades sociais e relacionais, diversas pautas importantes foram trabalhadas, mas o foco dos encontros sempre esteve voltado para as potencialidades das mulheres, através da criação de um espaço em que elas mesmas se permitissem vivenciar novas experiências e se (re)conhecer enquanto sujeito de direitos.

Ao longo do percurso, o grupo aberto vivenciou momentos distintos. Assumiu um sentido no contexto da pandemia por COVID19, se consolidou nos anos 2022 e 2023 e em 2024 passou por uma reorganização a partir de demandas das próprias participantes. Mantivemos a proposta de levantamento de temáticas de interesse, mas esse ano tivemos que lidar com as questões territoriais e relacionais que extrapolam os limites de atuação da proteção social básica, mas que afetam diretamente nosso fazer no provimento e garantia de direitos e seguranças socioassistenciais. Apesar dos desafios, nossas entregas seguem fundamentadas no estabelecimento de vínculos e relações horizontalizadas, em posicionamentos éticos e políticos, e condutas proativas, preventivas e protetivas.

DESENVOLVIMENTO

O objetivo deste texto é compartilhar a experiência do grupo “Nós, Mulheres” em suas potencialidades e suas fragilidades, tanto no que se refere aos processos de trabalho quanto na constituição e manutenção dos vínculos estabelecidos entre a equipe técnica, a unidade socioassistencial e a usuárias. Além disso, refletir sobre os desafios relacionados aos grupos abertos continuados na proteção social básica.

Inicialmente, utilizou-se a metodologia de Oficina com Ênfase na Reflexão, uma vez que o grupo teve em seu início o propósito de que as participantes pudessem conhecer seus direitos, conviver com a diversidade, fortalecer redes de apoio, além de compartilharem das potencialidades do grupo em formação. Ao longo dos encontros, observou-se que as mulheres vinham se identificando e adquirindo sentimentos de pertença, aproveitando-se do espaço para falarem de suas demandas e necessidades, propiciando ainda o fortalecimento dos vínculos entre elas e, principalmente, os vínculos comunitários. A partir de tal percepção, as oficinas tiveram como ênfase a convivência e os encontros passaram a ser planejados com foco nas demandas e interesses pautados pelas mulheres.

Assim sendo, as rodas de conversa passaram a ser desenvolvidas a partir de temas sugeridos por elas. Para tanto, desenvolveu-se uma enquete, em grupo de Whatsapp, objetivando a escolha dos temas a serem abordados e, ao final de cada encontro, a avaliação da oficina e reforço quanto a próxima temática a ser desenvolvida. Cabe mencionar que os dias e a periodicidade dos encontros também foram definidos pelas participantes. Todo este processo foi também discutido nas reuniões de equipe PAIF, de forma a uma construção coletiva em relação às demandas a serem trabalhadas em cada encontro. Contou-se, também, com a parceria do Apoio PAIF na indicação e participação deicineiros e no desenvolvimento das atividades, em alguns momentos.

Cabe registrar que inicialmente o grupo se reunia quinzenalmente, aos sábados, mas após um período e devido a agenda técnica da equipe do CRAS, o grupo passou a ser mensal. À ocasião da Pandemia, os encontros ocorreram de forma virtual, por meio do Whatsapp, permitindo que as mulheres permanecessem trazendo suas demandas. Os encontros presenciais foram retomados em 2021, permanecendo mensais até o momento.

Compreende-se que as vivências propiciaram o despertar de autonomia e protagonismo das participantes, na construção e manutenção do grupo, com percepção de vínculos cada vez mais fortalecidos entre elas. Observa-se ainda que a participação da equipe técnica do PAIF com proximidade e horizontalidade somou para que os encontros fossem planejados em conformidade com os interesses e desejos das participantes, contribuindo para que a cada término de um encontro, já se apresentassem entusiasmadas à espera do seguinte.

Importante salientar que, a partir da convivência, as divergências e diferenças entre as mulheres se fez notar, como esperado em um grupo de convívio. Neste sentido, as intervenções da equipe PAIF contribuíram no fortalecimento das discussões e compreensão no respeito à convivência nas diferenças, atuando por vezes no próprio grupo, ou por meio de outras intervenções técnicas como atendimentos individualizados ou realização de visitas domiciliares, de forma a maior conhecimento das questões do território e das famílias e indivíduos. As intervenções técnicas, embasadas pelo trabalho social com famílias, se apresentaram como impulso importante no fortalecimento dos vínculos entre as mulheres, contribuindo, junto a outros fatores, no processo de manutenção e continuidade do grupo.

Partindo da leitura dos fenômenos do território, tanto nas ações coletivas, quanto nas particularizadas, a equipe identificou a necessidade de ofertar um espaço coletivo para expressão das mulheres sobre suas experiências, especialmente relacionadas a sobrecarga do cuidado feminino, relações abusivas e das situações de violência contra a mulher. Com a oferta proativa do PAIF, surgiram novas demandas das mulheres. Desde a constituição do grupo, todo o percurso se deu de forma participativa e democrática, no que se refere ao dia dos encontros, horários, temáticas e atividades. Dentre os interesses elencados pelo grupo, as atividades envolvendo o autocuidado, a música e a dança surgiram como possibilidades de reconstrução de sentidos.

A partir desses espaços de diálogo, troca, conhecimento e compartilhamento de experiências, as mulheres começaram a participar ativamente de outras ofertas do CRAS. Algumas se apropriaram do controle social, construíram fortes redes de apoio, tornaram-se multiplicadoras em seus

territórios e adquiriram importantes mudanças no fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

No auge da pandemia por COVID-19 foram necessários encontros virtuais para manter o processo grupal. Em 2022, o CRAS Santa Rosa completou 20 anos e como fruto das reflexões sobre a importância da proteção social básica no território e a vivência das famílias no CRAS, as mulheres criaram duas músicas autorais que traduziam os impactos do grupo “Nós, Mulheres”, do CRAS Santa Rosa e da política de assistência social em suas vidas e de suas famílias.

Em 2022 e 2023, o grupo alcançou o auge de seu empoderamento e fortalecimento de vínculos relacionais. As mulheres iniciaram ações de empreendedorismo solidário, fundaram a horta comunitária, tornaram-se conselheiras de assistência social com representação no CMAS e em agendas do controle social do município e foram convidadas a se apresentar artisticamente pela cidade em eventos da política de assistência social.

O grupo se manteve aberto para a entrada de novas participantes em todo o seu desenvolvimento, mas em 2024 muitas mulheres das primeiras formações deixaram de participar dos encontros e outras novas mulheres passaram a compor os encontros continuados. Foi o momento de ressignificar o espaço do grupo “Nós, Mulheres” e o sentido que as ações coletivas do PAIF tem para cada usuária: tanto para as que permanecem, quanto para as novas participantes. Necessitou-se ainda promover reflexões sobre a evasão em muitos encontros, o impacto do vínculo para a equipe PAIF, a incerteza sobre o alcance das estratégias de mobilização e a demanda continuada de analisar quais fatores estariam desmobilizando usuárias e quais mobilizam novas integrantes.

Compreende-se que a participação no grupo propiciou a algumas mulheres reflexões que lhes permitiram alcançar outros objetivos, como inserção no mercado de trabalho, ou outras escolhas para a vida, contribuindo para superação de situações de vulnerabilidade. O fato de se reconhecerem enquanto pessoas de direitos, com oportunidades de participação em espaços de controle social (tivemos Conselheiras no Conselho Municipal de Assistência Social) diz do protagonismo alcançado pelas mulheres, com a livre decisão de ocuparem outros

espaços. Desta forma, o grupo se mantém aberto, apresentando certa rotatividade na participação. Novas integrantes vão se apresentando, a partir de sensibilização das próprias mulheres ou de intervenções da equipe PAIF.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Algumas questões têm se apresentado como desafios e movido a equipe do PAIF na continuidade das ações coletivas com as mulheres, como por exemplo, como lidar com a flexibilidade e fluidez do grupo? Constata-se que tal questionamento se intensificou no ano de 2024, onde se observou que o grupo foi tomando novo formato, com novas participantes e outras que foram deixando de estar presentes no espaço por motivos diversos, conforme já descrito. O atual cenário, apresentado pelo grupo, tem sido ponto de pauta nas reuniões de equipe do PAIF e junto ao próprio grupo, bem como em reuniões de apoio técnico com as referências da GGSPB e da OSC. Neste sentido, as discussões suscitam avaliar se o cenário apresentado diz de um processo próprio do grupo, com entendimentos para que as profissionais acolham a flexibilização e deixem fluir, com o cuidado de sempre avaliar e considerar sobre o alcance de propósitos e objetivos que venham contribuir com as mulheres em suas questões, tanto entre elas quanto com o território.

Desta forma, é importante considerar os impactos e o alcance das propostas planejadas para o grupo. Assim é imprescindível pensar em instrumentais de avaliação e aprimorar a organização dos registros dos encontros, contribuindo para a visibilidade dos processos de trabalho e devolutivas às famílias participantes.

Ainda sobre os desafios do grupo, interpela-se sobre como a transversalidade das relações comunitárias e as violências do território afetam o grupo. Coloca-se o desafio de ouvir, durante os encontros, relatos de violações de direitos e violências familiares e/ou territoriais devendo haver manejo da equipe PAIF para resguardar o sigilo, sem deixar de propor tratativas necessárias, sabendo-se que muitas das questões ultrapassam as possibilidades de atuação da própria política pública de assistência social.

E em todo este entrelace de questionamentos e possibilidades, também se pergunta: o que move as mulheres? O encontro, as trocas? Nestes anos foi possível identificar o encerramento de ciclos? Há a identificação de novo formato, levando ao interesse de saber como traduzir a relevância do grupo Nós, Mulheres? E o que as mobiliza e como convocar vontades no processo de mobilização? Sabe-se que o grupo vem se mantendo, propiciando o alcance de novas mulheres, numa experiência intergeracional, que acredita-se ter como pilar os vínculos que se constituíram e ainda a possibilidade de participarem como protagonistas na construção dos encontros.

Esse relato da experiência busca compartilhar as possibilidades de alcance das ações coletivas do PAIF ao promover espaços específicos para realizar o trabalho social com famílias a partir da leitura dos fenômenos do território. Almeja, ainda, refletir sobre os entraves relacionados aos processos grupais na proteção social básica e a importância de refletirmos sobre os vínculos estabelecidos entre profissionais e usuárias na unidade socioassistencial.

Oficinas de Convivência para Pessoas Idosas do Serviço da Proteção Social Básica da Regional Pampulha

Kátia Virgínia Gomes

Serviço de Proteção Social Básica Regional
katia.gomes@pbh.gov.br

Glauciana F. Neves Perpétuo

Serviço de Proteção Social Básica Regional
glauciana.fatima@pbh.gov.br

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo relatar sobre as oficinas de convivência para as pessoas idosas, realizadas pelo Serviço de Proteção Social Básica da Regional Pampulha. As oficinas tiveram início em 2021 durante a pandemia do Covid-19 a partir da identificação de agravamentos de situações que impactaram no fenômeno do envelhecimento. As ações visam ofertar atividades nos espaços coletivos, a fim de evitar agravos em situações de desproteção e vulnerabilidade relacionadas ao envelhecimento. O trabalho tem possibilitado o fortalecimento dos vínculos sociais, acesso aos direitos, protagonismo, pertencimento social, desenvolvimento de potencialidades, compartilhamento de experiências e saberes. Também tem proporcionado reflexões sobre o papel da família como unidade de proteção, apoio ao idoso, consolidação das ofertas e identidade do Serviço.

INTRODUÇÃO

O Serviço de Proteção Social Básica Regional conforme Resolução CMAS/BH Nº 021/2020 tem por finalidade desenvolver trabalho social de apoio e orientação às famílias e indivíduos residentes em territórios em que não há cobertura de Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) com objetivo de contribuir para a prevenção de incidência, agravamento e reincidência de situações

de desproteção social que acometem indivíduos e famílias. Esse Serviço efetiva ações e atividades para a garantia de direitos socioassistenciais às famílias, em suas múltiplas necessidades sociais. Dessa forma cabe ao SPSBR exercer a vigilância socioassistencial nos territórios identificando fragilidades ou fenômenos sociais vividos pelas famílias e indivíduos.

Para tanto, as intervenções de caráter preventivo, protetivo e proativo neste nível de proteção social devem “amparar, apoiar, auxiliar, resguardar e defender” o acesso dos usuários aos direitos de cidadania. A função do SPSBR-Pampulha, no campo socioassistencial, visa prevenir a ruptura ou fragilização dos vínculos familiares e sociais, fortalecendo a convivência familiar e comunitária. As ações de prevenção podem se apresentar de várias formas, para diversos públicos e em contextos e graus diferenciados de atuação. Identificar as diferenças e necessidades sociais, são processos importantes para a implementação da intervenção técnico metodológica no âmbito da Proteção Social Básica.

Neste sentido, salientamos que a pandemia do Covid-19, no ano de 2020 apresentou ao Serviço da Proteção Social Básica da Pampulha algumas situações que impactam no fenômeno do envelhecimento. Foram identificadas situações de desproteção e vulnerabilidades de pessoas idosas agravadas pela pandemia.

Queremos destacar que a condição do isolamento social vivenciado por este público na pandemia fragilizou e/ou rompeu vínculos destes com os diferentes meios de sua convivência. A dificuldade do acesso à tecnologia ou a falta de habilidades para utilizá-la também foi uma grande barreira que contribuiu para a segregação, o aparecimento de sentimentos negativos, falta de perspectiva e incertezas. Infelizmente, alguns tiveram perda de familiares, ou passaram por alguma situação de violação neste período por se encontrarem sozinhos e sem o apoio familiar.

O SPSBR-P, sensível a este cenário, propôs através de seu Plano de Ação para 2021 a oferta de oficinas de convivência que iniciaram no formato online em Agosto/21 e posteriormente de forma presencial fazendo parte das ações coletivas até a presente data.

DESENVOLVIMENTO

Os objetivos das oficinas de convivência realizadas pelo Serviço de Proteção Social Básica Pampulha, é ofertar espaços coletivos, a fim de evitar agravos em situações de desproteção e vulnerabilidade relacionadas ao fenômeno do envelhecimento. As ações visam dialogar sobre os direitos dos idosos, tendo em vista o resguardo e fortalecimento da convivência familiar e comunitária, o desenvolvimento do protagonismo, pertencimento social e da cidadania ativa, além de possibilitar reflexões sobre o papel da família como unidade de proteção e apoio ao idoso.

Outros aspectos a serem considerados e pretendidos com as atividades são: o fortalecimento da identidade do Serviço nos territórios, possibilitar a vivência de experiências que corroboram com ampliação da capacidade protetiva e de superação de fragilidades sociais, compartilhar saberes e habilidades entre os participantes contribuindo para novos aprendizados em grupo, além de contribuir para vigilância sobre situações de desproteção e vulnerabilidades sociais.

As oficinas são realizadas mensalmente na última quinta-feira, no horário das 14h às 17h. Os temas de cada encontro são escolhidos de acordo com o planejamento que é feito no início do ano, podendo haver alterações durante o percurso. Os encontros são abertos havendo possibilidade de participação de novos integrantes.

A metodologia da atividade a ser aplicada é definida conforme o tema e objetivos a serem alcançados, podendo ser: roda de conversa, palestras, atividades lúdicas e manuais. Em alguns momentos, o Serviço conta com a participação de profissionais da rede e tambémicineiras voluntárias que compartilham suas experiências e apoiam na realização das atividades.

Considerando o trabalho social com famílias realizado por meio da realização de oficinas com ênfase na convivência e, a partir de relatos e das avaliações dos usuários, percebe-se que está sendo possibilitado ao público o acesso aos serviços, informações sobre direitos, desenvolvimento da autonomia e a possibilidade de tecer uma reflexão crítica sobre os temas abordados, que se relacionam com as suas vivências.

Os encontros cumprem a função de discutir e refletir sobre interesses comuns, fortalecer o papel protetivo da família, buscar, de forma conjunta, meios para combater as vulnerabilidades nos territórios de vivência e, dentre outras coisas, estimular a participação coletiva nas discussões. Dessa forma, as aquisições percebidas se materializam no direito à convivência dos participantes, contribuindo para o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e o pertencimento social. Também é muito importante destacar o caráter protetivo e preventivo, a fim de se evitar situações de incidência ou reincidências de risco por violação de direitos.

A partir da temática trabalhada, os participantes podem identificar situações vivenciadas, sendo feitos apontamentos para possíveis enfrentamentos e busca de soluções. O compartilhamento de saberes e habilidades possibilitam aprender e ensinar horizontalmente o que tem contribuído para a aproximação dos pares. Os participantes têm estabelecido vínculos e convivência que extrapolam o ambiente das oficinas.

Um desafio a ser enfrentado é que as oficinas territoriais poderiam alcançar mais usuários com o Serviço implementando novas formas de mobilização para fomentar a participação no espaço. A disponibilização de recursos financeiros se faz primordial para apoio às atividades realizadas, como compra de materiais e remuneração de hora/aula dasicineiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho realizado com as oficinas de convivência através do Serviço de Proteção Social Básica na Regional Pampulha, tem possibilitado aos participantes fortalecer os vínculos relacionais, resgatando a autoestima e convívio social, o que tem contribuído para romper com situações de isolamento.

Outro fator a destacar é a participação das voluntárias que tem contribuído de forma significativa para a garantia da qualidade das oficinas. Por outro lado, muitos participantes estão despertando habilidades diversas, onde alguns estão se voluntariando para apoio às atividades.

Conseguimos a partir deste trabalho realizar articulação com a Política de Saúde na Regional Pampulha através da Referência Técnica da Pessoa Idosa que vem colaborando para a oferta de profissionais nas oficinas.

REFERÊNCIAS

BELO HORIZONTE. *Caderno de orientações técnicas do Serviço de Proteção Social Básica Regional – SPSBR*. Belo Horizonte, MG: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 2020.

BELO HORIZONTE. Conselho Municipal de Assistência Social. *Resolução CMAS/BH nº 021/2020: aprova os parâmetros das ofertas dos Serviços de Proteção Social Básica Regional e de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosa, no Sistema Único de Assistência Social – SUAS/BH*. Belo Horizonte, MG, 2020.

Os Desafios E As Possibilidades Do Fazer Profissional Na Política De Assistência Social: Relato de experiência das ações coletivas no Serviço de Proteção Social Básica Regional Barreiro/BH.

INGRED DA SILVA

Estagiária do Serviço (8º período)
ingred.preta1982@gmail.com

MARIA DE ASSIS SALGADO

APP/Assistente Social
maria.salgado@pbh.gov.br

RESUMO

O fazer profissional do assistente social é cercado de desafios e para aqueles que atuam na Política de Assistência Social, isto não é diferente. Dentre as ofertas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) estão previstas as atividades coletivas como forma de atender as demandas dos usuários. O que requer do profissional de serviço social ações planejadas e eficazes, pensar o público, o local, os temas das oficinas, o como e o que fazer em cada encontro com o grupo. Não basta ao profissional apenas conhecer a política; é essencial que compreenda profundamente a realidade das famílias atendidas. Esse entendimento é crucial para planejar atividades coletivas que promovam um trabalho social com famílias que seja digno e de qualidade, alinhado às especificidades de cada ação coletiva que é proposta no Trabalho Social com Famílias.

INTRODUÇÃO

Em Belo Horizonte, o Serviço de Proteção Social Básica Regional (PSB), compõe a estrutura do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e atua em territórios que não têm cobertura dos CRAS, desempenhando um papel fundamental na promoção, prevenção e na proteção dos direitos das famílias em situação de vulnerabilidade e risco social. Isto acontece por meio do Trabalho Social com

Famílias (TSF), com atendimentos individualizados e atividades coletivas, conforme as diretrizes do Caderno de Orientações Metodológicas (2022).

A proteção social, política pública de forte calibre humano, carrega marca genética que a torna um tanto distinta de outras políticas sociais. (SPOSATI, 2013, p. 653)

Na perspectiva do rol de ofertas da Proteção Social Básica, o Serviço de Proteção Social Básica Regional Barreiro (SPSBR-B) ,executa o trabalho social com famílias (TSF) através do atendimento particularizado a famílias e indivíduos e através de atividades coletivas, conforme dispõe o Caderno de Orientações Metodológicas do Serviço de Proteção Social Básica Regional (2022). Portanto as atividades coletivas têm se tornado, cada vez mais, estratégias eficazes no fortalecimento das famílias para a garantia de acesso a seus direitos socioassistenciais.

Entre 2022 e 2024, o Serviço de Proteção Social Básica Regional Barreiro (SPSBR), promoveu oficinas como espaços de convivência, aprendizado e reflexão para fortalecer e empoderar as famílias atendidas. Com foco na ética e respeito à realidade de cada família, essas oficinas facilitaram a participação ativa e a troca de experiências entre os participantes, abordando temas relevantes e ajudando na superação de desafios diários. Essa abordagem coletiva, permitiu que as famílias construíssem novas perspectivas de vida e ampliou o papel do serviço como suporte para enfrentamento de dificuldades cotidianas.

DESENVOLVIMENTO

As ações coletivas, no âmbito na Proteção Social Básica, desempenham um papel crucial na promoção, protagonismo, e na garantia da segurança social das famílias, oferecendo um espaço para compartilhar experiências, refletir sobre suas realidades e acessar informações sobre direitos sociais. Além disso, essas atividades têm como objetivo apoiar a família em sua função protetiva e na construção de projetos de vida que assegurem sua segurança e autonomia. Essas iniciativas são frequentemente organizadas por meio de oficinas com famílias, destacando-se as ações coletivas como uma das principais estratégias de intervenção.

De acordo com as orientações técnicas do caderno metodológico do Serviço Proteção Social Básica Regional Barreiro (SPSBR), as oficinas com famílias são encontros previamente organizados, com objetivos, que visam promover a reflexão e a discussão sobre temas que afetam diretamente a dinâmica familiar e comunitária. Essas oficinas são uma estratégia para coletivizar demandas, baseando-se nos fenômenos sociais característicos do território. Por exemplo, em um território com alta incidência de violência contra idosos, violência contra a mulher e ausência de documentação civil, são promovidas oficinas específicas sobre essa temática, fortalecendo a abordagem territorializada e contextualizada das ações e possibilitando a efetivação das seguranças sociais .

A coordenação da ação coletiva depende da confiança e da cooperação geradas entre os participantes por meio de entendimentos e identidades compartilhados – ou, para usar uma categoria mais ampla, dos quadros interpretativos da ação coletiva que justificam, dignificam e animam a ação coletiva. (TARROW, 2009, p.40)

OFICINA

No Serviço Proteção Social Básica Regional Barreiro, as oficinas foram realizadas com encontros periódicos com as famílias, abordando questões identificadas durante os atendimentos e a partir de sugestões dos próprios familiares, sempre considerando suas vulnerabilidades e potencialidades. Essas oficinas vão além de discutir situações de risco, pois promovem a reflexão sobre direitos sociais, favorecendo mudanças e incentivando o protagonismo e a prevenção de riscos.

Assim, em cada encontro coletivo com as famílias atendidas no SPSBR, foram trabalhados aspectos voltados para o alcance das seguranças socioassistenciais, conforme está previsto na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009), fortalecendo os laços familiares e comunitários, promovendo o acesso a direitos, incentivando o protagonismo e a participação social.

No planejamento das oficinas, é essencial considerar as dimensões de convivência, interação e reflexão que fundamentam o trabalho em grupo, conforme Afonso (2010). O planejamento requer profundo conhecimento do território e das realidades das famílias, além de atenção para lidar com temas que podem gerar

conflitos, sempre com sensibilidade ética e política. As atividades das oficinas buscam oferecer um espaço seguro e respeitoso, em que as famílias possam debater suas experiências, fortalecer laços e enfrentar desafios, com liberdade para expor dúvidas e opiniões.

Surgimento e Impacto da Oficina 'Família em Foco' no Serviço de Proteção Social Básica Regional Barreiro

Em 2022, o Serviço de Proteção Social Básica Barreiro implementou a oficina bimestral "Família em Foco" (anexo 7 e 8) com ênfase na reflexão cujo o objetivo é de fortalecer o repertório informacional das famílias, promover a reflexão acerca da função protetiva e vínculos familiares, fomentar as famílias numa compreensão e interação com a realidade vivida de acordo com os novos arranjos familiares conforme enfatiza a Política Nacional de Assistência Social. Além disso, visava prevenir a ocorrência de situações de risco social, promover e compartilhar experiências do cotidiano e seus desafios e reiterar as ações ofertadas pelo Serviço de Proteção Social Básica Regional para as famílias atendidas.

Promovemos com as famílias, também, momentos de informação e sensibilização sobre temas relacionados aos direitos socioassistenciais. Nosso objetivo é fomentar uma reflexão crítica, buscando prevenir situações de vulnerabilidade e/ou riscos sociais por meio de campanhas que são essenciais para informar, mobilizar e transformar a sociedade. Essas ações visam promover inclusão social, igualdade e proteção dos direitos humanos, fortalecendo os vínculos familiares e comunitários. As atividades são direcionadas ao fortalecimento desses vínculos, à promoção da cidadania e autonomia e à reflexão sobre o papel protetivo da família.

Os temas são definidos conforme as necessidades observadas e identificadas nos atendimentos e, em alguns momentos, são trabalhadas com as famílias campanhas relevantes como por exemplo: no mês de Março “A luta pelos direitos das mulheres, igualdade de gênero e o combate à violência contra a mulher” (anexo 1); no mês de Abril “A conscientização sobre o autismo, promovendo a inclusão social de pessoas autistas e suas famílias” (anexo 2); no mês de Maio Laranja “Enfrentamento ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes”, com

ações educativas para proteger esse público vulnerável (anexo 2, 4 e 5); no mês de Outubro Prateado (anexo 6) os direitos da pessoa idosa, promovendo qualidade de vida e acesso à informação; e, por fim, o mês de Novembro Negro “Consciência negra, promovendo igualdade racial e cultural e ações de valorização da cultura afro-brasileira”.

Nas oficinas realizadas, diversos recursos foram utilizados para engajar as famílias e facilitar a reflexão, como por exemplo as dinâmicas voltadas para o tema a ser abordado, servem tanto como quebra-gelo quanto para introduzir os assuntos a serem trabalhados. Além disso, utilizou-se recursos como teatro, música e poemas, vídeos que enriquecem a experiência, tornando-a mais interativa e envolvente e a roda de conversa como uma abordagem fundamental no desenvolvimento dos temas relevantes para o encontro.

Na roda de conversa, as famílias compartilham suas experiências e opiniões sobre um tema proposto, aprofundando o diálogo e expressando sentimentos e desafios. “*A família é um sujeito privilegiado de intervenção do Serviço Social desde os primórdios da profissão [...]*”, como descreve Iamamoto (1983, **apud** MIOTO, 2010, p. 1). Esses encontros são essenciais para promover o empoderamento, a emancipação cidadã e fortalecer a função protetiva da família, criando espaços de pertencimento e desenvolvimento de habilidades.

Em outro momento identificou-se que muitas famílias em determinado território enfrentavam problemas relacionados à violência de gênero, portanto organizou-se uma oficina para discutir essa temática. Nesse tipo de oficina pôde-se incluir a exibição de vídeos, análise de músicas e debates sobre ditados populares e padrões culturais. Neste cenário, observou-se a importância do técnico do serviço se apropriar do conhecimento não só de leis e documentos técnicos, como de outros recursos para propor intervenções mais próximas ao cotidiano das famílias acompanhadas.

Nas oficinas realizadas no TSF, é fundamental que as atividades promovam reflexões sobre questões familiares, sempre alinhadas aos princípios ético-políticos. Considerando que os temas abordados frequentemente envolvem vulnerabilidades, fragilidades e situações potencialmente geradoras de conflitos, é imprescindível que

o profissional esteja atento às possíveis repercussões emocionais dessas discussões.

É fundamental abordar essas situações com responsabilidade e respeito, promovendo o debate e a reflexão coletiva de forma sensível e construtiva. O objetivo é tratar os temas com cuidado, garantindo a profundidade do processo reflexivo e enfrentando os desafios de maneira eficaz. Para isso, é essencial criar um ambiente acolhedor, que favoreça a liberdade, a confiança e a privacidade, permitindo que os familiares se sintam seguros para compartilhar suas dúvidas e opiniões

O Serviço Proteção Social Básica Regional Barreiro oferece diversas oficinas com ênfase na reflexão e acolhidas em grupo no atendimento das famílias em contextos específicos:

- Oficina com ênfase na reflexão - Família em Foco:
 - Famílias encaminhadas pelo Conselho Tutelar, beneficiárias do AVISE, contrarreferenciadas pelo CREAS, famílias encaminhadas pela rede socioassistencial, famílias atendidas na demanda espontânea após avaliação técnica famílias do não cumprimento de condicionalidades.
- Acolhida e oficina de reflexão sobre o Não Cumprimento de Condicionalidades do Programa Bolsa Família:
 - Essas ações são realizadas visando orientar a família acerca das condicionalidades, bem como as sanções: advertências, bloqueio, suspensão e cancelamento, o acesso às informações sobre o serviço e os direitos socioassistenciais e a importante função protetiva da família.
- Acolhida em grupo com Novas Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família:
 - Integra novas famílias ao programa, orientações quanto ao Cadastro Único, sobre o serviço de proteção social, benefícios socioassistenciais e critérios das condicionalidades do Programa Bolsa Família.

- Desenvolvimento de autonomia e cidadania.
- Oficina com ênfase na reflexão Famílias Contempladas pelo BPC:
 - Envelhecimento com autonomia, reflexão sobre o processo de envelhecimento, acesso a informação sobre direitos sociais, Estatuto do Idoso.
 - Efetivação das seguranças sociais e um envelhecer com dignidade.
- Oficina de reflexão Idosos e Seus Direitos:
 - Realizadas com famílias que possuem idosos em suas composições, e que apresentam demandas de institucionalização. nessa oficina são abordados a temática dos direitos da pessoa idosa, Estatuto do Idoso e a importância do cuidado dentro do núcleo familiar .

Essas oficinas são planejadas para atender às necessidades específicas apresentadas pelas famílias e na realização de cada encontro. Busca-se promover um ambiente de apoio e inclusão, contribuindo para o fortalecimento da rede de proteção social. As oficinas com famílias são, portanto, ferramentas poderosas para abordar questões complexas que afetam as famílias, promovendo a reflexão, sempre com o objetivo de fortalecer a função protetiva da família e ampliar o acesso a direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experiências vivenciadas nas oficinas do Serviço de Proteção Social Básica Regional Barreiro revelam tanto os desafios quanto às possibilidades inerentes ao trabalho social com famílias. Essas oficinas se consolidam como ferramentas essenciais para fortalecer vínculos, compartilhar conhecimento e ampliar as capacidades individuais e coletivas das famílias atendidas.

Entre os principais desafios enfrentados, destacam-se a dificuldade de mobilizar as famílias, o tempo reduzido para planejamento das oficinas — agravado pela extensa carga de trabalho e pela ampla abrangência territorial do Serviço — e a

limitação de recursos. Esses fatores ilustram a complexidade e as demandas envolvidas no trabalho social nesse contexto.

Apesar disso, as experiências também demonstram inúmeras possibilidades. A criatividade, o engajamento ativo das famílias e a articulação entre diferentes setores surgem como estratégias eficazes para superar barreiras e ampliar os resultados positivos do trabalho social.

As oficinas, enquanto estratégias de intervenção, oferecem um espaço dinâmico e interativo para o desenvolvimento do Trabalho Social com Famílias (TSF), possibilitando abordagens mais humanizadas e eficazes. O contínuo aprimoramento dessas práticas, aliado ao fortalecimento das redes de apoio e à capacitação dos profissionais, é indispensável para a construção de políticas públicas que promovam a inclusão social e garantam o acesso a direitos para as famílias atendidas.



Figura X: Oficina “De Mulher para Mulheres: Celebrando a Diversidade Feminina”
Fonte: Arquivo pessoal da autora



Figura X: Decoração escada
Fonte: Arquivo pessoal da autora



Figura X: Família em foco outubro de 2024
Fonte: Arquivo pessoal da autora



Figura X: Família em foco outubro de 2024
Fonte: Arquivo pessoal da autora



Figura X: Outubro prateado
Fonte: Arquivo pessoal da autora



Figura X: Primeira oficina
Fonte: Arquivo pessoal da autora

REFERÊNCIAS

AFONSO, Maria Lúcia. Revisão bibliográfica sobre metodologias de trabalho social com famílias e análise do estado da arte do seu emprego. Produto técnico parcial. Pesquisa qualitativa sobre metodologia de trabalho social com famílias no âmbito do PAIF. Serviço de consultoria no âmbito do Programa PNUD BRS/04/046. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Orientações Técnicas sobre o PAIF*. v. 2. 1. ed. Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004*. Brasília, 2009.

BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Assistência Social. *Caderno de Orientações Técnicas do Serviço de Proteção Social Básica Regional Belo Horizonte*. Belo Horizonte, dez. 2022.

CAMPOS, Marta; REIS, Daniela. Metodologias de Trabalho Social no CRAS. In: SÃO PAULO. Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social. *CRAS: Marcos Legais*. Coleção São Paulo Capacita, v. 1. São Paulo, 2009. p. 65.

COLEÇÕES IPUB. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2004. p. 59-81.

FERREIRA, Ana Paula; NETO, Luís Gomes. *Cidadania e o direito a ter direitos: caderno de oficinas*. 1. ed. Mossoró: PROFEPT, 2019. p. 13-55.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Proteção Social Básica*. Secretaria de Desenvolvimento Social. São Paulo, 2010.

LIMA, Elizabeth. Oficinas, laboratórios, ateliês, grupos de atividades: dispositivos para uma clínica atravessada pela criação. In: COSTA, Clarice Moura; FIGUEIREDO, Ana Cristina (orgs.). *Oficinas terapêuticas em saúde mental: sujeito, produção e cidadania*. Rio de Janeiro: (editora não informada), (ano não informado).

MALFITANO, Ana Paula. Campos e núcleos de intervenção na terapia ocupacional social. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 1-8, 2005.

MIOTO, Regina Célia. Família, trabalho com famílias e Serviço Social. *Serviço Social em Revista*, Londrina, v. 12, n. 2, p. 163-176, jan./jun. 2010.

MORAIS, Aline. Oficinas, grupos e atividades no âmbito do SUAS. *Psicologia no SUAS*, 2017.

SILVA, Jamile; SHNEIDER, José E. Aspectos sócio-afetivos do processo de ensino e aprendizagem. *Revista Divulgação Técnico-Científica*, Rio de Janeiro: ICPC, dez. 2007.

SPOSATI, Aldaíza. Proteção social e seguridade social no Brasil: pautas para o trabalho da(o) assistente social. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 116, p. 652-674, out./dez. 2013.

TARROW, Sidney. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Trad. Ana Maria Sallum. Petrópolis: Vozes, 2009.

“Quem canta, seus males espanta”: Uma experiência da potencialidade da ação coletiva no âmbito do PAIF

CÍNTYA RODRIGUES BATISTA OLIVEIRA

CRAS Mantiqueira
Cintya.oliveira@pbh.gov.br

GLÁUCIA AP DE OLIVEIRA MALTEZ

CRAS Mantiqueira
glauciamaltez@pbh.gov.br

RESUMO

O presente trabalho consiste no relato de uma experiência de atividade coletiva no âmbito do PAIF, realizada no CRAS Mantiqueira, no período de agosto a outubro de 2024. Com o relato dessa experiência pretende-se mostrar como a dimensão coletiva do TSF contribui para fortalecer a proteção social das famílias favorecendo a emergência das potencialidades que por muitas vezes estão latentes no âmbito do indivíduo. A experiência consistiu em uma oficina continuada com mulheres, com idade a partir de 18 anos, cujo objetivo era refletir sobre como a interseccionalidade raça e gênero constroem o "ser mulher" ao longo do tempo na sociedade brasileira. Utilizou-se letras de músicas como ferramenta pedagógica para análise e reflexão, sendo um dos resultados uma composição musical, produção coletiva das mulheres participantes. A profundidade das reflexões e discussões produzidas pelo grupo ficou evidenciada na letra da música composta por elas. A ação coletiva se mostrou como uma potente dimensão do trabalho social com famílias para acesso às subjetividades e intervenções no âmbito do PAIF com reflexos importantes na autoestima e na leitura da realidade social.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho consiste no relato de uma experiência de atividade coletiva no âmbito do PAIF realizada no CRAS Mantiqueira no período de agosto a outubro de 2024.

A Proteção Social Básica oferta serviços que visam o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários prevenindo situações de risco e agravos através do Trabalho Social com Famílias (TSF). Dentre as ações que compõem o TSF estão as atividades coletivas que propiciam a problematização e reflexão crítica das situações vivenciadas pelos indivíduos e famílias e que podem ser compartilhadas por um coletivo. A atividade coletiva favorece, além da problematização, um espaço seguro para que as famílias possam reconhecer suas potencialidades e elaborar alternativas ou estratégias para o enfrentamento das situações de desproteção.

DESENVOLVIMENTO

Com o relato dessa experiência pretende-se mostrar como a dimensão coletiva do TSF contribui para fortalecer a proteção social das famílias favorecendo a emergência das potencialidades que, por muitas vezes, estão latentes no âmbito do indivíduo. Assim, foi realizada uma oficina continuada cujo objetivo era refletir sobre como a interseccionalidade raça e gênero constroem o "ser mulher" ao longo do tempo na sociedade brasileira. Para tanto, utilizou-se como ferramenta para trabalhar o tema, letras de músicas do gênero samba que carregam expressões e ideias de cunho racista, machista, misógino e de violência contra as mulheres.

A escolha da música como ferramenta se deu pelo potencial que esta tem de conectar pessoas, facilitar a compreensão, de circular pelas várias camadas sociais, perpetuar por gerações, pelo caráter ancestral e mobilizador de afetos. Além disso, as letras retratam o imaginário social de uma época. A escolha do gênero musical foi pelo fato de ser um ritmo brasileiro com influências da cultura africana que foi, por muito tempo, marginalizado e hoje é um dos ritmos mais populares do Brasil. Foram selecionadas seis músicas de cantores reconhecidos e renomados, alguns até mesmo internacionalmente. Algumas letras traziam a temática de maneira explícita, outras de forma subentendida.

A escolha do tema se deu na medida em que vários estudos e institutos de pesquisa têm divulgado uma crescente no número de violência de gênero contra as mulheres nos últimos anos. As pesquisas trazem ainda um recorte do recrudescimento da violência em mulheres negras, pardas e periféricas. Sabe-se historicamente que este é o principal público que acessa a política de Assistência Social e que fatores como gênero e pertencimento a identidades estigmatizadas são fatores que contribuem para a desproteção social. Assim, trabalhar essa temática se justifica na medida em que a leitura do território do CRAS Mantiqueira corrobora com esses apontamentos.

O público mobilizado foram mulheres adultas a partir de 18 anos. A oficina foi planejada inicialmente para acontecer em quatro encontros. Nos dois primeiros encontros estava previsto a problematização e análise crítica das letras no que tange ao conteúdo ou mensagem transmitida. Nos dois últimos o objetivo seria a construção de uma música pelas mulheres participantes com a participação de uma oficineira, compositora e produtora musical que possui afinidade e atuação nas questões relacionadas ao tema e à Assistência Social. No último encontro foi previsto, ainda, a construção de um estandarte contendo a letra da música para a materialização da produção coletiva.

Durante a execução da oficina percebeu-se a necessidade e o desejo da ampliação do número de encontros. Assim, foi realizado um quinto encontro para a produção do estandarte e avaliação da oficina. E ainda um sexto encontro onde foi realizado um registro audiovisual das mulheres cantando a canção composta por elas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que a oficina se tornou um espaço de acolhida onde as mulheres sentiram-se seguras. Isso proporcionou a elas falar de suas experiências, das violências às quais foram submetidas, se reconhecerem e apoiarem mutuamente. Ficou evidente que a dimensão do coletivo tem uma potencialidade e uma capacidade de atingir e mobilizar afetos, que, muitas vezes, o atendimento particularizado não conseguirá alcançar.

Foi possível traçar uma ponte entre as vivências particulares e coletivas na medida em que surgiram questionamentos e problematizações sobre a estrutura social amparada e produzida nas diferenças de gênero e raça e ainda questionamentos sobre as leis e a liberdade das mulheres. Pelo feedback dado pelas participantes é possível destacar que houve desconstrução de estigmas naturalizados do que é “ser mulher” bem como das expectativas sociais pautadas na raça e gênero.

As reflexões suscitadas, pela sua profundidade, evidenciaram o quanto a temática fez sentido para o grupo e o engajamento das mulheres participantes pode ser traduzido na produção coletiva da composição da música “A Força das Mulheres” que traz em sua letra uma valoração positiva das mulheres e diz do respeito, do reconhecimento dos seus direitos, da liberdade, autonomia e igualdade social.

A força e capacidade de extensão do que foi produzido no coletivo se evidenciou a partir dos retornos do próprio grupo afirmando repercussões na família, na vizinhança, mudanças de posicionamento, fortalecimento da autoestima e o desejo de levar a música produzida para outros espaços além do CRAS. Assim, reafirma-se as ações coletivas no âmbito da proteção social básica como uma importante dimensão do Trabalho Social com Famílias para acesso às subjetividades e para a realização de intervenções.

Que horas são? É hora do cuidado!

ANA PAULA DE ALMEIDA MATINA COSTA

CRAS Pedreira Prado Lopes/PAIF
anapaula.almeida@pbh.gov.br

JULIANA DUTRA MIRANDA

CRAS Pedreira Prado Lopes/PAIF
juliana.dutramiranda@pbh.gov.br

KATHLEEN PORTELA DE SOUZA

CRAS Pedreira Prado Lopes/PAIF
kathleen.portela@pbh.gov.br

MARINA DUARTE PEREIRA

CRAS Pedreira Prado Lopes/PAIF
marina.duarte@pbh.gov.br

THIAGO PRISCO

CRAS Pedreira Prado Lopes/Coordenador
cras.pedreirapradolopes@pbh.gov.br

RESUMO

“Que horas são? É hora do cuidado!” foi uma ação coletiva com o foco nas pessoas idosas, realizada pela equipe técnica do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF, do Centro de Referência de Assistência Social Pedreira Prado Lopes (CRAS PPL), em parceria com a rede intersetorial, com o objetivo de fortalecer o processo de desenvolvimento da cidadania ativa, por meio da participação na vida social e troca de experiências. A ação contou com oficinas culturais, lúdicas e multidisciplinares como estratégia de mais proteção, promovendo a coletividade e o enfrentamento às desproteções relacionais. O relato demonstra a aquisição das seguranças descritas pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2014), o fortalecimento de identidades e a construção ativa da função protetiva das famílias, indivíduos e grupos, com ampliação do acesso à rede de proteção.

INTRODUÇÃO

O convívio familiar e comunitário é uma das seguranças afiançadas pelo Sistema Único da Assistência Social e visa o estabelecimento e o fortalecimento de vínculos, ampliando a capacidade protetiva das famílias e garantindo a proteção social dos sujeitos, famílias e grupos. Segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2014), a equipe técnica do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF deve realizar atividades coletivas visando o fortalecimento da cultura e do diálogo, ampliando o universo informacional sobre o território e ressignificando vivências individuais e coletivas.

A ação coletiva “Que horas são? É hora do cuidado!” se destaca como um importante relato de experiência por enfatizar a dimensão coletiva dialógica do trabalho da Proteção Social Básica e por romper com os atendimentos segmentados e individualizados. Com a troca de informações, experiências e vivências, discutindo temáticas sociais e culturais como envelhecimento ativo, inclusão digital, saúde, educação alimentar, memória afetiva, entre outros. A ação coletiva promoveu o reconhecimento de identidades e incentivou a tomada de decisão da própria vida, aumentando o repertório de enfrentamento das pessoas idosas.

DESENVOLVIMENTO

A ação coletiva “Que horas são? É hora do cuidado!” fez parte da campanha Outubro Prateado e teve como objetivo principal promover o fortalecimento do processo de desenvolvimento da cidadania ativa, por meio da participação na vida social, visando a ampliação das relações comunitárias. A atividade coletiva contou com a rede parceira e com atividades lúdicas e informativas como forma de prevenir potenciais situações de vulnerabilidade e risco social.

Sabendo que o envelhecimento é um processo dinâmico e progressivo, causando alterações funcionais, psicológicas e sociais, que podem gerar perda na capacidade adaptativa, aumentando as vulnerabilidades, sendo necessário olhar para o viver dessa população visando um envelhecimento ativo, com autonomia,

liberdade e qualidade de vida (GALVÃO et al., 2012) e pensando na dimensão coletiva e biopsicossocial desse processo, a ação coletiva foi multidisciplinar, contando com diversas oficinas sobre os direitos da pessoa idosa: direito à assistência social, à saúde, à educação alimentar, à cultura, ao lazer e à inclusão digital. As oficinas foram realizadas contemplando momentos de ludicidade, evocando memórias afetivas, expressões de sentimentos e valorização cultural.

No âmbito da saúde, a Academia da Cidade ofertou uma oficina de “Lian Gong”, os alunos da Faculdade Pitágoras ofertaram a aferição de pressão arterial e teste de glicemia, os Centros de Saúde Pedreira Prado Lopes, São Cristovão e Bom Jesus ofertaram uma oficina sobre o direito à saúde e o Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional ofertou uma oficina sobre educação alimentar. No âmbito da assistência social, o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF ofertou uma oficina sobre os direitos da pessoa idosa e, em parceria com o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, uma oficina musical. A ação coletiva também contou com a participação do Conselho Municipal da Pessoa Idosa, da Diretoria de Políticas para Pessoa Idosa e do Centro Cultural Liberalino Alves de Oliveira.

Com as diversas oficinas realizadas, foi possível desenvolver e fortalecer estratégias de enfrentamento às desproteções causadas pelo etarismo, isolamento social, apatidão e violência contra a pessoa idosa, por meio da construção de um processo de reconhecimento de potencialidades e valorização de identidades. Por meio da troca de informações, vivências culturais e evocação de memórias afetivas, foi possível promover uma participação social mais ativa, fortalecendo os vínculos comunitários e ampliando o acesso à rede de apoio e proteção.

A participação das pessoas idosas do SCFV e do Programa Maior Cuidado - PMC possibilitou a defesa coletiva da dignidade e dos direitos. Algumas pessoas idosas inseridas no Programa Maior Cuidado, que vivem situações de isolamento social, puderam participar das diversas oficinas culturais e informativas, refletindo sobre seu próprio viver a partir do coletivo.

A ação “Que horas são? É hora do cuidado!” gerou a aquisição das três seguranças descritas na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2014).

A segurança de acolhida foi garantida com as orientações dadas pelas diferentes oficinas, ampliando o acesso à rede socioassistencial e demais redes, a segurança de autonomia foi garantida pelas vivências culturais e informacionais, permitindo a potencialização da participação cidadã e construção de novos projetos individuais e coletivos e, por fim, a segurança de convívio foi garantida com o estabelecimento e fortalecimento de vínculos.

A ação coletiva contou com o mural “A música que marcou minha vida”, trabalhando memórias afetivas e valorização da trajetória de vida. Ela também contou com o mural de sentimentos, como forma do público participante avaliar as atividades desenvolvidas. O mural foi construído utilizando emojis, trabalhando a inclusão digital do público, e os emojis mais escolhidos foram “*Fiquei feliz*”, “*Eu ame*” e “*Eu curti*”. Além disso, alguns relatos reforçaram os ganhos e a importância de atividades coletivas, como o relato de uma idosa do SCFV que contou ter descoberto depois da oficina de Educação Alimentar que “*comia tudo errado*” e o relato de uma familiar de uma pessoa idosa, participante do PMC, que disse que a ação coletiva proporcionou “*o que nem minha família conseguiu: inclusão*”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A equipe técnica do PAIF, visando um trabalho continuado e integrado, deve utilizar a ação coletiva como estratégia de enfrentamento das desproteções relacionais, visto que, na coletividade, o indivíduo se identifica e se reconhece no todo, produzindo, coletivamente, autonomia e liberdade na hora de tomar as decisões da própria vida. Abrangendo um maior número de pessoas, a ação coletiva permite discutir sobre situações que, a priori, podem parecer individuais, mas são coletivas, suscitando posturas transformadoras e emancipatórias.

Apesar da importância do coletivo, existem algumas dificuldades para se promover uma ação coletiva, influenciadas pelo cenário de superprodução atual, que incrementa a desigualdade social, precariza o trabalho e culpabiliza o indivíduo. Há um desmantelamento das políticas públicas e uma necessidade urgente do trabalho e da renda, o que interfere na participação social e no trabalho com as coletividades. Assim, é possível falar de uma objetificação dos processos de trabalho, na qual os

atendimentos individuais acabam se tornando o caminho mais executável para a garantia das aquisições pelo público atendido (REIS, PASCOAL, JUNIOR, MARIANO, 2010).

Em resumo, a equipe técnica do PAIF busca superar os desafios atuais promovendo a ação coletiva, essencial para a transformação social e a emancipação dos indivíduos. Ao fortalecer as redes comunitárias e incentivar a participação ativa, é possível enfrentar as desproteções relacionais e avançar rumo a uma sociedade mais justa e igualitária. Para isso, é crucial o compromisso com a implementação de políticas públicas que apoiem esse processo.

REFERÊNCIAS

GALVÃO, Olívia. et al. Artigo Original - 513 - Envelhecimento ativo e sua relação com a independência funcional. 1 v. 21, n. 3, p. 513–521, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Tipificação nacional de serviços socioassistenciais. Brasília: 2014.

PAULA DOS REIS, Ana. et al. O avanço neoliberal no contexto do serviço social: o projeto ético-político enquanto instrumento de defesa. [s.l:s.n.]. Disponível em: <<http://www.proceedings.scielo.br/pdf/sst/n7/a41.pdf>>.



Figura X: Convite distribuído pelo território para mobilização
 Fonte: Arquivo pessoal Equipe CRAS Pedreira Prado Lopes



Figura X: Dia do evento Outubro Prateado
 Fonte: Arquivo pessoal Equipe CRAS Pedreira Prado Lopes



Figura X: Cartilha sobre Direitos e Benefícios da Pessoa Idosa construída pelo CRAS PPL
Fonte: Arquivo pessoal Equipe CRAS Pedreira Prado Lopes



**ATENÇÃO
PRIMÁRIA
CENTROS DE
SAÚDE**

CENTRO DE SAÚDE BOM JESUS

*Rua Bernardo Cisneiros, 659 – Bom Jesus – BH/MG.
(31) 3277-6054 / 98223-0153*

Acolhimento das equipes do PSF:
De segundas às sextas-feiras de 07:00 às 19:00.

Acolhimento odontológico:
Segundas às sextas-feiras às 08h00 e 13:00.

Atividades coletivas:
Antiquedas -
Toda quarta-feira às 09h30.

Dor crônica -
Toda segunda-feira às 07h15min e
Toda Quarta-feira às 07h30 e 08h30.

Grupo de Mulheres -
Última sexta-feira do mês de 08h30min às 11h00.

Lian Gong -
Ginástica terapêutica chinesa para tratamento e
prevenção das dores no corpo e melhorar na
qualidade de vida, para qualquer idade.
Terças e quintas-feiras de 08h30min às 09h30min.

Orientação nutricional -
Para adultos e idosos com sobrepeso / obesidade e
doenças crônicas.
Primeira quarta-feira do mês às 10h00.

CENTRO DE SAÚDE PEDREIRA PRADO LOPES

*Rua Escravo Isidoro, 601 – Pedreira Prado Lopes –
BH/MG.
(31) 3277-6008 / 3277-6009*

Acolhimento das equipes do PSF:
Equipe 1: De segunda à sexta-feira, de 10h00 às
11h00 com entrega de senhas a partir das 10h00.
Equipe 2, 3 e 4: De segunda à sexta-feira, de 08h00
às 09h00 com entrega de senha a partir das
07h45min.

Acolhimento odontológico:
Segundas às sextas-feiras de 08h00 às 09h00.
Distribuição de senhas de 07h45min às 08h45min.
Segundas às sextas-feiras de 13h00 às 14h00.
Distribuição de senhas de 12h45min às 13h45min.

Atividades coletivas:
Fique bem -
Para pessoas com dor crônica.
Toda segunda-feira de 16 às 17h00

Gestantes -
Orientação multiprofissional.
Toda 3ª quinta-feira às 16h00.

Prevenção de quedas -
Para pessoas acima de 60 anos com risco de quedas.
Toda quarta-feira às 15:00.

Lian gong -
Terças e quintas de 15h00 às 16:00 – Academia da
Cidade / Mercado da Lagoinha.

Linguagem -
Para crianças e adolescentes com dificuldades de
aprendizagem e linguagem.
Toda 2ª quinta-feira às 15h00

CENTRO DE SAÚDE SÃO CRISTÓVÃO

*Rua Itapeceira, 555 – Lagoinha – BH/MG.
(31) 3277-6010 / 3277-6011 / 3277-6196*

Acolhimento das equipes do PSF:
Equipe 1: 07h00 às 08h30min, de segunda à sexta-
feira.
Equipe 2: 13h00 às 14h30min, de segunda à sexta-
feira.
Equipe 3: 15h00 às 16h30min, de segunda à sexta-
feira.

Acolhimento odontológico:
Segundas, quartas e sextas-feiras de 09h00 às 10h00.
Terças e quintas-feiras de 13:00 às 14h00.

Atividades coletivas:
Lian gong -
Terças e quintas de 15h00 às 16:00 – Academia da
Cidade / Mercado da Lagoinha.

Orientação nutricional -
Toda 1ª quinta-feira do mês às 16h00.
Local: Academia da Cidade / Mercado da Lagoinha

Obs: As demandas agudas são atendidas de forma
imediata. Tanto na clínica médica, quanto na
odontologia.

Figura X: Cartilha sobre informações dos Centros de Saúde para a pessoa idosa construída pelo Centro de Saúde Bom Jesus, Centro de Saúde Pedreira Prado Lopes e Centro de Saúde São Cristóvão

Fonte: Arquivo pessoal Equipe CRAS Pedreira Prado Lopes



Figura X: Dia do evento Outubro Prateado, “Mural dos Sentimentos”

Fonte: Arquivo pessoal Equipe CRAS Pedreira Prado Lopes



Figura X: Dia do evento Outubro Prateado, mural “A música que marcou a minha vida”
 Fonte: Arquivo pessoal Equipe CRAS Pedreira Prado Lopes



Figura X: Dia do evento Outubro Prateado
 Fonte: Arquivo pessoal Equipe CRAS Pedreira Prado Lopes



Figura X: Dia do evento Outubro Prateado
 Fonte: Arquivo pessoal Equipe CRAS Pedreira Prado Lopes



Figura X: Dia do evento Outubro Prateado, oficineiro Zé da Viola
 Fonte: Arquivo pessoal Equipe CRAS Pedreira Prado Lopes



Figura X: Dia do evento Outubro Prateado, equipe CRAS
 Fonte: Arquivo pessoal Equipe CRAS Pedreira Prado Lopes



Figura X: Dia do evento Outubro Prateado, cuidadores e usuários do Programa Maior Cuidado
 Fonte: Arquivo pessoal Equipe CRAS Pedreira Prado Lopes



Figura X: Dia do evento Outubro Prateado, oficina sobre educação alimentar pelo Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional
 Fonte: Arquivo pessoal Equipe CRAS Pedreira Prado Lopes



Figura X: Dia do evento Outubro Prateado, alunos da Faculdade Pitágoras aferindo a pressão arterial e realizando testes de glicemia
 Fonte: Arquivo pessoal Equipe CRAS Pedreira Prado Lopes



Figura X: Dia do evento Outubro Prateado, oficina com profissionais da Academia da Cidade
 Fonte: Arquivo pessoal Equipe CRAS Pedreira Prado Lopes



Figura X: Dia do evento Outubro Prateado, oficina sobre os direitos da pessoa idosa com equipe PAIF
 Fonte: Arquivo pessoal Equipe CRAS Pedreira Prado Lopes



Figura X: Dia do evento Outubro Prateado, equipes dos Centros de Saúde
Fonte: Arquivo pessoal Equipe CRAS Pedreira Prado Lopes



Figura X: Dia do evento Outubro Prateado
Fonte: Arquivo pessoal Equipe CRAS Pedreira Prado Lopes



Figura X: Dia do evento Outubro Prateado, Conselho da Pessoa Idosa
 Fonte: Arquivo pessoal Equipe CRAS Pedreira Prado Lopes



Figura X: Dia do evento Outubro Prateado, Diretoria de Políticas para Pessoa Idosa
 Fonte: Arquivo pessoal Equipe CRAS Pedreira Prado Lopes



Figura X: Dia do evento Outubro Prateado, oficina lúdica com o CRESAN
 Fonte: Arquivo pessoal Equipe CRAS Pedreira Prado Lopes



Figura X: Dia do evento Outubro Prateado, oficina sobre educação alimentar com o CRESAN
 Fonte: Arquivo pessoal Equipe CRAS Pedreira Prado Lopes

CATEGORIA 2: GESTÃO TERRITORIAL

EIXO 2.1. Articulação da Rede Socioassistencial referenciada ao CRAS

A potência do território: Relato da experiência de mobilização comunitária e articulação de rede para a implantação do Centro de Referência de Assistência Social Dandara.

RAFAELA CRISTINA DINIZ CHAVES

CRAS DANDARA
rafaela.diniz@pbh.gov.br

SUELEM CABRAL CAETANO ARAUJO

CRAS DANDARA
suelem.cabral@pbh.gov.br

RESUMO

O presente trabalho apresenta a experiência de implantação do CRAS Dandara na perspectiva da mobilização comunitária e articulação da rede já presente no território de abrangência. Aborda os desafios e possibilidades que permearam este processo, destacando os encontros que foram realizados no território e as reflexões possibilitadas, sobretudo, no reconhecimento da força do trabalho em rede entre o poder público e a sociedade civil. Destaca, então, o esforço da equipe técnica na constituição do CRAS considerando a realidade social deste território.

INTRODUÇÃO

A Política de Assistência Social é dinâmica, tem intencionalidade e propósito, visa promover a vigilância social, a proteção social, a defesa social e institucional

dos direitos dos usuários por ela atendidos. Compreendendo que esta política pública atende às demandas dos cidadãos, considerando fenômenos de desigualdade e desproteção social que os atingem, verifica-se que é preciso um olhar atento às necessidades das pessoas de um determinado território. Assim, cabe no planejamento desta política ações que visem conhecer o público atendido e escutar suas necessidades.

Neste sentido, faz parte do escopo das ofertas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) promover e fomentar ações de mobilização social de forma contínua para conhecer e acolher as demandas dos cidadãos e através de tais ações produzir resultados efetivos no que se refere a proteção social. A mobilização social, portanto, requer uma dedicação contínua nesta política. E está destacada como uma de suas diretrizes a saber: *“II - Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.” (PNAS, 2009, p.33).*

Neste viés, apresentamos neste texto o relato da experiência de articulação e mobilização popular que equipe técnica do CRAS Dandara produziu a partir da consultoria do Coletivo Articulando Redes³, durante o processo de implantação do CRAS Dandara de maio de 2024 a julho de 2024. Destacamos que foi fundamental neste processo conhecer o perfil socioeconômico e das vulnerabilidades e riscos identificados no território a partir de instrumentos técnicos como Cadastro Único e os registros dos dados de vigilância social do município. Mas, também, foi crucial conhecer os moradores do território, ouvir sua história de organização e participação popular e, a partir de tal, realizar o mapeamento sobre como se deu a trajetória de conquistas desta comunidade e seu acesso a diversas políticas públicas, dentre elas a que culminou na implantação histórica de um CRAS.

Neste processo de implantação do CRAS Dandara em seu território de abrangência, diversas ações planejadas foram realizadas para mapear esse

³ O Coletivo *Articulando Redes*, coordenado pela professora do Curso de Psicologia Márcia Mansur, fomenta a mobilização em rede composta por moradores e representantes de instituições públicas (postos de saúde, escolas, CRAS, etc) que juntos discutem e levantam ações para melhoria da comunidade.

território e começar um processo de aproximação com esta comunidade para anunciar a chegada de mais proteção social através do CRAS.

DESENVOLVIMENTO

A partir da autorização do governo municipal quanto a implantação de mais um CRAS na regional Pampulha, diversas ações foram realizadas para viabilização deste novo equipamento no tempo mais hábil possível. Diante disso, houve uma importante frente de esforços para ações de gestão financeira, estrutura física, dentre outras que ficaram a cargo das gerências que compõem a SMASAC. Em concomitância, com a definição da equipe técnica do PAIF, buscou-se trabalhar o mapeamento do território de abrangência do CRAS, de modo a conhecer o público alvo, a rede intersetorial e os fenômenos de vulnerabilidade e potencialidades que havia nesta comunidade.

Então, com apoio do Coletivo Articulando Redes e das diretrizes que foram dadas pela Diretoria de Proteção Social Básica (DPSB) para a Diretoria de Assistência Social da regional Pampulha (DRAS-P) foram realizados um total de dez encontros. Estes mesclaram momentos com a participação da rede de serviços socioassistenciais, rede intersetorial, da comunidade local e das diretorias, gerências e coordenações da SMASAC afins ao processo de implantação do CRAS.

O primeiro encontro teve como objetivo o levantamento da realidade do território, e contou com um momento de escuta da Diretoria Regional de Assistência Social e do Serviço de Proteção Social Básica da Regional Pampulha (SPSBR), que anteriormente era a referência de atendimento dos usuários deste território.

Através de tal escuta, foi iniciada a construção de uma linha do tempo sobre a comunidade Dandara contemplando o histórico já conhecido pelos serviços do SUAS Pampulha que atendiam o território. Ademais, somaram-se a estes materiais um estudo prévio que fizemos sobre os documentários e artigos produzidos sobre a ocupação do bairro Dandara, que passaram por uma curadoria do Coletivo Articulando Redes para apoiar nossa compreensão da trajetória de lutas desta comunidade.

Os encontros subsequentes - segundo, terceiro e quarto - tiveram como objetivo o mapeamento do território. A equipe do CRAS Dandara dedicou-se a reunir as informações disponíveis nos mecanismos de busca possíveis, instrumentos de vigilância socioassistencial e georreferenciamento sobre equipamentos públicos (escolas, unidades de saúde, OSC's, dentre outros) existentes no território, bem como sobre as praças, bairros e possíveis locais que são de relevância para a população. Ademais, buscou mapear os fenômenos, os recursos protetivos e os riscos presentes na área de abrangência do CRAS e seus entornos.

Ao longo dos encontros, as informações levantadas pela equipe técnica do CRAS foram conferidas e somadas ao que cada grupo, representante dos outros setores, tinha de conhecimento sobre o território. Um destaque importante relatado pelo SPSBR nestes encontros foi a implantação de uma Comissão Local de Assistência Social (CLAS). A mobilização da comunidade neste espaço foi crucial para a implantação do CRAS neste território. Ou seja, havia muita história pregressa de participação e luta desta comunidade quanto a conquistas de direitos no âmbito da política de assistência social.

Os demais encontros contaram com a participação da rede de serviços que atuam no território para dar seguimento ao mapeamento e fazer apontamentos sobre as características da comunidade. Foram levantadas também quais eram as lideranças/referências comunitárias, bem como as tensões existentes no território e as relações com os coletivos e referências que participaram, em alguma medida, da luta pelo acesso ao espaço de moradia ao longo da história de implantação da comunidade do Dandara.

Considerando a importância da mobilização social, precisávamos ouvir a comunidade neste processo, e como estratégia a equipe do CRAS Dandara organizou, com o apoio do Coletivo Articulando Redes, uma mobilização social por meio de convite falado chamando toda a comunidade para um encontro da CLAS. Todos os integrantes da equipe do CRAS gravaram um trecho em áudio de maneira bem criativa, convidando as pessoas da comunidade para participar da próxima CLAS. Este áudio foi incorporado a uma imagem, gerando um pequeno vídeo que foi compartilhado na comunidade através do whatsapp, já que esta mídia social é

uma grande estratégia de comunicação com os moradores: de acordo com o relato das lideranças locais, existe um grupo de whatsapp com mais 400 pessoas integrantes para informações relevantes sobre o Dandara.

Assim, tal encontro da CLAS foi dedicado a ouvir os participantes e as lideranças comunitárias sobre a história da comunidade e as principais observações acerca das identidades, significados e vivências no território.

Outra importante estratégia de mobilização da comunidade foi a realização de um “cortejo” pela equipe técnica do CRAS com o apoio da equipe do Coletivo Articulando Redes. Neste momento, nossa estratégia foi caminhar pelas ruas da comunidade com o apoio de um megafone e o recurso visual de um grande cartaz convidando a todos para participar de mais um encontro para ouvir suas demandas. Tal processo foi muito emblemático para a equipe porque foi possível uma imersão no território, nos aproximando dos cidadãos, interagindo com eles. Inclusive, contamos com o apoio de um morador, que nos acompanhou pelas ruas e nos apontou locais estratégicos para fixação dos convites.

O encontro com a comunidade se desdobrou em dois momentos subsequentes, quando foi construído um mapa afetivo⁴ sobre o território. Nestes encontros, foram empregados recursos de desenvolvimento das falas a partir do desenho do território e das dinâmicas vivenciadas dentro e fora dos domicílios que afetam a percepção sobre a proteção social dos cidadãos. Foram levantadas as expectativas com a chegada do CRAS e as necessidades de avanços e melhorias. Os participantes destacaram a força que percebem na comunidade, tanto pela sua história, quanto pelos vínculos estabelecidos e a capacidade de apoio mútuo frente às vulnerabilidades vivenciadas.

Por fim, foi realizado um encontro com o Coletivo Articulando Redes, as coordenações e gerências que compõem a DPSB e a DRAS Pampulha. O momento foi dedicado às devolutivas com a equipe do CRAS para avaliação do processo e apontamento de direções para o trabalho subsequente junto à rede e comunidade

⁴ O mapa afetivo é um instrumento que facilita o acesso aos sentimentos e desejos dos indivíduos em relação à cidade (DUARTE, 2006) e ao território onde vivem. Nele, os participantes têm a oportunidade de desenhar, escrever ou simplesmente narrar seus sentimentos, vivências e histórias relacionadas a pontos específicos do bairro. (DE LIMA PEREIRA & CORADINI, L., 2024, p.14)

local. Nesta reunião, foram identificadas as pedras e flores pelo caminho de implantação do CRAS. Algumas “pedras” mencionadas ao longo do processo foram as incertezas vivenciadas na implantação, as divergências de grupos no Dandara e as dificuldades para conciliar as agendas dos atores da rede. As “flores”, por sua vez, foram destinadas às equipes participantes, o conhecimento sobre o território, a vinculação com a comunidade e a efetiva inauguração do CRAS, que ocorreu no dia vinte e oito de junho de dois mil e vinte e quatro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de implantação do CRAS Dandara foi desafiador e ao mesmo tempo cercado de significados, porque levou em consideração a importância de conhecer qual foi a trajetória de luta da comunidade local. Ou seja, foi permeado desta atmosfera de mobilização que já era característica desta comunidade em si. Neste viés, foi crucial o apoio do Coletivo Articulando Redes para uma leitura mais sensível e reflexiva quanto às potencialidades e desafios do território.

Cada etapa do planejamento que descrevemos quanto a aproximação com os moradores a serem atendidos pelo CRAS foi intencional, participativa, para alcançar um objetivo pré-definido, um propósito maior que é uma política de assistência social “para fora” e não para dentro de si mesma. Desta forma, a efetiva implantação do CRAS se deu de maneira consonante a importantes diretrizes desta política pública para o trabalho coletivo e de articulação de redes.

Cabe, ainda, apontar que todo o trabalho desenvolvido ao longo dos dez encontros carecia de um local com estrutura para receber o grupo de participantes. Diante de um processo de implantação em que o CRAS ainda não estava em funcionamento e sem possibilidades de receber o coletivo, os espaços do Instituto Árvore da Vida, da Igreja Sagrado Coração de Jesus e da Escola Estadual Deputado Manoel Costa estiveram disponíveis e foram essenciais para a efetividade do processo.

Concernente à experiência da equipe PAIF ao longo de toda esta participação, é válido considerar que se tratava, também, de um grupo que se

formou em abril de 2024 após o processo seletivo para o CRAS. Desta forma, enquanto a equipe se dedicava às experiências de articulação da rede, encontrava também mais espaço de vínculo e identidade para assumir o desafiador trabalho executado neste equipamento. Ou seja, foi um processo de mobilização tanto interno quanto externo, pois à medida em que trabalhamos a mobilização e participação comunitária, mobilizamos nossos próprios afetos, encontrando força e equilíbrio para entrega de mais proteção social a esta comunidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Orientações Técnicas sobre o PAIF*. v. 2. 1. ed. Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004*. Brasília, nov. 2009.
(s.l.: s.n. removidos, pois o local e órgão constam claramente.)

PEREIRA, A. L. de L.; CORADINI, L. Mapa Afetivo do bairro das Rocas – Natal, Brasil. *Desde el Sur*, v. 16, n. 2, e0020, 2024.

KOGA, Dirce. O território como potência: novos olhares, novas perspectivas. *Revista Educação Integral: Territórios em Movimento*, 6. ed., 2022.

TORO, José Bernardo; WERNECK, Nísia Maria Duarte. *Mobilização social: um modelo de construir a democracia e a participação*. Brasília: Ministério da Justiça, 1997. 149 p.

CATEGORIA 2: GESTÃO TERRITORIAL

EIXO 2.2. Articulação Intersectorial

Conversando a gente se entende: a intersectorialidade como estratégia fundamental do Programa Maior Cuidado

ANA CRISTINA DA SILVA

Analista de Políticas Públicas
analacoque@pbh.gov.br

JOICIANE ASSUNÇÃO MESQUITA

Analista de Políticas Públicas
joicianeassunção@pbh.gov.br

ROGÉRIA DE CARVALHO CASTRO SAMPAIO

Analista de Políticas Públicas
rogeria.sampaio@pbh.gov.br

RESUMO

O Programa Maior Cuidado (PMC) se destaca ao adotar uma abordagem intersectorial que ultrapassa a visão compartimentada no cuidado às pessoas idosas em situação de vulnerabilidade social e de saúde. Essa estratégia de gestão busca a construção de uma rede integrada e articulada, que opera com três instâncias. A primeira é a instância de articulação entre o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e o PMC, a segunda envolve a articulação intersectorial por intermédio de Grupo de Trabalho (GT) mensal CRAS/Centro de Saúde (CS), e por fim, há o GT Intersectorial Municipal, que reúne representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania (SMASAC) e da Secretaria Municipal de Saúde (SMSA). A tomada de decisões de forma conjunta e democrática no PMC requer encontros sistemáticos e periódicos entre os representantes das políticas setoriais, onde são definidos objetivos, atribuições,

específicas, e construídos pactos e consensos essenciais para o bom andamento do programa. Além disso, é essencial oferecer suporte contínuo às equipes responsáveis pela execução do PMC, para que a ação intersetorial ocorra de maneira eficiente. O propósito central desse processo é fornecer à população idosa mais vulnerável, atendida nas áreas dos CRAS, um cuidado em domicílio integrado e qualificado, que promova um envelhecimento ativo e protegido, respeitando a complexidade de suas necessidades sociais e de saúde.

INTRODUÇÃO

O Programa Maior Cuidado⁵ é uma provisão da Política Pública de Assistência Social do Município de Belo Horizonte, desenvolvida intersetorialmente com a Política Pública de Saúde e execução indireta pela Organização da Sociedade Civil (OSC) Grupo de Desenvolvimento Comunitário – GDECOM. Atualmente, mais de 700 pessoas são atendidas mensalmente em seus domicílios pelos cuidadores sociais do Programa Maior Cuidado, totalizando uma média de 6.890 atendimentos mensais no domicílio.

O Programa tem como objetivos prevenir o agravamento das vulnerabilidades sociais associadas ao envelhecimento, oferecendo ações de cuidado para pessoas idosas em situação de dependência ou semi-dependência, que demandam apoio contínuo de terceiros. As atividades são realizadas no domicílio, proporcionando suporte às famílias para aprimorar a qualidade dos cuidados, promovendo a autonomia tanto dos usuários quanto de seus cuidadores, fortalecendo os vínculos familiares e comunitários, além de ampliar a participação social das pessoas idosas e de suas famílias.

⁵ A Portaria Conjunta entre a SMASAC e a SMSA 007/2019 instituiu instâncias de gestão e de interlocução e estabeleceu princípios e diretrizes para gestão e operacionalização do Programa Maior Cuidado. A intersetorialidade configura um dos três eixos metodológicos do Programa Maior Cuidado, juntamente ao Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e a Proteção e Cuidado no Domicílio.

Atualmente, 19,96% da população de Belo Horizonte, ou seja, 462.284 pessoas, possuem 60 anos ou mais, sendo 11,91% mulheres e 8,05% homens, segundo o Censo 2022. Isso significa que um em cada cinco moradores da cidade é idoso. Há também um número expressivo de idosos com 80 anos ou mais, totalizando 77.309 pessoas, ou 3,34% da população. Esse envelhecimento populacional, especialmente entre os idosos mais vulneráveis referenciados aos territórios dos CRAS, demanda uma abordagem multifatorial e multidimensional, com intervenções que vão além da assistência social, sendo essencial a articulação e integração com outros atores para identificar estratégias complementares e potencializar a efetividade das ações.

DESENVOLVIMENTO

A intersetorialidade representa um redirecionamento da ação pública, que requer a criação de canais de comunicação que viabilizem as informações entre as políticas setoriais, instrumentos de gestão para procedimentos de monitoramento e avaliação das ações integradas, a capacitação técnica dos gestores, a construção de pactos e consensos entre os atores envolvidos, além de apoio de equipes técnicas capacitadas para a operacionalização da ação intersetorial na esfera prática.

Segundo Hayddé Gonçalves, ex-coordenadora de CRAS e que participou da implantação do programa, a articulação intersetorial é fundamental para a construção de importantes articulações no território, garantindo mais proteção para a família. Relembrando em como se deu essa construção da articulação intersetorial (uma novidade na época) para implementação do Programa Maior Cuidado e a importância do diálogo entre os diferentes atores, Haydée relata:

Nas reuniões a gente conseguia garantir que tanto eu, enquanto coordenadora do CRAS, tivesse presente junto com a referência técnica do CRAS, quanto representantes da equipe técnica do Centro de Saúde, uma assistente social ou uma enfermeira, mas também a presença da gerente do Centro de Saúde. Foi um processo de avaliação muito rico e que foi sendo constituído e construído. Foi por meio do programa que a assistência social conseguiu fazer um processo onde constituía espaços para dialogar dos desafios e acertos que a gente estava tendo no território. (GONÇALVES, 2022).

O Programa Maior Cuidado opera com três instâncias de gestão. A primeira é a instância de articulação entre o PAIF e o PMC, voltada para o alinhamento das ações e do acompanhamento das famílias no âmbito da assistência social. A segunda instância envolve a articulação intersetorial através do Grupo de Trabalho (GT) mensal CRAS/Centro de Saúde (CS), onde são discutidas as demandas e estratégias de cuidado para as pessoas idosas atendidas. Por fim, há o GT Intersectorial Municipal, que reúne representantes da SMASAC, da SMSA, promovendo o planejamento e a integração das ações entre as políticas públicas na execução e operacionalização do programa.

Articulação PAIF/Programa Maior Cuidado .

O fato do PMC ser executado, feito de forma muito coordenada e articulada pelo CRAS, este é o acerto fundamental (...). Essa articulação entre a atenção do PAIF e a atenção do Programa eu acho que ela é que garante hoje o resultado que o programa apresenta (...). Ela precisa ser o tempo todo discutida, pautada, ser colocada nos territórios. Ela caminha em uns com facilidade, e em outro, ela exige da equipe do CRAS, processos de cobrança, de discussão muito cotidianamente. (GONÇALVES, 2022).

O referenciamento ao CRAS é fundamental para fortalecer seu papel como unidade estruturante da Proteção Social Básica (PSB) junto a rede socioassistencial no território. Esse referenciamento visa assegurar a integração das ações socioassistenciais e valorizar a centralidade da família no atendimento a pessoas idosas e seus familiares.

Assim, a articulação entre o PAIF e o Programa deve seguir uma lógica de complementaridade, na qual as ações do serviço se somam e fortalecem mutuamente, ampliando os resultados do programa. Essa complementaridade significa que as intervenções realizadas no âmbito do PAIF – como o acompanhamento familiar, o apoio à autonomia e o fortalecimento dos vínculos – potencializam o impacto do PMC no cuidado à pessoa idosa.

Dessa forma, o PMC, ao atuar diretamente no cuidado em domicílio, reforça os objetivos do PAIF, resultando em um atendimento integrado e eficiente para as

peessoas idosas e suas famílias em situação de vulnerabilidade. Para concretizar essa articulação, são necessárias reuniões mensais entre as equipes do CRAS e do Programa Maior Cuidado (PMC). Esses encontros permitem ajustar o acompanhamento das famílias e a oferta de cuidados domiciliares, além de viabilizar orientações individualizadas do PAIF aos cuidadores. A articulação PAIF/PMC precede a articulação entre o CRAS e o Centro de Saúde, garantindo o alinhamento das ações em cada etapa.

Articulação Intersetorial CRAS/Centro de Saúde – GT mensal

Esse momento representa o encontro entre a Assistência Social e Saúde, reunindo a OSC parceira (supervisores e cuidadores), com coordenação do GT Local sob responsabilidade do Coordenador do CRAS, em articulação com o Gerente dos Centros de Saúde da área de abrangência. Participam ainda o técnico do PAIF, profissionais das Equipes de Saúde da Família (enfermeiro, assistente social, médico – quando possível), e-Multi (antigo NASF), cuidadores e o supervisor do PMC.

O GT Local constitui um espaço essencial para as articulações intersetoriais necessárias à gestão local, ao desenvolvimento do programa e ao acompanhamento da pessoa idosa e sua família. Esse espaço permite discussões de casos e decisões como: identificação de beneficiários, inserção e desligamentos, definição e readequação das horas de cuidado para cada pessoa idosa, atualização de documentos (como as Rotinas de Cuidado), orientações aos cuidadores, troca de informações, levantamento de demandas, encaminhamentos e ajustes nas horas de cuidado domiciliar.

Grupo de Gestão Municipal do Programa Maior Cuidado

O Grupo de Gestão Municipal do Programa Maior Cuidado é coordenado pela Diretoria de Proteção Social Básica (DPSB), por meio da Gerência de Gestão dos Serviços de Proteção Social Básica (GGSPB). Esse grupo é composto por representantes da GGSPB, da Diretoria/Coordenação de Assistência à Saúde, além das Referências Técnicas de Apoio à Gestão e ao Provimento da GGSPB e da Coordenação de Atenção à Saúde da Pessoa Idosa.

O Grupo de Gestão Municipal tem como principais objetivos: propor diretrizes de gestão intersetorial e técnico-operacionais para o programa, monitorar e avaliar as ações desenvolvidas, elaborar propostas para o contínuo aperfeiçoamento do programa, planejar ações intersetoriais a serem implementadas e apoiar o desenvolvimento dos Grupos de Trabalho Locais, fortalecendo a integração entre assistência social e saúde.

Com o objetivo de avaliar a articulação intersetorial no Programa Maior Cuidado, a Gerência de Gestão dos Serviços de Proteção Social Básica (GGSPB) organizou um processo denominado "Mapeamento da Execução do PMC em 2023". O levantamento identificou os seguintes desafios e potencialidades:

Articulação PAIF/PMC: Os principais desafios incluem a integração das ações (como estudo de casos, troca de informações e complementaridade de ações) apontado por 32% dos participantes; sobrecarga da equipe do PAIF para apoiar os cuidadores (67,5%); e rotatividade de cuidadores e supervisores, que compromete a articulação (58%). Como potencialidades, foram sugeridas estratégias de fortalecimento da comunicação, maior participação dos cuidadores, momentos de convivência conjunta, como lanches e almoços, para reforçar os vínculos e melhorar a efetividade do programa.

GT Mensal CRAS/CS: Os desafios incluem a ausência de profissionais das equipes de Saúde da Família (ESF) e NASF (74%), falta de participação regular do técnico da GAERE (68%), pouca preparação das equipes (52%) e falta de retorno sobre encaminhamentos de reuniões anteriores (59%). Como potencialidades, destacou-se a realização do GT nos Centros de Saúde para melhorar a presença dos profissionais de saúde, a divisão do GT por horários adequados às equipes e o envio antecipado dos casos por e-mail.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intersectorialidade, proposta como estratégia para fortalecer as ações de cuidado domiciliar às pessoas idosas, tem se mostrado eficaz e exige empenho contínuo no trabalho em rede nos territórios atendidos. Essa articulação envolve

gestores, técnicos de referência do PAIF e dos Centros de Saúde, cuidadores, supervisores, familiares das pessoas idosas e até a comunidade.

Esse modelo possibilita um diagnóstico mais preciso das necessidades da população e personaliza as intervenções, oferecendo uma visão abrangente das múltiplas dimensões que precisam ser trabalhadas. Com isso, é possível organizar e distribuir serviços de forma a evitar sobreposições, garantindo uma alocação mais eficiente dos recursos disponíveis.

O processo de cooperação e diálogo entre os atores contribui para a atualização e aprimoramento contínuo das abordagens adotadas, estabelecendo o Programa Maior Cuidado como referência de política pública intersetorial para o cuidado domiciliar de pessoas idosas em situação de vulnerabilidade material, social e relacional.

REFERÊNCIA

GONÇALVES, Haydée M. Entrevista à GGSPB. Belo Horizonte, 2022.

LUCHESE, Marisabel. Articulação e intersetorialidade no SUAS, na prática. *GesuAS Blog*, 01 jul. 2022. Disponível em: <https://blog.gesuas.com.br/articulacao-intersetorialidade-suas/>. Acesso em: 02 out. 2024.

MEDEIROS, Juliana. Os desafios da intersetorialidade no âmbito do SUAS. *GesuAS Blog*, Viçosa, 2019. Disponível em: <https://blog.gesuas.com.br/intersetorialidade-suas/>. Acesso em: 02 out. 2024.

Percurso da Transformação: Avançando na gestão das condicionalidades do Programa Bolsa Família.

EWERTON HERALD PINTO SILVA

Coordenação de Proteção Social e Cidadania Norte
everton.psilva@pbh.gov.br

KARINE NERY FERNANDES SILVA

Equipe do Cadastro Único/Transferência de Renda
nerykarine@pbh.gov.br

SANAE ABEKI

Equipe do Cadastro Único/Transferência de Renda
sanae.abeki@pbh.gov.br

RESUMO

Esta experiência apresenta a prática do trabalho social com famílias que não cumpriram as condicionalidades do Programa Bolsa Família, realizado pela Coordenação de Proteção Social e Cidadania Norte (CPSC-N). Com a retomada da Gestão de Condicionalidades em setembro de 2022, em colaboração com a Diretoria Regional de Educação Norte (Dire-N), estratégias intersetoriais foram desenvolvidas para acompanhar essas famílias e prover a devida atenção socioassistencial. A análise dos dados entre setembro de 2022 e setembro de 2024 revelou uma redução de 71% no número de repercussões e 69% nas famílias em não-cumprimento das condicionalidades, além de melhorias na qualidade dos registros das justificativas apresentadas. Apesar dos avanços, desafios como o abandono escolar e a desmotivação para os estudos persistem. O texto enfatiza que as famílias não devem ser responsabilizadas por descontinuidades nas transferências do programa devido a falhas administrativas e destaca a importância do diálogo contínuo entre as políticas públicas para assegurar a proteção social integral. O compromisso coletivo é fundamental para consolidar os avanços alcançados e garantir os direitos sociais das famílias em situação de vulnerabilidade.

INTRODUÇÃO

Esta experiência visa compartilhar a prática do trabalho social com famílias em situação de não cumprimento das condicionalidades do programa Bolsa Família, no âmbito da Coordenação de Proteção Social e Cidadania Norte (CPSC-N), vinculada à Diretoria Regional de Assistência Social Norte (Dras-N). A partir da retomada das ações de Gestão de Condicionalidades do extinto Programa Auxílio Brasil (PAB) em setembro de 2022, foi possível desenvolver estratégias intersetoriais voltadas para o acompanhamento dessas famílias, em parceria com a Diretoria Regional de Educação Norte (Dire-N). O objetivo deste trabalho é apresentar os resultados desse processo, evidenciando os desafios intersetoriais e as soluções encontradas para melhorar o cumprimento das condicionalidades de educação.

DESENVOLVIMENTO

A partir da retomada das ações de Gestão de Condicionalidades do Programa Auxílio Brasil (PAB), em setembro de 2022, conforme o calendário operacional estabelecido pelo Ministério da Cidadania (IN nº 10 e Portaria nº 766), e orientado pela Nota Técnica SUASS/DPSB/DPES nº 01/2022, de Belo Horizonte, a Coordenação identificou a oportunidade de retomada das ações de gestão das condicionalidades do programa na Regional Norte. Esse processo considerou que os efeitos do não cumprimento das condicionalidades pelas famílias haviam sido extintos com o término do Programa Bolsa Família. Ele foi construído em permanente diálogo com a Diretoria Regional de Educação Norte (Dire-N), por meio de articulações intersetoriais.

A articulação intersetorial foi viabilizada pela Dras-N, que em setembro de 2022, em conjunto com a Coordenação de Proteção Social e Cidadania (CPSC), apresentou à Dire-N a proposta de gestão intersetorial do PAB. O objetivo era garantir o atendimento e acompanhamento das famílias que não haviam cumprido com as condicionalidades da educação. Com a retomada das ações de gestão das condicionalidades, as famílias que não cumpriram com os requisitos de educação e saúde foram advertidas pelo governo federal. Este foi o marco inicial para o diálogo

entre a CPSC-N e a Dire-N, culminando em uma reunião em outubro com diretores e equipes escolares, onde foram apresentadas as condicionalidades do PAB e os primeiros resultados da pré-análise dos fenômenos de desproteção social a partir dos motivos do não cumprimento das condicionalidades, envolvendo 1990 famílias e 2414 crianças, adolescentes e jovens com baixa frequência escolar na região Norte.

Identificou-se uma preocupação com a predominância da indicação dos motivos "24a" (*A escola não sabe/não informou o motivo*) e "24b" (*Não foi identificado motivo adequado nesta lista*) nas listagens disponibilizadas pela Gerência de Vigilância Socioassistencial (Gviso), o que dificultou uma leitura mais precisa das causas da desproteção social. Diante disso, a Dire-N foi desafiada a ampliar o diálogo com as escolas para qualificar os registros das justificativas das famílias. Paralelamente, o Serviço de Proteção Social Básica Regional Norte (SPSBR-N) e a equipe do Cadastro Único/Transferência de Renda (CADTR) mantiveram o acompanhamento das famílias, buscando compreender as diversas dificuldades enfrentadas, especialmente relacionadas à saúde, que representavam mais de 70% das justificativas durante às ações coletivas e particularizadas.

Desde então, CPSC e Dire-N mantêm um diálogo contínuo e atuam conjuntamente na compreensão e enfrentamento dos fenômenos de desproteção social identificados, baseando-se nos motivos do não cumprimento registrados nas listagens disponibilizadas pela Gerência de Vigilância Socioassistencial (Gviso), assim como nas justificativas apresentadas pelas famílias durante as ações coletivas e ações particularizadas conduzidas pelo SPSBR-N.

As listagens, disponibilizadas no Sistema de Informação e Gestão das Políticas Sociais (Sigps), são tratadas preliminarmente pela auxiliar administrativa, sob supervisão da Coordenação e equipe técnica do CAD-TR. Essa análise abrange fatores como a concentração de crianças e adolescentes em territórios de proteção socioassistencial (TPSA), territórios dos Centros de Referência de Assistência Social (Cras) e escolas com maior incidência de não cumprimento das condicionalidades, assim como a faixa etária e o tipo de não cumprimento. A partir dessa avaliação, é possível identificar situações que fragilizam o acesso aos direitos à educação e à saúde, facilitando a construção de estratégias intersetoriais de modo a enfrentar essas questões de forma integrada, tanto local quanto regional. Após

esta análise inicial, ocorrem reuniões entre as equipes do CAD-TR e do SPSBRN, com o objetivo de aprofundar o entendimento sobre os fenômenos de desproteção social e planejar ações de busca ativa, articulações em rede e ações coletivas ou particularizadas.

Em abril de 2023, ocorreu um novo encontro com representantes das escolas da Regional Norte, Dire-N e Secretaria Municipal de Educação (Smed), onde foi apresentado o novo Programa Bolsa Família (PBF) e os procedimentos de gestão das condicionalidades. Com base nos dados apresentados pela equipe da Smed, observou-se um avanço na qualificação dos registros das justificativas, refletindo uma melhoria no detalhamento e averiguação dos motivos. No segundo semestre, por meio de articulação com a Dire-N, foram realizadas ações coletivas com as famílias nas três escolas com maior incidência de situações de não cumprimento das condicionalidades do PBF. Essas ações permitiram esclarecer dúvidas sobre a efetivação dos recursos, compreender *in loco* a realidade das famílias e ampliar o conhecimento das equipes escolares sobre o PBF e suas condicionalidades.

Em 2024, com a implantação do Projeto Psicólogos e Assistentes Sociais na Educação (Projeto PAS), desenvolvido pela Smed, foi possível ampliar as ações de articulação intersetorial, visando a proteção social das famílias. As equipes do PAS e da CPSC-N têm colaborado para realizar análises conjuntas e planejar ações interssetoriais em territórios de proteção socioassistencial.

Como resultado desse esforço intersetorial, foi realizada uma análise comparativa dos dados entre setembro de 2022 e setembro de 2024. A comparação das listagens emitidas pela GVISO revela uma redução de 71% no número de repercussões, passando de 2.414 para 695. Observa-se também uma diminuição de 69% no total de famílias que não cumpriram as condicionalidades do Programa Auxílio Brasil/Programa Bolsa Família, reduzindo-se de 1.990 para 608. Esse dado representa 2,8% de famílias beneficiárias do PBF da Regional Norte.

Ao analisarmos os motivos para o não cumprimento da condicionalidade de educação, os resultados revelam uma melhoria significativa na qualificação do registro das justificativas apresentadas pelas famílias, além de uma expressiva redução nos motivos “24a” e “24b”. O motivo 24a (*A escola não sabe/não informou o*

motivo) apresentou uma diminuição de 81%, caindo de 2.032 para 387 ocorrências, enquanto o motivo 24b (*Não foi identificado motivo adequado nesta lista*) reduziu-se em 46%, de 159 para 86.

A partir desta análise, conclui-se que quanto mais qualificadas são as informações, menor é a proporção de situações em que a escola não sabe ou não informou o motivo, ou em que o motivo adequado não foi identificado na listagem. Verifica-se que, à medida que a qualidade das informações aumenta, outros motivos emergem, indicando possíveis situações de desproteção vivenciadas pelas famílias. Isso também revela cenários que apresentam desafios para as políticas de Educação e Assistência Social, como a presença dos motivos “14a” (Desinteresse/Desmotivação pelos estudos), “15a” (Abandono Escolar/Desistência) e “16h” (Negligência dos pais ou responsáveis).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados dessa articulação intersetorial, demonstrados pela comparação entre os dados de setembro de 2022 e setembro de 2024, apontam para uma significativa redução de 71% no número de repercussões e de 69% no número de famílias que não cumpriram as condicionalidades de educação. Além disso, houve uma melhoria na qualidade dos registros, com uma redução acentuada dos motivos “24a” e “24b”, e a identificação de novos fatores de desproteção, como desinteresse pelos estudos e negligência familiar.

Esses avanços evidenciam o impacto positivo da qualificação das informações e do trabalho intersetorial na garantia dos direitos sociais das famílias em situação de vulnerabilidade. No entanto, permanecem desafios para a consolidação das políticas de educação e assistência social, especialmente no que se refere ao enfrentamento de questões mais complexas, como o abandono escolar e a desmotivação para os estudos.

É fundamental destacar que as famílias não podem ser prejudicadas, culpabilizadas ou responsabilizadas pela descontinuidade da transferência de renda do Programa Bolsa Família em virtude de situações de natureza administrativa,

como a falta de registro adequado de suas justificativas no sistema de presença escolar. Por outro lado, o dever das famílias em assegurar o direito das crianças e adolescentes à educação e à saúde vai além das condicionalidades do programa Bolsa Família, pois trata-se de uma responsabilidade fundamental estabelecida por lei.

O processo contínuo de diálogo e articulação entre as diferentes políticas públicas será essencial para garantir que essas famílias recebam o apoio necessário para superar as barreiras ao cumprimento das condicionalidades e, assim, alcançar a proteção social integral. O percurso da transformação está apenas começando, e o compromisso coletivo (família, sociedade e poder público) será essencial para consolidar os avanços alcançados.

REFERÊNCIAS

BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania. Nota Técnica SUASS/DPSB/DPES nº 01, de out. 2022. Belo Horizonte, 2022.

BRASIL. Instrução Normativa nº 10, de 1º de fevereiro de 2022. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social/SENARC/Ministério da Cidadania. Diário Oficial da União, Brasília, 1 fev. 2022. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/instrucao-normativan-10/seds/senarc/mc-de-1-de-fevereiro-de-2022-377456994>. Acesso em 02 de novembro de 2022.

BRASIL. Portaria MC nº 766, de 20 de abril de 2022. Diário Oficial da União, Brasília, 21 abr. 2022. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mc-n-766-de-20de-abril-de-2022-394916932>. Acesso em 02 de novembro de 2022.

Projeto Semeando: Espaço de construção coletiva, participação social e desenvolvimento local

REGIANE BATISTELI MAGALHÃES

Analista de Políticas Públicas
regiane.magalhaes@pbh.gov.br

LUANA APARECIDA ALMEIDA

Analista de Políticas Públicas
luana.a.almeida@pbh.gov.br

RESUMO

O presente relato visa compartilhar a experiência de um projeto potente, construído coletivamente por trabalhadores, comunidade e academia, todos com olhar ao território, suas necessidades e demandas. O Projeto Semeando nasceu do desejo da equipe do CRAS Confisco em revitalizar a horta da unidade, criada por adolescentes da comunidade em 2018, por meio de uma oficina do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Ressalta-se que no Plano de Ação de 2021 foi proposta uma ação comunitária com esse objetivo, contudo, devido às adversidades não pôde ser concluída. Em 2023, essa pauta foi novamente retomada, porém mediante às inúmeras prioridades inerentes ao Trabalho Social com Famílias e Territórios, a equipe do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) juntamente com a coordenação da unidade pactuaram que essa frente seria reformulada com vínculo à dimensão da gestão intersetorial, contribuindo para o fortalecimento e ampliação da rede socioassistencial e intersetorial. O envolvimento da comunidade nas questões climáticas é ponto de destaque para a ação, associada à demanda primordial de geração de renda e fortalecimento dos vínculos comunitários. Destaca-se que o Projeto Semeando se desdobrou posteriormente em outra versão denominada Semeando Mirim, com ênfase nas crianças do território.

INTRODUÇÃO

O território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações de sua existência. (SANTOS, 2011, p.13)

Esse relato tem como ponto de partida um dos eixos estruturantes do SUAS: o território. Nele está o reflexo de uma comunidade, relações concretas onde as múltiplas manifestações das questões sociais saltam aos olhos e provocam a Política de Assistência Social, com base local, a agir de forma estratégica.

Segundo o censo demográfico do IBGE (2010), o território referenciado pelo CRAS Confisco possui 5.675 mil domicílios. Embora esse dado esteja defasado, sabe-se que, junto com o aumento populacional, cresceram também as vulnerabilidades e desproteções sociais. O Projeto Semeando surgiu do desejo da equipe em revitalizar a horta da unidade, por meio de uma ação comunitária. Contudo, na dinamicidade de um “território vivo”, a iniciativa foi impulsionada pela pauta ambiental discutida no território através do Projeto EPIC⁶.

Vale ressaltar que, segundo um estudo de análise de vulnerabilidades, o território do Confisco⁷ é apontado como uma das doze áreas mais vulneráveis de Belo Horizonte cujas condições tendem a se agravar com o avanço das mudanças climáticas. Diante dessa realidade, o Programa COMPasso (EPIC) inseriu-se no território, apontando “soluções verdes” como uma das melhores estratégias para o enfrentamento das ilhas de calor em áreas urbanas, bem como para a geração de renda e melhoria da qualidade de vida da população local.

⁶ O Programa COMPasso (EPIC- *Educational Partnerships for Innovation in Communities Network*) coloca-se como uma resposta à dificuldade de governos locais no provimento de soluções adequadas e inovadoras aos temas de interesse das suas comunidades. Atuando por meio de uma parceria de universidades com os governos locais, na qual o corpo discente daquelas é colocado a serviço para implementação de projetos que, alinhados com os cursos existentes e atuando de maneira concertada com as estruturas públicas, pretende produzir impactos duráveis e sustentáveis com benefícios efetivos para todos os envolvidos.

⁷ CONFISCO CRIATIVO é um território formado pelas comunidades do Arvoredo II, Braúnas, Conjunto Confisco, Estrela Dalva, Itatiaia, Nacional, Paquetá, Parque Turistas, Recanto da Pampulha, São Mateus, Santa Terezinha, Serrano, Tijuca, Urca, Vila Itália e Vila Francisco Mariano, com quase 25.000 moradores.

Com a finalidade de promover a integralidade da proteção social, para a execução dos Projetos Semeando e Semeando Mirim, buscou-se articular com a rede socioassistencial, intersetorial, interinstitucional e comunitária. A proposta foi mobilizar e engajar a comunidade na discussão das temáticas mencionadas, refletindo sobre alternativas de inclusão social e econômica, além do fortalecimento dos vínculos comunitários.

DESENVOLVIMENTO

Em 2023, a unidade socioassistencial CRAS Confisco implantou o Projeto Semeando que tem como perspectiva promover a sustentabilidade em nível comunitário com ênfase no desenvolvimento das seguranças socioassistenciais de autonomia, convívio familiar e comunitário e renda.

Conforme já mencionado, o Projeto Semeando nasceu alinhado aos princípios do EPIC/COMPasso e sua execução se deu em parceria com o Projeto Acorda Confisco Criativo, Consominas, Jardim Zoológico (Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica) e GEFAU (Gerência de Fomento à Agricultura Familiar e Urbana). A proposta inicial era de consolidação de um grupo comunitário por meio do fortalecimento dos vínculos, conscientização, sensibilização, educação ambiental, protagonismo, desenvolvimento do sentimento de pertencimento e solidariedade. Como recurso prático utilizou-se da Unidade Produtiva Institucional Pública⁸ (horta institucional) e, como metodologia, a promoção de um espaço dialógico com ênfase na convivência, conforme preconiza o caderno metodológico da Proteção Social Básica da Assistência Social do município de Belo Horizonte.

Posteriormente, o projeto passaria a atender um escopo mais amplo e robusto utilizando o recurso da **Unidade Produtiva Comunitária**⁹, cujo edital junto à

⁸ **Unidade Produtiva Institucional Pública:** unidade produtiva vinculada à equipamento público de gestão municipal, em que a produção e gestão sejam realizadas por servidores/as públicos/as e usuários da instituição em espaços relacionados ao equipamento ou órgão público. Exemplos: cultivos em escolas, centros de saúde, CRAS, centros culturais, penitenciárias, e demais equipamentos públicos.

⁹ **Unidades Produtivas Comunitárias:** são espaços de cultivo que têm o objetivo de promover a produção de alimentos saudáveis, a geração de renda e o desenvolvimento local sustentável,

Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional já havia sido respondido pela UEMG através do Projeto Acorda Confisco Criativo. Após a implantação desta modalidade de Horta o espaço do atual coletivo Semeando passaria a funcionar como viveiro para produção de mudas.

A fim de garantir um registro histórico, é importante destacar que foram realizados 28 encontros presenciais ao longo de 2023 com usuários da Política de Assistência Social e, em alguns deles, com a participação de integrantes da rede intersetorial e institucional. Por meio da troca de experiências e vivências entre os participantes das oficinas foi possível trabalhar as dimensões da convivência, educação ambiental e da economia solidária, especialmente na temática de geração de renda.

No período de janeiro a dezembro, o grupo se reuniu inicialmente todas as semanas e, posteriormente, quinzenalmente, nos encontros denominados “Bate Bola”, destinados ao planejamento e organização das ações de cuidado cotidiano com a horta, à resolução de problemas e às práticas formativas. Além dos encontros presenciais, foi criado um grupo de comunicação digital para troca de informações, envio de comunicados, organização das agendas de cuidado e demais tarefas relacionadas à horta.

Na gestão da horta, com base nos princípios de equidade e solidariedade e tendo como missão “Promover o intercâmbio entre talentos e necessidades da comunidade de forma responsiva baseada nos valores universais do Bem Viver”, foi instituído um sistema de pontuação chamado Banco do Tempo, implementado pela mestranda da UEMG, Daniela Cipriano, e integrante do Projeto Acorda Confisco Criativo. A “moeda” era o tempo de serviço prestado, sendo proibida a valoração diferente daquela referente ao tempo efetivo de dedicação. Os créditos em “moeda-tempo” adquiridos pelos serviços prestados podiam ser utilizados na aquisição das hortaliças produzidas.

Vale ressaltar que o grupo criou ainda a “poupança solidariedade” na qual quem possuía mais “moedas” doava o valor a outro integrante que, por algum

contribuindo para a segurança alimentar e nutricional da população e para potencializar a coletividade nas comunidades.

motivo não pôde se dedicar à horta no referido mês, garantindo que todos pudessem colher os frutos do trabalho coletivo.

Em determinado momento a produção se intensificou e o coletivo percebeu a possibilidade de geração de renda com a venda dentro da própria comunidade. O valor arrecadado foi revertido em insumos e materiais para o próprio Projeto.

Destaca-se que, ao longo do ano, a metodologia do Projeto também contemplou a dimensão formativa e, em parceria com a rede, foram realizadas oficinas com temáticas relacionadas ao cultivo, como combate a pragas, adubação natural com produção caseira de composteiras e fabricação de temperos.

Entretanto também houve desafios, relevantes para o aprimoramento do trabalho desenvolvido. A manutenção da assiduidade dos participantes, tanto nas tarefas cotidianas da horta quanto gerou reflexões sobre estratégias de fomento à participação, análise de interesse e disponibilidade de tempo, considerando que muitos integrantes precisaram se ausentar ou reduzir a frequência diante da necessidade de inserção no mercado de trabalho. Em contrapartida, a continuidade do coletivo e da produção exige dedicação constante dos usuários. Como avançar, então, nesta dialética?

Frente às diversas questões, somadas à piora de saúde de alguns integrantes e ao afastamento da rede interinstitucional por motivos particulares, em outubro de 2023, após dez meses de execução, o Projeto Semeando se viu enfraquecido e, a partir do mês de novembro, permaneceu na ativa somente com dois integrantes da comunidade que mantiveram a horta viva e o projeto “respirando”.

No entanto, a composição inicial do Projeto por vezes dialogava sobre a importância em trazer as crianças da comunidade para essa ação preventiva sob várias óticas. Desta forma, para aumentar o engajamento na participação da comunidade, foi idealizado o projeto Semeando Mirim, em parceria com a Escola Municipal Anne Frank (EMAF), Projeto Verena (rede socioassistencial) e membros da comunidade local.

A nova estratégia consistiu em criar uma nova rota de participação, desta vez envolvendo as crianças como agentes de estímulo às famílias, além de formar desde cedo um olhar voltado ao meio ambiente e à sustentabilidade. Essa abordagem considera que a sustentabilidade está relacionada ao equilíbrio, à justiça social, à resiliência, à autonomia e ao uso consciente dos recursos naturais, sem comprometer o bem-estar das futuras gerações.

Com a bagagem dos profissionais da EMAF, do Projeto Verena e da comunidade, o Projeto Semeando Mirim foi sendo construído coletivamente, a muitas mãos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão do território e de seus processos dinâmicos é fundamental para a identificação de estratégias voltadas à organização de ações e serviços que enfrentam os problemas e atendam às necessidades da população. Ao entender as particularidades e desafios locais, torna-se possível desenvolver abordagens mais adequadas e eficazes.

A territorialização e a intersetorialidade são pressupostos da Política de Assistência Social, e os projetos aqui relatados buscaram materializar esses princípios na prática, atenuando o trabalho fragmentado e promovendo um processo de mudança sustentado por soluções construídas de forma integrada.

Todos os planejamentos tiveram como propósito envolver os participantes, especialmente os usuários, de modo que se apropriassem do processo e se percebessem como pertencentes e protagonistas dessa trajetória. Nesse sentido, em uma análise qualitativa, é possível afirmar que algumas das aquisições pretendidas foram alcançadas.

A horta comunitária, embora não tenha se consolidado plenamente, provocou importantes reflexões sobre o desafio de conectar-se à demanda coletiva da comunidade de forma mais ampla. Observou-se, contudo, que o Projeto Semeando foi bem-sucedido na medida em que aqueles que participaram demonstraram desejo, engajamento e sentimento de pertencimento. A participação era livre e

aberta, e cada um contribuía com o que podia, seja tempo, trabalho ou compartilhamento de saberes.

Enquanto horta institucional, ter como referência um trabalhador do CRAS que também é morador local fez toda a diferença, pois aproximou as relações e contribuiu para sua horizontalização.

Quanto ao Projeto Semeando Mirim, este permanece em execução, com previsão de encerramento no mês de novembro. A convivência com as diferentes formas de organização das políticas e instituições envolvidas tem representado um desafio para o cumprimento do cronograma estabelecido. No entanto, tem sido surpreendente observar o comprometimento e a dedicação das crianças, tanto nas discussões temáticas quanto no cuidado com a horta. Elas resgatam experiências do cotidiano, aprendem e compartilham conhecimentos, fortalecendo o aprendizado coletivo.

Espera-se que essas crianças se tornem multiplicadoras, estimulando não apenas suas famílias, mas também a comunidade, a buscar transformação e engajamento nas mudanças propostas.

REFERÊNCIAS

SANTOS, Milton. (2011). O dinheiro e o território. In M. Milton et al. (Orgs.), *Território, territórios: Ensaio sobre o ordenamento territorial* (pp. 13-21). Rio de Janeiro: Lamparina.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010). Censo Demográfico 2010: resultados gerais da amostra/resultados do universo. Recuperado de <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados>

ANEXO - REGISTROS FOTOGRÁFICOS



Figura X: Projeto Semeando
Fonte: Arquivo pessoal das autoras



Figura X: Projeto Semeando
Fonte: Arquivo pessoal das autoras



Figura X: Projeto Semeando
 Fonte: Arquivo pessoal das autoras

Apresentação aos educadores



Figura X: Projeto Semeando
 Fonte: Arquivo pessoal das autoras



Figura X: Projeto Semeando
Fonte: Arquivo pessoal das autoras



Figura X: Projeto Semeando
Fonte: Arquivo pessoal das autoras



Figura X: Projeto Semeando
 Fonte: Arquivo pessoal das autoras



Figura X: Projeto Semeando
 Fonte: Arquivo pessoal das autoras



Figura X: Projeto Semeando
Fonte: Arquivo pessoal das autoras



Figura X: Projeto Semeando
Fonte: Arquivo pessoal das autoras



Figura X: Projeto Semeando
Fonte: Arquivo pessoal das autoras



Figura X: Projeto Semeando
Fonte: Arquivo pessoal das autoras



Figura X: Projeto Semeando
Fonte: Arquivo pessoal das autoras



Figura X: Projeto Semeando
Fonte: Arquivo pessoal das autoras

Tecendo a Rede no Morro das Pedras: Uma experiência de ação e conexão de laços construídos em rede

FERNANDA PANTUSO

Coordenação do CRAS Graça Saboia Morro das Pedras
fernandapantuso@pbh.gov.br

RESUMO

O presente trabalho aborda a atuação da coordenação do CRAS Graça Saboia Morro das Pedras na gestão territorial da unidade socioassistencial da Proteção Social Básica (PSB). Tem como objetivo apresentar o papel da coordenação nessa função essencial estabelecida pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), voltada ao fortalecimento da rede territorial e à ampliação da proteção social às famílias referenciadas pelo CRAS. A gestão territorial tem favorecido o fortalecimento da rede no território do Morro das Pedras, estimulando a criação de conexões entre as instituições, o diálogo sobre os fenômenos locais e o desenvolvimento de ações conjuntas. Esse processo culminou na construção coletiva de uma campanha voltada ao combate ao trabalho infantil e à exploração sexual de crianças e adolescentes, com foco na garantia e na defesa de direitos, além da prevenção de situações de violação. A realização da campanha em articulação com a rede resultou em importantes produtos e ações de conscientização das famílias, fortalecendo a promoção e a proteção dos direitos de crianças e adolescentes.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta a atuação da coordenação do CRAS Graça Saboia Morro das Pedras na condução da gestão territorial desenvolvida pela unidade. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) possui como um de seus princípios a territorialização, que é fundamental para a identificação das desigualdades sociais existentes, das vulnerabilidades vivenciadas pelas famílias,

das potencialidades locais e das entidades socioassistenciais e intersetoriais presentes no território.

Segundo o Caderno de Orientações Técnicas do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS (BRASIL, 2009):

(...) a função de gestão territorial compreende a articulação da rede socioassistencial de proteção social básica referenciada ao CRAS; a promoção da articulação intersetorial e a busca ativa, todas realizadas no território de abrangência dos CRAS. (p. 21)

A gestão territorial responde ao princípio da descentralização do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sendo uma função de extrema importância para a política pública de Assistência Social, pois visa integrar atores e instituições locais que atuam no território. Executada pelo coordenador do CRAS, essa gestão busca efetivar o referenciamento de instituições e famílias à unidade, criando conexões e estabelecendo redes que promovam a integralidade da atenção.

De acordo com as normativas nacionais do SUAS, a gestão territorial é caracterizada pela articulação da rede socioassistencial básica referenciada ao CRAS, pela promoção da intersetorialidade e pela realização da busca ativa (BRASIL, 2009). No âmbito do CRAS Graça Saboia Morro das Pedras, a gestão territorial tem sido organizada e executada por meio da constituição de reuniões da rede local que se caracterizam como espaços de discussão dos fenômenos do território, em que se analisa casos concretos e promove-se o diálogo e a integração entre as instituições.

Em 2024 foram identificados fenômenos de desproteção envolvendo crianças e adolescentes, o que demandou uma atuação conjunta entre as políticas públicas socioassistenciais e intersetoriais, com o objetivo de prevenir situações de violação de direitos e fortalecer a atuação integrada das instituições envolvidas. Parte-se da compreensão de que a atuação integrada contribui significativamente para a eficácia da proteção social, rompendo com o padrão fragmentado das ações e fortalecendo o caráter coletivo e articulado da intervenção no território.

DESENVOLVIMENTO

A gestão territorial no CRAS tem sido desenvolvida, entre outras ações, por meio da realização de reuniões mensais com duração de até três horas, envolvendo a rede socioassistencial e intersetorial local. As reuniões ocorrem de forma itinerante e seguem um cronograma anual construído coletivamente com a rede, mantendo flexibilidade para ajustes conforme as necessidades das instituições.

No primeiro semestre de 2024, observou-se o agravamento de situações de desproteção social envolvendo crianças e adolescentes, o que passou a ser pauta recorrente nas reuniões de rede. Nessas discussões, buscou-se compreender as violações de direitos identificadas no território, com destaque para o trabalho infantil e a violência sexual.

A partir dos relatos das instituições participantes, como escolas municipais, entidades socioassistenciais e programas de prevenção à criminalidade local, iniciou-se o planejamento de atividades coletivas voltadas às famílias, com o objetivo de promover a conscientização e o fortalecimento da rede de proteção pública destinada a crianças e adolescentes. O planejamento integrado mostrou-se pertinente para a rede e, com a participação de nove instituições locais, culminou na realização de uma ação comunitária na modalidade de campanha, denominada “Ação Integrada Rede Morro das Pedras: Pela garantia de direitos da criança e do adolescente.” O evento foi realizado no CRAS, em horário noturno (às 18h), com o intuito de ampliar a participação dos usuários.

A campanha foi planejada e executada coletivamente com a rede, sendo organizada em etapas e com divisão de responsabilidades entre as instituições envolvidas:

- Definição da data e do horário da ação;
- Planejamento da atividade, com indicação das famílias e usuários convidados por cada serviço ou instituição;
- Criação de um folder de convite, observando as restrições do período eleitoral;
- Elaboração de um material informativo (“mosquitinho”) a ser distribuído às famílias, com os contatos das instituições que compõem a rede de proteção;

- Organização do lanche, providenciado colaborativamente por cada instituição e servido durante a atividade;
- Abertura do evento, com acolhimento das famílias e breve fala sobre a importância da temática;
- Apresentação da oficina de percussão do programa Fica Vivo!;
- Apresentação artística voltada às crianças presentes;
- Divisão das famílias em dois grupos temáticos, para discussão das desproteções relacionadas ao trabalho infantil e à exploração sexual de crianças e adolescentes. Cada grupo participou da atividade por aproximadamente 40 minutos, sendo posteriormente feita a alternância entre os grupos;
- Condução das discussões realizada por profissionais da rede previamente designados durante o planejamento;
- Encerramento da atividade;
- Avaliação conjunta da ação, com participação dos usuários e da rede local.

Durante a campanha, as famílias demonstraram desconhecer algumas formas de trabalho infantil e destacaram a importância da roda de conversa realizada. Destaca-se a fala de um usuário que ressaltou sobre as consequências da violência sexual sofrida por crianças e adolescentes, reforçando sobre os traumas e impactos que provocam em suas vidas.

Observou-se que a ação comunitária atingiu o objetivo proposto, promovendo reflexão sobre os direitos de crianças e adolescentes e orientando as famílias acerca da rede de proteção social disponível. A realização dessa ação, a partir do planejamento e da execução conjunta da rede local, por meio da gestão territorial conduzida pelo coordenador do CRAS, contribuiu para o fortalecimento da rede, o debate coletivo dos fenômenos sociais e a superação de práticas individualizadas e fragmentadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho de gestão territorial desenvolvido evidenciou a relevância da atuação do coordenador do CRAS como gestor responsável pela organização,

planejamento e execução das ações no território. A atuação integrada entre as instituições socioassistenciais e intersetoriais tem fortalecido a rede local, promovendo a criação de conexões e vínculos entre as instituições de forma horizontal, além de favorecer o referenciamento dessas instituições ao CRAS.

A campanha planejada, organizada e conduzida coletivamente pelas instituições locais demonstrou que as situações de desproteção presentes no território impactam diretamente as famílias, exigindo a atuação articulada das políticas públicas. Essa experiência reforça a importância de se refletir sobre estratégias conjuntas diante das situações de vulnerabilidade e risco social.

A avaliação da ação integrada realizada pelos profissionais que compõem a rede contribuiu para a melhoria das condições de vida das famílias, possibilitando reflexão sobre os direitos de crianças e adolescentes e ampliando o conhecimento acerca da rede de proteção existente para esse público, fortalecendo, assim, a constituição da rede de proteção social. Por fim, a promoção da integração socioassistencial e intersetorial, que resultou nas atividades coletivas realizadas no território do CRAS Graça Saboia Morro das Pedras, proporcionou o compartilhamento de objetivos comuns e a articulação com outras políticas públicas. Essa integração teve como pressuposto a garantia da integralidade da atenção aos usuários em situação de vulnerabilidade e risco social, contribuindo para o fortalecimento da proteção social no território.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Brasília, 2009.



Foto 1: Apresentação Fica Vivo



Foto 2: Oficinas com as crianças

Figura X: Integrada Rede Morro das Pedras: Pela Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, em 2024

Fonte: Arquivo pessoal da autora



Foto 3: Abertura do evento: acolhimento



Foto 4: Oficina de reflexão

Figura X: Integrada Rede Morro das Pedras: Pela Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, em 2024

Fonte: Arquivo pessoal da autora

CATEGORIA 2: GESTÃO TERRITORIAL

EIXO 2.3. Busca Ativa

Cras Na Rua: Experiência de deslocamento da equipe do cras para o território

FLÁVIA ZARATTINI AMORIM

Analista de Políticas Públicas
cras.granjadefreitas@pbh.gov.br

ALESSANDRA ÁUREA LAGE

Analista de Políticas Públicas
alessandra.aurea@pbh.gov.br

GLACIONE XAVIER DE LIMA

Analista de Políticas Públicas
glacione.xavier@pbh.gov.br

ISABELA ROMANI

Analista de Políticas Públicas
isabela.roman@pbh.gov.br

MARIANA ANDRADE DE OLIVEIRA

mariana.andrade@pbh.gov.br

RESUMO

Esta experiência tem como objetivo apresentar uma ação construída em resposta às angústias da equipe técnica diante do esvaziamento das atividades coletivas realizadas no CRAS Granja de Freitas. O projeto “CRAS na Rua” foi sendo desenvolvido gradualmente, a partir da prática, da reflexão e da avaliação contínua, até alcançar um formato que a equipe considera promissor, tendo em vista que aponta caminhos para resultados positivos junto à população atendida. Os resultados observados indicam um percurso de possibilidades, sem desconsiderar os desafios que permanecem e que impulsionam o aperfeiçoamento das ações.

INTRODUÇÃO

Este relato tem como objetivo apresentar a experiência de trabalho do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) do CRAS Granja de Freitas na busca por estratégias de aproximação com o território e de mobilização da população para a participação nas ações desenvolvidas na unidade socioassistencial. Trata-se de uma construção coletiva, elaborada a partir das estratégias possíveis para o fortalecimento e o desenvolvimento do trabalho social com famílias.

DESENVOLVIMENTO

O objetivo desta proposta de trabalho é compartilhar uma metodologia construída coletivamente pela equipe técnica como alternativa diante do esvaziamento das atividades realizadas dentro da unidade. A ação, denominada “CRAS na Rua”, surgiu a partir de uma reunião da equipe técnica em que a temática da mobilização já se encontrava esgotada frente aos recursos disponíveis naquele momento. Dessa forma, definiu-se a busca ativa como estratégia de resposta, de forma que a equipe técnica se disponibilizasse a estar no território para ouvir as famílias, divulgar as atividades e incentivar a participação comunitária.

No início da ação, a experiência foi vivenciada de forma mais espontânea, utilizando-se de uma estrutura simples composta por mesas, cadeiras e panfletos, com o objetivo de dialogar com a população. Desde o princípio, a ação foi planejada com a presença da equipe completa no território, incluindo coordenação, equipe técnica, entrevistadora do CadÚnico e adolescentes trabalhadores. A equipe administrativa permanecia na unidade, oferecendo suporte e mantendo a comunicação sobre o local onde a atividade estava sendo realizada.

Com o tempo, a partir da avaliação dos impactos e dos aprendizados obtidos, a equipe aperfeiçoou o formato da ação, ampliando também seus objetivos iniciais. Assim, a metodologia passou a incluir a escolha prévia do local, com análise dos espaços públicos do território que concentram circulação de pessoas como praças, quadras e áreas de convivência.

É importante ressaltar que o bairro Granja de Freitas apresenta uma divisão simbólica reconhecida pela própria população: um lado com maior oferta de serviços e comércios (Rua São Vicente e entorno) e outro com menor disponibilidade desses recursos (Rua Olaria, Dinis Dias e imediações). Essa marcação territorial é considerada no planejamento da ação, sendo realizado um revezamento entre os dois lados do bairro.

Após a escolha do local, é realizado um levantamento das referências comunitárias da região e das famílias atendidas pelo CRAS, com o intuito de apresentar a proposta e iniciar o processo de mobilização. Também é realizada uma visita técnica para avaliar, junto aos atores locais, o espaço mais adequado para a realização da atividade, considerando questões estruturais como energia elétrica, sombra e pontos de apoio.

No dia da ação, é proposta uma atividade coletiva com foco em uma temática relevante, na perspectiva da garantia de direitos, utilizando metodologias que favoreçam a participação de todos os presentes. É organizada uma estrutura simples, com cadeiras para os participantes, caixa de som, microfone e lanche coletivo para os envolvidos na atividade.

Como resultado, a equipe avalia que houve maior aproximação com o território em sua diversidade, considerando que a ação é realizada mensalmente de forma itinerante em diferentes locais. Também destaca-se o fortalecimento do vínculo com as referências comunitárias, que passaram a se reconhecer como parte do processo e corresponsáveis pelo desenvolvimento da ação em si.

A participação nas atividades tem se mostrado um indicador relevante do alcance da população, com média de 15 participantes por encontro, podendo chegar a 30 pessoas. O uso de metodologias participativas que incentivam a escuta e a participação, demonstram que a população tem o desejo de ser ouvida e que a realização das atividades no território cria oportunidades de convivência, diálogo e aprendizagem coletiva.

Essa experiência tem se mostrado uma estratégia efetiva de divulgação do trabalho coletivo realizado pelo CRAS, além de mobilizar a comunidade para a participação nas ações. Também se constitui como um espaço de apresentação dos

objetivos e serviços da Política de Assistência Social, indo para além da concessão de benefícios, destacando a importância do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários como eixo central da atuação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O CRAS na Rua tem se mostrado uma ação significativa no território do CRAS Granja de Freitas, tanto pelo seu potencial de mobilização do público-alvo quanto pelo envolvimento da equipe em sua execução. O esforço coletivo empregado na realização da atividade se revela um importante potencializador do trabalho da equipe, favorecendo o enfrentamento das dificuldades individuais no manejo com grupos e ampliando a percepção sobre o alcance e os resultados que essa ação pode gerar.

Muitos são os desafios que se colocam no cotidiano do trabalho social desenvolvido pela equipe do PAIF, especialmente diante da necessidade de garantir a integralidade das ações e a articulação entre serviços, programas, projetos e benefícios. Ainda assim, estar no território com uma proposta de ação que recebe retorno positivo da população renova a energia da equipe para a continuidade do trabalho cotidiano. Além disso, possibilita uma compreensão mais próxima da realidade local, contribuindo para o processo de micro vigilância e planejamento territorial. Apresenta-se como desafio a análise dos resultados da mobilização provocada pela ação dentro do próprio CRAS, sendo necessário desenvolver indicadores específicos que permitam acompanhar e avaliar de forma mais precisa os impactos e resultados alcançados.

CATEGORIA 3: FOMENTO A PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

EIXO 3.1 Fortalecimento da participação social e controle social

Clas Regional Norte: A palavra, a vez, a voz, a autonomia e a resistência.

ERIKA ANDRESSA SAMPAIO DA SILVA

Serviço de Proteção Social Básica Regional Norte
erikasampaio@pbh.gov.br

EWERTON HERALD PINTO SILVA

Coordenação de Proteção Social e Cidadania
everton.psilva@pbh.gov.br

KARINE NERY FERNANDES SILVA

Equipe do Cadastro Único/Transferência de Renda
nerykarine@pbh.gov.br

KLEITON DE SOUZA AGUILAR

Comissão Local de Assistência Social
kleiton4005@gmail.com

THAÍS CROKO CAPUTO

Serviço de Proteção Social Básica Regional Norte
thaisccaputo@pbh.gov.br

RESUMO

O artigo analisa a atuação da Comissão Local de Assistência Social (CLAS) da Regional Norte de Belo Horizonte, instância consultiva de participação e controle social prevista na Lei Municipal nº 10.836/2015. O texto descreve como a CLAS se configura como espaço de diálogo, escuta e mobilização, promovendo o protagonismo de usuárias/os, trabalhadoras/es e gestoras/es na construção da Política de Assistência Social. O objetivo é compreender o papel da Comissão no fortalecimento da participação popular, identificar desafios como limitações materiais para o engajamento contínuo e os custos operacionais para sua manutenção, e apresentar as estratégias usadas para ampliar a participação, como processos formativos e ferramentas digitais. O artigo destaca ainda os principais resultados alcançados, como a ampliação de equipes técnicas, recomposição de recursos,

conquistas referentes ao AVISE e fortalecimento do sentimento de pertencimento, concluindo que a CLAS é um espaço essencial de resistência, formação e democratização da Assistência Social no território.

INTRODUÇÃO

A Comissão Local de Assistência Social (CLAS) da Regional Norte, em Belo Horizonte, é uma instância essencial de participação e controle social na Política de Assistência Social, instituída pela Lei Municipal nº 10.836/2015 e regulamentada pela Resolução CMAS/BH nº 34/2020. Trata-se de um espaço consultivo que promove a interação entre cidadãs, cidadãos e o poder público, permitindo que as necessidades e demandas locais sejam consideradas no planejamento e na execução das ações socioassistenciais. Atuando em prol de uma sociedade mais justa, a CLAS tem se consolidado como um importante canal de mobilização e resistência diante dos desafios sociais, viabilizando o diálogo entre usuárias e usuários do SUAS/BH, trabalhadoras e trabalhadores, gestoras e gestores e representantes da sociedade civil sobre os rumos da Política de Assistência Social.

Mais do que um espaço informativo, a CLAS se configura como um ambiente de escuta e valorização das vozes da comunidade, fortalecendo a autonomia, a participação e a resistência de seus membros. No território da Coordenação de Proteção Social e Cidadania (CPSC) da Regional Norte, a CLAS estimula o engajamento coletivo na defesa de direitos e na promoção da inclusão social.

As reuniões da CLAS, tanto as ordinárias quanto as extraordinárias, realizadas de forma presencial ou virtual, abordam temas prioritários como, por exemplo, a ampliação dos CRAS e o fortalecimento das equipes técnicas. Essa participação ativa tem gerado resultados expressivos, como o fortalecimento do sentimento de pertencimento e o empoderamento dos cidadãos, além de contribuir para o aprimoramento da Política de Assistência Social, tornando-a mais conectada às necessidades reais da população.

Atuando na perspectiva de uma sociedade mais justa e inclusiva, a CLAS Regional Norte tem se consolidado como um canal de mobilização e resistência

diante dos desafios sociais, assegurando que usuárias e usuários do SUAS/BH, trabalhadoras e trabalhadores, gestoras e gestores, bem como representantes da sociedade civil, possam dialogar sobre os rumos da Assistência Social e fortalecer a luta por direitos no território.

DESENVOLVIMENTO

A CLAS Regional Norte, em Belo Horizonte, é mais do que um canal de informação às usuárias e aos usuários do SUAS/BH, constitui-se em uma arena onde a palavra, a vez e a voz de cada participante são amplificadas, fomentando a autonomia dos sujeitos e a resistência frente aos desafios sociais e econômicos que permeiam o contexto local. Ao longo de sua trajetória, tem garantido que os cidadãos tenham acesso à informação e à formação necessárias para compreender os processos da Assistência Social e, assim, exercerem sua cidadania de forma plena e consciente.

Na Regional Norte, território da Coordenação de Proteção Social e Cidadania (CPSC), a atuação da CLAS destaca-se pelo engajamento das pessoas na defesa de direitos, na promoção da inclusão social e, sobretudo, na luta constante pelo fortalecimento da Política de Assistência Social. A participação popular e democrática na CLAS tem sido essencial para assegurar que as ações da Assistência Social sejam efetivas e coerentes com as necessidades da população em nível local.

Enquanto instância consultiva, a CLAS atua de modo a integrar as perspectivas de usuárias, usuários e trabalhadores na formulação, execução e monitoramento da política de Assistência Social. Essa dinâmica não apenas fortalece o diálogo entre governo e sociedade, mas também permite que os cidadãos desenvolvam uma compreensão mais ampla sobre seus direitos e sobre as formas de acessá-los.

Em cada reunião da CLAS, constrói-se coletivamente um espaço de valorização da escuta qualificada e do diálogo, no qual toda voz tem relevância. Esse processo representa um caminho essencial para a promoção da autonomia e

reforça a necessidade de políticas públicas que dialoguem com as realidades locais. A CPSC, que enfrenta desafios sociais significativos, encontra na CLAS uma plataforma de luta e resistência. A autonomia proporcionada por esse espaço de participação social refere-se não apenas à capacidade de tomar decisões, mas também à construção de redes de apoio que fortalecem a superação das adversidades. A resistência, por sua vez, é um ato coletivo e contínuo, que possibilita o enfrentamento de questões como exclusão social, pobreza e violação de direitos.

Nesse sentido, a CLAS Regional Norte representa a força de uma política comprometida com a inclusão e a justiça social, ao mesmo tempo que empodera seus usuários. A Comissão segue as diretrizes da Resolução nº 034/2020 do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS/BH), mantendo articulação permanente com o Conselho Regional de Assistência Social (CORAS) e com o próprio CMAS/BH em uma via de mão dupla. Por meio de seus representantes, tem pautado no CORAS os problemas locais relacionados à execução dos serviços e defendido a inclusão de temas no CMAS/BH.

Outro aspecto importante é o planejamento anual, no qual são definidas os cronogramas das reuniões e as pautas prioritárias, como a ampliação dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) na Regional Norte, o fortalecimento das equipes técnicas do Serviço de Proteção Social Básica Regional (SPSBR), a recomposição da equipe do Cadastro Único/Transferência de Renda (CAD/TR), o reajuste e a recomposição dos recursos destinados ao Programa Mala de Recursos Lúdicos (PMRL), o reajuste do valor do Benefício Eventual Auxílio por Vivência de Insegurança Social (AVISE) e a solicitação de melhorias estruturais, como cadeiras ergonômicas para as equipes da CPSC Norte. As deliberações da Comissão são formalizadas e submetidas à apreciação do CORAS Norte e, posteriormente, encaminhadas ao CMAS/BH.

A CLAS conta com o apoio de duas técnicas do SPSBR-N, uma técnica do CAD/TR, estagiários e o Coordenador de Proteção Social e Cidadania. Esses profissionais e estagiários são responsáveis pela elaboração dos convites, contato com os usuários, organização do lanche, registro de presença, sistematização das

reuniões e lançamento das informações na planilha de controle compartilhada com o CMAS/BH, além de outras atividades administrativas e de apoio.

As estratégias de mobilização incluem contatos telefônicos, convites durante ações coletivas e individualizadas e o uso de ferramentas contemporâneas, como vídeos, podcasts e um grupo de WhatsApp. Esse grupo tem se mostrado uma importante ferramenta de comunicação com os integrantes da Comissão, funcionando não apenas para o envio de informações, mas também como um espaço de diálogo, reflexão e orientação sobre a Política de Assistência Social.

Nos últimos dois anos, diversas ações foram realizadas em torno de pautas estruturantes, como a ampliação do número de CRAS na Regional Norte, o aumento das equipes técnicas do SPSBR-N e a recomposição da equipe do CAD/TR. Entre as principais iniciativas destacam-se o recolhimento de mais de 1.100 assinaturas em carta de reivindicação da população, a participação em sessões plenárias do CMAS/BH, na pré-conferência e na Conferência Municipal de Assistência Social, além de encontros com o Prefeito e com o Secretário Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania (SMASAC).

A CLAS também atuou ativamente na defesa do reajuste e da ampliação do Benefício Eventual AVISE, apresentando propostas em conferências regionais e pautando o tema no CORAS-N. Após deliberação, a matéria foi submetida ao CMAS/BH, fomentando o debate e fortalecendo a política de benefícios eventuais. Outro ponto de destaque foi a reivindicação pelo reajuste e recomposição dos recursos destinados ao Programa Mala de Recursos Lúdicos (PMRL) em 2023. Essa demanda surgiu após a apresentação do programa em reunião ordinária, quando os integrantes da CLAS elaboraram um documento de reivindicação encaminhado ao CORAS-N e posteriormente apreciado pelo CMAS/BH.

Entre os resultados alcançados, destacam-se a ampliação da equipe técnica do SPSBR-N, a recomposição dos recursos destinados ao PMRL e a aprovação, pelo CMAS/BH, do reajuste do Benefício Eventual AVISE, com inclusão da medida na Lei Orçamentária Anual (LOA) e na revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) para 2025.

A participação popular e democrática na CLAS Regional Norte traz tanto custos quanto ganhos, tanto para os cidadãos quanto para o poder público. Entre os custos, ressaltam-se o tempo e o esforço necessários para o engajamento contínuo dos participantes, especialmente daqueles em situação de vulnerabilidade, que muitas vezes precisam conciliar a participação com suas demandas de subsistência. Há também desafios logísticos, como deslocamento e falta de recursos para transporte. Para o poder público, a manutenção da CLAS envolve custos operacionais como infraestrutura para reuniões, materiais informativos, recursos humanos e concessão de vale-transporte e alimentação para garantir o funcionamento das atividades.

No entanto, os ganhos decorrentes dessa participação superam amplamente os investimentos realizados. Ao oferecer voz e espaço para os cidadãos nas decisões da Assistência Social, a CLAS promove uma política mais eficaz e alinhada às necessidades reais da população. Para ampliar o protagonismo e a participação dos usuários, diversas estratégias têm sido adotadas, entre elas processos formativos voltados à ampliação do conhecimento sobre direitos sociais, políticas públicas e mecanismos de controle social, permitindo uma participação mais consciente e qualificada.

Nesse contexto, destaca-se a agenda de formação sobre o sistema e o ciclo orçamentário de Belo Horizonte, tema central em três reuniões da CLAS ao longo de 2024. Essa formação proporcionou uma compreensão mais aprofundada das etapas de planejamento e execução orçamentária, esclarecendo como são definidas prioridades e alocados os recursos da Assistência Social. A partir desse aprendizado, os participantes desenvolveram uma visão mais crítica e informada, fortalecendo sua atuação na defesa e monitoramento da política pública.

A livre circulação da palavra nas reuniões garante igualdade de oportunidade para a expressão de ideias, promovendo um ambiente de escuta, respeito e construção coletiva. O uso de tecnologias como o grupo de WhatsApp tem se mostrado uma ferramenta eficaz, permitindo trocas contínuas e fortalecendo a articulação fora do ambiente formal das reuniões. Além disso, a definição coletiva das pautas assegura que os temas discutidos reflitam os interesses e necessidades da população. Quando os próprios usuários assumem a presidência das reuniões,

ocorre o fortalecimento do protagonismo e da autonomia, valorizando seu papel no exercício do controle social. Embora tais estratégias exijam investimentos em tempo e recursos, os ganhos obtidos com a ampliação da participação e do protagonismo dos usuários demonstram que a CLAS Regional Norte é um espaço vivo de exercício democrático, de resistência e de fortalecimento da Política de Assistência Social no território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das conquistas alcançadas, a CLAS ainda enfrenta desafios importantes, entre eles o fortalecimento de seu papel consultivo e a necessidade de maior integração com outras políticas públicas. Também se faz urgente a implementação das CLAS Itinerantes, como estratégia para aproximar esses espaços da população residente em bairros mais distantes, garantindo um acesso mais democrático e efetivo à participação social. Outro ponto crucial é a mobilização da juventude para integrar essa instância de controle social, trazendo novas perspectivas e assegurando a continuidade e renovação dessa estrutura ao longo do tempo. É fundamental que o poder público mantenha o apoio às comissões locais e que a sociedade civil amplie seu engajamento, de modo a potencializar o alcance e a efetividade das ações da Política de Assistência Social.

A CLAS Regional Norte, ao promover a palavra, a vez, a voz, a autonomia e a resistência, cumpre papel essencial na construção de uma política pública de Assistência Social que realmente inclua e respeite as pessoas em suas diversidades. O futuro das CLAS depende do compromisso contínuo de todos os envolvidos, usuárias e usuários, trabalhadoras e trabalhadores, gestoras e gestores, colaboradoras e colaboradores, na consolidação de uma Assistência Social participativa, democrática e transformadora.

Em síntese, as CLAS representam a expressão viva do potencial democrático que a Política de Assistência Social pode alcançar. Na CLAS Regional Norte, os custos de tempo e esforço dedicados à participação são amplamente compensados pelos ganhos em conhecimento, autonomia e fortalecimento de uma política pública mais conectada com as necessidades reais da população. A CLAS, enquanto

organismo vivo que evolui e se adapta, reafirma sua relevância ao fortalecer práticas concretas de inclusão, empoderamento e cidadania, gerando impactos positivos para toda a comunidade.

REFERÊNCIAS

BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania. Conselho Municipal de Assistência Social. **Resolução CMAS nº 34, de 30 de dezembro de 2020.** Dispõe sobre a regulamentação, organização e o funcionamento dos Conselhos Regionais de Assistência Social (CORAS) e das Comissões Locais de Assistência Social (CLAS) no Município de Belo Horizonte/MG e dá outras providências. Belo Horizonte: SMASAC, 2020.

BELO HORIZONTE. Lei Municipal nº 10.836, de 29 de julho de 2015. Dispõe sobre a Política de Assistência Social no Município, institui o Sistema Único de Assistência Social de Belo Horizonte – SUAS-BH – e dá outras providências. Disponível em: <https://domweb.pbh.gov.br/visualizacao/ato/316448>. Acesso em: 08 nov. 2024.

Do Memorial da Vila Senhor dos Passos ao Jardim das Referências: das raízes históricas ao florescimento

CHRISTIAN PIERRE DE BRITO GONÇALVES

CRAS Vila Senhor dos Passos
christian.goncalves@pbh.gov.br

ÉRIKA ALVES FERNANDES DE AGUIAR

Cras Vila Senhor dos Passos
erika.a.fernandes@pbh.gov.br

RESUMO

O presente relato tem por objetivo apresentar o projeto “Jardim das Referências”, que vem sendo construída conjuntamente pela equipe do CRAS Vila Senhor dos Passos juntamente com as usuárias e usuários. Nosso objetivo é o compartilhamento de conhecimento, visando a promoção de reflexões e o fortalecimento da participação e controle social nos territórios. A partir de sua aplicação, foi possível alcançarmos resultados como o fortalecimento da participação social, do controle social, da autonomia dos sujeitos, além de consolidar a articulação das redes socioassistencial e intersetorial garantindo resultados materiais efetivos, tais como a implantação de pontos limpos e melhorias na infraestrutura urbana da Vila Senhor dos Passos.

INTRODUÇÃO

O presente relato tem como objetivo apresentar o conjunto de ações que vêm sendo realizadas no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) Vila Senhor dos Passos, no que tange à promoção do protagonismo, da participação e do controle social local, na Política Municipal de Assistência Social e demais políticas setoriais. Trata-se de um projeto que vem sendo construído em conjunto com as usuárias e usuários do CRAS Vila Senhor dos Passos e que foi nomeado por elas como *Jardim das Referências*. O objetivo principal do nosso relato é

compartilhar o Jardim das Referências como um método de trabalho, assim como, o conhecimento produzido até então, visando promover reflexões e desdobramentos que resultem no fortalecimento do controle social nos territórios.

DESENVOLVIMENTO

O projeto Jardim das Referências surge a partir de uma ação realizada pela equipe técnica do CRAS Vila Senhor dos Passos, denominada inicialmente Memorial Vila Senhor dos Passos, cujo objetivo era o resgate da história do bairro, assim como das lideranças comunitárias que foram importantes na construção deste território vivo no qual hoje somos parte. Ao longo da ação foram realizadas oficinas, rodas de conversa, resgate de histórias de vida e relatos, que possibilitaram a construção da linha do tempo e do mapa afetivo do território. Foram utilizadas como metodologias a construção de linha do tempo, mapa afetivo, mapeamento de lideranças e referências comunitárias, levantamento de hábitos, costumes e locais que marcaram a história de vida dos moradores da Vila.

O trabalho culminou na construção de estandartes que homenageam as lideranças comunitárias e contam as memórias do território com banners e painéis com fotografias que contam esta história. do Buraco Quente, hoje Vila Senhor dos Passos, Foi realizado um evento com o objetivo de homenagear pessoas importantes para a história do Buraco Quente, nome dado pelos moradores para a Vila Senhor dos Passos. Foi entregue Certificados de Reconhecimento a essas pessoas ou a seus familiares (*in memorian*) durante o evento.

Outro produto dessa ação foi a construção do Jardim das Referências, que é um pequeno jardim que foi plantado na entrada do CRAS Vila Senhor dos Passos, a partir de mudas de chás e plantas que fizeram parte da história do território. Neste Jardim foram colocadas placas com o nome das lideranças comunitárias, identificadas como sendo as principais referências por conta da história de luta e resistência para a garantia do acesso à direitos básicos como água encanada, rede de esgoto e iluminação e o asfaltamento das ruas. Estas ações foram essenciais para a construção de outras reivindicações por melhorias como a implantação do Centro de Saúde, da Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) e CRAS .

O Projeto Memorial da Vila Senhor dos Passos promoveu problematizações e reflexões críticas sobre as situações historicamente vividas no território possibilitando a reconstituição da história e das memórias da Vila, o que reavivou o sentimento de pertencimento a esse território, além de possibilitar a ressignificação da relação que os moradores vinham estabelecendo com o mesmo. A partir da reunião comunitária, na qual participaram moradores e antigas lideranças, essa comunidade, que vinha sendo rotulada como desarticulada e desprovida de lideranças, mostrou sua potência e capacidade de mobilização, com o objetivo de dar tratamento às questões que envolvem o território, além de apresentar propostas de soluções para essas questões.

Este processo possibilitou então, o reflorescimento de um coletivo implicado com a busca de transformações que possibilitem a melhoria das condições de vida em sua comunidade. Ao finalizar o projeto Memorial da Vila Senhor dos Passos, este coletivo demandou a continuidade do Projeto, em uma perspectiva mais prática, dando a ele o nome de Jardim das Referências. Partindo da compreensão da importância de manter viva a história dessa comunidade, as usuárias e usuários reafirmaram a necessidade de continuarmos cuidando do nosso jardim, de forma a manter viva a história de cada Referência que ajudou a construí-la. Foi este o ponto de partida para que as ações e reuniões comunitárias realizadas para trabalhar a história e propor intervenções no território, passassem a ser identificadas sob o guarda-chuva Jardim das Referências.

Podemos, então, compreender o Jardim das Referências como sendo um projeto criado pelas usuárias e usuários, em conjunto com a equipe do CRAS Vila Senhor dos Passos, que reúne todas as ações e projetos comunitários e têm como ponto de partida o controle social. Seu motor são as discussões realizadas na Comissão Local de Assistência Social (CLAS), onde os problemas vivenciados pelos moradores e questões relacionadas ao território surgem como pauta. Essas pautas são discutidas e encaminhadas para o Jardim das Referências, onde serão trabalhadas em uma perspectiva crítica, através da troca de experiências e construções coletivas de alternativas e possibilidades de enfrentamento e intervenção.

De forma resumida, o fluxo de funcionamento do Jardim das Referências se dá da seguinte forma: 1) A demanda surge a partir de discussões realizadas na CLAS; 2) A demanda é tratada na CLAS e com a participação das(os) usuárias(os), são estabelecidos objetivos, encaminhamentos e planejamentos; 3) A demanda é encaminhada para o Jardim das Referências, onde continua sendo trabalhada pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) em conjunto com as(os) usuários e em articulação com a rede intersetorial para mapeamento, discussão e planejamento das intervenções possíveis no território; 4) Finalizado o trabalho é realizada uma avaliação do processo dentro da CLAS.

O Jardim das Referências é, então, uma práxis contínua, posto que ele agrega os diversos projetos comunitários que o CRAS Vila Senhor dos Passos apoia. Estamos ainda construindo e aprendendo esta metodologia de discussão e intervenção, tendo em vista que são muitos os desafios presentes. Já alcançamos resultados importantes como o fortalecimento da participação e do controle social, fortalecimento da rede socioassistencial e intersetorial, além de intervenções realizadas na comunidade. Tais resultados contribuem de forma significativa para o alcance dos nossos objetivos de potencialização da proteção social no território, assim como o fortalecimento dos vínculos comunitários e da autonomia das(os) usuárias(os).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Jardim das Referências foi pensado em conformidade com o Caderno de Orientações Técnicas sobre o PAIF Volume 2 (BRASIL, 2012), que preconiza estimular a identificação das vulnerabilidades e riscos sociais, assim como os recursos e potencialidades que possibilitem seu enfrentamento, a promoção de reflexões sobre a realidade, de forma a produzir um saber sobre ela, possibilitando a construção de intervenções coletivas; a promoção do fortalecimento das redes de apoio comunitária, a articulação intersetorial, de forma a potencializar a rede de proteção social no território, a promoção de um espaço de convivência que reconheça as(os) usuárias(os) como sujeitos, que fomente a participação social,

que possibilite a troca de experiências, promova o protagonismo e a autonomia, visando assim a construção conjunta de intervenções sobre a realidade social.

Além dos objetivos já expostos, de fortalecimento do protagonismo, da participação e controle social, o Jardim das Referências se coloca também como um antídoto contra a má-fé institucional¹⁰ (SOUZA, 2022), uma vez que busca tornar possível o alcance de objetivos que promovam a potencialização da proteção social no território e, por meio de uma visão crítica, o questionamento das relações de poder. Em sua essência, este projeto busca estabelecer um espaço de escuta, troca de saberes e construção coletiva, onde são identificadas necessidades, vulnerabilidades e potencialidades e, também, plantadas sementes que poderão florescer e alterar a realidade do território. Tais sementes são inicialmente palavras e narrativas, que são tecidas e transformadas em ações e intervenções, capazes de mudar a realidade da comunidade e dos sujeitos que participam dela.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações técnicas sobre o PAIF (vol. 2): trabalho social com famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF. Brasília: MDS, 2012.

SOUZA, Jessé. A ralé brasileira: quem é e como vive. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

¹⁰ De acordo com Souza (2022), a má-fé institucional trata-se de um padrão de ação institucional que se articula tanto no nível do Estado, através dos planejamentos e das decisões quanto à alocação de recursos, quanto no nível do micropoder, quer dizer, no nível das relações de poder cotidianas entre os indivíduos que, dependendo do lugar que ocupam na hierarquia social, podem mobilizar de forma diferente os recursos materiais e simbólicos que as instituições oferecem.

CATEGORIA: 4. GESTÃO DE SERVIÇOS

EIXO: 4.1. Técnicas, métodos e procedimentos de aprimoramento de gestão

Estratégias de aprimoramento da execução do Programa Maior Cuidado

ANA CRISTINA DA SILVA

Analista de Políticas Públicas
analacoque@pbh.gov.br

JOICIANE ASSUNÇÃO MESQUITA

Analista de Políticas Públicas
joicianeassunção@pbh.gov.br

ROGÉRIA DE CARVALHO CASTRO SAMPAIO

Analista de Políticas Públicas
rogeria.sampaio@pbh.gov.br

RESUMO

O Programa Maior Cuidado/ PBH tem sido objeto de pesquisas (CASTRO et al., 2023) que destacam sua eficácia na melhoria da qualidade de vida e saúde das pessoas idosas atendidas. No entanto, esses estudos também alertaram para a necessidade de maior formalização e aprimoramento da metodologia e mecanismos de gestão. Com o objetivo de alcançar melhores resultados, a Gerência de Gestão de Serviços de Proteção Social Básica (GGSPB) implementou novas estratégias de gestão, com a atualização de instrumentos, a publicação de uma Instrução Normativa, assim como o incremento dos apoios técnicos, além de promover uma comunicação mais assertiva com todos os envolvidos no programa.

INTRODUÇÃO

O Programa Maior Cuidado (PMC), anteriormente nomeado Programa de Atendimento ao Idoso¹¹, foi um dos 40 Projetos Sustentadores do Programa BH Metas e Resultados, criado com o objetivo de qualificar e ampliar as ações de promoção do envelhecimento ativo e as ações de cuidado à população idosa. A implantação do PMC se deu em 2011 nos 26 (vinte e seis) CRAS existentes, se caracterizando desde o início por ser uma política pública intersetorial, entre a Saúde (SMSA) e Assistência Social (antiga SMAAS, hoje SMASAC), com execução indireta pela rede parceira, responsável pela contratação e acompanhamento dos cuidadores.

Desde sua criação, o PMC passou por diversos aprimoramentos, como indicado abaixo a partir de marcos temporais:

- **2012:** Definição dos indicadores de resultado para o planejamento das ações de acompanhamento familiar e monitoramento do programa, além da criação da Rotina de Cuidados na Assistência Social.
- **2013:** Publicação da Portaria 004/2014-SMAAS, estabelecendo o Código de Conduta dos Cuidadores do PMC e a criação do cargo de Supervisor do Programa.
- **2015:** Incorporação do adicional de insalubridade no pagamento de todos os cuidadores.
- **2016:** Celebração do Termo de Colaboração com a instituição Grupo de Desenvolvimento Comunitário (GDECOM), após chamamento público, para execução do PMC.
- **2019:** Publicação da Portaria Conjunta SMASAC/SMSA Nº 007, de 29 de Novembro de 2019¹². Além da expansão do PMC por meio do Projeto Estratégico SMASAC abrangendo os 8 CRAS que ainda não executavam o programa.

¹¹ O Decreto nº 13.568, de 12/05/2009, definiu 12 áreas e 40 projetos sustentadores com mobilização de recursos financeiros e humanos, visando a maior eficácia nas ações, políticas urbanas, sociais e serviços prestados pela Prefeitura.

¹² A Portaria estabeleceu os princípios e diretrizes para gestão e operacionalização do Programa Maior Cuidado e institui instâncias de gestão e de interlocução (dentre elas a 3ª. instância de articulação o Grupo de Gestão Municipal Intersectorial do Programa Maior Cuidado) e dá outras providências.

- **2024:** Implantação de dois novos CRAS Dandara e Vila Betânia, com início das atividades do PMC previsto para novembro. Previsão de publicação da Instrução Normativa do Programa Maior Cuidado.
- **2025:** Previsão de implantação do CRAS Cabana. Previsão de ampliação da Equipe de supervisores e cuidadores do PMC conforme meta do Plano Municipal de Assistência Social de BH.

DESENVOLVIMENTO

Com base nas análises de estudos e pesquisas, foi identificada a necessidade de maior formalização e aprimoramento da metodologia e mecanismos de gestão. Em resposta, a Gerência de Gestão de Serviços de Proteção Social Básica (GGSPB) adotou algumas iniciativas visando reunir subsídios para estabelecimentos das estratégias de gestão adequadas. Como primeira medida, decidiu-se pela participação da equipe técnica da Coordenação de Acompanhamento da Execução do PMC/SCFV nas reuniões de articulação dos CRAS com os Centros de Saúde - Grupo de Trabalho (GT) local, o que possibilitou a realização de um mapeamento detalhado junto aos Coordenadores de CRAS em novembro de 2023.

O mapeamento, orientado pelos eixos que estruturam o programa¹³, possibilitou uma compreensão mais aprofundada das estratégias e os desafios enfrentados na execução do PMC. Foram analisados aspectos como: identificação do público e processo de inserção, o trabalho desenvolvido pelos profissionais do PMC, a articulação entre o PAIF, PMC e a rede intersetorial, os fluxos construídos no cotidiano e a compreensão dos arranjos intersetoriais que vão além dos fluxos operacionais. Além disso, foram identificadas as boas práticas que apresentaram resultados positivos.

¹³ São 3 os eixos do PMC: Desenvolvimento do trabalho social com famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); Proteção e cuidado no domicílio, com apoio de equipes de cuidadores de idosos e Articulação intersetorial com o Centro de Saúde, para garantia da assistência à saúde do idoso.

Foram apresentadas diversas recomendações à GGSPB, a saber: apoiar os CRAS nos diálogos com a OSC/GDECOM e com o setor de Saúde, fortalecer o papel estratégico do GT, desenvolver ações integradas com a Saúde em parceria às equipes dos Centros de Saúde e Gerência de Assistência, Epidemiologia e Regulação (GAERE), definir as atribuições para supervisores e cuidadores, garantir a capacitação para os supervisores, estabelecer processos de aproximação entre o técnico de referência do PAIF com os cuidadores, articular com a SUASS para promover a ampliação da equipe de cuidadores, adquirir materiais para estimulação cognitiva dos usuários, reformular a Rotina da Assistência Social; estabelecer fluxos para o encaminhamentos das demandas, organizar apoios técnicos e atualizar instrumentais, promover avaliações semestrais ou anuais do PMC, envolvendo todos os atores.

Em resposta às demandas identificadas, a GGSPB realizou várias ações, incluindo a capacitação para os supervisores, o apoio técnico individual e coletivo aos técnicos do PAIF, a atualização dos instrumentais e a elaboração da *“Instrução Normativa do PMC”* que define as atribuições dos diversos atores (com detalhamento especial das responsabilidades do supervisor do PMC), além dos procedimentos específicos do PMC. Para garantir uma comunicação mais direta e assertiva com os CRAS foi criado o tabloide *“Maior Cuidado em Foco”*, enviado por email, com informações mais objetivas e pontuais, que requerem atenção e agendamento de atividades. A aquisição dos materiais para estimulação cognitiva encontra-se em processo de estudo orçamentário pela OSC para compra e breve distribuição aos CRAS. Permanecem pendentes a retomada da capacitação dos supervisores e cuidadores e a agenda conjunta com a saúde para ações integradas no âmbito do PMC.

Com o objetivo de avaliar se as necessidades das equipes foram atendidas, a Equipe Técnica de Gestão elaborou e aplicou um questionário para medir a satisfação dos técnicos de referência do PAIF durante o 3º Apoio Técnico, em outubro de 2024. Os resultados indicaram que 90,6% dos participantes consideraram positiva a participação das técnicas de gestão nas reuniões dos GTs Locais. Nos encontros *“Roda de Conversa”*, 96,9% avaliaram que esses momentos contribuem significativamente para o Trabalho Social com Famílias, especialmente

no cuidado com pessoas idosas assistidas pelo PMC. Os técnicos ressaltaram a importância desses espaços fundamentais para atualização, troca de informações e valorização do conhecimento de quem atua na linha de frente. Como pontos marcantes de aprendizado, ressaltaram o alinhamento de condutas, a revisão e aprimoramento dos instrumentais técnicos e metodológicos do PMC e a troca de experiências práticas, a partir da escuta dos colegas, promovendo um entendimento mais profundo sobre a execução do programa.

Em relação ao boletim *“Maior Cuidado em Foco”*, 83,1% dos técnicos consideraram que ele cumpre a proposta de transmitir as informações de forma mais objetiva, enquanto 78,1% demonstraram interesse em lê-los regularmente nos e-mails. Quanto ao impacto do processo de capacitação dos supervisores, 59,4% dos técnicos avaliaram-no positivamente para o aprimoramento do trabalho desses profissionais, 18,8% consideraram a contribuição parcial, e 21,8% apontaram não ter observado resultados significativos. Já a atualização dos instrumentais foi vista como positiva por 90,6% dos técnicos, que também acreditam que a publicação da *“Instrução Normativa do PMC”* irá auxiliar a gestão e operacionalização do programa, oferecendo soluções que tornarão o trabalho diário mais eficiente.

No questionário, os técnicos registraram dúvidas sobre vários aspectos do PMC, incluindo articulação intersetorial, orientações para as ações de cuidado da área da saúde, necessidade de orientações metodológicas mais detalhadas, critérios de acesso e limites de atuação em casos de idosos em situação de violação de direitos. Além dessas questões, sugeriram ações para fortalecer futuros apoios técnicos e desenvolver novas orientações, destacando a importância de que, com a implantação da Política de Cuidados, o PMC seja estruturado como um serviço permanente, garantindo estabilidade e continuidade, independentemente de mudanças políticas.

Sugeriram ainda a publicação de uma cartilha orientadora para as famílias, esclarecendo o papel e a relevância do PMC e recomendaram que a Política de Saúde reconheça a importância do programa, promovendo uma colaboração mais estreita. Para apoiar os técnicos, propuseram a inclusão de encontros periódicos no calendário, incentivando a qualificação e a troca de experiências entre as referências técnicas do PMC. Por fim, enfatizaram o diálogo como uma ferramenta

essencial no trabalho de assistência social, sugerindo que capacitações com especialistas possam enriquecer o processo de articulação com a política de saúde, promovendo um ambiente de conhecimento colaborativo essencial para o fortalecimento das práticas de cuidado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, as ações de apoio técnico implementadas pela Equipe Técnica de Gestão tem promovido avanços significativos na articulação entre o PAIF e o PMC, favorecendo que as equipes desenvolvam um acompanhamento mais assertivo das famílias e um cuidado mais eficaz para as pessoas idosas no domicílio. Essas ações de apoio técnico e os documentos orientadores não apenas contribuem para o alinhamento metodológico e a troca de conhecimentos entre os profissionais, mas também aproximam as equipes do serviço e do programa, reforçando a capacidade de cada um, dentro das suas competências, de aprimorar o atendimento às famílias e aos usuários.

Outro ponto importante a destacar é que a Equipe de Gestão se torna uma referência para os técnicos de referência do PAIF, bem como para supervisores e cuidadores do programa, ampliando a compreensão das áreas que demandam mais suporte. Dado o impacto positivo observado, é importante que essas iniciativas de apoio técnico sejam mantidas e continuadas, consolidando-se como uma estratégia fundamental para a qualificação das equipes e a melhoria contínua dos processos de trabalho que sustentam essa valiosa estratégia intersetorial.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Orientações técnicas: Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas*. Brasília, DF: MDS/SNAS, 2017.

BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania; Secretaria Municipal de Saúde. Portaria Conjunta SMASAC/SMSA nº 007, de 29 de novembro de 2019. Estabelece os princípios e diretrizes para gestão e operacionalização do Programa Maior Cuidado e institui

instâncias de gestão e de interlocução e dá outras providências. Disponível em: <https://dom-web.pbh.gov.br/visualizacao/ato/390156>. Acesso em: 08 nov. 2024.

BELO HORIZONTE. Conselho Municipal de Assistência Social. Resolução CMAS/BH nº 010, de 21 de abril de 2022. Aprova o Plano Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte para o período de 2022 a 2025. Disponível em: https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/smasac/2023/suas_pmas-2022-2025-versao-25-04-2022.pdf. Acesso em: 08 nov. 2024.

CASTRO, Cíntia Pereira F.; AREDES, Juliana Silva; GIACOMIN, Karla Cristina; FIRMO, Josélia Oliveira Araújo. Programa Maior Cuidado diante dos desafios do envelhecimento: uma análise qualitativa. *Revista de Saúde Pública*, v. 57, p. 70, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2023057004859>

CATEGORIA: 4. GESTÃO DE SERVIÇOS

EIXO 4.2. Gestão de Recursos Humanos

Ciclo de Estudos

LUIZ FERNANDO ALVES TEIXEIRA

Analista de Políticas Públicas
luizf@pbh.gov.br

LUANA APARECIDA ALMEIDA

Analista de Políticas Públicas
luana.a.almeida@pbh.gov.br

REGIANE BATISTELI MAGALHÃES

Analista de Políticas Públicas
regiane.magalhaes@pbh.gov.br

RESUMO

A equipe de referência do PAIF do CRAS Confisco apresenta um histórico de inovação em práticas de aprimoramento do conhecimento, que resultaram na qualificação dos serviços ofertados à população. Foram várias ações nessa perspectiva, sendo a pioneira, o diálogo com as políticas públicas voltadas para a promoção, garantia e defesa dos direitos humanos e de cidadania existentes na cidade de Belo Horizonte. Outras ações foram incorporando e intensificando esse processo formativo, como por exemplo as formações em atividades coletivas integrantes da política de educação permanente no município e o apoio de profissionais especializados na temática direitos humanos, integrantes do Sistema Único de Assistência Social - SUAS de Belo Horizonte. No ano de 2023, a coordenação do CRAS Confisco, instaura uma prática formativa e interna, denominada "Ciclo de Estudos", inicialmente destinada às equipes do PAIF e SCFV, com o objetivo de promover um espaço de formação contínua e integração interdisciplinar.

INTRODUÇÃO

Este relato de experiência tem como propósito compartilhar uma prática metodológica implementada no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Confisco, que visa promover a integração e o desenvolvimento intelectual contínuo da equipe. A iniciativa "Ciclo de Estudos" surge como uma iniciativa inovadora dentro da Unidade, visando expandir a formação continuada e se aperfeiçoou ao se tornar também um espaço de uma maior integração entre os profissionais da Unidade. Iniciada em 2023, essa proposta passou por algumas modificações e se tornou um espaço institucional de aprendizado colaborativo e interdisciplinar.

Interrompido em 2023 por questões de dinâmica de trabalho, foi retomado em 2024 com uma nova roupagem metodológica e incluindo todos os profissionais da Unidade em encontros quinzenais. O uso do “Plano de Ação” como norteador dos eixos temáticos assegurou a conexão com a realidade local. Ao passar a valorizar o conhecimento e a experiência dos colaboradores, o "Ciclo de Estudos" consolidou-se como um espaço que promove o desenvolvimento pessoal, profissional e coletivo, reforçando a pluralidade e a interdisciplinaridade do conhecimento no ambiente de trabalho.

DESENVOLVIMENTO

Os encontros, denominados “Ciclo de Estudos”, foram uma iniciativa promovida pela coordenação da Unidade no início de 2023, incitada após percurso formativo com a consultoria “Vira e Mexe” e, a princípio, englobava apenas equipe do Serviço PAIF e SCFV. A intenção era institucionalizar um espaço que contribuísse para a formação permanente dos envolvidos, favorecendo a integração entre os serviços e a promoção do diálogo interdisciplinar, ou seja, compartilhamento de ideias e experiências.

O que importa é o aprendizado dos profissionais, sua abertura para a integração de saberes, sua disponibilidade para o diálogo interdisciplinar, evitando a intervenção fragmentada. (ALMEIDA, AFONSO, 2020, p. 96794)

Ainda em 2023, a dinâmica dos processos de trabalho entre os serviços envolvidos impactou a continuidade do “Ciclo de Estudo” levando a uma interrupção

temporária. Contudo, em abril de 2024, a coordenação, inspirada pela experiência bem-sucedida de outra unidade, retomou a proposta de forma ampliada, passando a incluir todos os profissionais¹⁴ da Unidade. A nova estrutura prevê dois encontros mensais (com cronograma quinzenal), com duração de uma hora, realizados das 13h às 14h.

A retomada dos encontros com a ampliação dos participantes visa promover o diálogo entre os diversos profissionais que atuam no CRAS, focando em temáticas que condizem com o cotidiano de trabalho, abrangendo suas vivências pessoais e objetivando enriquecer sua compreensão e atuação profissional. Trata-se, portanto, de *“um processo dinâmico, consciente e ativo, de reconhecimento das diferenças e de articulação de objetos e instrumentos de conhecimento distintos, que contribui para a superação do isolamento dos saberes”* (BRASIL, 2009, p. 65).

Os primeiros encontros de 2024 iniciaram-se com a temática raça-etnia e gênero, utilizando vídeos adaptados para Educação a Distância (EAD). Posteriormente, uma avaliação qualitativa foi realizada, apontando a necessidade de algumas adaptações no processo metodológico de interação e aprendizado. Levando em consideração a experiência da equipe técnica do Serviço PAIF em atividades coletivas (orientada pela metodologia institucional do próprio serviço), o ciclo de estudo integrou em sua estrutura de capacitação permanente um espaço em que as vivências e saberes dos colaboradores são estimulados e valorizados através de rodas de conversa, escuta ativa¹⁵, dinâmicas que estimulam a discussão em pequeno grupo e reflexões sobre curtas metragens.

A utilização do Plano de Ação, especialmente no que tange às vulnerabilidades relacionais, representou um outro ponto de relevância fundamental a ser considerado, servindo como eixo orientador para a temática dos encontros. Esse instrumento assegurou uma conexão sólida entre os trabalhadores e a

¹⁴ Serviço PAIF, Coordenação, Serviço Gerais, Administrativo, portaria, jovem aprendiz, supervisor e cuidadores sociais do PMC e SCFV.

¹⁵ Escuta ativa é uma técnica de comunicação onde o ouvinte se concentra em entender plenamente o que o outro diz, mostrando interesse e empatia sem interromper. Isso fortalece a compreensão e a confiança entre as pessoas.

realidade local, criando um elo necessário para fortalecer o entendimento das dinâmicas e desafios presentes no contexto em que atuam.

Outro ponto relevante observado no decorrer do processo foi a percepção dos trabalhadores em se sentirem “ouvidos” nas particularidades de suas experiências. Um fator de grande relevância, especialmente quando abordam temáticas que fazem parte de sua prática diária, geralmente de modo técnico. Este reconhecimento implica não apenas uma validação de suas contribuições, mas uma ampliação do espaço para expressarem subjetividades que, muitas vezes, permanecem veladas sob a formalidade dos processos laborais. Esse aspecto proporciona um ambiente de trabalho que valoriza a diversidade de perspectivas individuais, fomentando uma sensação de pertencimento com o coletivo.

As reformulações e abertura para absorver novas propostas para a capacitação permanente tornou-se crucial para dinamizar e promover o fortalecimento dos vínculos interpessoais e para a construção de uma cultura organizacional que respeita e acolhe a complexidade emocional dos indivíduos, contribuindo significativamente para o bem-estar e a motivação dos profissionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A complexidade do nosso trabalho e a rotina diária é atravessada cotidianamente por questões sociais, econômicas e políticas. Neste sentido, manter o clima organizacional harmonioso é um desafio permanente que requer persistência e maleabilidade. O "Ciclo de Estudos" consolidou-se como uma iniciativa transformadora, impulsionando uma formação permanente que ultrapassa o conhecimento formal técnico ao valorizar o saber e as vivências de todos os participantes.

Através de um ambiente de diálogo interdisciplinar, de rodas de conversa e dinâmicas de grupo, construiu-se um espaço onde cada voz encontra acolhimento e cada experiência é válida, proporcionando uma verdadeira integração de saberes. Este processo leva em consideração o saber consolidado no “Plano de Ação”, que

conecta o trabalho à realidade local, garantindo que o aprendizado esteja alinhado com as necessidades e desafios do contexto.

A retomada, reformulação e ampliação do "Ciclo de Estudos", agora abrangendo todos os profissionais da Unidade, não apenas enriqueceu a prática profissional, mas também reafirmou o compromisso da instituição com o desenvolvimento pessoal e coletivo de seus colaboradores, reforçando um cenário de trabalho que preza pelo bem-estar e a motivação de cada integrante. E nesse processo de amadurecimento, conexão e reflexão, o então "Ciclos de Estudos" passa a se intitular "Ciclo de Estudos em Movimento" para que possamos escrever novos caminhos.

Anexo I - Temas trabalhados no Ciclo de Estudo 2024

Temas	Nº de encontros quinzenais	Dinâmicas e técnicas
Relações étnicas raciais e de gênero	03 encontros	Vídeos EAD e roda de conversa
Sobrecarga da Mulher	04 encontros	Roda de conversa, dinâmica em mini grupos e exercício de reflexão
Prevenção ao Suicídio/Valorização da vida	02 encontros	Roda de conversa, vídeo introdutório e Jogo "Mitos e Verdade"
Cuidador Familiar/Sobrecarga	02 encontros	documentário "Alzheimer na Periferia e Roda de conversa

LGBTQIAPN+	01 encontro	Roda de conversa
Racismo	01 encontro	Jogo reflexivo

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Luana; AFONSO, Lúcia. O diálogo interdisciplinar no CRAS: desafios para a equipe multidisciplinar de Proteção Social Básica. *Brazilian Journal of Development*, v. 6, n. 12, p. 96785–96804, 2020. DOI: 10.34117/bjdv6n12-246. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/21374>. Acesso em: 22 out. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS*. Brasília, DF: MDS, 2009.

Juntos e Conectados: Os encontros que fazem o CadÚnico acontecer na Regional Norte de BH.

EWERTON HERALD PINTO SILVA

Coordenação de Proteção Social e Cidadania
everton.psilva@pbh.gov.br

KARINE NERY FERNANDES SILVA

Equipe do Cadastro Único/Transferência de Renda
nerykarine@pbh.gov.br

RESUMO

Os encontros mensais com entrevistadoras(es) sociais da Regional Norte foram implementados como uma estratégia de qualificação e melhoria dos processos de atendimento no Cadastro Único (CadÚnico). Organizados pela Coordenação de Proteção Social e Cidadania (CPSC), em parceria com as Coordenações dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Diretoria Regional de Assistência Social (DRAS), esses encontros representam um espaço de escuta, troca de experiências e construção coletiva de soluções, fortalecendo os vínculos e valorizando o papel das(os) entrevistadoras(es) no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Além de alinhar procedimentos, esses momentos proporcionam capacitação, aprofundamento sobre diretrizes, normativas e discussões sobre as provisões socioassistenciais, melhorando a orientação à população. Realizados também ao ar livre, com atividades de lazer e dinâmicas de grupo, os encontros promovem bem-estar, integração e motivação entre os participantes, contribuindo para um ambiente de trabalho mais harmônico e colaborativo. A iniciativa também estimula a participação das(os) entrevistadoras(es) nas instâncias de Controle Social, fortalecendo a representatividade e o compromisso com a assistência social em Belo Horizonte. Em resumo, esses encontros mensais consolidaram-se como um modelo valioso para a integração e valorização das(os) trabalhadoras(es), resultando em um atendimento mais humanizado e eficiente.

INTRODUÇÃO

Os encontros mensais com as(os) entrevistadoras(es) sociais da Regional Norte representam uma iniciativa estratégica proposta pela equipe técnica do Cadastro Único/Transferência de Renda visando a qualificação dos atendimentos e a melhoria dos processos de trabalho. Esses encontros, instituídos com a descentralização do CadÚnico para os Centros de Referência de Assistência Social (Cras) e pactuados com as Coordenações destas unidades, vão além de um simples alinhamento de processos; eles constituem um espaço de escuta, construção coletiva de soluções e integração entre as(os) entrevistadoras(es), estagiárias(os), administrativos, equipe técnica e Coordenação de Proteção Social e Cidadania (CPSC), contribuindo significativamente para a melhoria dos processos de trabalho.

Estes encontros promovem o compartilhamento de experiências, a troca de informações e o fortalecimento dos vínculos entre as(os) entrevistadoras(es) e a equipe técnica, além de servirem para momentos de capacitação e orientação. Esta experiência pretende apresentar os benefícios desses encontros para a gestão de recursos humanos, a integração das equipes e o aprimoramento dos serviços prestados no CadÚnico.

DESENVOLVIMENTO

Com a descentralização do CadÚnico, ficou evidente a necessidade de organizar encontros periódicos com as/os entrevistadoras/es, criando uma oportunidade para que cada trabalhador(a) compartilhasse suas vivências, dificuldades e desafios. Esse espaço de diálogo permite que novas possibilidades de atuação surjam de forma colaborativa, promovendo melhorias diretas nos atendimentos à população. As(os) entrevistadoras(es) são incentivadas a contribuir para a construção das pautas dos encontros, o que reforça a importância de suas perspectivas e ideias para aprimorar o desenvolvimento de suas atribuições.

Além de fortalecer as relações entre as(os) entrevistadoras(es) e a equipe técnica, os encontros proporcionam momentos de capacitação e aprofundamento do

conhecimento sobre as instruções normativas e operacionais relativas ao CadÚnico. Também se discutem os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, o que capacita melhor as(os) entrevistadoras(es) para orientar os beneficiários e usuários, especialmente aqueles que acessam o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) pela primeira vez. Essa orientação qualificada permite que o(a) entrevistador(a) se perceba como um trabalhador integrado ao SUAS, promovendo o desenvolvimento de uma identidade profissional mais fortalecida e consciente de seu papel e responsabilidades.

Durante esses encontros, são discutidas as experiências vivenciadas pelas(os) entrevistadoras(es) no dia a dia do atendimento às famílias. O compartilhamento de vivências, dificuldades e soluções encontradas em cada unidade socioassistencial é fundamental para a construção de um conhecimento coletivo, que enriquece a prática de cada trabalhador(a). As trocas permitem que as(os) entrevistadoras(es) ampliem sua visão sobre diferentes realidades e busquem alternativas para os desafios enfrentados. Dessa forma, o trabalho não é isolado, mas potencializado pela força do coletivo, onde cada experiência individual se transforma em aprendizado para todos.

São esses momentos que permitem a construção de um conhecimento coletivo e multidisciplinar, essencial para a integralidade entre os serviços e benefícios socioassistenciais. Essa integração é fundamental para que o atendimento às famílias não seja fragmentado, mas, sim, holístico, articulando os diversos serviços e benefícios disponíveis conforme as necessidades de cada família. A conexão entre as orientações do CadÚnico e os Serviços do Suas fortalece as provisões socioassistenciais e contribui para o alcance das seguranças socioassistenciais.

Os encontros proporcionam um espaço privilegiado para a análise crítica dos processos de trabalho, incentivando a criação de alternativas que visam melhorar a qualidade dos atendimentos. Essa construção coletiva é essencial para que as (os) entrevistadoras (es) e a equipe técnica possam adaptar as práticas às realidades locais, levando em consideração as especificidades de cada território.

A integração entre entrevistadoras(es), equipe técnica do CadÚnico e CPSC é um aspecto central desses encontros, fortalecendo os vínculos, promovendo relações interpessoais e a cooperação mútua. O desenvolvimento de laços entre as(os) trabalhadoras(es) contribui para uma gestão de recursos humanos mais coesa e colaborativa, onde cada integrante se sente parte de um todo maior e comprometido com os objetivos do CadÚnico e do Suas/BH. O apoio mútuo gerado nesses momentos de convivência torna-se um fator de motivação e bem-estar para as(os) entrevistadoras(es), que se sentem valorizados e apoiados em suas funções.

Os encontros também representam um momento de lazer e fortalecimento dos laços entre as(os) trabalhadoras(es), incentivando a boa relação entre equipe técnica, entrevistadoras(es) e coordenação. Essa proximidade se reflete em uma comunicação mais fluida e num ambiente de trabalho mais harmônico. Além disso, a troca de experiências e o fortalecimento de vínculos fortalecem a motivação e o engajamento das(os) entrevistadoras(es) na missão de prestar atendimentos cada vez mais qualificados à população.

Outro aspecto positivo dos encontros é o estímulo à participação das(os) entrevistadoras(es) nas instâncias de Controle Social. Por meio desses encontros, muitos passaram a se apropriar de informações sobre a importância do Controle Social no SUAS em Belo Horizonte. Atualmente, as(os) entrevistadoras(es) têm representação no Conselho Regional de Assistência Social (CORAS) Norte, atuando como membros titulares e suplentes, o que amplia sua influência na formulação e no acompanhamento da política pública de Assistência Social.

Os encontros entre equipe técnica do CadÚnico, entrevistadoras(es) sociais e CPSC são realizados mensalmente, na última quinta-feira de cada mês, às 13h30, na Diretoria Regional de Assistência Social Norte (DRAS-N) e em parques localizados na regional. A realização das reuniões nos parques é essencial para o fortalecimento das relações entre entrevistadoras(es), equipe técnica e coordenação. Os encontros em espaços ao ar livre possibilitam momentos de lazer e relaxamento, o que facilita o fortalecimento das relações interpessoais e proporciona um ambiente mais agradável para a troca de experiências.

Entre as estratégias adotadas durante os encontros, destacam-se atividades como alongamentos, técnicas de grupo e gincanas interativas, proporcionando benefícios significativos tanto para o ambiente de trabalho quanto para o fortalecimento das relações entre os participantes. Essas atividades têm um impacto positivo de diversas maneiras, quais sejam: fortalecimento do trabalho em equipe, promovendo a integração das(os) entrevistadoras(es) sociais com a equipe técnica e coordenação; aprimoramento das habilidades de comunicação, escuta qualificada e resolução de conflitos; promoção do bem-estar dos participantes, aliviando o estresse e promovendo momentos de descontração, entre outros benefícios.

Para os encontros, são disponibilizados veículos para buscar e levar as(os) entrevistadoras(es) sociais nos CRAS, além da oferta de lanches compartilhados entre a equipe técnica, a coordenação e, em alguns momentos, as(os) entrevistadoras(es). Essas ações têm sido fundamentais para fortalecer vínculos, promover a união da equipe e contribuir para a qualidade dos atendimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os encontros mensais com as(os) entrevistadoras(es) sociais da Regional Norte revelaram-se uma prática estratégica e essencial para o aprimoramento dos processos de trabalho e para a qualificação dos atendimentos no CadÚnico. Essa iniciativa possibilitou não apenas o alinhamento de procedimentos, mas também a criação de um ambiente de aprendizado colaborativo e fortalecimento de vínculos. A troca de experiências, as capacitações e os momentos de descontração promoveram o crescimento profissional das(os) entrevistadoras(es), que passaram a se ver como integrantes ativos e fundamentais dentro do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Além disso, a periodicidade e o formato dos encontros, realizados em parques e com atividades dinâmicas, contribuíram para um clima organizacional positivo, que favorece a comunicação e a motivação no trabalho. A prática de reuniões ao ar livre e a inclusão de dinâmicas e atividades de bem-estar foram fatores essenciais para o fortalecimento das relações interpessoais e a construção de um ambiente de trabalho mais harmonioso e colaborativo. Com o apoio da

equipe técnica, CPSC, DRAS e Coordenadoras(es) dos CRAS, esses encontros permitiram que as(os) entrevistadoras(es), estagiárias(os) e administrativos se sentissem acolhidas(os), valorizadas(os) e capacitadas(os) para desempenhar suas funções com mais qualidade e segurança. Outro aspecto de destaque é a participação das(os) entrevistadoras(es) nas instâncias de Controle Social, evidenciando o empoderamento das(os) trabalhadoras(es) sobre seu papel na política pública de Assistência Social. Essa participação reforça a importância da representatividade no Conselho Regional de Assistência Social (CORAS) e fortalece o compromisso das(os) trabalhadoras(es) com o que se propõe o CadÚnico e o SUAS em Belo Horizonte.

Em resumo, os encontros mensais consolidaram-se como uma ferramenta valiosa para o desenvolvimento de uma gestão mais integrada e para a criação de uma identidade profissional mais robusta e consciente. Eles geraram impactos positivos tanto para as(os) trabalhadoras(es) quanto para a população atendida, melhorando a acolhida, a orientação e o acesso aos serviços socioassistenciais. A experiência mostrou-se eficaz no fortalecimento do trabalho em equipe e na promoção de um serviço público de maior qualidade, sendo um exemplo inspirador de como práticas de integração e valorização podem contribuir para uma Assistência Social mais humanizada e eficiente.

Tecendo Cuidados: O fio (in)visível que fortalece o trabalho social com famílias no SUAS/BH

ALESSANDRA GONÇALVES ARRUDA

Coordenação de Proteção Social e Cidadania Norte
alessandraga2023@gmail.com

EWERTON HERALD PINTO SILVA

Coordenação de Proteção Social e Cidadania Norte
everton.psilva@pbh.gov.br

RESUMO

A experiência "Tecendo Cuidados: O fio (in)visível que fortalece o trabalho social com famílias no SUAS/BH" aborda a relevância dos servidores de limpeza no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), especificamente na Coordenação de Proteção Social e Cidadania da Regional Norte de Belo Horizonte. Embora muitas vezes invisibilizados, esses profissionais desempenham um papel essencial na criação de ambientes acolhedores e organizados, o que impacta diretamente a qualidade do atendimento às famílias. A higienização adequada dos espaços de trabalho e atendimento é fundamental para a garantia das seguranças socioassistenciais. O texto destaca a importância de valorizar o trabalho desses profissionais, reconhecendo sua contribuição na execução eficiente e humanizada das atividades socioassistenciais. Além disso, sugere que os servidores de limpeza sejam integrados ao planejamento e avaliação das ações do SUAS, bem como às oportunidades de capacitação e educação permanente. Dessa forma, isto reforça que todos os trabalhadores envolvidos no SUAS, independentemente de suas funções, são fundamentais para o sucesso da política pública de assistência social.

INTRODUÇÃO

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) organiza e operacionaliza, de maneira descentralizada e participativa, a execução de serviços, programas,

projetos e benefícios socioassistenciais em todo o território nacional. Seu principal objetivo é garantir direitos às pessoas em situação de vulnerabilidade e/ou risco social, observando princípios como universalidade, gratuidade, integralidade, intersetorialidade e equidade.

Entre os profissionais que compõem esse sistema, destacam-se diversos trabalhadores que, direta ou indiretamente, contribuem para a efetivação das seguranças socioassistenciais previstas no SUAS. Este texto tem como objetivo reconhecer a importância do trabalho dos servidores de limpeza na provisão das seguranças socioassistenciais e seu impacto no atendimento às famílias no contexto do SUAS em Belo Horizonte, especialmente na Coordenação de Proteção Social e Cidadania da Regional Norte (CPSC-N).

DESENVOLVIMENTO

No contexto do SUAS, diversos profissionais atuam de forma integrada para assegurar às famílias e indivíduos as seguranças socioassistenciais, como se pode observar na Resolução CNAS nº 269/2006, Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB-RH/Suas), Resolução CNAS nº 17/2011, que ratifica a equipe de referência definida pela NOB-RH/Suas e reconhece as categorias profissionais de nível superior para atender as especificidades dos serviços socioassistenciais e das funções essenciais de gestão do Sistema Único de Assistência Social (Suas). Além disso, a Resolução CNAS nº 09/2014, que ratifica e reconhece as ocupações e as áreas de ocupações profissionais de ensino médio e fundamental do SUAS, em consonância com a NOB-RH/Suas.

Dentro desse sistema, a atuação de diversos profissionais é essencial para a garantia da efetividade das ações e dos benefícios providos aos seus usuários. Entre esses profissionais, destaca-se o trabalho dos servidores de limpeza, muitas vezes invisibilizados, mas que desempenham um papel fundamental na criação de um ambiente saudável e acolhedor, favorecendo a execução do trabalho social com as famílias.

Embora sua atuação muitas vezes não seja diretamente ligada ao atendimento técnico, sua contribuição para a organização dos espaços e o cuidado com o ambiente de trabalho impacta diretamente a qualidade dos serviços prestados à população. O objetivo aqui é o de reconhecer a importância destes profissionais no fortalecimento do trabalho social com famílias Suas/BH, a partir do compartilhamento da experiência da servente de limpeza da Coordenação de Proteção Social e Cidadania (CPSC) da regional Norte.

A criação de um ambiente acolhedor, seguro e organizado é um dos elementos centrais para o bom desenvolvimento das atividades socioassistenciais. Como é sabido, o ambiente influencia de maneira significativa na construção do vínculo e confiança entre as(os) usuárias(os) e as(os) trabalhadoras(es), favorecendo o desenvolvimento de ações que promovam o aprofundamento das garantias socioassistenciais.

Neste sentido, os profissionais da limpeza desempenham um papel crucial na preparação e organização desses espaços. Além disso, a higienização adequada dos ambientes de atendimento individual e coletivo, bem como de todo o espaço físico da Coordenação de Proteção Social e Cidadania é fundamental para a garantia da saúde e da segurança das(os) usuárias(os) e trabalhadoras(es) do SUAS/BH. Dessa maneira, estes profissionais contribuem de maneira indireta para a devida prestação da atenção socioassistencial, garantindo que os espaços onde se realizam as atividades socioassistenciais estejam sempre em condições ideais.

Um exemplo claro dessa importância é a rotina da servente de limpeza da CPSC da Regional Norte de Belo Horizonte. Seus serviços começam às 6 (seis) horas da manhã, com a limpeza da portaria, recepção e banheiros públicos, e, em seguida, as áreas internas, como mesas, pisos, sala de atividades coletivas, corredores, copa e banheiros. Ela prefere realizar essas tarefas bem cedinho para garantir que, ao chegarem, as equipes encontrem tudo em perfeita ordem.

Além disso, atuar na CPSC-N permitiu que essa profissional compreendesse o sentido e o significado de sua atuação, assim como a importância da limpeza e organização dos espaços onde são realizados os atendimentos e as atividades grupais. Um ambiente limpo e bem cuidado transmite respeito, dignidade e

segurança às(aos) usuárias(os) dos serviços, muitos dos quais se encontram em situações de extrema vulnerabilidade. A higienização correta desses ambientes, especialmente após a pandemia de COVID-19, tornou-se ainda mais crucial, já que contribui para a prevenção de doenças, protegendo tanto as(os) usuárias(os) quanto as(os) trabalhadoras(es). Durante a pandemia, os serventes de limpeza foram fundamentais na implementação dos protocolos sanitários, assegurando a continuidade dos atendimentos de forma segura.

Além de seu trabalho diário, essa profissional também desenvolveu uma relação de respeito e empatia com as equipes do Serviço de Proteção Social Básica Regional (SPSBR), Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosos (SPSPD), e equipe do Cadastro Único/Transferência de Renda (CAD/TR). Sua presença constante e envolvimento no ambiente de trabalho permitiram não apenas a melhoria dos serviços prestados, mas também o desenvolvimento pessoal, como o incentivo à sua formação acadêmica em Serviço Social, ampliando sua compreensão sobre as políticas públicas e a atuação no campo da assistência social. Esse incentivo foi promovido pela equipe do SPSBR-N, que ofereceu orientações e suporte tanto para a preparação e realização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) quanto para a escolha do curso superior. Outro aspecto a se considerar é que o processo de integração da profissional com as equipes se fez a partir de orientações para o trabalho, participação em eventos, palestras e rodas de conversa.

Ademais, os serventes de limpeza desempenham um papel fundamental na garantia das seguranças socioassistenciais, como a segurança de acolhida e de convívio. Ao cuidar dos espaços de espera (recepção), das salas de atendimento e dos locais de uso coletivo, esses profissionais asseguram a qualidade e dignidade na prestação dos serviços públicos, fortalecendo o vínculo entre as(os) usuárias(os) e as(os) trabalhadoras(es) do SUAS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho dos serventes de limpeza no SUAS, embora muitas vezes invisibilizado, é fundamental para garantir que as atividades socioassistenciais

ocorram em condições adequadas, permitindo um atendimento eficiente, seguro e humanizado. Esses profissionais contribuem para a segurança de acolhida e convívio, ao garantir espaços limpos e organizados, nos quais as famílias se sintam respeitadas e seguras. O reconhecimento de sua atuação no contexto da CPSC Norte em Belo Horizonte reforça a importância de valorizar todas(os) as(os) trabalhadoras(es) da política pública assistência social, destacando como seu trabalho impacta diretamente a qualidade dos serviços, programas, projetos e benefícios, bem como o alcance das seguranças socioassistenciais do SUAS. Além disso, é muito importante que estes profissionais sejam integrados ao planejamento, execução e avaliação das ações socioassistenciais, bem como nas agendas de capacitação e educação permanente do Suas/BH.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução nº 09, de 15 de abril de 2014. Ratifica e reconhece as ocupações e as áreas de ocupações profissionais de ensino médio e fundamental do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em consonância com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS). *Diário Oficial da União*, Brasília, 16 abr. 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução nº 33, de 12 de dezembro de 2012. Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS. Brasília: MDS, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução nº 17, de 20 de junho de 2011. Ratifica a equipe de referência definida pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB-RH/SUAS) e reconhece as categorias profissionais de nível superior para atender às especificidades dos serviços socioassistenciais e das funções essenciais de gestão do SUAS. *Diário Oficial da União*, Brasília, 21 jun. 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Resolução CNAS nº 269, de 26 de dezembro de 2006. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS). Brasília: MDS, 2006.

BRASIL. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm. Acesso em: 23 out. 2024.

Trabalho profissional e educação permanente no SUAS: relato de experiência na Regional Centro-Sul de Belo Horizonte/MG

ADMILSON ANTUNES DE JESUS

Coordenador CRAS Nossa Senhora de Fátima
admilson.antunes@pbh.gov.br

RESUMO

Este trabalho possui como objetivos refletir sobre educação permanente para os(as) trabalhadores(as) e sua importância na formação e intervenção profissional junto às famílias na proteção social da Política de Assistência Social, fomentar a interlocução e integralidade entre os serviços e políticas no âmbito da Regional Centro-Sul, a partir da realização de um ciclo de debates com 05 encontros temáticos que perpassam trabalho social com famílias. Os encontros foram conduzidos por profissionais, estudiosos(as) e atuantes na temática/política proposta e por meio de uma comissão organizadora integrada por 01 membro de cada serviço desta referida Regional, sendo eles: SPSBR, SPSPD, MALA LÚDICA, SEAS e MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS. Esta iniciativa contribuiu para uma melhor aquisição de conhecimentos acerca de temáticas que envolvem o trabalho social com famílias na Assistência Social, maior aproximação com outros serviços da Proteção Social da Regional Centro-Sul e interlocução com outras políticas setoriais.

INTRODUÇÃO

Os debates na atualidade sobre os grupos sociais vulneráveis e as demandas presentes nos processos interventivos do trabalho social com famílias na Política de Assistência Social tem demandado, cada vez mais, espaços de educação permanente. Nestes espaços busca-se debater sobre envelhecimento e direitos da pessoa idosa, gênero, sexualidade e políticas LGBTQIAPN+, mulher e

direitos, relações étnico-raciais, saúde mental, uso de álcool e substâncias psicoativas, direitos humanos, políticas públicas, intersetorialidade, dentre outras.

O Ciclo de Debates Temáticos e Formação Continuada Regional Centro-Sul teve como objetivos refletir sobre educação permanente para os(as) trabalhadores(as) e sua importância na formação e intervenção profissional junto às famílias na proteção social da Política de Assistência Social, bem como fomentar a interlocução e integralidade entre os serviços e políticas no âmbito da Regional Centro-Sul. A proposta foi realizada por meio de 05 encontros com os(as) trabalhadores(as) da Política de Assistência Social da Regional Centro-Sul com temáticas que envolvem o cotidiano do trabalho social com famílias, sendo 01 (um) encontro por mês de 2 (duas) horas, com carga total de 10 (dez) horas, realizado entre os meses de julho a novembro de 2023, no horário das 12h às 14h. Este horário foi avaliado, pela comissão organizadora, com maior possibilidade de participação dos trabalhadores(as) nos encontros temáticos.

Cada encontro foi conduzido por profissionais, estudiosos(as) e atuantes na temática/política proposta e por meio de uma comissão organizadora integrada por 01 (um) membro de cada serviço desta referida Regional, sendo eles: Serviço de Proteção Social Básica Regional Centro-Sul (SPSBR), Serviço de Proteção Social a Pessoa com Deficiência (SPSPD), Mala Lúdica, Serviço Especializado de Abordagem Social nas Ruas (SEAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social, em especial, das Medidas Socioeducativas e Arte Educador. Seguem as temáticas debatidas nos 05 encontros:

1. Envelhecimento e Direitos da Pessoa Idosa: desafios e potencialidades nas políticas públicas;
2. Gênero, sexualidade e políticas LGBTQIAPN+: um debate necessário na Política de Assistência Social;
3. Saúde mental, uso de álcool e substâncias psicoativas: uma articulação em rede intersetorial;
4. Mulher, direitos e intersetorialidade nas políticas públicas;
5. Direitos humanos e relações étnico-raciais: desafios e possibilidades do trabalho social com famílias no SUAS.

Para cada encontro foi elaborada lista de presença, e, obtendo 70% de presença nos encontros, os participantes receberam certificados, assim como os representantes da comissão organizadora e os convidados para condução dos encontros. Cada encontro foi mediado por algum dos representantes da comissão organizadora, sendo que tais encontros foram realizados de forma expositiva e/ou formato de roda de conversa entre os estudiosos/profissionais da área. Ao final de cada encontro foi feita avaliação verbal/expositiva junto aos participantes presentes.

DESENVOLVIMENTO

Entre os grandes desafios que fazem parte da agenda das políticas sociais no Brasil, em especial, da Política de Assistência Social, a educação permanente se constitui como uma das pautas instigantes, uma vez que nos convoca a refletir sobre a formação e qualificação profissional dos(as) trabalhadores(as) para a complexa tarefa de garantia e ampliação dos direitos de cidadania, principalmente, das famílias em situação de vulnerabilidade e riscos sociais dos territórios.

A atual realidade social em que a superação de desigualdades sociais depende do desenvolvimento, em especial, das políticas de proteção social, requerem a instauração de programas, projetos, serviços, benefícios e transferência de renda às populações que vivenciam cotidianamente diferentes expressões da questão social, que é constitutiva do desenvolvimento capitalista, como afirmado por Netto (2001). Entretanto, a operacionalização do conjunto de políticas e programas voltados ao atendimento dos direitos sociais de cidadania depende da qualidade dos serviços disponibilizados à sociedade, da estrutura e organização do trabalho, bem como da qualificação e educação permanente dos(as) trabalhadores(as) que atuam no âmbito das políticas públicas.

Partimos do entendimento que é preciso considerar que os processos de formação vivenciados pelos(as) trabalhadores(as) que se inserem no âmbito das políticas sociais, devem contemplar a reflexão crítica da realidade social, que não se limitam àqueles vivenciados na formação acadêmica, cursos de capacitação ou especialização. Dizem respeito, também, às experiências vivenciadas no campo do trabalho profissional, pois este pode indicar quais saberes, conhecimentos e

práticas são necessários para o atendimento das necessidades sociais dos usuários dos serviços públicos.

É preciso reconhecer que nos últimos anos, com a consolidação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004 e, posteriormente, com a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), foram feitos diferentes investimentos na Assistência Social. Em 2005, o SUAS passou a garantir a oferta dos serviços socioassistenciais em todo o território nacional e em 2012 criou-se o Programa Nacional de Capacitação do SUAS (CapacitaSUAS).

Nesta perspectiva é que foi aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), por meio da Resolução nº 04, de 13 de março de 2013, a Política Nacional de Educação Permanente do SUAS - PNEP/SUAS, fruto das demandas expressas em deliberações das Conferências Nacionais de Assistência Social. A PNEP apresenta princípios e diretrizes para a instituição da perspectiva político-pedagógica fundamentada na educação permanente na Assistência Social e que tem como objetivo institucionalizar, no âmbito do SUAS, a perspectiva político-pedagógica e a cultura da educação permanente (BRASIL, 2013).

A PNEP ressalta que a educação permanente deve não só desenvolver habilidades, mas também problematizar os contextos dos processos de trabalho e das práticas profissionais. A educação permanente compreende a formação profissional, a especialização, o aperfeiçoamento e a atualização dos trabalhadores, ampliando a capacidade dos mesmos, tendo em vista as suas necessidades individuais, da equipe técnica e da instituição, bem como das necessidades dos usuários das políticas públicas.

Para Yazbek (2014), a educação permanente se apresenta como um desafio pessoal e profissional que deve possibilitar ao trabalhador “manter, aumentar ou melhorar” sua qualidade de trabalho, sua consciência crítica e suas responsabilidades no atendimento das necessidades da população usuária da política. Deve, ainda, desenvolver a capacidade do trabalhador de aprender para construir novos conhecimentos e habilidades que leve em consideração a diversidade e particularidades das realidades com que este trabalha.

Neste sentido é que a formação e educação permanente são essenciais para conferir à política de Assistência Social maior centralidade nos processos interventivos do trabalho social com famílias, uma vez que leva ao desenvolvimento de habilidades e competências profissionais necessárias ao planejamento, operacionalização, monitoramento, avaliação e controle social na execução dessa política. Dessa forma, apresentamos este relato de experiência de educação permanente realizada no âmbito da Regional Centro-Sul, que teve como base metodológica a pesquisa bibliográfica, a seleção e leitura de artigos, marcos normativos referentes à Assistência Social e a realização de 05 encontros temáticos direcionados aos(as) trabalhadores(as) da Política de Assistência Social da Regional Centro-Sul com temáticas que envolveram o trabalho social com famílias. Segue descrição dos 05 encontros realizados e seus objetivos:

- **1º Encontro (20/07/23) - Envelhecimento e direitos da pessoa idosa: Desafios e potencialidades nas políticas públicas.** Este encontro discutiu os principais desafios e potencialidades no âmbito da Política de Assistência Social em interface com outras políticas públicas relacionadas ao envelhecimento e direitos da pessoa idosa. **As convidadas foram Karla Cristina Giacomini e Sandra Mendonça Mallet e estiveram presentes 32 participantes.**
- **2º Encontro (24/08/23) - Gênero, Sexualidade e Políticas LGBTQIAPN+: Um debate necessário na Assistência Social.** Este encontro apresentou alguns conceitos sobre a população LGBTQIAPN+, breve contextualização sócio-histórica sobre as trajetórias e conquistas na luta por direitos dos movimentos LGBTQIAPN+, discutiu as diferentes manifestações acerca do preconceito, discriminação e exclusão social acerca de gênero e sexualidade. Diante da multiplicidade de tipos de violências sofridas, discutiu o quadro atual da luta pela efetivação do direito ao nome social e os desafios existentes nas políticas públicas ligados aos procedimentos de transição de gênero, bem como apresentou as principais pautas e lutas atuais dessa população ainda enfrentadas, principalmente, no campo das políticas públicas. **Os convidados foram Elton Santa Brígida do Rozário e Gustavo Adolfo de Magalhães e estiveram presentes 27 participantes.**

- **3º Encontro (28/09/23) - Saúde Mental, uso de álcool e substâncias psicoativas: Uma articulação em rede intersetorial.** Este encontro realizou uma breve discussão acerca da reforma psiquiátrica, debateu sobre estratégias de combate aos estigmas e preconceitos relacionados a saúde mental, uso de álcool e outras substâncias psicoativas, discutiu os embates acerca das formas de tratamento da dependência utilizado pelas comunidades terapêuticas e pela Política de Redução de Danos, bem como analisou os desafios da rede de atenção psicossocial e suas interfaces com as políticas setoriais. **As convidadas foram Andreza Almeida Fernandes Alves e Daniela Paula Teixeira e estiveram presentes 20 participantes.**
- **4º Encontro (26/10/23) - Mulher, direitos e intersetorialidade nas políticas públicas.** Este encontro debateu acerca das questões de gênero, direitos, políticas públicas, transversalidade e interseccionalidade nas políticas públicas, tendo em vista as condições de gênero relacionadas ao sexismo, machismo, feminicídio, situação de vulnerabilidades, riscos sociais e violação direitos vivenciadas pelas mulheres. Além disso, analisou sobre os desafios existentes em relação às questões de gênero e os avanços obtidos no campo da legislação e das políticas públicas, bem como apontou estratégias em relação às questões de gênero que podem ser incorporadas no trabalho social com as famílias atendidas/acompanhadas na Política de Assistência Social em interface com outras políticas públicas. **Teve como convidada Andréia Maria de Oliveira Chelles e estiveram presentes 20 participantes.**
- **5ª Encontro (23/11/23) - Direitos humanos e relações étnico-raciais: Desafios e possibilidades do trabalho social com famílias no SUAS.** Este encontro debateu acerca das fragilidades do debate étnico-racial na formação e no exercício profissional dos/as trabalhadores/as da Política de Assistência Social, discutiu como as diferentes manifestações e expressões do preconceito, discriminação e racismo perpassam os espaços de atuação profissional, identificou possíveis ações no combate à discriminação e racismo no espaço de formação e exercício profissional, bem como possíveis estratégias de articulação e integração de ações voltadas para a promoção da igualdade étnico-racial no campo das políticas públicas. **Teve como**

convidados Waldeir Eustáquio dos Santos e Nilma da Silva e estiveram presentes 20 participantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização dessa experiência de educação permanente realizada no âmbito da Regional Centro-Sul possibilitou contribuir para uma melhor aquisição de conhecimentos acerca de temáticas que envolvem o trabalho social com famílias na Política de Assistência Social, maior aproximação com outros serviços da Proteção Social da Regional Centro-Sul e interlocução com outras políticas setoriais. Segundo os participantes, a experiência dos 5 encontros temáticos possibilitou a troca de conhecimentos sobre outros serviços existentes no âmbito do SUAS e de outras políticas setoriais, sendo que a intervenção profissional dos(as) trabalhadores(as) do SUAS necessita de maiores conhecimentos que reconheçam o cotidiano dos profissionais como um lugar de aprendizados e do desafios ainda existentes de práticas conservadoras, sendo que devem ser substituídas pela pluralidade e diversidade diante das intervenções profissionais junto às famílias.

Além disso, esta proposta constituiu-se como uma experiência formadora de novos saberes, que se mostrou de fundamental importância para a qualificação da intervenção profissional, a serviço de um compromisso ético-político, técnico-operativo e teórico metodológico no Sistema Único de Assistência Social - SUAS, na perspectiva da inclusão social, na ampliação da informação e dos direitos para população, bem como do desenvolvimento da autonomia e potencialidades dos indivíduos e famílias do território.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Capacita SUAS – Caderno 1: Sistema Único de Assistência Social: Política de Direitos à Seguridade Social. Brasília: MDS, 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004; Norma Operacional Básica – NOB/Suas. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “Questão Social”. *Temporalis*, Brasília, n. 3, 2001.

YAZBEK, Maria Carmelita. Educação Permanente e a Política de Assistência Social: o papel da academia e os desafios para o Serviço Social. In: CRUZ, José Ferreira da (org.). *Gestão do Trabalho e Educação Permanente do SUAS em Pauta*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2014.

CATEGORIA: 4. GESTÃO DE SERVIÇOS

EIXO 4.3. Organização dos Processos de Trabalho

O acolhimento ao usuário e os fluxos de trabalho do CRAS Lagoa: Uma Experiência a Ser Compartilhada

ANA BEATRIZ RIBEIRO DE SOUZA

ANA PAULA CASSIMIRO DA CRUZ

CARLOS ALBERTO ALVES

CLAUDIO DE SOUZA LOPES

DANIELA MORAIS GALVÃO

FATIMA MARIA DE OLIVEIRA ASSIS PEREIRA

HELENICE MARTINS

MARCELENA DE FATIMA LIMA MARTIR

PABLO VINÍCIUS DE OLIVEIRA SANTOS

RAFAEL OLIVEIRA FERREIRA DA SILVA

VANDA CANDIDA CARNEIRO

WILLIAM SANTOS FRANCA

RESUMO

O trabalho apresenta um relato sobre o percurso de acolhida às famílias atendidas no CRAS Lagoa, descrevendo como esse processo se materializa desde a entrada até a saída dos usuários, articulando acolhida em grupo e acolhida humanizada. A partir da atuação integrada dos micro-setores — limpeza, portaria, recepção, jovem aprendiz, Cadastro Único, PAIF e SCFV — evidencia-se que a acolhida envolve escuta qualificada, oferta de informações, organização do fluxo de

atendimento e comunicação interna eficiente, sustentada pela gestão compartilhada. O texto destaca ainda o papel do CadÚnico na escuta das vulnerabilidades, o impacto das oficinas de acolhida para ampliação do referenciamento ao PAIF e a importância da postura ética, acolhedora e imparcial de todos os trabalhadores. Por fim, demonstra que o CRAS, atento às demandas do território, também acolhe a comunidade ao ceder seus espaços para atividades intersetoriais e iniciativas locais, reforçando o vínculo com a população e a busca contínua por qualificação dos processos de trabalho.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca apresentar um breve relato sobre o percurso de acolhida das(os) usuárias(os) atendidas(os) no CRAS Lagoa. Para construí-lo, a equipe definiu o tema e o objetivo e formou um Grupo de Trabalho para aprofundar o texto, que depois foi apresentado para toda a equipe do CRAS, recebendo as contribuições e validações necessárias.

O trabalho procura refletir sobre o significado da palavra “acolhida” e como esse termo é colocado em prática todos os dias pela equipe, descrevendo como o processo acontece em cada micro-setor¹⁶ do CRAS. No dia a dia do atendimento às famílias, a equipe se une para receber as diferentes demandas apresentadas pelas(os) usuárias(os), adotando ações que ajudam a garantir um atendimento de qualidade — entre elas, a acolhida, que é tanto o primeiro contato da(o) usuária(o) com o serviço quanto um processo de recepção feito por meio da escuta.

O trabalho também resume como funciona o fluxo de atendimento às(aos) usuárias(os) e como acontece a comunicação entre as(os) trabalhadoras(es). Para isso, cada micro-setor, representado por suas(seus) participantes, teve autonomia para explicar um pouco do seu trabalho. Quando esses fluxos estão bem alinhados e em sintonia, as(os) trabalhadoras(es) conseguem desenvolver melhor suas atividades, e as(os) cidadãs(ãos) entendem com mais clareza os seus direitos. Atitudes simples de gentileza e cordialidade, praticadas por todas(os) as(os)

¹⁶ Micro-setor: Nome dado para cada área ou frente de trabalho dentro do CRA Lagoa.

trabalhadoras(es), ajudam para que a(o) usuária(o) se sinta acolhida(o), o que é fundamental para quem busca um serviço público de qualidade. O texto também mostra que, mesmo com muitos desafios, a equipe permanece aberta a inovações e mudanças que contribuam para melhorar seus processos de trabalho.

DESENVOLVIMENTO

O objetivo deste trabalho é descrever o percurso de acolhida às famílias atendidas no CRAS Lagoa desde a porta de entrada até a porta de saída. Quando o usuário entra no equipamento, ele chega com uma expectativa de ser acolhido da melhor forma possível e, para que isso se concretize, é necessário que cada trabalhador esteja bem preparado para recebê-lo e esclarecê-lo sobre a sua demanda.

O termo “acolhida” será utilizado neste trabalho com dois significados próximos que se completam. Um deles, que tem vasta literatura documental no SUAS, é definido como uma metodologia de atividade coletiva, a “Acolhida em Grupo”, direcionada para usuários que procuram os serviços do CRAS pela primeira vez. O outro, que podemos chamar de “Acolhida humanizada”, tem o sentido da cordialidade, a cortesia, trazendo ao debate as abordagens humanizadas dos trabalhadores.

Esse processo de acolhimento se inicia desde a entrada do usuário ao serviço e está contido em todos os serviços, programas e projetos socioassistenciais. Conforme o Caderno de Orientações Técnicas sobre o PAIF:

A acolhida é, na maioria das vezes, o processo de contato inicial de um indivíduo ou família com o PAIF - não raras vezes é o primeiro contato “qualificado” da família com o SUAS. Consiste no processo inicial de escuta das necessidades e demandas trazidas pelas famílias, bem como de oferta de informações sobre as ações do Serviço, da rede socioassistencial, em especial do CRAS e demais políticas setoriais. (BRASIL, 2012, p. 17)

Um dos principais objetivos da acolhida é criar a vinculação da família com o PAIF. Esse vínculo permite à família identificar o Serviço como um espaço de escuta qualificada, de proteção e acesso a direitos. Portanto, a escuta sem julgamentos e

preconceitos são pilares da Assistência Social, permitindo à família ser acolhida desde a sua chegada ao equipamento para poder externalizar suas necessidades.

É importante que as/os profissionais reforcem que proteger e garantir o acesso das(os) usuárias(os) aos serviços e benefícios, com qualidade, é obrigação do Estado. As pessoas não devem se sentir intimidadas, envergonhadas ou achar que estão recebendo um favor, seja do Estado ou da equipe.

Na acolhida em grupo, percebe-se que muitas pessoas que chegam ao CRAS somente para resolver questões do Cadastro Único (geralmente buscando acesso ou manutenção do PBF) acabam se surpreendendo quando participam da atividade e conhecem melhor o PAIF. Muitas delas saem incluídas no Serviço e com muito mais informações do que imaginavam.

Essas famílias, que no início estranham a proposta de participar da oficina/acolhida antes do agendamento do Cadastro Único, vão entendendo o sentido da atividade ao longo do encontro. A maioria sai satisfeita, porque passa a conhecer melhor o CRAS, os benefícios, os serviços e os programas, ampliando as possibilidades de acessar seus direitos. Assim, tanto a Acolhida em Grupo quanto a Acolhida Humanizada fortalecem a proteção das famílias atendidas pelo CRAS, promovendo mais integração entre as ações e ofertas do Serviço.

A equipe do CRAS, conforme a NOB/RH/SUAS, é formada por profissionais de diferentes áreas, vivências e trajetórias — e isso precisa ser valorizado. Para que o trabalho funcione bem, a principal forma de organização é a gestão compartilhada. Para que ela aconteça, é importante: dividir as tarefas entre as/os trabalhadoras/es; dar autonomia sobre aquilo que cada pessoa assume; fortalecer a confiança entre a equipe e a gestão; criar espaços de alinhamento e decisões conjuntas; reconhecer e valorizar o trabalho de cada pessoa, independentemente da função; e garantir reuniões de equipe com a participação de todas/os — desde o nível fundamental até o superior, de todos os vínculos.

Quanto ao fluxo de atendimento, além das pactuações elencadas acima, é necessário que se estabeleça canais de comunicação assertiva entre os

trabalhadores, que vão desde o porteiro até o profissional de atendimento interno¹⁷. Para essa comunicação, é necessário lançar mão de alguns instrumentais. O principal instrumental que a equipe do CRAS Lagoa utiliza é o Google Agenda¹⁸.

A vantagem do Google Agenda é que ele oferece várias alternativas de gestão de agenda, dentre elas: comunicação instantânea, mudança de status de atendimento, recurso de notificações e “lembretes” de eventos, possibilidade de anexar documentos e fotos, para planejamento, além de poder ser compartilhado entre parceiros. Quanto ao fluxo de atendimento aos usuários, cada micro-setor junto ao seu grupo de trabalhadores tem seu papel bem definido. A figura X demonstra bem esse lugar.

Figura 2: Fluxo de atendimento dos usuários do CRAS Lagoa

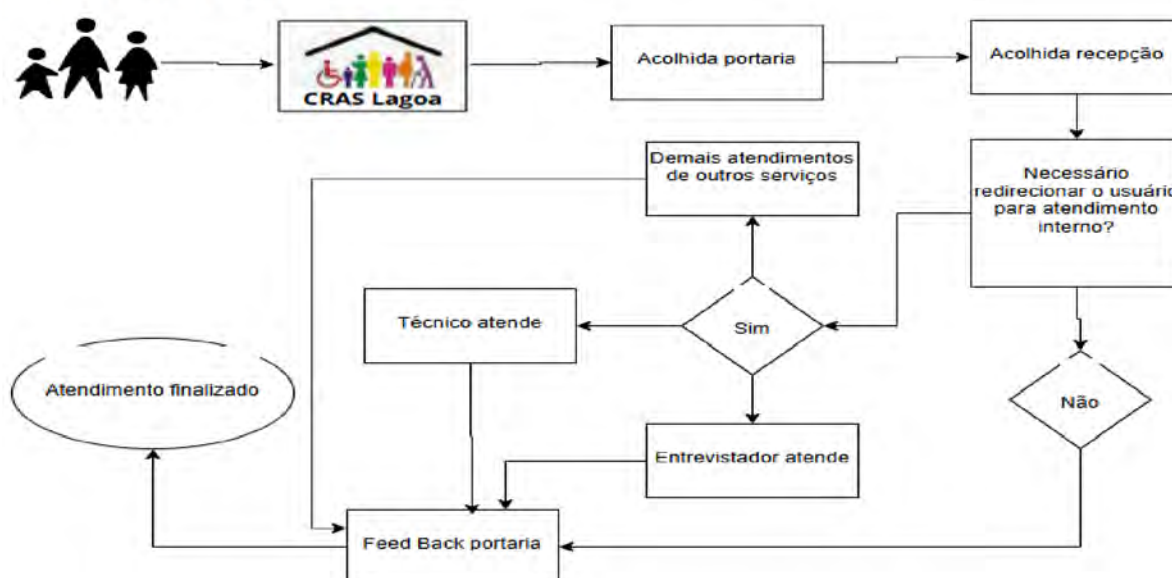


Figura X: Fluxo de atendimento dos usuários do CRAS Lagoa
Fonte: Elaborado pelos autores

Portanto, cada micro-setor tem funções que se comunicam e se completam. Sendo assim, será descrito sobre cada um destes micro-setores e o método utilizado para a acolhida do(a) usuário(a).

¹⁷ Técnico do PAIF, entrevistador social, coordenação, Serviço de convivência e Fortalecimento de Vínculos, atendimento dos parceiros institucionais, dentre outros.

¹⁸ Aplicativo da Google disponibilizado de forma gratuita por meio da conta Google da PBH.

Serviço de Limpeza

Quando a(o) usuária(o) entra pela portaria e passa pelos vários espaços do CRAS até concluir seu atendimento, a equipe busca garantir que esse percurso seja o mais acolhedor possível. Para isso, é importante manter o ambiente limpo e organizado, pois isso traz conforto tanto para quem trabalha quanto para quem procura o serviço. Um espaço cuidado faz diferença para que as/os usuárias/os se sintam bem-vindas(os) e incluídas(os). Por isso, a(o) profissional da limpeza também precisa estar atenta(o) aos horários e às atividades do equipamento.

Em muitos momentos, mesmo antes da abertura do CRAS, quando só a(o) profissional da limpeza está no local, ela(e) já observa situações específicas, como a chegada de uma pessoa idosa ou com deficiência, especialmente em dias de chuva. Nessas situações, o cuidado aparece antes mesmo do início do expediente: a(o) profissional pode permitir que a pessoa entre para aguardar na recepção, garantindo mais conforto e proteção. Essa atitude mostra atenção e acolhimento, ajudando a criar um vínculo importante entre a(o) usuária(o) e o CRAS.

Portaria

A portaria é o primeiro e o último ponto de contato das(os) usuárias(os) com o CRAS, é a porta de entrada e também a de saída. O jeito como a(o) porteira(o) recebe as pessoas pode criar boas ou ruins expectativas em quem busca atendimento. Por isso, uma recepção acolhedora, com respeito e educação, ajuda a iniciar um bom vínculo com o serviço e com toda a equipe. A escuta atenta também é fundamental, pois passa segurança e aproxima as(os) usuárias(os) do CRAS. A(o) profissional precisa ter sensibilidade para acolher, ouvir com cuidado e atuar de acordo com os princípios da política e junto das(os) demais trabalhadoras(es).

O olhar dessa pessoa deve ser totalmente imparcial, sem julgamentos. A assistência social tem como base o acolhimento e o direito de todas(os) acessarem o equipamento e seus serviços. Muitas vezes, o primeiro contato da(o) cidadã(o) com a política de assistência é justamente com quem está na portaria.

No momento da chegada, a(o) profissional já ajuda a criar um “quebra-gelo” enquanto a(o) usuária(o) espera por atendimento ou por alguma atividade coletiva.

É ali que algumas orientações e encaminhamentos já começam a acontecer. Quando o atendimento ou a atividade termina, é comum que as pessoas contem como se sentiram, dizendo se suas dúvidas foram esclarecidas ou se a demanda foi resolvida, um retorno importante sobre o serviço prestado.

Recepção

No dia a dia do atendimento às famílias, a equipe realiza várias ações importantes para garantir um bom serviço e, entre elas, está uma acolhida de qualidade. A acolhida é o primeiro contato da(o) usuária(o) com o serviço e também um processo de recepção por meio da escuta, do entendimento da demanda e do direcionamento adequado.

As famílias, muitas vezes, apresentam suas demandas na recepção, buscando informações, encaminhamentos, agendamentos possíveis e acolhimento das suas necessidades, vulnerabilidades e acesso aos serviços e benefícios da Assistência e de outras políticas. Para garantir o acesso à informação e aos direitos, a recepção e a equipe administrativa precisam se atualizar sempre sobre os benefícios, serviços e programas que dialogam com outras políticas, para orientar e direcionar da forma mais assertiva possível.

A escuta, a empatia e a imparcialidade são fundamentais no atendimento da recepção, pois criam um ambiente mais acolhedor e ajudam a diminuir tensões que podem ter sido geradas por frustrações vividas pela(o) usuária(o) antes de chegar ao serviço. É importante entender que essas tensões podem surgir antes ou durante o atendimento, já que a equipe lida com vulnerabilidades de pessoas que, muitas vezes, tiveram seus direitos violados. Assim, não cabe julgar a revolta ou a forma de expressão da(o) usuária(o), mas interpretar sua fala e, a partir disso, encaminhá-la(o) para o atendimento mais adequado.

Outro ponto essencial é respeitar a privacidade da(o) usuária(o). É preciso perceber quando ela(e) pode estar se expondo na recepção e intervir com cuidado, direcionando-a(o) para um espaço que ofereça mais conforto e sigilo, onde há uma equipe preparada para fazer a escuta. Desse modo, a situação vivida pela(o)

usuária(o) é reconhecida, e a equipe demonstra a importância do seu bem-estar com um atendimento humanizado.

Jovem aprendiz (PPAT)

No momento em que a(o) jovem aprendiz chega ao CRAS Lagoa, ela(e) tem como função ajudar a(o)s colegas sempre que necessário, conforme suas atribuições já bem definidas. Uma delas é apoiar a equipe técnica nas atividades coletivas, organizando e servindo lanches, conversando com a(o)s usuárias(os) enquanto aguardam atendimento, tirando dúvidas e fazendo com que se sintam acolhidas(os) e escutadas(os), de modo que percebam que o atendimento do serviço é realizado com qualidade.

Sob supervisão, em alguns casos específicos, a(o) jovem aprendiz é capacitada(o) para atender a(o)s usuárias(os), registrar suas demandas e encaminhá-las(os) para o setor ou profissional responsável. Ela(e) é preparada(o) para desenvolver habilidades como a empatia, essencial para acolher a(o) usuária(o) de forma humanizada e responsável.

CadÚnico

O setor do Cadastro Único é de grande importância para a(o)s usuárias(os) do CRAS Lagoa, considerando a alta demanda pelo serviço e os relatos de pessoas em maior vulnerabilidade social. É o espaço onde muitas chegam com a esperança de melhorar suas vidas por meio dos benefícios vinculados ao cadastro. Por isso, é fundamental registrar as experiências, tanto positivas quanto desafiadoras, vividas no cotidiano do setor, para que possamos buscar melhorias contínuas para a(o)s trabalhadoras(es) e para a(o)s usuárias(os).

Ao chegarem à sala de atendimento do Cadastro Único, as pessoas demonstram diferentes personalidades e sentimentos. Muitas pessoas que buscam entrar no Programa Bolsa Família (PBF) chegam apreensivas e depositam na(o) entrevistadora(or) social a esperança de receber uma ajuda financeira. Assim, mesmo antes da entrevista começar, já começam a relatar os problemas que enfrentam, as dificuldades para pagar contas, as questões familiares, entre outras situações. Isso mostra que a comunidade vê a(o) entrevistadora(or) como alguém

que pode alterar sua condição, como se a concessão do benefício dependesse de uma decisão pessoal. Por isso, ao final do cadastro, muitas pessoas se frustram e ficam indignadas ao saber que não se enquadraram nos critérios do PBF, sendo necessário explicar que os critérios de entrada no programa são objetivos e previamente definidos.

Quanto às experiências positivas, destaca-se o cuidado em explicar à(ao) usuária(o) todos os benefícios aos quais ela(e) pode ter acesso por meio do Cadastro Único, além dos serviços oferecidos pelo CRAS conforme suas necessidades; a escuta de algumas demandas que são encaminhadas às(aos) técnicas(os); e a atenção em verificar a situação do cadastro da(o) usuária(o) que chega à recepção, oferecendo orientação sempre que possível, mesmo durante outro atendimento.

PAIF

A principal oferta do CRAS é o PAIF - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família. De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, o Serviço objetiva fortalecer a função protetiva da família, prevenindo a ruptura dos seus vínculos e a violação dos direitos. Busca-se contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos usuários e de seus familiares (BRASIL, 2014).

Neste documento, em relação ao trabalho executado pela equipe técnica do PAIF, a equipe optou por detalhar sobre as oficinas de acolhida em grupo no CRAS, mesmo entendendo que a Acolhida Humanizada faz parte do processo de trabalho de todos os trabalhadores, inclusive desses profissionais. Tendo como objetivo ampliar o referenciamento das famílias do território ao PAIF e buscando a integralidade entre o PAIF e o CadÚnico, o CRAS Lagoa optou em estabelecer a acolhida em grupo para aquelas pessoas que buscam o equipamento para acesso ao CadÚnico, mas que não possuem cadastro no PAIF.

Em anos anteriores, percebeu-se que havia a necessidade da equipe buscar estratégias para que houvesse uma maior efetivação nesse processo (integralidade PAIF/CadÚnico), pois algumas famílias que são público prioritário do Serviço, destaque para as famílias beneficiárias do PBF, não possuíam cadastro junto ao

CRAS/PAIF. Nota-se que muitas pessoas que, a princípio, buscaram o CRAS exclusivamente pelo Cadastro Único (na maioria das vezes visando acesso ou manutenção do PBF), ao passarem pela acolhida em grupo se surpreendem ao se depararem com as práticas do PAIF, obtendo a inclusão no Serviço.

Essas famílias, que, a princípio, demonstravam um certo estranhamento ao terem que participar da oficina/acolhida, antes da realização do agendamento no Cadastro Único, ao longo da atividade, vão validando e identificando a importância da ação. Percebe-se que a maioria das pessoas saem satisfeitas do encontro, haja vista que ao obterem mais informações sobre o CRAS, os benefícios, serviços e programas, ampliam suas possibilidades de acessarem os seus direitos.

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

O CRAS Lagoa também tem um importante papel na acolhida aos usuários do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Mesmo depois de serem vinculados ao serviço, a atenção é transversal a todos os trabalhadores. Para além do acompanhamento do PAIF, eles também demandam atenção, direcionamentos e apoio da portaria e da recepção, portas de entrada cotidianas.

Demais serviços parceiros e cessão do espaço

Por fim, o CRAS não se resume às suas ofertas previstas institucionalmente no SUAS. Ele acompanha as necessidades da comunidade e da rede intersetorial. Uma demanda importante é a cessão dos seus espaços para vários atores, especialmente para a política de saúde, como a Academia da Cidade, o Programa Arte da Saúde e outras solicitações, e para a política de esportes, por meio do Programa Vida Ativa.

Nos últimos anos, também houve abertura do auditório para atividades noturnas independentes, solicitadas pela(o)s usuárias(os), como Muay-thai, kickboxing e aulas de forró. É importante destacar que essas atividades têm a anuência dos participantes da Comissão Local de Assistência Social (CLAS).

A abertura do espaço é, também, uma forma de acolher a comunidade, fortalecendo o reconhecimento e a boa relação com a mesma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o disposto acima é necessário relembrar qual é o principal resultado que se busca em relação à segurança de acolhida prevista na NOB/RH/SUAS:

Art 4º (...) I - acolhida: provida por meio da oferta pública de espaços e serviços para a realização da proteção social básica e especial, devendo as instalações físicas e a ação profissional conter: a) condições de recepção; b) escuta profissional qualificada; c) informação; d) referência; e) concessão de benefícios; f) aquisições materiais e sociais; g) abordagem em territórios de incidência de situações de risco; h) oferta de uma rede de serviços e de locais de permanência de indivíduos e famílias sob curta, média e longa permanência. (BRASIL, 2012, p. 16-17)

Visitando esse conceito, a equipe se sente no caminho certo, pois é perceptível o reconhecimento da população pela seriedade do trabalho executado pela equipe do CRAS Lagoa, seja no *feedback* do usuário dado em uma conversa com a portaria, seja em outros momentos como na CLAS, nas oficinas e na recepção. No entanto, ainda se faz necessário criar instrumentos de avaliação constante do serviço pelos usuários, um dos desafios atuais da equipe.

Outro grande desafio que fica para a equipe é o de manter a qualidade do atendimento, sempre se reinventando e encarando como uma missão. Isto não depende somente dela, mas sim de toda uma rede institucional que faz a engrenagem funcionar. O convívio diário, as dificuldades, os desafios, a violação de direitos e a discriminação fazem entender o quão é importante o acolhimento com dignidade dos usuários.

Outro desafio que dificulta o trabalho, em especial do entrevistador social, é lidar eticamente com as estratégias das famílias em tentar se encaixarem dentro dos critérios para o PBF, mesmo não estando no perfil. Outros desafios necessários de se mencionar:

- Gestão dos espaços físicos para atividades coletivas que são disputados entre vários atores internos e externos;
- Poucas salas de atendimento técnico particularizado em alguns momentos;
- Falta de bons computadores para realização do trabalho;

- Falta ou baixa capacidade de recursos audiovisuais, como: vídeos interativos e informativos com profissionais capacitados para tal;
- Falta de recursos humanos para completar a equipe, como: entrevistador social, técnico do PAIF e assistente administrativo;
- Falta de uma amplitude institucional de materiais informativos sobre os serviços e programas ofertados no CRAS;
- Falta de cobertura integral de férias e licenças trabalhistas do entrevistador social;
- Falta de governabilidade da coordenação de fazer a agenda de férias dos profissionais do micro-setor administrativo/recepção.
- Dificuldade de toda a equipe estar bem informada sobre mudanças de orientações a respeito de direitos, fluxos e mudança de concessão de benefícios.
- Quedas constantes da internet e do sistema do CadÚnico, que se somam a momentos, não raros, de lentidão e de instabilidade, causando perdas dos dados e atraso nos trabalhos da equipe administrativa e transtorno ao usuário.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Orientações Técnicas Sobre o PAIF. volume 2. Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção Integral à Família. Brasília, 1ª edição. 2012, 119 p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução CNAS nº 33, de 12 de dezembro de 2012. Aprova a *Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS*. Brasília: MDS/CNAS, 2012.

BRASIL. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Resolução CNAS nº 109 de 11 de novembro de 2009. Brasília, reimpressão, 2014. p. 64.

CONCLUSÃO

A Jornada da Proteção Social Básica: Compartilhar é fortalecer! reafirmou a importância do diálogo e da troca de experiências para o aprimoramento das práticas socioassistenciais. Ao reunir relatos e metodologias que abordam a integralidade do atendimento às famílias, a atenção domiciliar e a dimensão coletiva do trabalho, a iniciativa fortalece a compreensão dos desafios enfrentados e das soluções implementadas no cotidiano dos serviços de proteção social.

As categorias presentes na jornada – Trabalho Social com Famílias na Proteção Social Básica, Gestão Territorial, Fomento à Participação e Controle Social e Gestão de Serviços – se articulam para aprimorar a proteção social e aumentar a eficácia das ações socioassistenciais.

Além disso, a disseminação e o fomento de experiências e saberes buscaram ampliar a capacidade de respostas protetivas, preventivas e proativas, reforçando o compromisso com a garantia de direitos. Por fim, a valorização dos trabalhadores e gestores do SUAS-BH, ao reconhecer e compartilhar suas experiências, busca trazer impulsos à transformação contínua dos serviços socioassistenciais, reafirmando a importância do trabalho coletivo na promoção da dignidade social.

A Jornada da Proteção Social Básica: compartilhar é fortalecer! se configura como um espaço institucional que promove a disseminação de saberes, dedicado ao compartilhamento de experiências, práticas e saberes. Essa iniciativa valoriza o fazer profissional e aprimora as instrumentalidades das equipes, evidenciando a contribuição significativa da atenção socioassistencial na Proteção Social Básica no combate às múltiplas dimensões da pobreza e das desigualdades.



**BELO
HORIZONTE**
PREFEITURA DO POVO

AQUI O TRABALHO NÃO PARA